

# RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 16, Número 1, 2013

Arte de Capa: *Arte em Aquarela, Regina Carmona*

Diagramação da Capa: *Publiara*

*Agência Escola de Publicidade e Propaganda da Uniará*

# **RETRATOS DE ASSENTAMENTOS**

**Volume 16, Número 1, 2013**

**ISSN 1516-8182**

Esta publicação reúne em sua maior parte produtos de projetos de pesquisa financiados pelo CNPQ.

O Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA.

Rua Voluntários da Pátria, 1309 – Centro – Araraquara-SP  
CEP: 14801-320 – Fone (16) 3301-7126  
Home-page: [www.uniara.com.br/nupedor](http://www.uniara.com.br/nupedor)  
Email: [nupedor@uniara.com.br](mailto:nupedor@uniara.com.br)

# RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 16, Número 1, 2013

## **PUBLICAÇÃO DAS EQUIPES DAS PESQUISAS**

Assentamentos Rurais x Desenvolvimento: integração, diversificações, contrapontos e complementaridades

Relações de Gênero e Iniciativas de Outro Modelo de Desenvolvimento: análise da participação das mulheres em assentamentos rurais

### **PESQUISADORES:**

**Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante**

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA

**Dulce Consuelo Andreatta Whitaker**

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da UNESP – Araraquara

**Luís Antônio Barone**

Professor do Departamento de Planejamento da FCT/UNESP – Presidente Prudente

**Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida**

Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA e da UFG

**Oswaldo Aly Júnior**

Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA

### **EQUIPE DE BOLSISTAS:**

Ana Flávia Flores

Ariane Cristina Brughara

Daniel Tadeu do Amaral

Daniele Torres Aro

Henrique Carmona Duval

Silvani Silva

Thauana Paiva de Souza Gomes

### **EQUIPE TÉCNICA DA PUBLICAÇÃO:**

Editoração eletrônica: Lívia Nunes

Traduções: Silvana Palma

# **CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA**

**Prof. Dr. Luiz Felipe Cabral Mauro**  
Reitor

**Prof. Flávio Módolo**  
Pró-Reitoria Acadêmica

**Fernando Soares Mauro**  
Pró-Reitoria Administrativa

**Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante**  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento  
Regional e Meio Ambiente – UNIARA

## **REVISTA RETRATOS DE ASSENTAMENTOS**

**EDITORES** – Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker, Henrique Carmona Duval

**CONSELHO EDITORIAL** – Delma Pessanha Neves, Helena Carvalho De Lorenzo, Leonilde Sérvolo de Medeiros, Luís Antônio Barone, Maria Aparecida Moraes Silva, Maria Edy Chonchol, Oriowaldo Queda, Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

# **RETRATOS DE ASSENTAMENTOS**

**Volume 16, Número 1, 2013**

Retratos de Assentamentos – Revista do Núcleo de Pesquisa e  
Documentação Rural (Nupedor) – UNIARA.

Araraquara – SP – Brasil, 1994

v.16, n.1, 2013. 312p.

Publicação Semestral do Centro Universitário de Araraquara – Uniara.

ISSN 1516-8182



# SUMÁRIO/CONTENTS

<b>Apresentação/Presentation</b>	11
<b>Associativismo e personalismo dos mediadores formais: dilemas da organização política de assentados rurais pela intervenção estatal</b> <i>Associations and personalism of the formal mediators: dilemmas of political organization of seated rural from the state intervention</i>	
Delma Pessanha Neves	15
<b>Indicadores sobre vinculações institucionais entre assentados no norte do Paraná e no Pontal do Paranapanema</b> <i>Indicators of institutional linkages in rural settlements in the north of Paraná and in Pontal do Paranapanema</i>	
Luiz Antonio Cabello Norder	
Maurício Ursi Ventura	43
<b>Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Jarinu/SP: contradições da implementação da lei 11.947/2009</b> <i>The National School Meals Program (PNAE) in the town of Jarinu-SP: contradictions identified during the implementation of the law 11.947/2009</i>	
Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo	
Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco	59
<b>O programa de aquisição de alimentos no PDS Sepé Tiarajú: bloqueios e perspectivas</b> <i>Evaluation of the food acquisition program in the sustainable development project - pds sepe tiaraju rural settlement: barriers and perspectives</i>	
Priscila Maia de Oliveira	
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante	77

**Políticas públicas municipais de apoio a atividades econômicas em assentamentos rurais: uma análise em quatro municípios paulistas**

*Municipal public policies to support economic activities in rural settlements: an analysis in four municipalities*

Fábio Grigoletto

Helena Carvalho De Lorenzo

Sérgio Azevedo Fonseca .....111

**Recuperação socioambiental de agroecossistemas: questões e desafios para sua viabilização**

*Social and environmental restoration of the agroecosystems challenges and perspectives*

Delmonte Roboredo

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco .....151

**Construções tradicionais resguardadas no meio rural brasileiro: um estudo em um assentamento de reforma agrária**

*Conservation of traditional buildings in the rural areas of Brazil: case study of an agrarian reform settlement*

Táisa Marotta Brosler

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco .....181

**Mulheres assentadas: da invisibilidade ao protagonismo**

*Peasant women: the development of invisible roles to protagonists*

Daniele Torres Aro

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante .....199

**Reorganização do capital: agronegócio e expropriação camponesa**

*Reorganization of the capital: the expropriation of peasant land by agribusiness*

Adelma Ferreira Souza

Ana Carolina Aguerri Borges da Silva

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco .....227

<b>Assentamento Horto Bueno de Andrada: subordinação da terra ao capital agroindustrial e contradições com o modo de vida camponês</b> <i>Horto Bueno de Andrada settlement: subordination of land to agro-industrial capital and the contradiction of the peasant way of life</i> Dorival Borelli Filho José Gilberto de Souza .....	247
<b>Assimetria nas relações de trabalho e renda entre os assentados da região de Araraquara e as agroindústrias do setor avícola</b> <i>The asymmetric relation of work and income between the settled in Araraquara and the agro industry of the poultry sector</i> César Giordano Gêmero Oriowaldo Queda .....	275
<b>Normas de publicação</b> .....	309



# APRESENTAÇÃO

A tarefa de editar **Retratos de Assentamentos** tem sido para nós, experiência gratificante, embora contraditória. Avaliar, selecionar, organizar, revisar artigos que nos chegam de diferentes partes do país significa vibrar com as lutas que se desenvolvem no campo brasileiro, as injustiças de uma incompleta e difícil Reforma Agrária, em uma situação na qual sobram terras nas mãos dos poderosos.

Realidades complexas, como o são todos os processos humanos – especialmente os agrários – apresentam faces múltiplas. Nossos "retratos" fixam essas faces e suas interfaces e avaliam resultados.

Ao longo de duas décadas, nosso periódico foi se constituindo como um fluxo de registros e documentação através do tempo – uma fonte de dados que não se esgota, porque a luta pela Reforma Agrária e as contradições do campo brasileiro são cada vez mais contundentes e profundas.

Assim, a coleção **Retratos de Assentamentos** é alimentada pelos resultados obtidos por inúmeros pesquisadores de estudos rurais – um trabalho coletivo que vai se tornando transdisciplinar. E cada vez de forma mais profunda, abarcando diferentes e inusitados aspectos do novo modo de vida que emerge no espaço rural, contrariando os arautos de uma urbanização que seria inexoravelmente destruidora do campesinato. Esquecendo-se das lições da História, esses "arautos" ignoram que o campesinato é a única categoria sociológica que sobrevive e se harmoniza com qualquer dos modos de produção, porque é essencial à produção da vida. Esquecem ainda, ou procuram negar, o caráter revolucionário do campesinato, que se pode observar em quase todas, ou em todas as revoluções do século XX – de 1917 na Rússia à libertação da Nicarágua em anos recentes.

Tais reflexões nos foram suscitadas porque, a cada novo número de nosso periódico, surgem novas faces dos assentamentos, e agora também da vida rural – algumas, mais frequentemente apresentadas ao longo desses anos todos, mas re-apresentadas com aspectos novos, atingidos que são, esses agrupamentos humanos, pela mudança social, por alterações nas políticas públicas ou pela sua própria dinâmica interna, resultados das ações dos sujeitos nesses territórios. Mas há também novas faces emergindo das pesquisas, na medida em que diferentes especialistas se interessam hoje pela vida rural e pela Reforma Agrária, preocupados todos com as consequências do industrialismo, em seu avanço desenfreado e devastador [da natureza].

Assim, ambientalistas se tornam estudiosos da ruralidade; a "Psicologia vai

ao Campo"; arquitetos e até urbanistas se interessam pelas práticas tradicionais do campesinato no Brasil. Diversos outros profissionais da área de Ciências Agrárias e da Saúde juntam-se aos pesquisadores das áreas de Ciências Humanas e Sociais em um esforço de compreender esses complexos processos sociais. Nesse sentido, destaca-se aqui um texto que resgata, nos assentamentos de Reforma Agrária, as técnicas rústicas de construção da habitação do homem rural, um saber a ser resguardado como patrimônio cultural – embora descartado pela modernidade. Assim, em rápida visão panorâmica, para que se tenha ideia da abrangência deste número de Retratos, destacamos os principais temas que acolhemos: memórias das tentativas coletivizadoras – utópicas ou não – que se localizam no passado; a busca e avaliação de vinculações institucionais de diferentes assentamentos; debates sobre recuperação ambiental de agrossistemas; textos analíticos sobre o Programa de Aquisição de Alimentos, que refletem a valorização da produção familiar nos espaços agrícolas. Valorizando a cultura camponesa, outros textos se debruçam sobre as pressões do agronegócio e denunciam a dolorosa sobrevivência dos métodos da acumulação primitiva que muitos pensam ter desaparecido com o avanço da acumulação do capital.

Este número se configura, portanto, numa visão caleidoscópica e multifacetada da efervescência do espaço rural em processos de territorialização provocados pela Reforma Agrária.

Cumpre lembrar ainda que **Retratos de Assentamentos** é tudo isso e muito mais, já que tem sido para pesquisadores iniciantes, uma espécie de "escola" para formação do discurso científico. Embora tenhamos a colaboração constante de pesquisadores experientes que nos brindam com preciosos textos – o que não é de se estranhar já que constituímos a única revista científica voltada à avaliação e registros de uma política pública das mais importantes no Brasil atual – **Retratos de Assentamentos** nunca fechou suas portas aos principiantes.

Originada pelas pesquisas do NUPEDOR, nosso periódico formou, e ainda forma jovens pesquisadores. Muitos deles, que foram nossos bolsistas de I.C. nos anos 1980/90, na época da UNESP, estão hoje solidamente integrados aos meios universitários. Com energia revigorada em tempos da UNIARA, procuramos manter acesa a chama da paixão pelos Estudos Rurais. Nossos Retratos, agora apoiados por várias instituições, especialmente pelo INCRA, pelo CNPq e pela CAPES, mantêm suas portas abertas aos jovens pesquisadores.

Esta edição exhibe alguns artigos, nos quais, recém graduados mestrands, apoiados em seus orientadores, alargam seus passos e superam dificuldades da

linguagem científica. Ao revisarmos seus artigos, nossas "implicâncias" - ora formais ora acadêmicas – resultam para eles aprendizagem e, para nós, em experiências que se renovam.

Este número ganha uma relevância especial, é o primeiro número "oficial" do Projeto Casadinho PROCAD, feliz iniciativa da CAPES/CNPq, em conjunto com os Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia, proposta de intercâmbio e cooperação acadêmica, envolvendo equipes de docentes, pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA (Centro Universitário de Araraquara) e do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, da Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI) da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

Neste caso, o Casadinho, expressão simbólica de solidariedade, dá corpo a uma parceria de muitos anos entre docentes das duas instituições que tem atravessado décadas. Por trás dos termos legais deste programa de cooperação, muito pode ser feito em prol da educação, da pós-graduação e, especialmente da formação de jovens pesquisadores que estão sendo preparados para assumir a continuidade do que vem sendo construído no campo da pesquisa científica e da extensão. Trata-se, sem dúvidas, de uma colaboração valiosa por permitir a solidificação de elos entre a universidade e a sociedade, na análise continuada dos processos de assentamentos rurais e comunidades tradicionais.

A coleção **Retratos de Assentamentos**, agora de periodicidade semestral, em seu décimo sexto volume tem uma trajetória de resistência e de lutas que nos orgulha muito. Especialmente, por vir mostrando que a pesquisa pode resumir, em um esforço consistente de parceria, jovens e pesquisadores seniores em projetos de pesquisa que têm como sua maior qualidade, a forma criteriosa e fundamentada de reafirmar o compromisso com a Reforma Agrária, desfazendo equívocos e estigmas impostos a este processo nuclear para os rumos da sociedade brasileira, mostrando perspectivas de sua ressignificação.

Ao CNPq e à CAPES, o agradecimento pelo privilégio de estarmos juntos em mais este número da Coleção **Retratos de Assentamentos** que mostra, sem dúvidas, os bons frutos e a fertilidade científica do Casadinho.

**Os Editores**



# ASSOCIATIVISMO E PERSONALISMO DOS MEDIADORES FORMAIS: DILEMAS DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE ASSENTADOS RURAIS PELA INTERVENÇÃO ESTATAL<sup>1</sup>

*Delma Pessanha Neves<sup>2</sup>*

**Resumo:** Por este texto, exponho reflexões em torno dos dilemas e contradições da integração de categorias socioeconômicas na ação estatal mediante o associativismo, condição para reconhecimento formal e para a representação jurídica, todavia seguindo os preceitos da construção de um nós celebrante de formas de solidariedade. Mediante estudo de caso, incorporo dados obtidos em entrevistas e textos de atas de uma das associações representativas de assentados rurais no estado do Rio de Janeiro. Demonstro então alguns dos problemas dessa impositiva interdependência política, bem como das consequências em termos dos desdobramentos de processos de assentamento vinculados ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

**Palavras-chave:** Associativismo; Assentados rurais; Mediadores políticos.

*Abstract:* For this text, it's expose reflections on the dilemmas and contradictions of integrating socioeconomic categories in the state action for the association, a condition for formal recognition and legal representation, however following the precepts of building a us like a

---

<sup>1</sup>Uma versão preliminar do texto, para esta edição sendo revista, foi publicada em In: BERGAMASCO, S.M.P.P.; OLIVEIRA, J.T.A.; ESQUERDO, V.F. de S. (Orgs.) **Assentamentos Rurais no Século XXI**: temas recorrentes. Campinas: FEAGRI/UNICAMP/INCRA-SP, 2011.

<sup>2</sup>Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF, bolsista de produtividade do CNPq.

*celebrant forms of solidarity. Through case study, it's incorporate data from interviews and texts of minutes of one of the associations representing rural settlers in the state of Rio de Janeiro. Then demonstrate some of the problems that imposing political interdependence, and the consequences in terms of the unfolding process of settlement linked to the National Agrarian Reform Program.*

**Keywords:** *Association; Rural settlers; Political mediators.*

## **Introdução**

No Brasil, a grande maioria das associações de agricultores tem vida curta e está fadada ao descrédito por parte dos associados, visto que estes se referem aos representantes delegados pela avaliação da competência própria por *correr atrás*, não tanto do atendimento das reivindicações, mas da captação de recursos disponíveis. Comungando das mesmas perspectivas, pesquisadores recorrentemente as estudam a partir das respostas a determinadas demandas sociais, motivo pelo qual a análise recai sobre as avaliações.

Neste artigo, a partir de entrevistas com dirigentes e associados, bem como da leitura das atas de reuniões ordinárias e extraordinárias, analiso uma das associações inerentes ao processo de assentamento rural, referido ao programa nacional de reforma agrária. A pesquisa empírica mais ampla foi realizada junto a 14 associações de agricultores no estado do Rio de Janeiro; e levada a efeito no ano de 1999. Por esta análise, coloco em relevo os modos de constituição do projeto e dos valores militantes que presidem à vida institucional, considerando as formas organizacionais e de mobilização dos associados.

As virtudes do projeto associativo e dos valores coletivos da ação militante são compreendidas pela análise das maneiras de viver e de agir em conjunto, diante de determinadas definições de problemas, reivindicações e resoluções. Por esta perspectiva, debato uma das questões mais fundamentais na produção do descrédito das associações: a impossibilidade de construção de um projeto durável. Para demonstração analítica, proponho, sob articulação, confrontar dois objetivos que se interpenetram na ideia do associativismo: a cooperação voluntária e a criação de soluções para problemas precisos. Aceitando que, sob o associativismo, há um projeto de organização e de mudança sociais, demonstro que, na situação em causa, a inexistência das condições básicas à produção de adesões duráveis. Além disso, dada sua imposição por órgão do Estado, sua existência se articula, nem sempre sob êxito, ao não reconhecimento de outras

formas de alinhamento político.

### **Associativismo e intervencionismo estatais**

No Brasil, o movimento associativo como solução intermediária para participação dos produtores agrícolas no acesso aos recursos a serem redistribuídos a partir das instituições estatais, emerge no primeiro governo de Getúlio Vargas. Com a criação da Confederação Rural Brasileira, desdobramento da organização da I Conferência Nacional da Pecuária, em 1917, as formas de associação constituíram-se num dos recursos de agregação de pecuaristas para construção coletiva da pauta de interesses. Elas se apresentaram como canais para o encaminhamento de reivindicações ao governo federal (POLIANO, 1945, p.26). Como desdobramento das ações dos dirigentes da Confederação e da Sociedade Nacional da Agricultura, visando ao reconhecimento político e à expansão do associativismo entre os proprietários rurais, o presidente da República nomeou uma comissão para estudar o problema do sindicalismo rural no Brasil - Comissão de Sindicalização Rural - e dinamizar as antigas associações rurais já existentes (POLIANO, 1945, p.80). Em 1944, a direção da Sociedade Nacional de Agricultura submeteu ao Governo o estudo de um anteprojeto de decreto-lei para a "organização da classe rural, tomando-se como ponto de partida as numerosas associações agrícolas existentes em todo o território nacional". O projeto foi posteriormente transformado em lei (POLIANO, 1945, p.90).

As existentes associações rurais estavam subordinadas às leis gerais que regiam a organização das sociedades civis. No entanto, com uma lei especial estipulando as normas jurídicas para a sua constituição, foi emergindo a organização dos sindicatos, a elaboração dos interesses dos produtores rurais afiliados a essas instituições. O reconhecimento do papel desempenhado pelos dirigentes se tornou mais eficaz. As reivindicações, elaboradas com base em mediações institucionais, puderam ser mais facilmente encaminhadas ao governo federal, estadual ou municipal.

Os governadores de Estado, no primeiro período do governo Vargas, em exercício sob a condição de interventores, colaboraram na criação de mecanismos de pressão para promulgação da legislação e, posteriormente, estimularam a fundação de novas associações rurais e a revitalização das antigas. Apoiaram e criaram formas de reconhecimento simbólico da posição ocupada pelos presidentes dessas entidades, atribuindo desempenho de tarefas destinadas à assistência técnica, ações consagradas em espetáculos públicos propiciados pela

realização de exposições agropecuárias.

Pelo Decreto-lei no. 7.449, de 9 de abril de 1945, publicado no diário oficial de 11 de abril de 1945, as associações rurais foram assim definidas:

Art. 1.º - Cada município terá uma associação rural, de que poderão fazer parte as pessoas naturais ou jurídicas que exercerem, profissionalmente, atividades rurais, em qualquer das suas formas, agrícola, extrativa, pastoril, ou industrial e, também, profissionais ligados a essas atividades.

§ 1.º - Para efeitos desta lei, é considerado no exercício de profissão rural todo aquele que for, legalmente, proprietário de estabelecimento rural.

Coerentemente com os princípios que norteavam as formas de organização e atuação das entidades sindicais ou associativistas, a existência desse aparato institucional estava atrelada ao controle e à fidelidade às decisões governamentais; ou à complementação das formas de atuação de órgãos do aparelho de Estado, no caso o Ministério da Agricultura e as Secretarias Estaduais e Municipais de Agricultura<sup>3</sup>.

Art.9.º - A associação rural instalada remeterá, ao Ministério da Agricultura, por intermédio da União, cópia autêntica da ata da sua fundação, rubricada pelo presidente da sessão em que forem aprovados os estatutos, a fim de ser instaurado processo de reconhecimento.

Art.14.º - As associações rurais criadas por êste decreto-lei..são órgãos técnicos consultivos do govêrno municipal, como do Estado, Território ou, diretamente, do Governo Federal e terão as atribuições seguintes:

- c) colaborar com os poderes públicos, no sentido do fortalecimento do espírito associativo entre os que exercem atividades rurais;
- d) articular os elementos da classe rural do município, a fim de poderem realizar as suas justas aspirações e de promover a defesa dos seus direitos e interesses, bem como o progresso e aprimoramento dos métodos agrícolas;
- h) manter logo que os recursos o permitam, serviços de assistência médica, dentária e jurídica a seus associados;
- j) explicar aos sócios o motivo e a extensão dos favores concedidos pelos poderes públicos;

---

<sup>3</sup>Para uma análise mais sistemática desse processo, ver também Neves (1997a; 1997b).

- k) prestar as informações que lhe forem solicitadas pelas repartições municipais, estaduais, territoriais ou federais no concernente à colonização, ao fomento agro-pecuário e à defesa sanitária, animal e vegetal;
- l) realizar a difusão de ensinamentos agro-pecuários, visando principalmente, a melhoria das condições do habitat rural;
- m) promover a aprendizagem agro-pecuária, sempre que possível em cooperação com órgãos oficiais;
- q) organizar, em benefício de seus associados, serviços de arbitragem e, bem assim, de peritagens e avaliações, nos meios rurais;
- r) colaborar ou mesmo executar, se essa tarefa lhe for cometida, o controle leiteiro municipal e o registro genealógico das raças puras criadas no município;
- t) realizar, em colaboração com o Governo, periodicamente, exposições-feiras distritais, municipais ou regionais, estas últimas em colaboração com as congêneres;

Em troca dessa contribuição e adesão, os dirigentes das associações rurais recebiam recursos financeiros sob a forma de concessão de uso de prédios, de subsídios, de subvenções regulares, de insumos agrícolas (sementes, adubos, inseticidas etc):

Art 17 - O patrimônio das associações rurais, das sociedades e da União Rural Brasileira está constituído:

- a) da contribuição dos sócios;
- b) do produto da "taxa rural", que venha a ser criada para o fomento do espírito associativo na vida rural;
- c) das subvenções;
- d) das doações e legados;
- e) das rendas dos bens que sejam adquiridos; e
- f) do resultado de atividades sociais.

Art 20 - Os pedidos de subvenção das associações aos governos dos Estados e Territórios serão encaminhados pelas sociedades rurais e os dirigidos ao Governo Federal pela União Rural Brasileira.

No Estado do Rio de Janeiro, segundo levantamento realizado pelo Departamento de Fomento Agrícola da Secretaria de Agricultura, (datado de 1955) entre 1939 e 1953, quarenta e duas associações foram criadas. Portanto,

algumas delas antecederam à legislação específica.

Ao projeto cultural (concebido como modernizante ou de adesão à boa civilização) posto em prática por essas instituições de representação política de interesses dos produtores rurais, o Estado, através dos titulares de órgãos componentes do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e das incipientes Secretarias de Agricultura, além de estimular e apoiar a criação das associações agregou-se como parceiro na organização de cerimônias. Estes acontecimentos, como as exposições agropecuárias, festa do agricultor ou de determinados produtos como arroz, abacaxi, por exemplo, foram concebidos como espaços favoráveis à construção da "mentalidade" dos agricultores enquanto agentes solidários entre si e em estado de disponibilidade à adesão e à parceria.

Em decorrência, o associativismo entre produtores rurais caracterizou-se, desde então, como apêndice da ação do Estado no plano local. Seu ideário, contudo, incide sobre a essencialidade da instrumental capacidade de os associados afirmarem direitos, antes negados, porque esquecidos ou secundarizados pelos porta-vozes do Estado; ou pelas insistentes experiências de autoritarismo político, negadoras do exercício de formas de organização democrática. Em sendo de difícil realização sob tais circunstâncias, o movimento associativista, acenado para fazer valer direitos, reafirma a condição de descrédito dos agricultores. A instrumentalidade atribuída a essa organização política é tão forte que, embora comprometida e pertinente aos ideários democráticos, tem sido criada por instigação dos porta-vozes do aparato estatal; e emerge, inclusive, ou mesmo, contraditoriamente, em períodos de autoritarismo e cerceamento de liberdades políticas.

### **Associativismo e mudança oficial de posição social**

O fundamento dessa ação coletiva tem sido a adesão a certa visão de mudança do lugar social que determinados atores devem alcançar na sociedade. Este alcance está condicionado à capacidade de agregação dos agentes voltados à mobilização necessária à mudança da posição em que se encontrem. Por isso, o princípio de pertencimento, fundamental ao jargão (instituído em crença inquestionável) *unidos venceremos*, passa a ser fundamental para o funcionamento das organizações associativas. A legitimidade dos agricultores para realizar tais mudanças se baseia em sua integração à *cultura da associação*. Em consequência, espera-se que os associados se submetam a uma conversão de sentido sociocultural e a ritos de integração e de participação, em momentos-chaves da vida associativa.

Entretanto, a criação das associações responde a uma necessidade precípua das formas de ação do Estado. Os gestores estatais, num processo de mudanças sociais publicamente reconhecidas e estimuladas, não dialogam com indivíduos. Eles impõem a afiliação a uma categoria socioeconômica, condição para ser computada na ação estatal. Exigem então, para abertura do diálogo, a construção do representante delegado. Para que este representante seja legitimado e legalizado, a construção de um nós deve visualizar a dinâmica do processo ou do movimento social em jogo. O efeito imediato é a eleição do porta-voz. Como os compulsórios associados não atribuem delegação pelo caráter formal ou impessoal que o modelo associativo pressupõe, eles investem no controle da diferenciação de saber e do prestígio inerentes ao exercício do porta-voz. E projetam formas de controle sob a modalidade de rumor ou fofoca, resistências à adesão, desqualificando de imediato o porta-voz. A sobrevivência deste leva-o a recair num personalismo que transforma o acesso ao cargo, num dom ou numa diferenciação frente aos que representa.

O encontro ou confronto de modos diferenciados de pensar a diferenciação inerente ao campo político, as respostas dos associados diante das tomadas de posição frente às instituições estatais que operam processos de redistribuição, todos esses fatores favorecem os agricultores associados a definir seu porta-voz como *quem sabe correr atrás*; quem é capaz de, por insistência, furar barreiras para assegurar a transferência de bens. Os princípios ideais pregados pelo associativismo são então negados pelos associados, que disputam entre si a transferência de bens a serem apropriados individualmente. E o porta-voz corresponde ao abnegado que é capaz de se doar em termos de tempo, recursos financeiros e capacidade de convencimento. Dificilmente os associados suportam o custo financeiro da representação delegada. O representante deve então, ele mesmo, transferir recursos para os que a ele delegam o exercício da redistribuição; ou se impor, de preferência obstinadamente, frente a toda contracorrente.

Por tais aspectos, tomando um conjunto de dados delimitados no tempo e nessa esfera de ação, analisarei a descontinuidade do funcionamento da instituição, porque dependente de altos e baixos do investimento de órgãos estatais. Nessa forma de estruturação e organização da ação política, os grupos selecionados para uma ação mais imediata com órgãos do Estado devem aceitar, enquanto um dos fatores fundamentais à própria ação estatal, a existência das associações. Consequentemente, devem aderir à construção de um projeto cujos objetivos permitam a reunião ou o engajamento dos afiliados.

A partir da leitura das atas, demonstro os contextos que tornam possível a

mobilização eficaz para as mudanças e para a existência dinâmica da associação. E, sob tais circunstâncias, as condições situacionais de adesão dos associados, condição pela qual as associações não podem ser analisadas pela reificação de seus pressupostos ou referências sempre idealizadas; nem tão pouco deslocadas do contexto que em tese lhes é próprio.

### **APPRSR: Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Rita**

A despeito de a desapropriação da fazenda Alpina (2.º distrito de Teresópolis-RJ) ter ocorrido em 1987, a APPRSR só foi criada em 1989. Sua criação se deu por desdobramento da Associação de Moradores da Fazenda Alpina, instituída no governo Sarney, para receber e redistribuir leite. Por influência de um dos técnicos do INCRA que acompanhava o processo de constituição do Assentamento Alpina, os assentados foram levados a criar a associação de produtores. Sua criação fora justificada para viabilizar a produção e a comercialização, restringindo o tipo de associado aos afiliados a esta proposta de assentamento rural e ao crédito Procerá. Restrita a 92 associados assentados e não aos cento e poucos moradores, a diretoria passou então a estabelecer convênios com o INCRA, a EMATER e a Prefeitura Municipal de Teresópolis. As atas não registram o momento de obtenção de implementos agrícolas coletivos, mas a sua administração, não se sabendo se a aquisição é anterior ou posterior à fundação dessa unidade institucional.

[...] reuniram-se os pequenos produtores rurais hortifrutigrangeiros do distrito de Santa Rita e adjacências (...) a fim de constituir uma associação de classe... (referenciados) pela... Necessidade... se organizarem para, dentro de uma associação, garantir a produção e comercialização de seus produtos... O estatuto... foi aprovado por unanimidade... Como não houve a apresentação de chapas concorrentes, apenas uma chapa se formou... foram eleitos por aclamação, sendo os mesmos a seguir empossados... por mandato de dois anos ... presidente: Carlos Alberto Silveira Martins, vice-presidente: Jair Gonçalves de Souza, Secretário: Manoel José Alves da Fonte, Vice-presidente: Amilton Alexandre de Oliveira, Tesoureiro: Antonio Jose da Cruz Filho, Diretor Comercial: Carlos Alberto Soares, vice-diretor comercial: Francisco Carlos de Oliveira Bernabe, conselho fiscal: Oswaldo Jose de Mattos, Moacir Oliveira de Paula, Manoel Pedro da Cunha Neto, Pedro de Paula Correa, Enocle Francisco de Andrade, Manoel Serrapio, Derly Jose da Silva... (Ata da assembléia de fundação, sete de maio de 1989).

Nos primeiros anos da sua constituição, a associação fora bastante dinâmica. A diretoria coordenava encaminhamentos de reivindicações para o INCRA e a transferência de apropriação de recursos pelos demandantes da condição de assentados. Dois anos após sua criação, alguns implementos agrícolas já constituíam o patrimônio coletivo e seu uso demandava consolidação de regras acordadas:

[...] informações sobre correspondência recebida pela associação... e sobre a reunião realizada no INCRA: as reivindicações feitas e as promessas do superintendente..., inclusive a definição do problema do terreno da associação, que atualmente é ocupado pelo Sr., ... que propôs um acordo: devolveria à associação o terreno e ficaria apenas com a parte que, de acordo com o mapa do INCRA, está sobrando... proposta aprovada por unanimidade (...) decisão do INCRA de remarcar as divisas de alguns lotes. A opinião geral foi de revolta, pois, segundo funcionários do INCRA, as divisas atuais seriam definitivas. Ficou resolvido que será feito um manifesto para ser entregue ao INCRA, repudiando esta decisão... Assumida pelos associados à realização de uma rifa... cujo rendimento será usado para conserto do caminhão... Discutida a situação do Sr. M... que, segundo o INCRA, não pode ocupar a terra. A opinião unânime é de que o Sr. não seja retirado do seu lote... Informações sobre os consertos realizados no caminhão e as partes que ainda têm que ser consertadas... criticada a atitude do Sr. que recebera um cheque... e levou cerca de treze dias para entregar este cheque, que será usado no conserto do caminhão... (Ata da assembléia de 25 de novembro de 1990).

[...] intenção do novo superintendente do INCRA de não aprovar os novos posseiros da fazenda Alpina. O Sr. Presidente pediu para fazer valer a vontade da maioria e a quase unanimidade dos associados optou pela inaceitação dos atuais posseiros... Sugerido que seja feita uma pauta de reivindicações a ser encaminhada ao INCRA... (Ata da Reunião de 8 de setembro de 1991).

A associação se constituía como espaço fundamental para elaboração das regras de convivência na nova posição. Os associados, discutindo os casos e as formas de apropriação da terra e dos benefícios a ela incorporados, foram instituindo as regras de convivência que configuravam a dimensão social e coletiva

do projeto em curso. Entretanto, o contexto em que este debate se impõe também o é de abandono do projeto de incorporação da terra como meio de produção e reprodução de modo de vida. Há uma recomposição do grupo e as regras são estabelecidas pela chegada de recém-vindos.

(a) intenção de adquirir o lote do Sr. Manoel... que faleceu... (mas) isto seria impossível, pois não é permitido que uma mesma pessoa tenha dois lotes no assentamento. (b) Várias pessoas compareceram a esta reunião manifestando o desejo de passar seus direitos, sendo vários os motivos: doença, não adaptação, financeiros, estas pessoas trouxeram a esta reunião as pessoas interessadas para que esta assembléia desse seu aval. As pessoas que assumem os lotes se comprometem a assumir as dividas dos empréstimos, colaborar com seus vizinhos, participar de mutirões e fazer parte da associação (Ata da assembléia de 25 de novembro de 1990).

(c) O Sr... quer passar os seus direitos e benfeitorias... pedindo a esta assembléia que aprove o nome... foi aprovado... (d) havia invadido o barraco que havia adquirido do... e que... deverá desocupar o lote... apesar de ocupar o lote que antes pertencia ao Sr., este, na verdade, não é seu, mas sim do seu irmão... (e) o lote do Sr... havia sido negociado varias vezes... (f) reconheceu o seu erro e disse que se retiraria do lote do... até a próxima 2ª feira à tarde... sendo funcionário público não poderia ocupar o lote. (g) O Sr... afirmou que havia comprado o lote para o seu filho. Ficou acertado que o lote para ser ocupado deverá ter aprovação do filho... durante este tempo o lote não deverá ser ocupado por ninguém... (Ata da assembléia de 10 de março de 1991).

Através das exceções ou dos casos condenados de apropriação dos recursos, o investimento na constituição de regras e princípios éticos para a constituição do comportamento dos assentados fora exercitado por várias ocasiões. Pela crítica a atitudes consideradas desviantes das normas de convivência entre interessados num projeto coletivo, um código consuetudinário se estrutura, inclusive pelo registro escrito nas atas:

(...) pessoas que foram chamadas ao INCRA e não compareceram,... receberão intimação oficial daquele órgão. Foi levantado pelo Presidente e esclarecido pelo mesmo que não havia falado que quem não produzisse deveria sair da terra. Este afirmou que não havia falado desta maneira, mas

sim que as pessoas produzam dentro de suas possibilidades. Este se referiu ao caso específico do Sr. e advertiu que a prefeitura havia passado máquina patrol, mas os assentados beneficiados não fizeram o mutirão para cortar as águas da estrada. A própria prefeitura estranhou o fato dos próprios moradores não se interessarem em ajudar. Correm o risco de não terem a estrada ensaiçada... (Ata da assembléia Geral Extraordinária de 26 de maio de 1991).

O INCRA não quer a permanência do Sr... a opinião da associação é que seja feito um acordo entre as partes... (Ata da Reunião de 8 de setembro de 1991).

Da mesma forma, elaborando as condições para viabilizar o projeto coletivo, participaram da coordenação do processo em que se apresentavam como principais beneficiários:

(...) o caminhão já está funcionando e os restantes dos consertos poderão ser realizados com recursos dos fretes feitos... levantado o valor do frete para os que não colaboraram para o conserto do caminhão... apoio dado a um assentado acidentado recentemente... Foi realizado um rateio para compra de um aparelho de pressão (...) marcado mutirões para consertos das estradas... para instalação de telefone público... e de construção de uma escola... foram enviados ofícios aos órgãos competentes na tentativa de resolver estes dois itens... decidida a confecção de talões de notas da Associação para facilitar a comercialização dos produtos... (Ata da assembléia de 25 de janeiro de 1991).

(...) mutirões... maioria do pessoal da área não havia comparecido... reclamou do serviço feito pelo... dizendo que este havia cortado uma mangueira de sua propriedade... disse desconhecer o problema... após esta discussão foi colocado uma proposta e aceita pela maioria: o posseiro que não comparecer aos mutirões deverá mandar uma pessoa para trabalhar em seu lugar ou pagar uma taxa de CR\$ 1.000,00 por mutirão (Ata da assembléia de 10 de março de 1991).

Os assentados se organizaram para construção de um conjunto de bens comuns, muitos deles propiciadores de prestação de serviços públicos, contando inclusive com participações especiais e pessoais. É o caso do:

Sr Enocle (que) falou sobre o terreno que será doado por ele para construção da escola, será enviado comunicado ao INCRA para autorização da construção... (Ata da assembléia Geral Extraordinária de 26 de maio de 1991).

Mas também a solicitação de recursos públicos... falou sobre o abrigo para o ponto de ônibus, esclarecendo que este já foi pedido à Prefeitura, assim como o posto de Saúde, o... falou sobre a escola na qual estamos reunidos... em péssimo estado de conservação, pondo em risco os alunos... preciso que se faça uma reforma... presidente prometeu ir à prefeitura para pedir que sejam agilizados estes serviços... Ficou acertado entre os presentes um mutirão para conservação das estradas, pois as chuvas poderão estragar o que já foi consertado com muito sacrifício, ficou marcada a data... para gleba Engano com o pessoal do Engano... formado em grupo para resolver os problemas de divisas do Sr... com o Sr... Alguns fatos que lá ocorreram chegaram ao conhecimento de funcionários do INCRA, que estão sempre informados dos fatos que acontecem no assentamento... Segundo um dos participantes na reunião, uma conhecida sua presenciou quando duas pessoas chegaram em uma moto, na localidade de Cruzeiro, e ligaram para o INCRA para dar informações sobre o assentamento... este fato gerou grande discussão da assembléia..., fazendo com que o presidente desse por encerrada esta reunião... (Ata da Reunião de 8 de setembro de 1991).

A conquista dos recursos públicos se configura como fruto da insistência na construção da demanda, por mais simples que ela pudesse se apresentar, como é o caso "problema da cobertura do ponto de ônibus... pedidos a Prefeitura e até agora não foram atendidos..." (Ata da Reunião de 8 de setembro de 1991).

Além da constituição de patrimônios materiais e imateriais no plano do Assentamento, os associados foram reconhecidos e estimulados a participar de movimentos de organização política do tipo federativo, integrando uma pauta comum de discussões. E também se negaram a participar deste movimento social para salvaguardar especificidades do processo de mudanças sociais ao qual, no plano local, se integravam.

[...] falado sobre o encontro de associações a ser realizado na sede da ABI-RJ (...) escolhidos... para participarem... (Ata da assembléia de 25

de janeiro de 1991).

[...] convite do Mutirão Sol da Manhã para um encontro a ser realizado nos dias 19, 20, 21 de abril de 1991 (...) discussão e formação de uma sociedade para resolver problemas de assentamentos no RJ (...) cada assentamento tem problemas diferentes, áreas diferentes, e que deveriam lutar cada um por seus interesses e ainda não poderíamos ficar subordinados a decisões de outros (...) seja enviada carta ao Sol da Manhã explicando esta decisão (...) e necessidade de novas eleições... (Ata da assembléia de 14 de abril de 1991).

As divisões internas, resultantes das formas diferenciadas de luta e de ocupação dos lotes, não tardaram a aparecer e a estimular a fissão do grupo, tensão por vezes administrada pela diretoria, ao tentar manter o projeto comum dos diferenciados agentes em disputa:

[...] em seguida o Sr (...) pediu a palavra e falou sobre o episódio em que envolveu (...) repudiando atos desta natureza, e tendo o apoio total da assembléia... reunião que tivera junto com o presidente desta associação com o representante do INCRA... falado sobre a segunda parcela do empréstimo aos assentados,... projeto anterior fora rejeitado pelo órgão financiador, pois apresentava erros em sua composição... projeto terá que ser refeito pela EMATER, INCRA e a Associação.

Quanto aos comentários de que os assentados mais antigos estavam sendo prejudicados pelos novos ocupantes... estes não poderiam ainda receber, não por causa dos novos, mas sim pelo fato do projeto estar errado... (Ata da assembléia de 14 de abril de 1991).

A articulação da vida associativa com as formas de tutela do INCRA, nos primeiros anos fora, tão acentuada que os associados se propunham a financiar as condições de trabalho para os funcionários do INCRA. Estes, segundo registro em ata, por problemas de ordem político-administrativa, não estavam obtendo condições financeiras para realização de trabalho externo.

O INCRA está passando por dificuldades operacionais... não há condições no momento de levar adiante o trabalho junto aos assentamentos (Ata da assembléia de 14 de abril de 1991).

Foi proposto que os novos ocupantes dos lotes financiem o trabalho dos técnicos do INCRA para fazer as entrevistas e regularizar a situação destas pessoas, durante o período em que estiverem trabalhando na área, que segundo o... deverá ser de uma semana. ... o Sr ofereceu sua casa para acomodações... demonstraram dispostos a acomodar estas pessoas... oferecer o transporte do pessoal na área... em rateio entre os novos para realização deste trabalho... consulta a Prefeitura para saber se há condições do fornecimento do transporte do pessoal na área... novos títulos (AO) vindos de Brasília... encontram-se no INCRA... vinte e dois... serão entregues... posição do INCRA em relação ao terreno do Sr. Fermiano. O INCRA se coloca na posição de que nem... nem devem ocupar o lote... não é dele ocupar o lote... não é dele, mas sim do seu filho... novo ocupante afirmou que ira respeitar estas demarcações... falta de local para construção de uma sede comunitária... (Ata da assembléia de 14 de abril de 1991).

Sob várias formas, os princípios associativistas foram reafirmados no início do processo de institucionalização da APPRSR. No período de dois anos de mandato da primeira diretoria, foi realizada a eleição para a nova diretoria, quando estiveram autorizados a votar somente os titulares das famílias assentadas. Nesta eleição, votaram 66 associados, 43 na chapa vitoriosa. O presidente eleito, no ato de posse, definiu os princípios de associativismo pelo trabalho voluntário do ocupante do cargo, com a participação dos representados e associados. Este modo de engajamento se expressara no *engrandecimento da Associação*, objetivo missionariamente reafirmado ou militantemente evocado pela persistência da união dos interessados. Em quase todas as assembléias, ele era evocado como credo e princípio de orientação da conduta do ocupante do cargo (cf. Ata da assembléia Geral Extraordinária de 26 de maio de 1991).

Enquanto programa de ação política, o engajamento dos associados fora sistematizado num cronograma de reuniões – segundo domingo dos meses ímpares (Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 26 de maio de 1991).

Tendo constituído patrimônio a ser administrado em prol da criação de condições gerais para a produção social, os associados se organizaram para *discutir o nome de pessoa para dirigir o caminhão da associação...*, sendo nomeado *um motorista titular (...)* e *um substituto...* Os assentados que exerceram anteriormente o cargo prestaram contas pela *entrega das chaves, documentos e relatórios contábeis*, registrados no *livro do caminhão*. Complementando esta divisão de trabalho, foi criado *um grupo de fiscais para*

*cada gleba...*, bem como definido publicamente o preço de frete de cada volume, o limite máximo por produtor e o direito ao serviço de transporte a partir do sítio do associado. Para cristalizar as decisões coletivas, foi elaborado um *estatuto para reger os serviços do caminhão*, sob o seguinte teor:

A prioridade é do assentamento, para serviço destinado às lavouras.

O preço dos fretes dos assentados deverá ser comunicado à diretoria, que fará o julgamento e, caso a diretoria se sinta incapaz de julgar, esta levará o problema à assembleia. Sendo que o frete deverá ser pago no ato... E em caso de devolução, esta será feita após o julgamento.

Será feito um bloco de recibos, onde constará o valor do frete e este deverá ser assinado pelo assentado e pelo motorista.

Qualquer conserto a ser feito no caminhão só poderá ser realizado com aprovação da diretoria, o pagamento será feito pela diretoria mediante recibo fornecido pelo prestador de serviço. Exceto em caso de pequenos serviços, cujo valor não poderá ultrapassar os CR\$ 10.000,00.

O caminhão deverá ter seu velocímetro funcionando, e este deverá ser lacrado, e a cada saída para fretes deverá ser anotada a quilometragem (Km), no recibo de prestação de serviço, o mesmo acontecendo na chegada. O caminhão terá um bloco com modelo a ser aprovado pela assembleia, onde constarão dados do relatório de suas atividades tais como destino, hora, etc.

O motorista que for aprovado pela assembleia poderá explorar o serviço, devendo enviar Xerox autenticadas da CNH, carteira de trabalho ou carta de apresentação de onde tenha trabalhado como motorista e carteira de identidade.

Deverá este motorista zelar pelo bom estado de conservação do veículo e este será responsável por possíveis acidentes a terceiros, em caso de negligência.

O motorista se comprometerá a fazer a prestação de contas dos serviços de quinze em quinze dias e fazer um relatório do estado do veículo a diretoria e fiscais das glebas.

Será feito em contrato entre os postos, que poderá ser desfeito em caso de inadimplência dos postos.

A maneira como será remunerado este motorista é a porcentagem de 20% de valor dos fretes.

O preço dos fretes para os assentados é de 80% do valor dos fretes

normais... (Ata da assembléia Geral Extraordinária de 26 de maio de 1991).

... A prestação de contas do caminhão do período de 02/09/1991 a 02/11... comissão de motorista... despesas de combustíveis, pneus, conserto caixa de marchas, parte elétrica e outros... mostrados... comprovantes destas despesas (...) aprovação total... (Ata da Reunião de 8 de setembro de 1991).

O direito de contestação e reclamação pelos serviços prestados pelo caminhão foi assegurado, como comprova a atitude de um dos associados, que considerou que o veículo deveria trabalhar sem cobrança de fretes e que, quando fosse preciso consertá-lo, *"a comunidade deverá fazer em rateio"*. *A comunidade se manifestou contra a posição...* (Ata da assembléia Geral Extraordinária de 14 de julho de 1991).

As normas de utilização do caminhão no transporte dos produtos foram sendo sistematizadas por procedimentos práticos, como confecção de talões de notas com inscrição estadual. E ficou então acertado o preço do frete de volumes, *sendo de cem cruzeiros para os assentados e de cento e vinte cruzeiros para os não-assentados* (Ata da assembléia Geral Extraordinária de 26 de maio de 1991).

A diretoria da associação, no exercício do papel mediador para tornar viável novas formas de inserção econômica e política, procurava ampliar o universo social e o mundo político institucional dos assentados, com informações sobre recursos a serem disputados<sup>4</sup>.

[...] presidente fez uma explanação sobre o projeto do governo do Estado, projeto em que tomou conhecimento em uma reunião no último dia sete deste mês, na secretaria de educação no Rio de Janeiro. Apesar deste projeto ter sido feito para área metropolitana, a seu pedido, Teresópolis foi incluído. Consiste este projeto em criação de Escolas para o meio rural com ensino de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> serie. Este ensino terá como base transmitir conhecimentos sobre a importância de saúde e desenvolvimento do meio rural, fazendo com que seja freado o êxodo rural. O Estado não quer assumir o ensino, mas constrói a escola e passa esta às Prefeituras. Consta deste projeto, a

---

<sup>4</sup>Cf. ainda Atas das Reuniões de 8 de setembro de 1991, de 17 de abril de 1998, de 26 de junho de 1998, 1<sup>o</sup> e 11 de outubro de 1998, 6 de junho de 1999, entre outras.

alfabetização em horário noturno... O presidente falou sobre os financiamentos feitos pelo FUNDEC para comunidades com mais de quinhentas famílias... pode-se financiar projetos de eletrificação, construção de estradas... informações deverão ser obtidas nas agências do Banco do Brasil... (Ata da Reunião de 8 de setembro de 1991).

[...] o INCRA dispõe de uma pequena verba que poderá ser repassada para Prefeitura, que então faria, adicionando mais recursos, a tão sonhada estrada. Existe também a proposta do Sr.(...) que arranjaria o trator e a comunidade pagaria o óleo... marcar o local da estrada com os ocupantes daquela área... (Ata da Reunião de 8 de setembro de 1991).

A descontinuidade na vinculação institucional, especialmente junto ao INCRA, teve efeitos diretos na mobilização; na assiduidade do engajamento político e da produção; e na inadimplência dos associados. Alguns dos assentados entrevistados destacaram os momentos precisos de inatividade da instituição de representação política, associando-os aos de enfraquecimento do poder dos técnicos e diretores do INCRA: governo Collor e fechamento do INCRA, inclusive aposentadoria do técnico responsável pelo projeto de Assentamento Alpina, não substituído imediatamente. A mudança de diretoria no INCRA mobilizava os assentados, na expectativa de melhoria na coordenação do processo de constituição na posição. Todavia, eram imediatamente desenganados por atos que consideraram de descaso e desgoverno. Por isso, a associação fora concebida como instituição muito articulada ao papel de intermediação do acesso ao crédito, então o Procera.

O alegado desgoverno do INCRA se traduziu em suspensão de regras de acesso à terra, expressa no que os assentados chamaram de *troca-troca* de candidatos ao assentamento. A desmobilização se generalizou com a ocupação de lotes por produtores sem vinculação ideológica ao programa de reforma agrária. Utilizando o lote como residência secundária, faziam-no sob baixa produção e fraco engajamento político e social. Alguns assentados e a diretoria da Associação reivindicaram insistentemente a intervenção de porta-vozes do INCRA para pôr fim a estas irregularidades, mas os resultados foram infrutíferos. A valorização dos lotes para lazer limitava os investimentos produtivos no Assentamento e subdividia os interesses dos segmentos diferenciadamente posicionados.

Por tais circunstâncias, o debate sobre os critérios de transferência de lotes

percorre todo o investimento institucional no processo de assentamento. Revela assim sua importância crucial na constituição de formas de organização social. Os técnicos do INCRA reafirmavam regras e pareceres contrários aos novos proponentes, mas, na prática, as decisões não foram implementadas. Na Ata da assembléia de 19 de maio de 1998, funcionários do INCRA, a diretoria da Associação e uma comissão composta por membros das 3 glebas debateram tais problemas de desvios no cumprimento das regras. A transferência de lote, sem a expressa autorização do INCRA, fora reafirmada como ilegal. As pessoas envolvidas foram ameaçadas de perder o direito ao lote e foram cadastradas como adquirentes de terras do governo. Esta categorização impossibilitaria a aquisição de parcela de terra em outras áreas. Segundo as informações dos técnicos do INCRA que foram registradas em ata, o proponente que não tivesse condições de continuar com a parcela, teria que respeitar o seguinte esquema:

Informar a associação e explicar o motivo pelo qual está desistindo. Esta, por sua vez, fará uma averiguação do caso e tentará ajudar à pessoa, para que ela não desista. Não havendo meios de permanência do associado no lote, a associação passará para o segundo passo.

Fazer uma avaliação das benfeitorias do lote, junto com o sindicato, o Lumiar, a EMATER, para saber o valor da indenização.

Informar ao INCRA a situação do parceleiro, o motivo da desistência e pedir a autorização para transferir a parcela.

Com a autorização em mãos, procurar junto ao Sindicato uma pessoa qualificada a adquirir o lote.

Como nos últimos meses foram feitas 5 transferências e que no relatório das entrevistas feitas pelo INCRA, dois casos não se mostraram satisfatórios, estes foram reprovados e notificados a desfazer o negócio...

Os outros 3 foram notificados, que durante seis meses estes serão avaliados pela associação e pelo INCRA, e só depois receberão APO/AO... (Ata da assembléia de 19 de maio de 1998).

Os entrevistados também associaram os desmandos à forma como os lotes foram divididos. Muitos ocupantes foram definidos como *assentados sobre pedras*, razão pela qual deveriam limitar o lote ao uso doméstico e à vinculação estável ao mercado de trabalho assalariado. Essas diferenciadas formas de afiliação produtiva subdividiam os interesses de segmentos diversos e colocavam em questão os princípios de projeção daqueles que se integraram pela conquista da

terra como espaço de trabalho e de reprodução familiar.

Na condição de assentados, passaram a se aglutinar de forma mais veemente nos contextos de reivindicação de crédito PROCERA, momento em que, reconhecendo o papel da associação, investiam na participação institucional e de seus dirigentes solicitavam prestação de serviços. A associação era assim concebida pela restrição ao cumprimento de meios para constituição do assentado, nos termos definidos pelo PNRA. Contudo, esta condição não se refletia em mais dinamismo ao processo de organização política, porque as associações são criadas para facilitar o processo de assentamento, mas o assentado não tem que ser obrigatoriamente associado. Entretanto, a inexistência de substrato social para a reafirmação do agricultor solidário, faz recair sobre o assentado o descrédito como ator político.

A análise a partir das funções atribuídas às associações por titulares de órgãos estatais e do reconhecimento dessa alternativa de enquadramento pelos assentados, indica a importância do estudo das negociações em jogo. A associação, mesmo que assim restrita, cria um espaço social de afiliação e permite, pela representação delegada, a interconexão de universos sociais diversos. Por isso, a costumeira valorização da contraposição entre individual e coletivo, operação que se ressalta para impingir a desvalorização da ação política do associado, mostra-se impertinente. Além disso, impede de se trazer à tona as diversas formas de apropriação que aí estão investidas. Múltiplas condições de ligações sociais podem aí aflorar e sob as restrições acenadas pelos titulares das instituições estatais que participam dessa integração em rede e sob hierarquia. Está em jogo, antes de mais nada, um conjunto de operações para gerir o acesso a recursos construídos enquanto raros. Estas modalidades de negociação têm influência na construção da concepção de liderança, o batalhador que consegue ampliar os domínios de consumos e integrar seus representados a projetos políticos amplos, como, no caso, a reforma agrária. Esta concepção de liderança não emerge apenas de uma visão supostamente distorcida dos associados, mas das condições em que o acesso a certas esferas de consumo de bens e serviços estão enquadradas ou reguladas.

Além disso, pode-se também esclarecer que a ideologia do associativismo, a solidariedade enobrecida pelo estar junto, enaltece de imediato uma sacralizada natureza humana orientada pela doação desinteressada. Todavia, a ideologia do associativismo se configura como princípio ético de controle do comportamento de quem, delegadamente, pode assim se diferenciar e desconsiderar o cumprimento do papel para o qual foi condecorado.

Em 1999, momento da pesquisa, havia 92 assentados e 60 associados participantes. Os outros só procuravam a associação para efeitos de intermediação de crédito PROCERA. Eram então definidos como *sitiantes de fins de semana*. Na eleição de abril de 1999, apresentaram-se duas chapas, tendo votado 67 associados: 40 para a vitoriosa e 27 para a concorrente.

Nos documentos da instituição, há registro de muita instabilidade no desempenho do cargo, com várias interrupções ou inatividade. Esses momentos de suspensão são acompanhados ou antecidos de vários conflitos, inclusive *impeachment* de diretores. Quando há diretoria estável, ela tende a permanecer na sucessão, por falta de candidatos concorrentes e risco de inviabilidade administrativa. Esta permanência não significa apenas, como se tende a crer, privatização do cargo, desde que se possam compreender alguns parâmetros de definição da conduta no cargo: *perpetua-se* quem corresponde ao desempenho esperado; deixa-se ao esquecimento, quem não corresponde ao padrão de transferências esperado. O presidente da associação é então pensado como alguém que deve transferir informações, mediante a aceitação do custo deste papel de mediador da interligação de universos sociais e ampliador de redes institucionais. Aquele que sabe tirar partido das vantagens relativas das instituições que se apresentam na disputa pelo controle e investimento no espaço social inerente à associação, isto é, à atribuída (ou formalizada) vida associativa.

Segundo um dos diretores entrevistados, menos que espírito associativista, os assentados se orientam pelo princípio de *cada um para si e Deus por todos*. Apesar de a diretoria manter a prática de mutirão entre os associados para realização de trabalhos coletivos ou comunitários, apenas 20 deles costumam participar e levar à frente os projetos. As acusações diante de comportamentos políticos desqualificados pelo individualismo exprimem a recorrente articulação da instituição ao acesso aos recursos oferecidos para o projeto de assentamento. Alguns assentados só participam da vida institucional até o momento em que se apropriam da AO (64 assentados haviam recebido o título definitivo em solenidade registrada na ata da assembléia de 11 de junho de 1999) e impõe à associação uma vida curta ou descontínua. Ela deve se constringer a atividades mínimas, manter-se sob hibernação, até que novas demandas ou ofertas de recursos institucionais venham a ser redistribuídos.

A diretoria, neste contexto de vida mínima, constituiu um calendário de reuniões de dois em dois meses, mas o comparecimento era desanimador. Para estimular a participação, organizava também um encontro social ou confraternização por mês, mas a frequência era baixa, até dos membros da diretoria. As festas de

confraternização eram de frequência limitada, em parte, por concorrência de igrejas que agregavam os fiéis durante todo o dia de domingo, como é o caso dos ramos do pentecostalismo instalados no Assentamento.

Os associados que aderiram à confraternização mensal colaboravam na realização de almoço, previamente planejado. A mobilização estava sendo estimulada pela inclusão de bingos e sorteios, portanto, pela ênfase do espaço de sociabilidade que a associação também representa. A diretoria, além disso, intermediava a instalação e o uso de telefone público junto à Associação, contando com a participação de associados para compra e para, em mutirão, instalar os postes condutores.

A diretoria projetava ainda, como recurso instrumental à manutenção do reengajamento político dos assentados e da vida institucional, constituir uma nova divisão de trabalho. O associado que se encarregasse da prestação de serviços deveria receber porcentagem sobre o valor a eles atribuído. Esperava assim assegurar continuidade na oferta de serviços e no acesso aos rendimentos. Além disso, projetava criar uma cooperativa de venda de insumos.

Para manter a associação, os associados ativos previram a contribuição de R\$2,00 mensais; mas ninguém, naquele momento, pagava. Por isso, a associação se encontra altamente descapitalizada, só recebendo contribuições advindas da contrapartida da prestação de serviços. A diretoria contava com a ajuda institucional do IDACO/AMAR (cf. Ata de assembleias de 15 de agosto e 5 de setembro de 1999) e, por ocasião da confraternização mensal, integrava lucros advindos da revenda de cervejas e refrigerantes. Por isso, ela terminava por financiar, com recursos próprios, todos os gastos concernentes à representação política.

A associação, no momento da pesquisa, estava formalmente estruturada pelos seguintes documentos: Estatuto - Ata de fundação - Atas - Livro de Assinatura; Imposto de Renda - RAI (a partir de 1995, atrasado) Papel timbrado; CGC 31 998 685/0001-30. Não contava com CNPJ. Estas opções revelam as expectativas em torno de possibilidades de constituição de convênios, sempre acenados, raramente objetivados. Dados os longos períodos de inatividade, os documentos estavam defasados, precisando atualização. Esta limitação tinha então consequências sobre as alternativas de construção institucional de convênios.

A associação, naquele mesmo ano, contava com o seguinte patrimônio: área cedida (0,24ha) pelo INCRA, um galpão para abrigar um caminhão 74 (em 1999, inativo por problemas mecânicos e de reposição de peça), doado pelo Ministério do Interior, uma retroescavadeira, um escritório e um espaço destinado

à montagem de loja para venda de insumos e preservação do estoque (evitando a apropriação indébita) e retroescavadeira. Através destes recursos, a diretoria projetava criar uma cooperativa. Uma das causas da inatividade dos implementos agrícolas e do caminhão era a inexistência de um tratorista destinado sistematicamente a esta atividade.

Ainda no ano da pesquisa (1999), a diretoria da associação, além da representação política, prestava serviços de retroescavadeira a R\$ 20,00 a hora para os assentados e a R\$30,00 para os não-assentados. Oferecia serviço de escritório em meio expediente. Ela alugava um caminhão para levar a produção dos assentados para o Pavilhão 30 da CEASA-RJ. Este caminhão era da propriedade particular do diretor comercial da Associação.

A diretoria da Associação intermediou um crédito PROCERA para eletrificação rural, cada associado se comprometendo a contribuir com R\$25,00 mensais em 84 prestações ou R\$2.200,00, por amortização total, no momento da implantação do projeto. Do total, uns 30 associados não honraram o compromisso, motivo pelo qual a diretoria iria construir processo judicial contra os inadimplentes (cf. Ata da assembléia de 3 de janeiro de 1999). O custo do projeto de eletrificação rural se tornou mais caro e fora assumido pelo crédito PROCERA porque a CERJ – empresa estadual de fornecimento de energia, só ofereceu o serviço sob condições precárias e risco durante períodos de tempestade. O projeto era viável para regiões planas, mas não para as montanhosas, como é o caso, no Assentamento Alpina.

### **A associação e a rede institucional**

Uma das questões relevantes para se compreender a forma de organização política condensada no associativismo se referencia às concepções de política, poder e autoridade, por essas circunstâncias, elaboradas pelos associados. A vida associativa é percebida como caudatária dos movimentos redistributivistas de agentes estatais. Esta redistribuição revela os modos de concepção do papel e do prestígio do representante delegado, das formas que, por estas concepções, ele pode colocar em jogo para acumular prestígio e poder. Os dirigentes entrevistados assim então explicitaram a definição de facções políticas frente às instituições partidárias.

Eu não brigo com o poder público, em hipótese alguma. De vez em quando a gente fica com raiva, mas vai lá e renova os pedidos, porque, para tirar deles alguma coisa, você tem que estar sempre em contato. Mesmo que

você não seja simpático a um prefeito, que ele seja do tipo arrogante, de vez em quando você tem que estar lá, conversando com ele, com os secretários, para ver se a gente consegue alguma coisa aqui, alguma praça, alguma coisa assim, no sentido de melhorar a vida, mas, por enquanto, nada...

Nós aqui sempre rechaçamos a entrada de partidos políticos. Os assentados são bastante, vamos dizer neutros, eles não são politizados. Eles não respondem bem aos apelos de partido político também não. Eu me lembro que, durante o período de 91 a 95, que eu fui presidente, eu sempre rechacei qualquer grupo político que viesse aqui para dentro da associação. Tiveram algumas vezes pessoas de partidos que vieram aqui dentro e tal, mas aí as reuniões foram feitas nas casas das pessoas. Porque nós, no caso eu, e o pessoal concordamos na época, então nós sempre evitamos ter agremiações políticas aqui dentro. Não sei se é porque eu tive sempre essa linha de ter contato com a prefeitura, né, com o poder público constituído para tentar ver se trazia alguma coisa, então, eu sempre rechacei. E agora nós temos movimentos aí, político de um lado, político de outro que veio aqui, mas conversa na casa dos assentados (entrevista com dirigente da associação em agosto de 1999).

Apresentando-se em estado de disponibilidade para participar da redistribuição, os diretores da associação são receptivos aos representantes institucionais que lhes propõem parcerias ou colaborações. Da EMATER, os assentados haviam obtido a implantação de fruticultura pela redistribuição de 25.000 mudas de *citrus*. Do SENAR, um curso de fabricação de pickles e defumados e outro sobre piscicultura:

Teve um período que veio o SENAR, fizemos alguns cursos aqui dentro. Fizemos o curso de piscicultura, que, de todos que fizeram só o Vicente levou à frente, mas, pelo menos um já levou, já deu uma arrancada. Fizemos aqui um curso de defumados, até tem o defumador que está ali no canto. Só funcionou no dia do curso e nunca mais funcionou. O pessoal do SENAR deixou aí o defumador, mas é simples, feito com uma manilha. Nós teríamos que comprar, no caso, o termômetro, mas aí acabou que não houve interesse de ninguém na comunidade, aí a gente deixou pra lá. Porque, a princípio, houve logo um entrave. Porque o vereador Noel, ele era o secretário de agricultura, aí eu chamei ele, o secretário de agricultura e disse: - vamos lá para conversar o que se tem que fazer para funcionar. Isso foi em 95. A

prefeitura, aqui em Teresópolis, ela não tinha ainda um estatuto, não é bem estatuto, ela não tinha uma posição com relação aos pequenos produtos artesanais. É uma legislação. Esse Noel disse que ia procurar saber, ele era secretário de agricultura. Mas também a secretaria de agricultura ainda estava sendo formada em Teresópolis, ainda em 95. Foi em 95 que foi feito esse curso de defumados. Veio depois o Noel e trouxe uma legislação do Estado, que ele disse que ia tentar ver se os vereadores a adaptavam para aqui, mas era tanta exigência, que tinha que ser tudo azulejado, os porcos tinham que ser colocados em pocilga, mas tinha que ser tanto por tanto, um montão de exigências..., que até eu concordo. Aí o defumador não podia ser ali, tinha que ser em outro lugar, tinha que ter acesso à cozinha, tinha que ter uma banca. Aí, quer dizer, nós tínhamos que montar uma pequena indústria, porque queijo, linguiça, tudo que você faça aqui em Teresópolis, em casa, produtos caseiros, não podem ser vendidos na cidade, porque a fiscalização pega em cima. Nós não temos feira em Teresópolis...! Se você vai à Baixada, eu fico admirado, aquelas casas com aqueles tabuleiros! Mas, aqui em Teresópolis, se você for com uma linguiça que não tenha sido inspecionada em algum lugar, é logo tirada, o cara é preso. A nossa feira é pequenininha, ela é do lado da rodoviária. Ali os produtores se reúnem as sextas, para vender alguns legumes. Uma coisa que começou, mas depois eu sai da associação, o Carlos Alberto chegou a levar à frente, chegamos a montar com a prefeitura, na época, que era um prefeito do interior, o Luís Barbosa, a gente chegou a montar uma pequena fábrica, o custo ficava em 50 e poucos mil reais, era pra comprar um fogão, assim. Aí, no caso, galinha, coelho que matasse, podia vender na feira. Mas aí passou a ter que ter autorização da prefeitura e tudo, mesmo a gente tendo chegado a montar isso, o projeto está até na prefeitura, planta e tudo, mas é que não temos dinheiro e a prefeitura não vai bancar. Fomos ao banco pegar o crédito, que financia pequenas empresas, pelo SEBRAE. Chegou o pessoal do SEBRAE vir aqui, conversamos, mas o custo era muito alto, o dinheiro é alto, aí acabou que desistimos e ficou por isso mesmo.

Os cursos não vão pra frente também porque o pessoal não leva à frente não. Só se tiver um grupo de interessados, mas aí isso tem que montar fazer uma montagem. Ver dentro da comunidade um grupo que queira assumir essa parte (entrevista com dirigente da associação em agosto de 1999).

Tanto os assentados (associados ou não) como os dirigentes reclamavam da

falta de atenção por parte da Prefeitura Municipal de Teresópolis. Até o início do segundo semestre de 1999, os agricultores do município não estavam sendo beneficiados pelo crédito PRONAF infraestrutura, porque os porta-vozes do poder público, segundo avaliação dos entrevistados, não se engajavam em interesses voltados para a atividade agrícola. Estavam representados no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, mas o plano municipal de desenvolvimento rural não havia sido elaborado, "a prefeitura de Teresópolis tem secretaria de agricultura, mas ela não é ligada ao desenvolvimento rural. Ela é mais ligada a consertar estrada, dar escoamento aos produtos" (assentado entrevistado em agosto de 1999).

Reconheciam como benfeitoria obtida do poder municipal, a construção e melhoria de estradas e a oferta de Kombi escolar para transportar alunos para escolas fora do Assentamento.

Estando os assentados, no contexto da pesquisa, em processo de avaliação para a emancipação do assentamento, reconheciam os seguintes serviços de infraestrutura advindos do INCRA: construção de estradas internas ao assentamento, definição do perímetro e dos lotes e eventual assistência organizacional.

Do IDACO – Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária, eles haviam sido beneficiados com um curso de apicultura e constituído relações de parceria a partir da recepção de jovens franceses durante um *chantier*.

Da UNACOOOP – União das Cooperativas, eles reconheciam a colaboração sob a forma de orientação e apoio à comercialização de produtos na CEASA-RJ. Todavia, os contatos, no contexto da pesquisa, estavam interrompidos. Os assentados aguardavam resposta à demanda encaminhada e parcialmente atendida pelos diretores da referida instituição, que abarcava análise de solo.

Não estando os assentados disponíveis para todas as alternativas apresentadas, outras instituições foram por eles rejeitadas quanto à integração a redes de aglutinação e expulsas por serem avaliadas por efeitos daninhos. Este fora o caso, no ano da pesquisa, da atitude tomada pelos assentados diante do Programa de Assistência Técnica INCRA-LUMIAR. Considerada inoperante, a equipe foi desligada por pedido da diretoria da associação.

O projeto do PROCERA que eles colocaram aqui, não foi aprovado, lá na comissão. Esse último, do custeio, porque eles fizeram um do custeio que foi aprovado, de 2 mil reais, foram colocados aqui. Eles erraram duas vezes, o último erro deles foi não colocar, que é uma coisa simples, qualquer projeto

que se faça, até para um banco particular, você tem que colocar a área em que vai ser feita a produção. Eles não colocaram aí o moço do FAT falou: - esse projeto aí pode tirar. E como tem a parte de assistência técnica nossa, que é muito carente, eles não visitavam os lotes, o pessoal vinha aqui e pedia ao Toninho, fala com eles pra ir lá visitar, de repente uma doença que estava tendo no sítio. Eles alegavam que não tinham carro, que a verba era pequena, botavam sempre a culpa no INCRA, então vamos tentar com a EMATER outra vez. Mas a EMATER em Teresópolis também está carente, porque o que fez o projeto nosso faleceu, e a EMATER só tem aqui, hoje, em toda Teresópolis, duas pessoas só.

O projeto Lumiar era para trazer verba para colocar em prática a produção, a pessoa produzir mais na agricultura para poder ter mais dinheiro, para poder se capitalizar (entrevista com dirigente da associação em agosto de 1999).

Não sem motivo, portanto, os dirigentes e os associados concebiam a dinâmica da vida associativa pela capacidade de os dirigentes *correrem atrás*, isto é, investirem na construção de redes de afiliações institucionais capazes de fazer transferir recursos.

Agora na questão da associação, a gente quer tentar ver se consegue mais algum tipo de entidade, alguns contatos, porque a gente já conseguiu com o IBAMA, fazer daqui uma reserva permanente. Agora estamos só tentando acertar essa documentação; e temos o Idaco, que é uma ONG que sempre participou com a gente, já há alguns anos, e fizemos aqui vários cursos (entrevista com um dos dirigentes da associação, em agosto de 1999).

### **Especificidades do caso analisado**

A análise dos diversos momentos de vinculação dos associados evidencia alguns estranhamentos ou concepções próprias daqueles que são nestes termos mobilizados. Eles não correspondem às expectativas da solidariedade em absoluto. Estão em jogo certos embates derivados da diversidade cultural de concepções de poder, de modos de julgamento e de apreciação inerentes a universos sociais e simbólicos que se tangenciam, mas permanecem diferenciados. Nos espaços da associação [que operam pelo encontro dos assentados com representantes de instituições externas, públicas e privadas], assim constituídos como unidades de ação política, as divergências e os desencontros se expressam e se defrontam.

Para se reconhecer certa positividade à insistência do modelo associativista, concebido como recurso de mediação para o relacionamento de agentes diversamente posicionados, é preciso se dar atenção à dinâmica própria do funcionamento interno dessa unidade de ação política. Geralmente ela tem permanecido estranha aos interesses da pesquisa ou da compreensão sociológica. As atas das associações revelam-se como instrumento mais consolidado do encontro e da negociação das formas de concepção de registro das ações. Impondo-se o registro escrito, mesmo que sob estilo muito próprio (sob formas diversas de grafia), os associados também criam recursos para: - encaminhamento de reivindicações; - cobrança de cumprimento de palavras empenhadas; - estímulo à elaboração de discursos de anúncio de bens projetados; - redistribuição de bens e recursos entre os diversos agentes que aí se encontram engajados.

As associações não podem ser compreendidas enquanto unidades individualizadas. Elas fazem parte de um projeto (político, mesmo que sob afirmação redundante, mas para efeitos enfáticos) coletivo ou de uma ideologia de integração, devendo ser compreendidas pelas condições de suporte que as redes institucionais, às quais elas devem estar integradas, possam oferecer.

Esta proposição de compreensão sociológica permite ressaltar que os grandes problemas colocados para seu funcionamento e reprodução derivam do fato de elas existirem diante de movimentos e mobilizações temporárias. E geralmente serem definidas pela instrumentalização dos poderes públicos, pela produção descontínua de ações de utilidade social.

Os ideários que motivam a sua recorrente e sucessiva criação, recriação ou fissão, muitas vezes as colocam sob referências antagônicas. Em alguns contextos, dirigentes e associados passam a se debater diante de questões diferenciadas, num território delimitado, sem, contudo alcançar capacidade de criar ou articular novas referências e alianças.

Por isso, não se pode esquivar de compreender, mesmo que não claramente verbalizadas, mas dedutíveis dos registros sintéticos deixados à construção da memória do processo de assentamento pelas atas, as condições de emergência ou de elaboração de um projeto coletivo, princípio fundamental ao funcionamento das associações. Na ausência das condições de elaboração de um projeto coletivo, como os associados podem se referenciar a valores e a sentidos da ação, princípios fundamentais à mobilização e ao engajamento? A concepção de solidariedade, ao se assentar na palavra de ordem *unidos venceremos*, não pode ser apenas figura de retórica, a despeito de existir como crença. Ela deve

dar sinal de existência, explicitando algum efeito prático.

Ora, se as associações são comumente pensadas como resultantes de projetos coletivos e do militantismo frente a uma questão a ser enfrentada, importa entender como este ideário se objetiva e se reafirma. Entendê-las pelas especificidades das situações que as fazem emergir, é não só tomar como objeto de estudo as proposições intervencionistas, tanto as emanadas de instituições estatais como de organizações não governamentais, mas também admitir que o associativismo não pode ser apresentado como instrumento universalizável de agregação ao engajamento político e à ação coletiva.

## **Referências**

NEVES, D.P. **Os fornecedores de Cana e o Estado Intervencionista**. Niterói: EDUFF, 1997a.

\_\_\_\_\_. **Assentamento Rural**: reforma agrária em migalhas. Niterói: EDUFF, 1997b.

\_\_\_\_\_. O associativismo e imposição do agricultor solidário. In: BERGAMASCO, S.M.P.P.; OLIVEIRA, J.T.A.; ESQUERDO, V.F. de S. (Orgs.) **Assentamentos Rurais no Século XXI**: temas recorrentes. Campinas: FEAGRI/UNICAMP/INCRA-SP, 2011, p.115-144.

POLIANO, L.M. **A Sociedade Nacional de Agricultura**. Resumo Histórico. Rio de Janeiro: SNA, 1945.

# INDICADORES DE VINCULAÇÕES INSTITUCIONAIS EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO NORTE DO PARANÁ E NO PONTAL DO PARANAPANEMA

Luiz Antonio C. Norder<sup>1</sup>

Maurício Ursi Ventura<sup>2</sup>

**Resumo:** Este texto apresenta os resultados de pesquisa sobre indicadores quantitativos de percepção de vinculações institucionais em assentamentos rurais nas regiões do Norte do Paraná e do Pontal do Paranapanema (SP), com destaque para a percepção sobre as agências prestadoras de serviços de assistência técnica, movimentos sociais, associações, cooperativas, prefeituras, órgãos estaduais e federais, igrejas, comércio local e ONGs. A pesquisa mostra que as relações mais comumente consideradas positivas vinham sendo aquelas estabelecidas com agências bancárias (em geral estatais), comércio local e igrejas. Analisa-se ainda a importância de indicadores sobre a percepção referente à diversas instituições como forma de se contextualizar e interpretar os indicadores específicos de políticas públicas e para as ações das agências de Ater (assistência técnica e extensão rural).

**Palavras-chave:** Assentamentos rurais; Desenvolvimento rural; Indicadores de extensão rural; Movimentos sociais: participação; Organizações locais.

**Abstract:** *This paper presents the results of a quantitative research study of indicators of perceptions to assess institutional linkages in rural settlements in the northern regions of Parana and Pontal do Paranapanema (SP),*

---

<sup>1</sup>Professor Adjunto do Departamento de Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de São Carlos. Email: luiz.norder@cca.ufscar.br

<sup>2</sup>Professor Associado do Departamento de Agronomia da Universidade Estadual de Londrina. Email: mventura@uel.br

*highlighting in particular service users' perceptions of the quality of the services provided by governmental agencies, including technical assistance; social movements; associations; cooperatives; local government; state and federal government agencies; churches; local marketing; and NGOs. The research findings showed the overall positive relations, which have been established with bank branches (commonly State Bank), local marketing and churches. Likewise, the importance of indicators to measure perceptions of institutional quality as a resource for contextualization and to better understand specific indicators of public policies, and the actions of the ATER (technical assistance and rural extension) agencies was also examined.*

**Keywords:** *Rural Settlements; Rural Development; Rural Extension Service Indicators; Social Movements: Participation; Local Organizations.*

## **1. Introdução**

Diversas pesquisas com metodologias quantitativas têm sido realizadas nos últimos anos sobre os assentamentos rurais no Brasil (SPAROVEK, 2003), desenvolvimento rural (KAGEYAMA, 2004), serviços de assistência técnica e extensão rural (BERGAMASCO et. al., 2010) e percepção ambiental (OLIVEIRA, 2002), entre vários outros temas e segmentos sociais específicos para os quais busca-se a construção de novos indicadores ou sua atualização, reformulação e detalhamento. Em muitos casos, a produção de indicadores quantitativos, partindo de métodos e técnicas definidas no campo científico, torna-se objeto de ampla discussão pública, podendo envolver diferentes atores e gerar controvérsias que suscitam uma avaliação social de seus processos e produtos (CALLON, 1981).

As relações entre assentados e seu universo institucional local/regional e as múltiplas dimensões da cidadania enquanto prática social têm sido objeto de diversos enfoques teóricos e metodológicos (SIMONETTI, 2011). Uma das vertentes interpretativas sobre o assunto atribui especial importância às relações sociais e institucionais, notadamente a partir da noção de capital social, no processo de desenvolvimento econômico (PUTNAN, 2005) e de desenvolvimento rural (ABRAMOVAY, 2002). Neste sentido, o objetivo deste texto é analisar, de forma comparativa, a partir de pesquisa quantitativa, a percepção dos assentados sobre as relações institucionais estabelecidas na produção agropecuária, na implementação de políticas públicas e no plano da representação política em duas diferentes regiões, com um enfoque sobre o

caso das agências prestadoras serviços de assistência técnica e extensão rural<sup>3</sup>.

Nas próximas seção, apresentaremos a metodologia da pesquisa quantitativa realizada nas duas regiões selecionadas e os principais resultados obtidos. Em seguida, há uma reflexão sobre a importância deste cenário comparativo entre diversas instituições para se interpretar, por exemplo, indicadores mais específicos sobre uma destas instituições, no caso, os serviços de Ater (Assistência técnica e extensão rural), tema tratado com maior aprofundamento no projeto de pesquisa mencionado acima.

## **2. Metodologia da Pesquisa**

A metodologia desta pesquisa sobre os assentamentos rurais nas regiões do Norte do Paraná e do Pontal do Paranapanema consistiu em produzir informações quantitativas a partir de questionário estruturado sobre qualidade de vida e trabalho, produção agropecuária, agroecologia, gestão ambiental, restauração de florestas nativas e percepção sobre os serviços de Ater, entre outros aspectos, por meio de levantamento de dados por amostragem aleatória a partir de listagens oficiais de beneficiários. As perguntas foram elaboradas de forma a obter dados referentes ao ano-base de 2010.

Foram inicialmente considerados nesta pesquisa os parâmetros estatísticos utilizados na *Pesquisa Sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos do Brasil* (PQRA), publicada pelo INCRA em 2010, na qual foram aplicados 1.164 questionários em um universo de 804.867 famílias assentadas entre 1985 e 2008, ou seja, uma amostragem de 2,0% que permitiu o estabelecimento de uma margem de confiança de 95% para os resultados obtidos (INCRA, 2010).

Na pesquisa realizada em 2011 no Norte do Paraná e no Pontal do Paranapanema foi utilizado o mesmo formato de parte das questões da PQRA/INCRA (2010), o que permite, mediante condições, eventualmente, a realização de análises comparativas regionais e nacionais, sobretudo no que se refere à

---

<sup>3</sup>Os dados aqui apresentados foram produzidos no âmbito do Projeto de Pesquisa Avaliação Participativa e Indicadores de ATER em Agroecologia e Restauração Florestal em Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema (SP) e no Norte do Paraná (PR), financiado pelo CNPq e realizado por docentes do Departamento de Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de São Carlos e do Departamento de Agronomia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e estudantes das duas instituições.

qualidade de vida e produção agropecuária. Quanto aos indicadores de assistência técnica e extensão rural (Ater), foram utilizados parte dos critérios e parâmetros formulados por Bergamasco et al. (2010), mas com o acréscimo de alguns temas e a criação de outros formatos tanto para as questões como para as respostas.

No Norte do Paraná, o levantamento de dados foi realizado em três municípios contíguos na região de Londrina, caracterizados por uma população majoritariamente rural e com predominância de atividades agropecuárias: Ortigueira, São Jerônimo da Serra e Tamarana. Estes três municípios contavam em 2010, com populações, respectivamente, de 23.554 (59% rural), 11.336 (50% rural) e 12.232 habitantes (52% rural). Trata-se de uma região que apresentava os mais baixos IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) no Estado do Paraná em 2000, sendo que no Estado do Paraná o município de Ortigueira apresentou o mais baixo IDH (0,620). Os municípios de São Jerônimo da Serra e Tamarana, com IDHs, respectivamente, de 0,674 e 0,683, situavam-se entre os 25 municípios com o menor IDH no Estado, que contava com 399 municípios.

Dados oficiais do INCRA/PR indicavam um total de 520 famílias em sete assentamentos em Ortigueira, 282 famílias em onze assentamentos em Tamarana e 339 famílias em oito assentamentos em São Jerônimo da Serra, todos estes criados havia mais de dez anos. Os serviços de assistência técnica e extensão rural vinham sendo ofertados desde 2008 mediante convênio entre o INCRA e a Emater/PR – e realizados por esta em parceria a Fundação Terra<sup>4</sup>. Foram realizadas 71 entrevistas em assentamentos selecionados nos três municípios entre 09 e 14 de maio de 2011, o que corresponde a 6,2% do total de famílias assentadas - uma amostragem, portanto, três vezes superior à utilizada na PQRA/INCRA (2010).

Para região do Pontal do Paranapanema, formada por 32 municípios, vários deles entre os mais baixos IDHs do Estado de São Paulo, considerou-se um universo de 5.707 famílias assentadas, distribuídas em 108 projetos de assentamentos implementados pelos governos federal e estadual até 2005; a maior parte dos assentamentos havia sido criada havia mais de dez anos; em todos os casos, os serviços de assistência técnica e extensão rural nos

---

<sup>4</sup>A Fundação Terra é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip, de acordo com a Lei 9.790/99) criada em 2002 em uma Assembleia Geral Extraordinária da Associação dos Funcionários da Emater/PR.

assentamentos pesquisados vinham sendo prestados pela Fundação Itesp<sup>5</sup>. O questionário foi aplicado em uma amostra de 2,45% dos lotes (22% acima da utilizada na PQRA/INCRA), num total de 140 famílias entrevistadas entre 13 de abril de 2011 a 07 de maio de 2011 em 85 assentamentos<sup>6</sup> em 14 municípios<sup>7</sup>.

As duas regiões pesquisadas apresentam um histórico de conflitos sociais pela posse da terra e atuação de movimentos sociais desde o início dos anos 90, com expressiva mobilização política de trabalhadores sem terra com vistas à realização de programas de reforma agrária (CECILIO, PUZIOL, SILVA, 2010; BARONE, 2009). A partir de 2005, os movimentos sociais e a criação de assentamentos nas duas regiões passam, no entanto, por um expressivo refluxo.

Foi também realizado um levantamento censitário de dados junto a técnicos extensionistas da Fundação Itesp na região do Pontal do Paranapanema, sendo que parte das questões foi elaborada de forma similar às apresentadas aos assentados. Foi obtido o preenchimento de 56 questionários de um total de 83 profissionais da Fundação Itesp atuando com Ater na região do Pontal do Paranapanema, o que corresponde a 67,4% do total. As questões também foram realizadas tomando 2010 como ano-base.

### **3. Percepções sobre Vinculações Institucionais**

Nesta seção analisa-se a percepção dos assentados sobre suas interações com diferentes instituições e atores presentes nas duas regiões estudadas, como movimentos sociais, associações, cooperativas, prefeituras, órgãos estaduais e federais, comércio local e ONGs. Apresentaremos os resultados da pesquisa quantitativa realizada nos três municípios paranaense e no Pontal do

---

<sup>5</sup>Os escritórios regionais da Fundação da Fundação Itesp e o total de famílias e de assentamentos assistidos por cada um no momento da pesquisa eram os seguintes: Mirante do Paranapanema, 1.156/30; Presidente Bernardes: 589/12; Presidente Epitácio: 390/5; Presidente Venceslau: 1.072/22; Rosana: 628/4; Euclides da Cunha: 662/11; Teodoro Sampaio: 1.210/24.

<sup>6</sup>Parte dos assentamentos com um pequeno número de famílias não foi incluído no plano amostral por não terem sido sorteados; é o caso de assentamentos com menos de 30 famílias; ainda assim, foi mantida a proporção de entrevistados em pequenos assentamentos em relação ao total. O mesmo ocorreu para os assentamentos pesquisados no Paraná.

<sup>7</sup>Caiuá, Euclides da Cunha Paulista, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Piquerobi, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Rancheira, Rosana, Sandovalina, Teodoro Sampaio e Ribeirão dos Índios.

Paranapanema e, de forma complementar, a percepção dos assentados sobre a participação em movimentos sociais.

### 3.1.1. Norte do Paraná

A Tabela 1 apresenta o conjunto de dados sobre a percepção dos assentados nos três municípios norte-paranaenses pesquisados: Ortigueira, São Jerônimo da Serra e Tamarana.

**Tabela 1** – Percepção dos assentados em Ortigueira, São Jerônimo da Serra e Tamarana em 2010 sobre suas vinculações com diferentes instituições.

	Representatividade (%)						Total
	N	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	
Associação, Cooperativa	65	3,08	20,00	16,92	9,23	7,69	56,9
Comércio local	64	1,56	53,13	23,44	9,38	1,56	89,0
Agências Bancárias	62	4,84	64,52	20,97	0,00	1,61	91,9
Cooperativas de Crédito	63	1,59	4,76	0,00	0,00	0,00	6,3
Prefeitura Municipal	64	1,56	25,00	25,00	20,31	14,06	85,9
INCRA	66	3,03	30,30	28,79	4,55	12,12	78,7
MST	62	8,06	17,74	14,52	4,84	3,23	48,3
Outros Movimentos Sociais	56	0,00	1,79	0,00	1,79	1,79	5,3
Entidades religiosas	62	14,52	45,16	6,45	3,23	1,61	70,9
IBAMA	60	1,67	30,00	13,33	5,00	5,00	55,0
Órgão Ambientais Estaduais	55	0,00	3,64	7,27	1,82	1,82	14,5
ONGs para Agricultura Familiar	58	0,00	1,72	0,00	0,00	0,00	1,7
ONGs Ambientais	58	1,72	0,00	1,72	0,00	0,00	3,4

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2011.

Nota-se que a participação em associações e cooperativas foi afirmada por 57% das famílias entrevistadas, mas os que consideravam sua vinculação com as mesmas eram ótimas ou boas ficou em pouco menos que um quarto do total. A percepção de vinculação com o MST foi identificada em 48,3% das famílias, das quais praticamente metade considera que esta relação é ótima ou boa, ou seja, um quarto do total. Embora haja, por um lado, apenas 8% de entrevistados que tenham afirmado que suas interações com o MST eram ruins e péssimas, verifica-se um distanciamento entre praticamente metade dos assentados entrevistados (51%), ao mesmo tempo em que quase 95% das famílias entrevistadas afirmaram não ter vinculações com qualquer outro movimento social.

A atuação em conjunto com organizações não-governamentais, sejam elas ambientais ou para o fomento da agricultura familiar, são muito pouco frequentes, com um total entre 96 a 98% das famílias entrevistadas tendo afirmado que não interagiram com organizações identificadas por eles com este perfil em 2010.

Vejam os dados referentes aos órgãos públicos, a começar pelo INCRA, cuja relação era considerada ótima ou boa por pouco mais que um terço das famílias entrevistadas; a relação com as prefeituras foi considerada boa ou ótima por um quarto dos entrevistados (26,5%). Por outro lado, cerca de dois terços considerava suas relações com as prefeituras eram ruins ou péssimas. A interação com o IBAMA não foi identificada por 45% das famílias, enquanto 65% afirmaram ter estabelecido algum vínculo em 2010; destas, 31,7% consideram estas vinculações ótimas ou boas e apenas 10% ruins ou péssimas. Já em relação aos órgãos ambientais estaduais, apenas 15,5% afirmaram manter algum tipo de relação.

As relações institucionais que apresentam os maiores percentuais de avaliações positivas nos assentamentos dos três municípios paranaenses referem-se às agências bancárias. Mais de dois terços das famílias das famílias entrevistadas no Norte do Paraná consideravam suas interações eram boas ou ótimas com as agências bancárias, que são, nas duas regiões, hegemonicamente estatais; contrariamente, menos de 10% afirmaram que suas vinculações com as agências bancárias eram ruins, péssimas ou inexistentes.

As relações com o comércio local também figuram de forma positiva para pouco mais da metade das famílias, ainda que 10,9% do total as considerem pouco relevantes e outros 10,9% as considerem ruins ou péssimas. Destaca-se ainda uma vinculação estimada como positiva com entidades religiosas em quase 60% das entrevistas, enquanto 29% afirmaram não manter vinculações religiosas.

### *3.1.2. Pontal do Paranapanema*

Vejam a seguir, com base nos dados da Tabela 2, a percepção dos assentados do Pontal do Paranapanema (SP) sobre suas relações institucionais.

**Tabela 2** – Percepção dos assentados do Pontal do Paranapanema em 2010 sobre suas vinculações com diferentes instituições.

	N	Representatividade (%)					Total
		Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	
Associação, Cooperativa	132	3,79	17,42	15,15	9,09	6,06	51,5
Comércio local	137	8,76	59,12	18,25	3,65	2,19	91,9
Agências Bancárias	134	3,73	55,97	11,94	11,19	7,46	90,3
Cooperativas de Crédito	127	0,00	7,09	1,57	0,79	4,72	14,1
Cocamp	128	1,56	10,94	8,59	9,38	12,50	42,9
Prefeitura Municipal	135	2,96	25,19	26,67	16,30	17,78	88,9
INCRA	124	2,42	18,55	19,35	3,23	8,87	52,4
ITESP	133	3,76	30,08	30,83	13,53	15,04	93,2
MST	127	4,72	27,56	11,02	7,87	10,24	61,4
Outro Mov Social	107	3,74	5,61	3,74	1,87	2,80	17,7
Entidades religiosas	128	9,38	57,03	5,47	1,56	3,13	76,5
IBAMA	129	3,10	29,46	4,65	6,98	4,65	48,8
Órgão Ambientais Estaduais	116	4,31	18,10	4,31	2,59	4,31	33,6
ONGs para Agricultura Familiar	112	0,89	7,14	2,68	0,89	1,79	13,3
ONGs Ambientais	111	1,80	9,01	2,70	0,00	1,80	15,3

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2011.

Não foram verificadas diferenças expressivas entre o Pontal do Paranapanema e o Norte do Paraná quando se analisou a participação dos assentados em associações e cooperativas, ainda que se possa salientar que no Pontal havia uma vinculação um pouco menor (51,52%, contra 57% no Paraná) e ligeiramente menos favorável em termos de repostas boas e ótimas: 22%. Cerca de 15% expressaram uma avaliação ruim ou péssima e outros 15% uma avaliação considerada regular sobre sua participação em associações e cooperativas.

Em relação ao MST, verificou-se uma avaliação boa ou ótima entre 32% das famílias (contra 25,8% no norte do Paraná) e ruins ou péssimas entre 18%; 38% que afirmam não ter relações com o Movimento, para 51% no norte do Paraná. Já a relação com a principal cooperativa do MST na região do Pontal, a Cocamp (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal), é menos bem menos intensa: apenas 12,5% dos entrevistados indicaram uma avaliação considerada boa e ótima. Por outro lado, quase 10% dos assentados entrevistados no Pontal afirmavam manter vinculações boas ou ótimas com outros movimentos sociais que não o MST, ainda que predomine largamente, em 82,2% dos casos, uma ausência de vinculações com qualquer outro movimento social na região.

No Pontal do Paranapanema, quase 10% das famílias indicaram o estabelecimento de uma vinculação ótima ou boa com organizações não-governamentais para a agricultura familiar, e também uma percepção um pouco mais favorável, em comparação com o caso paranaense mencionado acima, em relação às entidades identificadas como ambientais, que foram objeto de uma avaliação positiva ou mesmo regular por quase 13% das famílias entrevistadas no Pontal. De uma forma geral, as relações com ONGS apresentam-se um pouco mais frequentes no Pontal do Paranapanema do que nos três municípios pesquisados no norte do Paraná. Ainda assim, a pesquisa acena para uma forte desvinculação dos assentados no Pontal do Paranapanema com organizações não-governamentais ambientais (84,6%) ou para a promoção da agricultura familiar (86,6%).

As relações com o INCRA foram consideradas boas por pouco mais que 20% das famílias, um índice menos favorável que o identificado no Paraná, o que se deve, em boa medida, ao fato de que muitos assentados no Pontal eram vinculados diretamente ao governo estadual; por este motivo, quase metade das famílias afirmou não ter relações com este órgão federal.

As interações com as prefeituras na região do Pontal do Paranapanema foram qualificadas como ótimas ou boas por 28% dos assentados entrevistados – e como ruins ou péssimas por 34%. Estes números, como vimos, são bastante próximos aos obtidos nos três municípios paranaenses pesquisados. Sobre a Fundação Itesp, responsável oficial de assistência técnica e extensão rural e pela condução da política estadual de desenvolvimento rural dos assentamentos, as vinculações são consideradas boas ou ótimas por 33,8% dos entrevistados, mas ruins e péssimas por 28,6% e inexistentes por 6,7%. Nota-se, no caso do Pontal do Paranapanema, uma percepção um pouco melhor sobre a Fundação Itesp do que a percepção sobre as prefeituras da região.

As relações com órgãos ambientais oficiais no Pontal do Paranapanema também não apresentam diferenças substanciais em relação ao verificado no norte do Paraná. Pouco mais que a metade das famílias afirmou não ter estabelecido vinculações com o IBAMA em 2010; quase um terço considerava que as relações estabelecidas foram boas ou ótimas e 11,6% consideravam sua interação com estes órgãos ruins ou péssimas. Dois terços dos entrevistados no Pontal afirmaram que não vinham interagindo com órgãos ambientais estaduais; 22,4% consideravam que suas interações haviam sido positivas boas ou ótimas; apenas 6,9% estimavam vinculações ruins ou péssimas com as agências ambientais estatais.

Outro aspecto que apresenta similaridade entre as duas regiões pesquisadas

refere-se à percepção em relação às agências bancárias, interpretadas por praticamente 60% das famílias como boas ou ótimas. No entanto, havia no Pontal cerca de 18% de famílias que indicavam relações ruins e péssimas com agências bancárias e outros 9,7% que afirmavam não ter vinculações. Uma percepção hostil ou um afastamento do sistema bancário é bem mais acentuado no Pontal do Paranapanema (28,3%) do que no norte do Paraná (9,7%); a vasta maioria das famílias no Pontal (85,8%) não participa de cooperativas de crédito.

Assim como no norte do Paraná, há no Pontal do Paranapanema uma avaliação positiva sobre o comércio local para a maior parte dos assentados (68%), enquanto menos de 15% o consideram ruim, péssimo ou inexistente. As vinculações com entidades religiosas também figuram entre as percepções mais positivas, com 68% de avaliações boas ou ótimas; ainda assim, 23% afirmaram não ter participado de organizações religiosas em 2010.

### 3.2. *Relação com os Movimentos Sociais*

Sobre os movimentos sociais, além das observações apresentadas acima sobre as duas regiões, pode-se mencionar alguns dados complementares, expressos na Tabela 3, que traz informações sobre a identificação política dos assentados com os movimentos sociais; 87,5% dos entrevistados no norte do Paraná e 86,4% no Pontal afirmaram não ter participado de movimentos sociais em 2010. Além disso, os que se identificaram como militantes abrangia aproximadamente 6,25% dos assentados entrevistados no Norte do Paraná e apenas 1,5% no Pontal do Paranapanema. Há ainda um reduzido número de assentados que se identificaram como simpatizantes de algum movimento social: 6,25% no norte do Paraná e 12,5% no Pontal do Paranapanema.

**Tabela 3** – Vinculação com movimentos sociais no Norte do Paraná e no Pontal do Paranapanema (2010).

	N	Não Participam	Simpatizantes	Militantes
Norte do Paraná	64	87,50	6,25	6,25
Pontal do Paranapanema	133	86,47	12,03	1,50

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2011.

Dados sobre a mobilização social e produtiva dos assentados pelo MST em associações e cooperativas podem ser observados na Tabela 4.

**Tabela 4** – Participação em associação ou cooperativa organizada pelo MST no Norte do Paraná e no Pontal do Paranapanema (2010).

	N	Participaram	Não participaram, mas pretendiam participar	Não pretendiam participar
Norte do Paraná	62	15,00	21,50	63,50
Pontal do Paranapanema	135	5,19	19,26	75,56

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2011.

Foi identificada na pesquisa uma participação de aproximadamente 15% dos entrevistados em associações e cooperativas organizadas pelo MST, além de aproximadamente 20% de assentados nas duas regiões que não vinham participando, mas que se mostravam dispostos a participar diante de uma oportunidade neste sentido. Por outro lado, os que não pretendiam participar somavam 63,5% no Norte do Paraná e 75,5% no Pontal do Paranapanema.

#### **4. O Contexto dos Indicadores de Ater**

No universo das vinculações institucionais dos assentados das duas regiões pesquisadas, conforme apresentado acima, destacam-se interações consideradas mais favoráveis com instituições nas quais os assentados se colocam, preponderantemente, sob a condição de cliente (de bancos e do comércio) – ou como integrante de igreja, ou seja, com instituições privadas; destaca-se ainda certa similaridade na avaliação, menos favorável, dos assentados em relação às instituições públicas, especialmente prefeituras e agências de Ater, ainda que, no caso de São Paulo, haja uma avaliação um pouco melhor em relação à Fundação Itesp em comparação com as prefeituras municipais. Além disso, nota-se um distanciamento de pouco mais da metade dos assentados das duas regiões em relação ao MST e da vasta maioria em relação à outros movimentos sociais. As vinculações dos assentados com organizações não-governamentais e com cooperativas de crédito são pouco comuns.

A elaboração de indicadores gerais sobre a qualidade dos serviços de assistência técnica e extensão rural – ou de outras políticas públicas – pode ser realizada levando-se em consideração este contexto das vinculações institucionais estabelecidas na mesma região.

Uma comparação focada, mais especificamente, no percentual de famílias que expressam vinculação boa ou ótima pode ser tomada como uma primeira

aproximação. Os dados acima mostram, no caso do Norte do Paraná, que há o mesmo índice de aprovação entre prefeitura e MST, algo em torno de 26% (a pesquisa não obteve os dados sobre a Emater no Paraná). No Pontal do Paranapanema, os assentados que consideravam ter mantido uma vinculação boa ou ótima com a Fundação Itesp somavam aproximadamente 34%, sendo que 32,3% apresentaram a mesma percepção sobre o MST e 28,15% sobre as prefeituras. É neste contexto institucional regional, portanto, que podemos situar as informações sobre a percepção dos assentados sobre a qualidade geral dos serviços de ater nas duas regiões, conforme Tabela 5.

**Tabela 5** – Percepções sobre a qualidade dos serviços de Ater no Norte do Paraná e no Pontal do Paranapanema (2010).

	N	Representatividade (%)				
		Ótima	Boa	Regular	Ruim	Péssima
Norte do Paraná	69	4,35	23,19	24,64	17,39	30,43
Pontal do Paranapanema	136	2,94	18,38	29,41	19,12	30,15
Técnicos da Fund. Itesp	69	8,93	55,36	33,93	1,79	-

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2011.

Observa-se que no Norte do Paraná 27,5% das famílias entrevistadas estimavam que a qualidade dos serviços de Ater prestados pela Emater/Fundação Terra era ótima ou boa, enquanto 47,8% estimavam uma qualidade ruim ou péssima. No Pontal do Paranapanema, 21,3% avaliaram a qualidade da Ater prestada pela Fundação Itesp como ótima ou boa e, de forma bastante similar ao caso paranaense, quase metade (49,3%) como ruim ou péssima.

Um índice que pode ser elaborado a partir destes dados sobre percepção em relação à qualidade geral dos serviços prestados, também aplicável a outras variáveis mais específicas contemplada na pesquisa, consiste na média ponderada das respostas a partir do estabelecimento de um fator para cada resposta, que no caso desta pesquisa oscilou do fator 1 para a resposta "ótima" ao fator 5 para as respostas "péssimas". Desta forma, a média atribuída à qualidade geral dos serviços de Ater no Paraná ficou em 3,46, o que colocaria os serviços da Emater em uma classificação entre o "regular" (fator 3) e o ruim (fator 4); no Pontal do

Paranapanema, a média de 3,55 também apontaria para avaliação entre "regular" e "ruim", mas com uma proximidade um pouco maior para uma avaliação "ruim". A mesma pergunta aplicada aos técnicos da Fundação Itesp, no entanto, evidencia uma percepção de qualidade entre "boa" e "regular", com uma média estimada em 2,30.

### **Considerações Finais**

Com base nos dados da pesquisa, podemos identificar algumas das principais características das vinculações institucionais estabelecidas pelos assentados nas duas regiões pesquisadas: a) interações bastante disseminadas e consideradas, preponderantemente, como positivas com o comércio local, agências bancárias e entidades religiosas; b) vinculação também frequentes com prefeituras e agências de ater, com uma avaliação positiva por parte de 26% a 28% para o caso das prefeituras nas duas regiões e, para o caso do Itesp, no Pontal do Paranapanema, de 33% do total; c) um distanciamento por parte de 43% a 51% das famílias entrevistadas em relação ao IBAMA e às associações e cooperativas, mas com a identificação de relações positivas junto a uma parcela composta por um grupo pouco superior 20% em relação às associações e cooperativas e quase um terço do total no caso do IBAMA; d) a vinculação com o MST são mais frequentes no Pontal do Paranapanema (61,4%) do que nos municípios pesquisados no Norte do Paraná (48,3%); sendo que estas são consideradas ótimas ou boas por 27,8% dos entrevistados no Pontal do Paranapanema e por 25,8% no Norte do Paraná; e) vinculações pouco frequentes com cooperativas de crédito, outros movimentos sociais para além do MST, órgãos ambientais estaduais e organizações não-governamentais.

A construção de indicadores mais detalhados para os serviços de assistência técnica e extensão rural, da mesma forma que para outros setores específicos de políticas públicas, pode contribuir para identificar, no diversificado conjunto de atividades realizadas pelas agências, aquelas que apresentam uma avaliação menos favorável na interpretação de assentados e técnicos. Este detalhamento, realizado em pesquisas recentes (BERGAMASCO et al., 2010), não esteve entre os objetivos deste artigo, mas pode ser mencionado como um campo promissor para a produção de novos indicadores sociais relativos aos processos de desenvolvimento rural. De qualquer forma, os indicadores relacionados às agências de Ater, ou os de outra instituição, podem ser analisados e interpretados, comparativamente, em função do conjunto de relações institucionais vigentes no contexto de cada região.

## Referências

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.
- SILVA, M.E.S.; BARONE, L.A. Associativismo e Organização Produtiva em Assentamentos Rurais: Expressão de Resistência ou de um Rearranjo Institucional? **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n. 12, p. 349-368, 2009.
- BERGAMASCO, S.M.P. et al. **Implantação de metodologia de aplicabilidade e avaliação da eficácia da Política Nacional de ATER – PNATER**. Criação de Observatório Participativo de ATER do Estado de Sergipe. Aracaju 26, 27 e 28 de maio de 2010. UNICAMP, MDA, 2010.
- CALLON, M. Pour une sociologie des controverses technologiques. **Fundamenta Scientiae**, v.12 (4), p.381-399, 1981.
- CECILIO, M.A; PUZIOL, J.K.P; SILVA, I.M.S. A Especialização da Educação do Campo no Paraná: uma forma de resistência do MST. **Teoria e Prática da Educação**, v.3, n.2, 2010.
- INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Pesquisa sobre Qualidade da Reforma Agrária (PQRA/INCRA)**. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2010.
- KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural: conceitos e medida. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.21, n.3, p.379-408, set./dez.2004.
- OLIVEIRA, L. de. A percepção da qualidade ambiental. **Cadernos de Geografia**, Belo Horizonte, v.12, n.18, PUC Minas, p.29-42, 2002.
- PETTAN, K.B; ARAUJO, R. T. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e o novo perfil profissional do médico veterinário. **Revista de Ciências Veterinárias**, v.5, p.96-98, 2007.

PUTNAN, R.D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005. 257p.

SIMONETTI, M.L.(Org.) **Assentamentos Rurais e Cidadania**: a construção de novos espaços de vida. São Paulo: Oficina Universitária, 2011.

SPAROVEK, G. **A Qualidade da Reforma Agrária Brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003.



# PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO MUNICÍPIO DE JARINU-SP: CONTRADIÇÕES REVELADAS PELA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.947/2009<sup>1</sup>

*Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo<sup>2</sup>  
Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco<sup>3</sup>*

**Resumo:** A agricultura familiar brasileira representa um importante segmento do meio rural, uma vez que é responsável pela produção de 70% dos gêneros alimentícios, além de promover a manutenção do homem no campo. Nesse sentido, torna-se importante que a essa categoria de agricultura sejam direcionadas políticas públicas para a promoção do seu fortalecimento e reconhecimento. Em 2009 o Governo Federal publicou a Lei 11.947, artigo 14 estabelecendo que no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), aos Estados e municípios para a compra de alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deverão ser utilizados para a aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. Nesse sentido, é importante analisar como essa Lei está sendo implementada pelos municípios. Este trabalho objetivou analisar a implementação da referida Lei no município de Jarinu-SP. Para tanto, foram realizadas entrevistas com os atores desse processo de implantação da legislação

---

<sup>1</sup>Este trabalho faz parte do projeto de pós-doutorado da primeira autora: O impacto das políticas agrícolas nos municípios do Circuito das Frutas-SP, financiado pela Fapesp.

<sup>2</sup>Pesquisadora colaboradora e pós-doutoranda da Feagri/Unicamp, e-mail: vanilde@yahoo.com

<sup>3</sup>Professora Titular da Feagri/Unicamp, e-mail: sonia@feagri.unicamp.br

no município. Verificou-se a pequena adesão dos agricultores familiares do município, fato esse ligado a fatores que vão desde o valor do programa à falta de interesse e informação dos produtores familiares.

**Palavras-chave:** Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Lei 11.947/2009; Agricultura familiar.

***Abstract:** Family farming in Brazil represents a strategic sector within the agri-food sector in the rural areas while is responsible for producing 70 percent of the food in the world. Furthermore, this system encourages rural people to continue to live in rural areas. For this purpose, the public policies for the promotion of their strengthening and recognition are of paramount importance. The Article 14 of Law 11.947, which was promulgated by the Government of Brazil in 2009, establishes that at least 30% of the financial resources transferred from the National Education Development Fund (FNDE) to the States and Municipalities for the purchase of food to be distributed among the schools participating in the National School Lunch Program (PNAE) should be used to purchase food produced by family farmers and from rural family entrepreneurs or their organizations. Hence, it is important to analyze how this law is being implemented within the municipalities. This work was aimed to examine the implementation of this Law in the town of Jarinu-SP. Therefore, interviews were conducted with the actors engaged in the process of implementation of this public policy within local government. Only small numbers of farmers adhered to the law, due to factors ranging from the value of the program to the lack of interest and information of family producers.*

**Keywords:** Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (The National School Meals Program); Law 11947/2009; Family farming.

## **1. Introdução**

Historicamente no Brasil, a grande propriedade foi o modelo socialmente reconhecido, sendo as políticas públicas direcionadas a essa categoria. Os estímulos recebidos por parte do Estado asseguraram sua modernização e reprodução. Porém, ao longo dos anos a agricultura brasileira sofreu um profundo processo de transformação. A agricultura familiar permaneceu como um setor importante da agricultura, mesmo enfrentando fortes restrições ao seu

funcionamento, como o próprio acesso a terra, ou ainda, a fragilidade do acesso a recursos financeiros além do modelo de modernização conservadora a que foi submetida. Dessa forma, Wanderley (1995) define a história do campesinato brasileiro como sendo o registro das lutas para o alcance de um espaço próprio na economia e na sociedade.

Apesar de o Brasil agrícola ser conhecido principalmente como um país das grandes monoculturas, os pequenos lavradores, que vivem do produto da policultura de subsistência são bastante numerosos (QUEIROZ, 1976). Tal fato pode ser corroborado através dos dados do Censo Agropecuário realizado em 2006, que apontam para a representação da agricultura familiar em 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros, equivalendo a 4.367.902 de propriedades familiares, ocupando, porém, apenas 24,3% da área total (80,25 milhões de hectares) enquanto os agricultores não familiares equivalem a 15,6% do total de estabelecimentos e detém 75,7% da área rural brasileira. Esses dados indicam uma estrutura fundiária altamente concentrada.

Embora ocupando  $\frac{1}{4}$  da área, a agricultura familiar respondeu por 38% do valor bruto da produção. Mesmo cultivando uma área menor, foi responsável pelo cultivo dos principais produtos destinados à alimentação humana, como: 87% da produção nacional da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, além de ser representativa na produção de suínos (59%), leite (58%), aves (50%), bovinos (30%) e trigo (21%) (BRASIL, 2009). Os dados do Censo Agropecuário indicam a importância da agricultura familiar brasileira, especialmente para o abastecimento alimentar da população.

O meio rural do estado de São Paulo está ocupado por duas diferentes formas de produção. De um lado tem-se um modelo de agricultura onde prevaleceu o desenvolvimento do grande capital, baseado em técnicas industriais de uma produção caracterizada, sobretudo, pela monocultura. Por outro lado, tem-se uma forma de produção diversificada que possui suas bases no trabalho familiar. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 (BRASIL, 2009) havia no estado de São Paulo 151.015 propriedades de agricultura familiar, representando 66,3% do total dos estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 2,5 milhões de hectares (15% das propriedades). A agricultura familiar paulista é responsável por 15,7% do valor gerado para a produção de hortaliças e frutas. Possui importância também na produção de alimentos básicos da população, sendo responsável por ? da produção de feijão e  $\frac{1}{4}$  da produção de arroz.

Contudo, apesar da importância da agricultura familiar para a produção de

gêneros alimentícios e fixação do homem na terra, de maneira geral, até a década de 1990 não havia nenhuma política pública de âmbito nacional direcionada à agricultura familiar. Esse cenário começou a se modificar em 1994 com a criação do PROVAP (Programa de Valorização da Pequena Produção). Esse Programa foi o passo inicial para a constituição, dois anos depois, da primeira e mais importante política pública direcionada à agricultura familiar, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) (MATTEI, 2005).

Em 2003 foi criado o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) que surgiu de uma demanda da sociedade e de instituições públicas que trabalhavam para o fortalecimento da agricultura familiar aliado ao tema da segurança alimentar e nutricional.

A partir de junho de 2009 com a formulação da Lei 11.947, se criou um elo institucional entre a alimentação escolar e a agricultura familiar local ou regional. Isso porque o artigo 14 da referida Lei estabelece que no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), aos Estados e municípios para a compra de alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deverão ser utilizados para a aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

Com a criação dessas políticas direcionadas à agricultura familiar, percebe-se que no período recente houve por parte do Estado uma tentativa de fortalecê-la no que diz respeito a estímulos através de linhas de crédito rural e ampliação dos canais de comercialização para essa categoria, havendo, dessa forma um reconhecimento da importância da agricultura familiar.

Porém, muitas vezes o acesso a essas políticas pode se tornar algo complexo por fatores que vão desde a burocracia à falta de informação dos agricultores familiares em relação às políticas. Dessa forma, torna-se necessário analisar a inserção dessas políticas no universo da agricultura familiar. Diante do exposto e visto a importância da criação da Lei 11.947/2009 para o fortalecimento e reconhecimento da agricultura familiar quanto à merenda escolar, este trabalho objetivou analisar a implementação da referida Lei no município de Jarinu-SP.

## **2. Metodologia**

### **2.1 Área de estudo**

A área escolhida para o estudo foi o município de Jarinu-SP, por possuir presença marcante da agricultura familiar, principalmente para a produção de frutas.

O município de Jarinu está localizado no interior do estado de São Paulo, entre os municípios de Jundiaí e Atibaia, se distanciando a 70 km da capital paulista. Segundo dados do IBGE, em 2010 o município possuía uma população de 23.847 habitantes, sendo 5.407 habitantes da zona rural, com área territorial de 207,640 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

A pecuária foi a primeira atividade econômica do município, mas no século XVIII já havia o predomínio da produção de trigo e de suínos, para o abastecimento de São Paulo e das áreas de mineração. A produção de café teve início no século XIX, Jarinu crescia e ganhava importância econômica, principalmente pelo café e pela ferrovia para o seu escoamento até o porto. Com a crise do café em 1929 houve a necessidade de modificar a dinâmica produtiva do município. Dessa forma, a superação da crise ocorreu por intermédio da produção da uva, vinho, tomate, melancia, pêssego, milho, feijão, flores, batata e laranja. O setor industrial teve um pequeno desenvolvimento com a instalação de alambiques, olarias e fábrica de chapéus (MORAES, 2006).

Para Moraes (2006), o município de Jarinu pode ser classificado como *rurbano*, ou seja, detentor de uma intensa base agrícola, ao mesmo tempo em que possui uma estrutura urbana. Em seus bairros, há propriedades que podem ser consideradas sítios ou chácaras, havendo pequenos agricultores que cultivam a terra e criam alguns animais. Além disso, boa parte da população residente nesses bairros trabalha no campo. Desse modo, ainda que tenha uma infraestrutura considerada urbana, a vida nos bairros do município em muito se aproxima da realidade rural.

De acordo com dados do LUPA (2007/2008) há no município 506 unidades de produção agropecuárias (UPAs), sendo que 90% delas possuem até 50 ha São Paulo. (SAA/CATI/IEA, 2008.). Assim, a principal atividade econômica de Jarinu é a agricultura<sup>4</sup>, sendo os principais produtos: tomate, feijão, milho, vagem, abobrinha, cana-de-açúcar, uva, morango e frutas cítricas (MORAES, 2006).

---

<sup>4</sup>O município de Jarinu integra o Circuito das Frutas, um dos principais e melhores circuitos turísticos do estado de São Paulo. Os municípios que fazem parte do Circuito das Frutas são: Atibaia, Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Morungaba, Valinhos e Vinhedo, e têm nas suas economias uma forte presença do setor rural, principalmente da fruticultura, com destaque para a cultura da uva, morango, pêssego, goiaba, ameixa, caqui, acerola e figo. (PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, 2009).

## **2.2 Instrumentos de investigação para levantamento dos dados**

Os instrumentos de investigação para levantamento dos dados referentes ao PNAE, através da implantação da Lei 11.947/2009, foram as entrevistas semiestruturadas com atores atuantes na concretização da Lei no município de Jarinu. As entrevistas foram realizadas de forma diretiva, ou seja, estruturadas, onde as perguntas foram determinadas com antecipação. Para isso foi necessário, portanto, o uso de um roteiro de entrevistas. Essas entrevistas tiveram por objetivo compreender como se deu a implantação da Lei 11.947/2009 no município e a participação da agricultura familiar como fornecedora de produtos para a merenda escolar. Em virtude dessa orientação, analisaram-se quais seriam as melhores questões a serem feitas aos entrevistados.

Dessa forma, foram realizadas quatro entrevistas com atores atuantes que participaram desse processo. São eles: o engenheiro agrônomo da Prefeitura Municipal, o engenheiro agrônomo da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica e Integral) do município de Jarinu, com a nutricionista da Prefeitura Municipal e com a responsável pelo setor da merenda escolar do município de Jarinu. As entrevistas foram realizadas durante o mês de janeiro de 2012, para tanto foi utilizado um gravador digital, sendo as entrevista posteriormente transcritas.

## **3. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Lei 11.947/2009**

Um grande passo para a promoção da agricultura familiar está relacionado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE foi criado em 1954 pelo Ministério da Saúde e formalizado em 1955 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) com o objetivo de reduzir a desnutrição escolar e ao mesmo tempo melhorar os hábitos alimentares dos alunos. Apesar de historicamente o PNAE apoiar a agricultura familiar, uma vez que adquire produtos para a alimentação escolar, foi apenas em 2009 com a Lei 11.947 que se criou um elo institucional entre a alimentação escolar e a agricultura familiar local ou regional. De acordo com o artigo 14 dessa Lei, no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, aos Estados e municípios para a compra de alimentos para o PNAE deverão ser utilizados para a aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

Essa nova política pública voltada à agricultura familiar tem como órgão gestor o Ministério da Educação, através do PNAE, com a coordenação e recursos do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Essa iniciativa

além de criar um novo mercado, o da alimentação escolar, colabora para que a agricultura familiar se organize cada vez mais. Para quem adquire os alimentos, o resultado é mais qualidade na alimentação a ser servida, na manutenção e na apropriação de hábitos alimentares saudáveis e mais desenvolvimento local de forma sustentável (BRASIL, 2009).

De acordo com o documento: "O encontro da agricultura familiar com a alimentação escolar" (BRASIL, 2009), para a promoção da vinculação entre a agricultura familiar e a alimentação escolar, é necessário observar os princípios e as diretrizes definidas pelo PNAE:

- ✓ alimentação saudável e adequada;
- ✓ respeito à cultura, às tradições e aos hábitos alimentares saudáveis;
- ✓ controle social;
- ✓ segurança alimentar e nutricional;
- ✓ desenvolvimento sustentável, que significa adquirir gêneros alimentícios diversificados, produzidos localmente, priorizando, sempre que possível, os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos.

Do ponto de vista da produção, essa conexão é mais uma alternativa:

- ✓ ao combate à pobreza rural;
- ✓ à garantia da segurança alimentar;
- ✓ à geração de renda e agregação de valor;
- ✓ à sustentabilidade do modelo de desenvolvimento.

O FNDE conta com parcerias para a implementação desta legislação, entre elas tem-se a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A regulamentação da Lei 11.947 ocorreu através da Resolução 38 do FNDE, a qual regula os repasses de recursos federais para a alimentação escolar, prevendo a aquisição direta de gêneros alimentícios da agricultura familiar por meio das Chamadas Públicas, tornando-se um instrumento mais objetivo para a implementação do artigo 14 da Lei 11.947, proporcionando um contato inicial de forma legal entre os agricultores familiares e as prefeituras (MALINA, 2012).

As chamadas públicas são meios de aquisição de produtos em substituição à necessidade em se realizar a licitação, ou seja, por meio das chamadas públicas ocorre a aquisição de produtos da agricultura familiar sem a necessidade da realização de licitação. Porém, deve haver uma ampla divulgação da chamada e

"conter minimamente as informações necessárias às organizações da agricultura familiar que se interessem em fornecer para a alimentação escolar, como produto, período e local de entrega, quantidade, padrão de qualidade." (MÜLLER, 2010).

Dessa forma, o artigo 21 da Resolução 38 coloca:

As Entidades Executoras deverão publicar a demanda de aquisições de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar por meio de Chamada Pública de compra, em jornal de circulação local, regional, estadual ou nacional, quando houver, além de divulgar em seu sítio na internet ou na forma de mural em local público de ampla circulação.

Parágrafo único. Os gêneros alimentícios a serem entregues ao contratante serão os definidos na chamada pública de compra, podendo ser alterado quando ocorrer a necessidade de substituição de produtos, mediante aceite do contratante e devida comprovação dos preços de referência.

O agricultor familiar pode participar da chamada pública de forma individual ou através de suas organizações, sejam elas informais ou formais, como associações e cooperativas. Para tanto, o agricultor familiar deve ser reconhecido formalmente, através da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). ADAP é o instrumento que reconhece legalmente os agricultores familiares (DAP Física) e suas organizações (DAP Jurídica) para o acesso a políticas públicas, como o Pronaf, o PAA e o PNAE. O artigo 24 da Resolução 38 estabelece que o limite máximo anual de venda dos produtos da agricultura familiar deve ser R\$ 9.000,00, por DAP por ano<sup>5</sup>.

Essa nova forma de modalidade de aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar nos municípios requer uma adaptação não apenas do setor de compra das prefeituras mas, sobretudo, daqueles que estão diretamente ligados à alimentação escolar, como nutricionistas e merendeiras. Compreender esse novo instrumento torna-se fundamental para a elaboração de chamadas públicas compatíveis com a realidade produtiva da agricultura familiar local e/ou regional. Nesse sentido, é importante que os gestores municipais tenham conhecimento sobre a agricultura familiar de seus municípios.

---

<sup>5</sup>Em 4 de julho de 2012, foi publicada Resolução n° 25 que altera a redação dos artigos 21 e 24 da Resolução 38, de julho de 2009. Com a alteração, o limite de venda ao PNAE passa de R\$ 9 mil para R\$ 20 mil por DAP/ano.

## **4. O processo de implantação do artigo 14 da Lei 11.947/2009 no município de Jarinu-SP**

### **4.1 O entendimento da legislação e das chamadas públicas**

Poucos são ainda os trabalhos relacionados ao tema, porém sabe-se que para a merenda escolar dos municípios seja vinculada à agricultura familiar é muito importante que as prefeituras estejam trabalhando de acordo com o artigo 14 da Lei 11.947/2009, ou seja, realizando as compras dos gêneros alimentícios (que serão oferecidos às escolas) dos agricultores familiares e suas organizações. Para tanto, há a necessidade de um diálogo constante entre a prefeitura, os gestores públicos e os agricultores familiares, desde a preparação da chamada pública até a entrega dos produtos.

Assim, para a implantação da lei é fundamental o diálogo interno entre os diversos setores da prefeitura e o ambiente externo, ou seja, entre a prefeitura, os agricultores e os órgãos de assistência técnica e extensão rural, uma vez que essa forma de comercialização é uma novidade para todas as partes envolvidas (MALINA, 2012).

Os gestores públicos da Prefeitura Municipal de Jarinu foram pegos de surpresa com a publicação da Lei 11.947/2009, pois de acordo com a Supervisora de Serviço da Merenda Escolar do município a Lei foi divulgada em junho de 2009 e deveria ser implantada nos municípios no início de 2010. Porém, pela falta de compreensão da Lei e pelas dificuldades de entendimento na elaboração da chamada pública haveria a necessidade inicialmente da busca por maiores informações sobre esse novo processo para aquisição de gêneros alimentícios que deveriam ser destinado à alimentação escolar.

Então nós encontramos algumas barreiras com relação, era tudo muito novo, o próprio departamento de compras também tinha dificuldade como realizar uma chamada pública e todos os municípios falam entre si para ver o que tinha realizado, o que tinha feito, então, 2010 foi um ano meio que de pesquisa, das descobertas, pelo menos os municípios daqui próximos, os municípios próximos daqui da região. (Entrevista, C.S.M., nutricionista da Prefeitura Municipal de Jarinu, 2012).

Para o bom funcionamento da política é importante que a administração pública conheça esses novos fornecedores de alimentos para a merenda escolar, tonando, dessa forma, fundamental o apoio das secretarias de agricultura e dos órgãos de assistência técnica (MALINA, 2012).

Em março de 2010 foi realizada uma primeira reunião com a participação de alguns setores da prefeitura (compras, educação, agricultura), agricultores familiares e os representantes da CATI para a divulgação dessa política entre os agricultores e para uma melhor compreensão do artigo 14 da Lei 11.947/2009. O intuito da reunião era divulgar essa política pública entre os agricultores familiares, conhecer sua produção, as formas de organização dos produtores e verificar o interesse dos mesmos em participar da política. Para essa reunião, a Casa da Agricultura local fez uma lista dos agricultores que possuíam DAP, para que todos soubessem o número de agricultores que, inicialmente, poderiam participar da política. Essa reunião foi uma ação da prefeitura, que convidou um técnico da CATI de Campinas para oferecer uma palestra sobre o tema e sanar possíveis dúvidas que poderiam surgir.

De acordo com o chefe da Casa da Agricultura de Jarinu há no município 60 produtores com DAP. Na reunião realizada em março de 2010 houve a participação de 20 produtores.

Até o pessoal da Secretaria da Agricultura nos procurou, trouxe o pessoal de Campinas, da CATI, e aí eles pediram para que fosse informado via rádio, jornal, todos os agricultores da região que se interessassem pelo assunto sobre a agricultura familiar na merenda escolar para que pudesse ter uma reunião no município né, pra explicar o que é, do que se tratava. Isso foi feito, em março de 2010, vieram bastante agricultores, eu acho que quase umas 20 pessoas, aí em março foi feita essa reunião. O pessoal da CATI de Campinas veio para explicar como funcionava e nós aqui do setor nos preocupamos em saber o que os agricultores tinham pra ofertar né, porque como é que você vai montar um cardápio se você não sabe o que os agricultores da região tem pra te ofertar." (Entrevista, C.S.M., nutricionista da Prefeitura Municipal de Jarinu, 2012).

Se analisarmos o universo da agricultura familiar no município de Jarinu, ou ainda a quantidade de agricultores que possui DAP, verificamos que a participação nessa primeira reunião foi pequena. Mas apesar disso, os agentes locais acreditavam que a tendência era que esse número aumentasse.

Ainda em 2010, a Secretaria da Educação e a Secretaria da Agricultura do município organizou uma segunda reunião com os agricultores para informá-los sobre o valor da política, como seria realizada a chamada pública, quais os documentos necessários para a participação, de uma forma que não houvesse

prejuízo para nenhuma das partes envolvidas. Nessa reunião, a nutricionista preparou uma lista, de acordo com o que era produzido no município, dos alimentos que poderiam ser ofertados. Porém, a participação dos agricultores nessa reunião foi extremamente pequena, havendo apenas quatro agricultores interessados.

Para os agentes locais essa pequena participação se deve ao baixo valor da política, pois R\$ 9.000,00 por ano por DAP não seria um valor atrativo para os agricultores familiares do município. Além disso, o fato do produtor arcar com o custo da entrega dos produtos num ponto de coleta da prefeitura, foi algo que desanimou os produtores.

Dessa forma, a partir das informações obtidas por meio do estudo da legislação vigente e por consultas realizadas junto ao FNDE, lançou-se a primeira chamada pública do município para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinados à merenda escolar. A abertura dos envelopes ocorreu em outubro de 2010, tendo sido exigidos vários documentos, além do projeto de venda dos produtores.

A chamada pública estabelecia o prazo de entrega dos produtos, o local em que deveriam ser entregues e as condições dos produtos. As entregas deveriam ser realizadas pelo produtor (ou sua associação ou cooperativa) todas as segundas-feiras num ponto de coleta específico da prefeitura, acompanhadas das respectivas notas fiscais para conferência. No preço proposto deveriam estar inclusas todas as despesas referentes a tributos ou relacionadas à entrega dos produtos.

No texto da primeira chamada pública foi explicitado também como deveriam ser entregues os alimentos quanto à questão da qualidade. As verduras e legumes deveriam ser de boa qualidade, com tamanho médio padronizado e as hortaliças deveriam estar frescas, inteiras e sãs, no ponto de maturação adequado para o consumo, as folhas deveriam se apresentar intactas e firmes.

Em relação ao pagamento, este seria realizado até o 15º dia após a apresentação da nota fiscal de venda, a qual deveria estar devidamente vistada pela responsável do setor de Merenda Escolar e liberação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. A cada entrega deveria ser emitida nota fiscal correspondente ao pedido solicitado pela prefeitura.

A classificação das propostas seria feita, inicialmente, considerando-se a ordenação crescente dos valores, assim como a qualidade nutricional, sensorial e higiênico sanitária dos produtos, priorizando os agricultores familiares do município.

A relação dos produtos para essa primeira chamada foi: abobrinha brasileira tipo A ou abobrinha italiana extra A, alho, batata comum, beterraba extra A, cebola, cenoura extra A, chuchu extra A, mandioquinha, mandioca, tomate para salada, pepino caipira ou comum, repolho branco, vagem, couve flor, chicória extra A, embaladas em caixas com 24 unidades, almeirão, alface crespa, brócolis ninja, Feijão carioca tipo 1, pacotes de 01 quilo, ovos de galinha, agrião, couve manteiga, espinafre, rúcula, cheiro verde.

Nessa primeira chamada realizada no final de 2010 houve apenas dois produtores familiares que se cadastraram para serem fornecedores de parte dos alimentos relacionais, pois com apenas dois não daria para suprir todas as necessidades. Com os produtos dos dois agricultores familiares foram atendidas 26 escolas do município, sendo que cinco delas estavam localizadas na área rural, atendendo aproximadamente 6.000 alunos.

A complementação da merenda escolar é feita através do processo licitatório normal.

Foram dois produtores, não conseguiram suprir a demanda. Aí volta o processo licitatório que continua em andamento, parou o processo licitatório para atender os agricultores por conta da agricultura familiar, encerrou a agricultura familiar, aí voltamos ao processo licitatório (Entrevista C.S.M., nutricionista, Prefeitura Municipal de Jarinu, 2012).

Para dar continuidade às chamadas públicas houve a necessidade de obterem maiores informações sobre como melhor elaborar a chamada, uma vez que a primeira chamada que foi elaborada no município serviu como um processo de experiência para verificarem os possíveis erros para que pudessem saná-los. Nesse sentido um representante do departamento de compras e a nutricionista da Secretaria da Educação participaram em 2011 de um encontro em Campinas com a consultora do FNDE. Esse encontro contou com a participação de vários municípios da região que expuseram suas dúvidas em relação à legislação. A partir de então, foi elaborada a segunda chamada pública do município (primeiro de 2011), porém a participação dos agricultores também foi pequena, sendo praticamente os mesmos produtores fornecedores.

#### **4.2 Principais dificuldades e/ou barreiras enfrentadas**

Durante o processo de conhecimento e compreensão do artigo 14 da Lei 11.947/2009 e da Resolução 38 do FNDE, muitas dúvidas surgiram. O município

elaborou duas chamadas públicas (2010 e 2011), no início de 2012 seria lançada a terceira chamada.

A adequação do cardápio frente à produção da agricultura familiar do município foi uma primeira dificuldade encontrada, contudo tal barreira logo foi resolvida com o conhecimento e aproximação dos agentes públicos com os agricultores fornecedores, pois houve o interesse em conhecer seus produtos e inseri-los na alimentação escolar.

Porém, ao lançarem a primeira chamada pública não havia ainda uma segurança na forma correta em fazê-la. Nesse sentido, a primeira chamada serviu como um teste para verificarem como seria o seu funcionamento para que as próximas pudessem ser melhoradas e aprimoradas.

Percebe-se que a maior dificuldade encontrada na implantação do artigo 14 da legislação no município de Jarinu é a pequena participação dos agricultores. Para os gestores municipais o pequeno número de agricultores fornecedores de alimentos para a merenda escolar se deve principalmente ao baixo valor oferecido, pois segundo eles, o valor de R\$ 9.000,00 por ano seria muito pouco para um grupo de agricultores que já possui canal de comercialização da sua produção com atacadistas como o Ceasa (Central de Abastecimento) de Campinas e o Ceagesp (Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo) em São Paulo.

O próprio agricultor não está preparado pra isso, ele não tem estrutura, porque a estrutura que ele tem, ele já está fechado com o Ceasa, com o Ceagesp, e ele não vai quebrar isso por conta de nove mil reais é um risco pra ele, é um risco grande. Porque de repente, um lote que ele fechou, ele pode vender a dezoito mil reais, aqui ele vai ganhar nove e não vai ser um lote inteiro, vai ser um lote parcelado e variedades e não de uma só mercadoria. Esse acho que é o problema maior né (Entrevista, R.C.B.S., Supervisora do Serviço de Merenda Escolar, Prefeitura Municipal de Jarinu, 2012).

Uma das queixas generalizadas dos agricultores familiares relacionadas aos programas de apoio às compras institucionais é o baixo valor de comercialização por DAP por ano (SOUZA, 2012). Muitas organizações e produtores estão apostando no aumento do valor da DAP por ano para a comercialização para o PNAE, pois consideram que esse valor não é atrativo, principalmente, aos agricultores familiares da região de Campinas.

Mas eu acho que o primordial ainda é o valor. Eles acham o valor de 9.000,00 por DAP por ano muito baixo. (...) os agricultores vieram perguntar agora no início do ano, saiu alguma coisa, cogitaram alguma coisa a mudar esse valor de 9.000,00 por ano que é muito pouco (Entrevista, C.S.M., nutricionista, Prefeitura Municipal de Jarinu, 2012).

Aliado a isso, outro fator que desestimula os agricultores familiares do município é o volume de produtos ofertados, considerado pequeno, o que inviabilizaria a entrega semanal, principalmente porque o produtor deve arcar com os custos de transporte até o centro de distribuição da prefeitura.

Ele tem um carro, um veículo de passeio, ele não tem um caminhão, ele não tem uma caminhonete, então falta de estrutura do agricultor para isso. Pra estar entrando nesse convênio, então vai ter algumas coisas que ele vai ter que fazer, então por exemplo, a entrega centralizada, vem pra cá, no setor de merenda, o setor de merenda não tem como ir buscar, aí às vezes por uma dificuldade eles desistem. De repente não insiste um pouquinho mais. Eu acho que eles ainda estão muito desanimados (Entrevista, R.C.B.S., Supervisora do Serviço de Merenda Escolar, Prefeitura Municipal de Jarinu, 2012).

Ainda sobre esse fato, o engenheiro agrônomo da Casa da Agricultura possui a seguinte opinião:

Apesar de ter sido divulgado, ter reuniões com uma participação expressiva, mas na prática o resultado foi irrisório. Agora eu vejo como um grande entrave a questão do volume que as prefeituras pequenas compram, porque veja bem você, se o produtor pegar uma caixa de pepino para ele sair do sítio, com o carro dele para vir entregar aqui, é inviável economicamente, então esse é o grande problema. Algumas prefeituras em outros municípios estão fornecendo a condução, é diferente, se você tem um veículo que vem na sua propriedade e você entrega esse produto, você evita o tempo que você perde até vim na cidade, custo com combustível e outros ainda né, então você acaba perdendo muitas horas do seu dia e não tem um retorno econômico disso (Entrevista, J.B.S., Chefe da Casa da Agricultura, 2012).

Verificou-se que a prefeitura não dispõe de estrutura física e humana para buscar os alimentos em cada propriedade, para isso, estabeleceu-se um local

que seria o centro de entrega e distribuição dos produtos da merenda escolar fornecidos pelos agricultores familiares. Realizada a entrega pelos agricultores familiares nesse local, a prefeitura seria a responsável pela distribuição nas escolas, centralizando assim o local num único ponto.

Percebe-se que o baixo valor do PNAE, aliado à pequena quantidade a ser entregue semanalmente à prefeitura é um fator desestimulante para os produtores do município, pois estes preferem realizar uma grande venda aos centros atacadistas, pois o custo com o frete se daria sob um grande volume, não tendo ele que ter que arcar com esse custo semanalmente para a entrega de poucos produtos.

Além disso, de acordo com os relatos dos entrevistados existe uma queixa muito grande quanto ao reajuste dos preços, o qual deve ocorrer semestralmente, pois caso o preço do produto aumente de valor ele deve cumprir o contrato com a prefeitura pelo valor anteriormente estipulado, nesse sentido os almejam que a atualização de preços possa ocorrer mais do que duas vezes ao ano.

Apesar da pouca aderência da agricultura familiar para o fornecimento de alimento para a merenda escolar, fazendo-se cumprir a Lei 11.947/2009, é unânime por parte dos entrevistados a importância que esse programa possui como uma proposta inovadora de segurança alimentar atrelada ao fortalecimento da agricultura familiar.

Eu acho que a grande sacada que está implícita aí nesse programa é fixar o homem no campo e é uma forma de incentivá-lo porque hoje se resumiu a família mesmo. E o governo busca, de uma certa forma, a incentivar essa família que ficou oferecendo a eles alguma oportunidade de comercialização (Entrevista, J.C., engenheiro agrônomo, Secretaria da Agricultura, Prefeitura Municipal de Jarinu, 2010).

De acordo com os relatos percebeu-se haver uma melhoria na qualidade e na aceitação por parte das crianças dos alimentos oriundos da agricultura familiar.

Eu acho né que a questão do alimento ser entregue de qualidade, fresco, às vezes as meninas traziam o ano passado a gente acabou de colher (...) ela tem até outro sabor, e assim, não tem a perda na escola, tem isso também. Até as próprias, nossas próprias funcionárias se estimulam, ahh olha chegou o brócolo, a criança que enjoou da salada elas ligam, ah a gente pode colocar no macarrão pra incrementar, aí depois elas ligam, olha comeram macarrão

mais do que num dia normal que vai com molho, por exemplo, então esse feedback a gente tem (Entrevista, C.S.M., nutricionista, Prefeitura Municipal de Jarinu)

Há que se esclarecer que a Lei 11.947/2009 foi um importante passo para o apoio e para o fortalecimento da agricultura familiar local e/ou regional. Apesar do município de Jarinu possuir, essencialmente, propriedades familiares viu-se que ainda são poucos aqueles que aderiram ao PNAE, tal fato ocorreu principalmente pelo baixo valor do programa. Tal situação pode ser revertida nos próximos anos em função do aumento do valor do PNAE ocorrido no mês de julho de 2012, uma vez que se percebeu haver por parte dos gestores públicos interesse em cumprir o artigo 14 da Lei 11.947/2009.

Verifica-se a importância da participação da agricultura familiar na merenda escolar, pois o PNAE, de um lado promove, através da Lei 11.947/2009, maiores oportunidades de comercialização e geração de renda para essa categoria de agricultores, promovendo o desenvolvimento local, uma vez que a renda dos produtores tende a permanecer no próprio município. Por outro lado, garante a segurança alimentar e nutricional dos alunos, a partir do oferecimento de alimentos de melhores qualidades.

## **5. Considerações finais**

A partir da análise da realidade da implantação do PNAE (Lei 11.947/2009) no município de Jarinu, é possível ter um panorama geral sobre como vem se dando o cumprimento da legislação no município.

É certo que há muitos problemas que ainda devem ser superados, principalmente no que se refere à baixa participação da agricultura familiar como fornecedora de alimentos para a merenda escolar, pois havendo a adesão de apenas dois produtores percebe-se claramente a necessidade de se realizar um trabalho mais intenso junto a esse público, no sentido de estimulá-los à participação no programa. Talvez haja a necessidade de fornecer maiores informações sobre a importância da organização rural, através da participação em associações e cooperativas.

Por outro lado, o valor por DAP por ano é considerado pouco atrativo para os agricultores do município, que já possuem canais de comercialização com grandes atacadistas da região. Atrelado a esse fato está o custo do transporte semanal, sendo esse arcado pelo agricultor, tornando-se maior pelo baixo valor semanal que deve ser entregue à prefeitura.

Porém, percebe-se que há o entendimento por parte dos gestores públicos sobre a importância desse programa no que diz respeito ao oferecimento de uma alimentação de qualidade nas creches e escolas, garantindo assim a segurança alimentar e nutricional das crianças, ao fortalecimento da agricultura familiar do município, promovendo a fixação do homem no campo e ao fortalecimento da economia local, uma vez que esse programa pode melhorar o poder aquisitivo do produtor.

Espera-se que com o aumento do valor do Programa, que em julho de 2012 passou de R\$ 9.000,00 por DAP/ano para R\$ 20.000,00 por DAP/ano haja maior interesse dos agricultores familiares do município de Jarinu em participar do PNAE.

## Referências

BRASIL. **Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-legislacao>>. Acesso em: 15 de maio de 2010.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário.** Rio de Janeiro: IBGE, 2009. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/cidades](http://www.ibge.gov.br/cidades)>. Acesso em: 05/04/2012.

MALINA, L.L. Chamada Pública: instrumento legal de compra da agricultura familiar para a alimentação escolar. p. 15-28. In: CORÁ, M. A. J; BELIK, W. (Orgs.). **Projeto NUTRE-SP: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo.** São Paulo: Instituto Via Pública, 2012.

MATTEI, L. **Impactos do PRONAF: análise de indicadores.** Brasília: MDA/NEAD, 2005.

MORAES, E.G. **A arquitetura rural das unidades de produção de uva e vinho artesanal na bacia do Rio Jundiá-Mirim.** 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MÜLLER, A.L. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Relatório de Consultoria. Brasília, 2010, 30 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento. **Emissão Mercosul: Produtos de Exportação – Circuito das Frutas – Turismo Rural**. 2009. Disponível em: <<http://www.selosefilatelia.com/PastaLancamentos09/016.html>>. Acesso em: 12/05/2010.

QUEIROZ, E.M. **Pluriatividade e inserção das famílias rurais no processo de urbanização do rural**: aplicação de técnicas estatísticas de análise multivariada para Minas Gerais. 2003. 92 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

QUEIROZ, M.I.P. **O Campesinato Brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo – LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 15/09/2011.

SOUZA, L.B.B. Organizações da agricultura familiar no estado de São Paulo e sua experiência de fornecimento para o PNAE. In: CORÁ, M.A.J.; BELIK, W. (Orgs.) **Projeto NUTRE-SP**: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo. São Paulo: Instituto Via Pública, 2012. p.31-45.

WANDERLEY, M. de N.B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, v.25, n.2 e 3, p.37-68, mai./dez. 1995.

# O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO PDS SEPÉ TIARAJÚ: BLOQUEIOS E PERSPECTIVAS

Priscila Maia de Oliveira<sup>1</sup>

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo parte do pressuposto de que os novos arranjos vivenciados pelos homens e mulheres assentados são estimulados pela gestão social do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – instrumento dinamizador das capacidades individuais e coletivas, de acordo com a abordagem das capacidades de Amartya Sen, ao analisar o desenvolvimento. São descritos os processos (perspectivas e bloqueios) vivenciados por tais sujeitos quando da implantação do Assentamento, bem como a implementação do PAA: reorganização social e política; sistemas produtivos e geração de renda; e a participação das mulheres (importantes agentes do desenvolvimento) neste contexto. A partir da vivência e análise das informações levantadas através do estudo de caso realizado, foi possível constatar que o PAA contribuiu para o desenvolvimento da comunidade, possibilitado pela ampliação das liberdades individuais e coletivas dos homens e mulheres assentados e suas organizações sociais.

**Palavras-Chave:** Políticas públicas; Cooperativas; Doação simultânea.

*Abstract: This paper explores the premise that the social aspects of the Food Acquisition Program (PAA) – that is a dynamic tool for analyzing individual and collective capabilities, in accordance with the approach of Amartya Sen, when evaluating the development – contribute to encouraging men and women in the Sepe Tiaraju Settlement to adopt new measures and*

---

<sup>1</sup>Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - UNIARA.

<sup>2</sup>Socióloga. Pesquisadora 1A CNPq. Coordenadora do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Centro Universitário de Araraquara – UNIARA. [mestrado@uniara.com.br](mailto:mestrado@uniara.com.br)

*practices. Thus, the processes (including perspectives and barriers) experienced by these individuals during the period of implementation of the settlement are described - these processes were used to better understand, in a historical perspective, the analyzed experience – as well as the implementation of the PAA: social and political reorganization; productive systems and income generation; and, the participation of women (key actors in the development process) in this context. For this research, an exploratory case study was conducted to analyze gathered data and experiences, and it was found that the adaptation of new social, political, productive, and economic arrangements have contributed to the development of the community – although some barriers still remain – which allowed for the expansion of individual and collective autonomy of men and women settlers and their social organizations, creating new linkages (synergistic) within and between communities with external actors.*

**Keywords:** *Public policy; Cooperatives; Simultaneous donation.*

## **Introdução**

A região de Ribeirão Preto é mundialmente reconhecida pela consolidação e expansão dos complexos agroindustriais, que se deu através dos grandes monocultivos de cana-de-açúcar e usinas de açúcar e etanol, bem como pela quase erradicação da agricultura familiar. Nesse contexto, os assentamentos de reforma agrária se apresentam como um espaço de produção da vida em seu sentido mais pleno - aquele que trata desde a re-construção do ser humano, a partir do resgate das histórias e cultura de cada um, até a recomposição da paisagem, onde os monocultivos passam a dar lugar à produção de alimentos.

Uma vez assentadas, as famílias ingressam numa nova etapa da jornada de luta – a busca pela superação da condição de pobreza e inclusão social e a resistência diante das pressões cotidianas dos complexos agroindustriais. Assim, a transformação da área de assentamento em um espaço de produção de vida, parte essencialmente das estratégias adotadas pelas famílias assentadas ao longo do tempo. Estratégias essas que definem a forma de organização do assentamento, aqui compreendida às dimensões social, cultural, ecológica, econômica, produtiva e política.

O estímulo e valorização dessas estratégias durante a implementação do conjunto de políticas direcionadas aos assentamentos de reforma agrária refletem-se no estímulo à expansão das capacidades individuais e coletivas das famílias.

De acordo com Grisa (2009), a não participação dos atores sociais no processo de definição dos objetivos, estratégias e metodologias, bem como a desconsideração de suas concepções de pobreza e desenvolvimento, são possíveis causas para saldos negativos nos resultados de projetos de desenvolvimento local.

Para Mattei (2007), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foi, juntamente com o Programa Bolsa Família, uma iniciativa governamental com o objetivo de estruturar políticas de combate à fome e à pobreza no país. Em concordância com o autor, Turpin (2009) acredita que a instituição do PAA representou a criação de um mecanismo inovador de incentivo à agricultura familiar, produtores assentados da reforma agrária e pequenas agroindústrias, por meio da compra de sua produção.

O PAA, em suas diversas modalidades, visa garantir o direito básico à alimentação para as pessoas que vivem socialmente em situação de insegurança alimentar e nutricional, destinando os produtos adquiridos para diferentes segmentos sociais (alimentação escolar nos municípios; alimentação em Creches, Abrigos, Albergues, Asilos e Hospitais Públicos; formação de bancos de alimentos; utilização em restaurantes populares e em cozinhas comunitárias); ao mesmo tempo em que procura fortalecer o setor da agricultura familiar, gerando emprego e renda no próprio meio rural. Com isso, pretende-se promover o desenvolvimento local, através da realização da produção na própria região produtora (MATTEI, 2007).

De acordo com estudos (Delgado, Leite, Maluf, Mattei, Turpin, entre outros) já realizados, o PAA se apresenta como uma política afirmativa para os grupos socialmente vulneráveis, podendo contribuir, inclusive, para a o fortalecimento dos sistemas locais de segurança alimentar.

Nesse sentido, é possível afirmar que tal programa retira-se de ser simplesmente uma política de doação de alimentos e se condiciona como instrumento para o desenvolvimento das capacidades (individuais e coletivas) de determinados grupos sociais onde os mesmos demandam e solicitam sua divulgação, a apropriação de ferramentas de gestão e principalmente, sua organização social.

Este artigo busca refletir sobre a reestruturação social, produtiva, econômica e política das famílias assentadas no Assentamento Sepé Tiarajú. Parte do pressuposto de que os novos arranjos vivenciados pelos homens e mulheres assentados são estimulados pela gestão social do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – instrumento dinamizador das capacidades individuais e

coletivas, de acordo com a abordagem das capacidades de Amartya Sen, ao analisar o desenvolvimento. Assim, são descritos os processos (perspectivas e bloqueios) vivenciados por tais sujeitos quando da implantação do Assentamento – a partir do qual se busca compreender, numa perspectiva histórica, a experiência analisada – bem como, a implementação do PAA: reorganização social e política; sistemas produtivos e geração de renda; e a participação das mulheres (importantes agentes do desenvolvimento) neste contexto.

### **PDS Sepé Tiarajú: uma breve contextualização de sua formação**

A desapropriação da Fazenda Santa Clara foi fruto de muitas lutas articuladas a partir das ações das famílias acampadas, dirigentes do MST, militantes da reforma agrária da região – articulados pelo grupo Amigos do MST, bem como do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pela Superintendência Regional de São Paulo.

Partindo da experiência de outros assentamentos de reforma agrária da região, cuja reprodução da vida material e imaterial das famílias assentadas fora fortemente comprometida pelas pressões exercidas pelo capital agroindustrial – resultando nos arrendamentos de terras para as usinas de açúcar e álcool – bem como pelo forte compromisso com a questão ambiental, por se tratar de uma área de recarga do Aquífero Guarani, a viabilização do Projeto de Assentamento na Fazenda Santa Clara fora posta em questão. O relativo insucesso das experiências anteriores (FERRANTE, BARONE, 2008) pesava sobre as decisões tanto do INCRA, quanto do Ministério Público, os quais, de acordo com Scopinho (2009) ponderavam: o elevado preço da terra, devido à localização; o perfil majoritariamente urbano das famílias acampadas; a proximidade do assentamento a grandes centros consumidores, que por um lado, facilitaria o escoamento da produção, mas, por outro, implicaria enfrentar a forte concorrência no mercado agropecuário, o que poderia acarretar o fracasso do projeto, o endividamento dos assentados e, conseqüentemente, a evasão ou o arrendamento das terras para as usinas da região, tornando-as alvo da especulação imobiliária.

Cientes dos riscos aos quais as famílias assentadas estariam expostas, porém convictos da importância da formação de assentamentos na região, o MST, o INCRA e o Ministério Público passaram a discutir possíveis formas de organização de assentamentos, de modo que tais ponderações fossem inerentes à sua concepção.

Desse modo, em 2004, o INCRA, pela Superintendência Regional de São Paulo, efetuou a compra da área e formalizou a organização do PDS Sepé Tiarajú,

tomando como base experiências desenvolvidas na região Amazônica, pautadas por interesses sócio-culturais, econômicos e ambientais, através dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS)<sup>3</sup>.

De acordo com Scopinho (2009) as condições essenciais para a oficialização do PDS Sepé Tiaraju foram: conceder o título de posse (e não de propriedade) da terra para evitar a venda e o arrendamento; produzir de modo cooperado e agroecológico para recuperar a área degradada pela monocultura da cana; criar uma empresa social para receber os recursos financeiros e realizar a prestação de contas para o Estado; formar um comitê gestor do assentamento composto por representantes dos poderes públicos estaduais e municipais, dos assentados, de organizações não governamentais locais e do INCRA.

Como forma de assegurar o compromisso firmado entre as famílias ora assentadas, o INCRA e o Ministério Público, ao longo de cerca de três anos os interessados debruçaram-se sobre a elaboração do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), publicado em 2007, que dentre os compromissos prevê: a forma de organização territorial do assentamento e a titulação da terra; a forma de organização da produção; as responsabilidades sobre a implantação das infra-estruturas e saneamento básico; a proteção e preservação do meio ambiente; a realização de atividades sócio-culturais.

Embora o TAC seja produto de um acordo coletivo e manifeste compromissos construídos durante anos, compromissos sem os quais o assentamento não se realizaria, os conflitos e dificuldades já se desenhavam no seio da comunidade. E novos dilemas seriam vividos pelas famílias assentadas.

O período de construção do TAC foi bastante conturbado, o MST já contava com o acampamento Mário Lago, outra conquista na região, de onde vieram

---

<sup>3</sup>O PDS nasceu da discussão empreendida por técnicos do MMA (Ministério de Meio Ambiente, Conselho Nacional dos Seringueiros), do Centro Nacional de Populações do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) e do Incra para atender aos interesses e anseios do governo, dos movimentos sociais e dos demandantes de terras para conciliar o assentamento humano e a preservação de áreas de interesse ambiental como a Amazônia, no sentido de promover o desenvolvimento sustentável. Uma das principais idealizadoras do PDS foi a missionária norte-americana Dorothy Mae Stang, assassinada em 12 de fevereiro de 2005, na cidade de Anapú, PA, supostamente, por defender os direitos humanos e a preservação ambiental em áreas de conflitos agrários na região amazônica. (Scopinho, 2009).

cerca de 20 famílias para completar o Sepé, junto com mais cerca de 5 famílias do Terra Sem Males, Campinas. A princípio imaginou-se que poderia ser feito um assentamento muito organizado, com uma associação que pudesse agregar todos do assentamento e conceder a posse coletiva da terra, como era previsto no TAC. Esse processo foi muito conturbado, pois as famílias não aceitavam a proposta de apenas uma organização e, que esta administrasse o assentamento. Ela já nascia com nome (AgroSepé) e com presidente. Ela se transformou num monstro! Isso virou um grande problema, criando o constrangimento de o assentamento ter um "dono". Embora existisse uma boa intenção por trás disso, todo o sonho e luta das famílias por ter um pedaço de terra sofria enfrentamento com tal proposta. Assentado, 37 anos.

Ao discorrer sobre a forma de organização do Acampamento Sepé Tiarajú e sua importância para a vida no assentamento, Scopinho (2007) recorre à concepção de assentamento construída pelo MST, qual seja: "(...) núcleo social onde as pessoas convivem e desenvolvem um conjunto de atividades comunitárias na esfera da cultura, lazer, educação, religião, etc (...)" (CONCRAB, 1998, p.26, apud SCOPINHO, 2007), por compreenderem que o acampamento permite a **construção de novas regras de convivência social**, novos valores, uma espécie de escola preparatória para viver no assentamento" (SCOPINHO, 2007, grifo nosso).

Compreender a formação de um acampamento e a transição para assentamento como um caráter processual no qual estão imbricadas para além da convivência social, um conjunto de valores e princípios construídos socialmente a partir das distintas trajetórias de cada sujeito – "os seus construtores eram portadores de uma história cuja característica marcante é a diversidade sócio-cultural"<sup>4</sup> (Scopinho, 2009, p.262.) – e que acabam por determinar os valores e

---

<sup>4</sup>Eles eram originários de 106 cidades situadas em 15 diferentes estados brasileiros, das quais 37 (35%) estão situadas no interior do próprio estado de São Paulo. As demais cidades de origem estão localizadas, especialmente, em Minas Gerais (18%), Paraná (16%), Bahia (11,4%), Pernambuco (5,7%), além de vários outros estados nordestinos. Entre deixarem as origens e serem assentados, os trabalhadores passaram por 234 cidades localizadas em 20 diferentes estados, chegando um deles até o Paraguai. Migraram, principalmente, pelas cidades do interior do estado de São Paulo (39%), do Paraná (15,3%), Bahia (8%) Minas Gerais (7,7%) e Pernambuco (6%). (Idem)

princípios destes mesmos sujeitos, foi e continua a ser o grande gargalo dos Movimentos Sociais de luta pela terra. Se o ingresso na luta e o respeito às novas regras de convivência social, construídas coletivamente nos acampamentos, se apresentam como a perspectiva de uma vida melhor, o oposto também se torna verdadeiro, quando da certeza da conquista da terra, a partir da qual o (re)encontro com a lógica da propriedade privada desperta o desejo de cada família definir com razão a sua melhor forma de agir e viver.

Com tais reflexões não há pretensões de desconsiderar a importância do trabalho político-organizativo desenvolvido pelo MST e, nem mesmo afirmar que a revisão (e na maioria das vezes a ruptura) dos valores humanitários, que primam pelo bem estar coletivo trabalhado pelo Movimento durante o período de acampamento, quando da conquista da terra, tenha a ver unicamente com o método adotado, pois há sempre no imaginário das famílias acampadas o medo de que a terra não será conquistada.

Para além dos limites impostos pelo método autoritário adotado pela Direção Regional do MST para a oficialização do PDS e pela posse coletiva da terra que deu origem à AgroSepé, havia também um enfrentamento por parte das famílias à outros conteúdos da proposta do PDS, contidas na formulação do TAC e, que foram revistas, quais sejam:

- Aplicação coletiva dos recursos: todos os recursos (Crédito Apoio à Instalação, PRONAF e demais) deveriam ser acessados e aplicados coletivamente. Por fim, as famílias tiveram a opção de escolher a forma de acesso (individual ou coletivo) e de aplicação dos recursos;

- Tamanho dos lotes: inicialmente se pensou em áreas individuais de 1 hectare e áreas coletivas de 6 hectares. Posteriormente, ficou acordado que seriam áreas individuais de 3,5 hectares e áreas coletivas de mesmo tamanho.

Se os conflitos que permeavam o assentamento estavam, sobretudo, alicerçados sobre o enfrentamento entre as famílias e a Direção Regional do MST, retirando-a de ser a principal referência política no processo de implantação do assentamento, passando o Estado, na figura do INCRA, à condição de protagonista, novas tensões não tardaram a surgir.

Na segunda metade dos anos 2000, o MST/SP passou por um grande período de crise política, agudizada pela disputa de concepções acerca da condução da luta pela terra no Estado de São Paulo, que tinha como pano de fundo o processo de desenvolvimento dos assentamentos. As principais divergências repousavam sobre a relação que o Movimento deveria estabelecer com o Estado, sobretudo com o INCRA. Não pretendemos aqui, aprofundar

tal questão, pois não é o objetivo de nossa pesquisa, mas não podemos deixar de mencioná-la, uma vez que gerou forte instabilidade na relação entre a Direção Regional de Ribeirão Preto e o INCRA, como apontou Promotor de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto, Marcelo Goulart, em entrevista concedida em setembro de 2009, ao então estudante de mestrado José Cláudio Gonçalves, cujo projeto de pesquisa tratou da sustentabilidade ambiental do PDS Mário Lago.

Houve uma radicalização política por parte das lideranças do Movimento Social e por parte dos agentes do INCRA com poder de decidir. Então, houve uma radicalização de lado a lado, de aliados que eram se tornaram adversários (Promotor de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto – entrevista realizada em setembro de 2009). (GONÇALVES, 2010, p.96).

Neste contexto de disputa entre a Direção Regional do MST e o INCRA pelo controle político do Assentamento Mário Lago, principal base assentada do MST na região, as famílias do Sepé Tiarajú foram relegadas a uma total paralisia do processo de implantação do Assentamento – formação das estradas, distribuição de água, construção das casas, bem como de outras atribuições previstas no TAC.

Se por um lado a diversidade sócio-cultural pode impor às famílias assentadas traços de superficialidade nas relações, como analisa Scopinho (2009), por outro, tal característica pode ter sido (e ainda ser) fundamental para a resistência às tensões por elas vivenciadas na relação intra-comunidade, na relação comunidade-Estado e na relação comunidade-Movimento Social, estremecidas durante a implementação das políticas públicas voltadas para a formação do assentamento. Imersas no esquecimento político, as famílias do Assentamento Sepé Tiarajú passaram a lançar mão de estratégias individuais e coletivas para a reestruturação da comunidade. Deram voz às suas demandas e passaram à cobrá-las do Estado, protagonizando, assim, uma nova etapa de suas vidas.

Atualmente, as oitenta famílias assentadas, socialmente nucleadas como fora proposto pelo TAC, ou seja, em quatro Núcleos de Moradia – Chico Mendes, Dandara, Paulo Freire e Zumbi dos Palmares – experimentam uma nova forma de organização interna, que orienta as dimensões da vida política, econômica, produtiva, social e cultural das famílias. Essa nova organização interna conta com a formação de quatro organizações sociais (associações e cooperativas) –

COOPERECOS, COOPERAGROSEPÉ, FRATERRA e COOPERFT, que por sua vez expressam as principais concepções – divergentes, porém, não antagônicas – acerca do desenvolvimento do assentamento e congregam as principais lideranças da comunidade.

As oitenta famílias da comunidade estão vinculadas às organizações sociais por afinidade política, ou seja, são grupos que congregam famílias de diferentes Núcleos de Moradia, e nesses espaços debatem os rumos que definem tanto a atuação desses grupos específicos, quanto os rumos da comunidade como um todo. Os assuntos referentes à vida em comunidade são debatidos (informalmente) nas organizações sociais (associações e cooperativas) e, posteriormente, tornam a serem debatidos e deliberados na coordenação do assentamento - formada por quatro representantes de cada organização social, que na maioria dos casos também representam diferentes Núcleos de Moradia.

Há casos específicos que as famílias de cada Núcleo de Moradia se reúnem e deliberam determinadas questões sem necessitar recorrer à coordenação, como por exemplo, o uso da área social do Núcleo.

Embora a formação de quatro organizações sociais pareça um número exagerado para uma comunidade de oitenta famílias, esta condição é fruto do complexo processo de tensões e disputas políticas que as envolveu.

Nesse cenário dinâmico e conflituoso, o Programa de Aquisição de Alimentos, implementado na comunidade desde 2006, ainda sob a responsabilidade administrativa do Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara, entidade jurídica do MST na região – se apresentou (e ainda se apresenta) como um importante estímulo para a re-organização das famílias.

Ao longo dos anos, novos arranjos sociais e políticos – que transformaram as relações intra-comunidade e da comunidade para com o entorno – e novos arranjos produtivos e econômicos – que transformaram tanto a paisagem, quanto a condição de trabalho e renda das famílias – envolvendo os mesmos atores sociais anteriormente citados, culminaram na (e foram possibilitados pela) execução de distintos projetos do PAA, sob a gestão social das quatro organizações sociais formadas pelos assentados.

### **O PAA associado à construção das liberdades**

As pesquisas realizadas evidenciaram as razões pelas quais foram sendo formadas as quatro organizações sociais do Sepé, quais sejam: COOPERFT, COOPERECOS, COOPERAGROSEPÉ e FRATERRA. Quando questionadas sobre a possível influência da gestão do PAA no processo de

(re)organização interna do assentamento, as lideranças políticas afirmaram que houve relação direta entre ambos os processos, como demonstra a fala de uma delas:

Influenciou, assim, no modo de as pessoas se agrupar. Antigamente era um só (Centro de Formação Dom Hélder Câmara), aí depois nós começamos (COOPERFT), aí todo mundo pensou: não...uma forma mais fácil de trabalhar é pegar aquele grupo que convive, assim, com afinidade melhor e, dividimos. Assentado, Diretor da COOPERFT, 48 anos.

A primeira cooperativa a ser fundada no assentamento, após as primeiras tentativas frustradas da AgroSepé, foi a COOPERFT que chegou a agrupar na época de sua fundação, em 2008, mais de 50% das famílias assentadas. Aquelas que não se filiaram à COOPERFT seguiram tendo seus projetos de comercialização junto ao mercado institucional desenvolvidos pelo Centro de Formação Dom Hélder Câmara, quando em 2009, também optaram por fundar suas cooperativas, a COOPERECOS e a COOPERAGROSEP<sup>5</sup>.

De maneira geral, a formação das organizações sociais fora estimulada pela necessidade que as famílias assentadas passaram a ter acerca da participação efetiva na condução das estratégias de desenvolvimento (sobretudo econômico) à elas apresentadas, especificamente pelo PAA.

Na gestão anterior nós não participava muito do processo de construção dos projetos do PAA. Já tinha um grupo organizado (Centro de Formação Dom Hélder Câmara) que fazia toda a gestão dessa organização (do PAA). Nós era um simples produtor que, simplesmente, entregava o produto e, quando saía o pagamento, a gente pegava esse pagamento. Assentado, Diretor da COOPERECOS, 40 anos.

Antigamente, quando era o Dom Hélder, a gente não tinha acesso à nada. Assentado, Diretor da COOPERFT, 48 anos.

---

<sup>5</sup> Embora o nome dado à terceira cooperativa formada no assentamento, COOPERAGROSEPÉ, remeta àquela associação mãe (AGROSEPÉ), motivadora de muitos conflitos no assentamento, não há nenhum sentido de continuidade de uma para outra, seja enquanto entidade jurídica, ou quanto ao conteúdo da proposta.

Nós queria que fosse uma coisa do Sepé Tiarajú (...), o que aconteceu de lá pra cá, pras nossas (cooperativas) é que elas deu fruto. Assentado, Diretor da COOPERAGROSEPÉ, 55 anos.

Começamos com o Dom Hélder Câmara, trabalhamos com ele uns dois anos. Aí depois a gente avaliou que tinha que andar com as pernas do assentado (neste período participou da fundação da COOPERFT juntamente com parte do coletivo que migrou pra FRATERRA) e a gente montou a associação. A gente foi aprendendo, aprendendo a fazer projeto, a trabalhar, foi pra isso que o PAA ajudou, a desenvolver. Assentada, Diretora da FRATERRA, 39 anos.

A formação das cooperativas, dada em meio aos conflitos entre as famílias assentadas e a Direção Regional do MST, reforçou o desejo das famílias buscarem maior participação na gestão dos projetos do PAA. Este desejo refletia, para além das condições objetivas, como a garantia de renda, condições subjetivas traduzidas: na falta de identidade com o coletivo da Direção Regional, e a conseguinte necessidade de fortalecer a pertença ao Assentamento Sepé Tiarajú; e na falta de confiança política, ocasionada pela pouca (ou nula) transparência nas relações.

Desse modo, as principais lideranças do assentamento se agruparam segundo suas concepções políticas e projetos de vida futura, polarizando, assim, as forças políticas internas, que passaram a transformar as relações intra-comunidade, bem como as relações estabelecidas entre a comunidade e as forças políticas externas.

Os relatos acerca da formação das diferentes organizações sociais e a conseguinte responsabilização destas pela gestão do PAA, sinaliza o surgimento (ou construção) daquilo que Sen denominou de "liberdades instrumentais" – aquelas liberdades que tendem a contribuir, direta ou indiretamente, para a garantia de modos de vida que as diferentes pessoas desejam ter – quais sejam:

- Liberdade Política: garantida pela oportunidade de as famílias assentadas, e suas organizações sociais, participarem de toda a execução do PAA, ora na condição de executoras, ora na condição de beneficiárias, retirando-as de serem meras fornecedoras de alimentos e pouco conhecedoras do Programa;

- Garantia de Transparência: condição primeiramente oportunizada pela participação das famílias assentadas em todos os momentos da execução do Programa em nível local. Mas, também, conferida pela relação de confiança

estabelecida entre assentados e assentadas de uma mesma associação ou cooperativa, traduzidas por eles como afinidade política.

A fundação das quatro organizações sociais do assentamento fora fortemente estimulada pelo INCRA – cabe aqui lembrar que havia um cenário de crise política entre o MST/RP e o INCRA/SP neste período – não somente como um simples atendimento às demandas técnicas apresentadas à equipe de ATER, mas, sobretudo, por se tratar de uma possibilidade concreta de enfraquecimento da Direção Regional do MST, pela perda desta importante base social.

Os conflitos no Sepé apareceram com maior intensidade pelo fato de as famílias não estarem sob as "chibatás" ou do Movimento Social, ou do Estado, ou de qualquer outra força política. O rearranjo interno, estimulado pelo PAA e pela formação dos grupos, culminou num período de ascensão do Governo Federal e crise do Movimento Social (...) o recuo total do MST – que nunca teve uma política muito forte voltada para os assentamentos, pois a política sempre foi muito tímida, acanhada, centralizadora e com ideias pouco convidativas às famílias assentadas – fica muito claro a partir do segundo mandato do Governo Lula, quando o MST (no estado de São Paulo) acaba se "desmontando", especialmente na região de Ribeirão Preto, mas que obviamente reflete um movimento que ocorre também em nível nacional, quando já não há mais base acampada – que é a base da luta pela terra. As pessoas não topam mais ir para ocupações de terras, a base assentada também passa a perceber que o Movimento Social já não garante mais as suas conquistas. Assim, passam a se organizar de outras maneiras: os presidentes de cooperativas passam a ter contato direto com a CONAB, com o INCRA, com as Prefeituras, com o Ministério Público, com instituições que fazem parte da vida social e política de um assentamento, sem depender mais da intermediação da liderança do Movimento. Assentado, 37 anos.

De acordo com as declarações deste assentado, a implementação do PAA e, a formação das organizações sociais no assentamento, estimulou o rearranjo social e político das famílias assentadas. Tal rearranjo, para além de denotar nova forma de organização, reflete, sobretudo, aquelas liberdades instrumentais anteriormente citadas que contribuíram, por sua vez, para o fortalecimento das instâncias políticas internas do assentamento, especialmente a Coordenação.

Mais uma vez, é possível associar a gestão social do PAA a um conjunto de dinâmicas potencializadoras do desenvolvimento desta comunidade, pois a partir

da reestruturação da Coordenação do Assentamento e da clareza de suas pautas políticas, as famílias assentadas criaram, juntamente com o Ministério Público, especialmente pela atuação do Promotor de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto, Marcelo Pedroso Goulart, as bases para a retomada do trabalho dos técnicos do INCRA no assentamento (sobretudo daqueles que tinham poder de decisão) e, por conseguinte, do seu processo de estruturação (construção das casas, abertura de poços, construção da escola, melhoria das estradas, etc.), garantindo direitos que até então haviam sido relegados pelo Estado, através do INCRA:

- Acesso à água: após muitas discussões envolvendo o Ministério Público, INCRA e famílias assentadas, ficou definida a perfuração de mais quatro poços artesianos, um em cada núcleo de moradia, para atender a demanda de abastecimento de água do assentamento. Cabe mencionar, que cada núcleo já contava com um poço, no entanto, os mesmos foram perfurados em locais distantes dos depósitos de água, o que tornava o gasto energético para bombeamento extremamente inviável. Contudo, as famílias assentadas ainda sofrem pela não instalação da rede de distribuição da água. Algumas, dada a localização de seus lotes, próximos aos depósitos de água, conseguiram por conta própria sanear os problemas decorrentes desta situação. Mas, aquelas famílias que têm suas moradias em locais de mais difícil acesso à água, seguem com limitações não somente com seus sistemas produtivos, mas também na vida doméstica;

- Moradia: do mesmo modo que as famílias, articuladas junto ao Ministério Público, buscaram sanear os problemas relativos ao acesso à água. Também buscaram resolver os bloqueios que envolviam a construção das moradias, materializados na relação entre elas (famílias assentadas), o INCRA e o HABIS – grupo de extensão da UFSCar, responsável pelo acompanhamento técnico das construções;

- Educação: foi possível garantir a construção de uma escola na área do assentamento de modos a atender a demanda de educação infantil e do primeiro segmento do ensino fundamental. Facilitando assim, o envolvimento das mulheres assentadas nas atividades produtivas remuneradas, bem como o maior rendimento escolar das crianças, especialmente pelo aumento das horas de sono noturno (as crianças de 4 a 10 anos precisavam sair de suas casas ainda de madrugada para chegar às escolas localizadas na cidade de Serra Azul em tempo de assistir as aulas, iniciadas por volta das 07h20min.).

A nova ordem social do assentamento possibilitou que os laços de

sociabilidade e confiança fossem (re)estabelecidos, uma vez que cada organização social pôde, ao longo dos anos, forjar novo conjunto de valores e princípios. As relações intra-comunidade estão mais fortemente estabelecidas e, estas permitiram a criação de um novo tecido social – mais coeso, cujos protagonistas passam a ser as famílias assentadas.

Eu vejo com uma visão bem ampla. Com a formação das cooperativas tirou um pouco do individualismo que tinha aqui dentro (do assentamento). Existe ainda, mas diminuiu muito. Hoje a mente de cada grupo que tem sua cooperativa está mais vinculada com seus cooperados. Não tá entrando mais em disputa, porque teve uma época que entrou em disputa por associado, mas não agora, acomodou. Cada grupo tá trabalhando o seu. Dentro do Sepé já estão definidos os grupos de afinidade, então vejo essa condição que as cooperativas vivem hoje como um aspecto positivo do PAA. Assentado, 40 anos.

Foi o primeiro Programa (PAA) que veio para nos ajudar e, foi a partir dele que a gente foi crescendo. Acredito que o PAA foi o começo de tudo da nossa união aqui dentro do assentamento também. Assentada, 64 anos.

Não se pretende, com isso, afirmar que não haja mais contradições, ou conflitos, entre as famílias assentadas e as forças externas (MST e Estado) na atualidade, embora estes estejam menos latentes que outrora. Nem mesmo afirmar, que esta nova condição fora suficiente para que as famílias do Sepé Tiarajú dessem conta de impor ao Estado, através da atuação do INCRA, a superação dos limites impostos à política de Reforma Agrária. Mas, reafirmar que, no contexto da gestão social do PAA, as famílias assentadas buscaram, a partir da redefinição de suas trajetórias (individuais e familiares), lançar mão de estratégias (individuais e coletivas) que lhes conferissem melhor qualidade de vida, ou seja, maior garantia de liberdades.

Do mesmo modo que, o empoderamento e protagonismo das famílias assentadas e de suas organizações sociais não fora suficiente para superar os bloqueios estruturais provenientes da ação, sobretudo do INCRA, também não fora suficiente para estabelecer novas dinâmicas (e políticas) públicas que pudessem potencializar as ações deste grupo social específico em nível local e regional.

Os governos locais não assumiram o PAA como uma política estratégica

voltada tanto para o enfrentamento da condição de insegurança alimentar dos grupos populacionais socialmente vulneráveis (muito expressivo nesta região), quanto para o fortalecimento de um setor produtivo (assentados) com potencial para estimular a maior dinamização do mercado local. Em algumas localidades, tal Programa, especialmente durante o último ano, não passou de uma possibilidade de acúmulo de forças entre os diferentes grupos políticos a partir da possibilidade concreta de distribuição de alimentos entre os pobres das cidades. Obviamente, que as organizações dos assentados não assumiram ingênua agência neste processo.

A gestão do PAA neste assentamento se dá sob a responsabilidade de cada organização social, uma vez que: articula os assentados, elabora o projeto, estabelece a relação com a CONAB, formaliza o contrato, distribui os alimentos, emite notas fiscais e encaminha para a CONAB para conferência e liberação do recurso, efetua os pagamentos aos assentados e se responsabiliza por todos os eventuais contratemplos que possam surgir durante a execução do projeto, inclusive optando por mudar ou não de parceiros e, conseqüente mente, a sua forma de condução. A contrapartida da Prefeitura, comumente resume-se ao transporte dos alimentos e acompanhamento das distribuições realizadas nos bairros.

Do mesmo modo que o PAA pode apresentar para os governos locais a possibilidade de manobras políticas junto à população local, a mesma condição se coloca para as organizações sociais de assentados que, após compreenderem a sua forma de operacionalização, podem optar, de acordo com os diferentes cenários políticos, os melhores parceiros, e conseqüentemente, local para sua execução. De acordo com relatos dos assentados, a opção pelas Prefeituras se dá pelo projeto político defendido pelo atual governo (Partido Político), pelo envolvimento da Prefeitura com as demandas do assentamento e com a possibilidade de abertura de outros mercados, como os regulares, Feiras Municipais e o PNAE, a serem mais bem detalhados adiante, ainda neste Capítulo.

A trajetória das famílias assentadas do Sepé Tiarajú nos aponta para um conflituoso processo de desenvolvimento, marcado pelos bloqueios impostos pela ação do Estado, bem como por suas perspectivas, que em outra ponta, contribui para a inserção das famílias assentadas no circuito econômico regional, espaço no qual passam a desenvolver mais fortemente suas estratégias políticas e econômicas.

De acordo com Ferrante (2012), os assentados aparecem sempre como sujeitos, mesmo que muitas vezes em posição de subalternidade, porém com

presença ativa e desenvolvendo estratégias, mais ou menos coerentes, de possíveis projetos políticos de fortalecimento da agricultura familiar via assentamentos. Por vezes, é verdade, parecem tão somente submergir num sistema de controles e de poderes que os aniquilam. Falar nas tensões sociais constituintes do espaço social dos assentamentos significa abordar essa realidade, destacando as resistências e acomodações que são empiricamente verificadas na construção das relações entre os distintos atores sociais presentes no contexto sócio-econômico e político estudado.

Nesse sentido, é possível afirmar que a implementação do PAA instrumentalizou as famílias assentadas na busca de estratégias individuais e coletivas em meio a um contexto específico de disputas e conflitos. Situação esta, que não é restrita somente ao Assentamento Sepé Tiarajú (embora as respostas a tal situação seja peculiar), como analisa a autora:

O cotidiano dos assentamentos mostra um complexo cenário em que a construção de lealdades, de rearranjos na sociabilidade comandados por relações de parentesco, de vizinhança e de filiação religiosa é atravessada por mecanismos de poder (...) ao mesmo tempo, homens e mulheres assentados buscam autonomia econômica e política desenvolvendo estratégias em meio a contextos regionais com características específicas (FERRANTE, BARONE. 2008).

Corroborando com os autores, o Programa possibilitou maior aproximação entre as famílias assentadas no Sepé Tiarajú e as famílias urbanas, especialmente aquelas dos municípios de Serrana e Serra Azul, bem como contribuiu para que deixassem de viver "ilhadas" e passassem a assumir a condição de munícipes, traduzidas no uso dos serviços oferecidos pela cidade (para além das escolas e hospitais), na participação da vida política desses espaços (os assentados influenciam significativamente nos resultados eleitorais do município de Serra Azul, bem como alguns já participam na condição de candidatos) e criando novos circuitos econômicos (garantem outras rendas para além do Mercado Institucional, a partir das Feiras Municipais).

Outra razão (para controle político do PAA quando da sua gestão) era da gente ter um contato com aqueles que tavam recebendo os produtos nas entidades. Então passamos a acumular (politicamente) para um grupo que nós fazia parte (a cooperativa). Sem terra já é visto como discriminado

(...) isso ajudou a gente a ser visto como cidadão lá fora também. Assentado, 40 anos.

As pessoas (moradoras da cidade), agora que a gente entrega o PAA e Merenda (PNAE), quando a gente chega lá (na cidade) a gente não é mais visto como um bicho do mato, como era de primeira. Agora a turma tem diálogo com a gente, todo mundo. Assentado, 52 anos.

Hoje em dia tá mais fácil, você mesmo vai lá na cidade e resolve o problema da sua cooperativa. Hoje as famílias quando você chega na cidade, já identificam você e perguntam do projeto. Então melhorou muito. Assentado, 48 anos.

Se a gestão do PAA e a formação das quatro organizações sociais no assentamento, mesmo com certos bloqueios, possibilitou que a vida material e imaterial das famílias assentadas fosse regida por um novo conjunto de valores e princípios – que implica outro conjunto de práticas cotidianas objetivas e subjetivas e, que atuam nas diferentes dimensões da vida humana, transformando, assim, o comportamento político, produtivo e moral de homens e mulheres assentados, de acordo com o modo como desejam levar a vida – também é verdade que as liberdades instrumentais conquistadas (mesmo que parcialmente) têm possibilitado novos funcionamentos para cada um desses sujeitos e suas famílias, a partir de garantias como: alimentar-se melhor, cuidar da saúde, voltar a estudar, ter momentos de lazer e etc.

A cooperativa começa um desafio que é o de se capacitar para a gestão dela, esse desafio é tão importante que começa a tirar a gente do pensamento que a gente é inútil. Começa a dar a visão de que a gente também tem que voltar a estudar, voltar a se qualificar. Assentado, 40 anos.

De maneira geral, o PAA está reorganizando nossa vida para o futuro. O pequeno agricultor, ele tem mais dignidade agora. Ele pode por a mão no bolso e, mesmo que pouco, pode comprar aquilo que ele quer comer. A gente já pode ir no supermercado e fazer as compras de mês, que não podia antes. Assentada, 64 anos.

A gente tem mais condições de comprar uma coisinha pra casa, que antes

era mais difícil. A gente pôde comprar uma geladeirinha mais nova, que antes tava difícil, né? (risos) Temos mais condição de ter uma alimentação melhor, né? Às vezes comprar remédio também. Houve bastante melhoras. Assentada, 62 anos.

Além de tá produzindo mais e comendo melhor, hoje já tenho condição de passear com meus filhos que são pequenos. A gente vai no shopping, no cinema, já fomos no parque aquático. Até consegui visitar minha família (que mora no Paraná). Assentada, 30-35 anos.

Esses novos funcionamentos podem ser considerados como uma condição resultante do aumento da renda familiar, que apresenta tanto um caráter instrumental para o desenvolvimento das capacidades dos homens e das mulheres assentadas, como também um caráter de produto desse desenvolvimento. Contudo, retomando Sen (2010), essas duas perspectivas não podem deixar de estar vinculadas, uma vez que a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades. E, como maiores capacidades para viver sua vida, tenderiam, em geral, a aumentar o potencial de uma pessoa para ser mais produtiva e auferir renda mais elevada, esperaríamos uma relação na qual um aumento de capacidade conduziria a um maior poder de auferir renda, e não o inverso.

A partir deste contexto, buscou-se compreender as diferenciadas estratégias econômicas adotadas pelas famílias assentadas e suas organizações, bem como o processo de geração e transformação mútua de capacidades e rendas, reflexões estas que serão apresentadas a seguir.

## **O PAA no circuito dos sistemas produtivos e de geração de renda**

A dimensão produtiva e econômica do Assentamento Sepé Tiarajú está intrinsecamente alicerçada em seu processo de formação e implantação, por duas razões: primeiramente, pela importância dos debates realizados pelo MST acerca do paradigma que envolve a matriz tecnológica do campo brasileiro juntamente às famílias, quando ainda eram acampadas; e, não menos importante, podendo, inclusive, ser considerada como uma resultante da primeira condição, a opção da modalidade de assentamento, por se tratar de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável.

Deste modo, as reflexões que seguem acerca das dinâmicas produtivas e econômicas impulsionadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos, que podem ter refletido em certos momentos em maiores ou menores liberdades para as

famílias assentadas, devem necessariamente ser compreendidas como um processo evolutivo que se deu juntamente com a organização do assentamento, num contexto de estratégias individuais e coletivas frente aos conflitos e bloqueios vivenciados.

Como já mencionado anteriormente, CONCRAB (1998), o MST compreende que o processo de formação do assentamento se inicia ainda no processo de luta pela terra, ou seja, nos acampamentos. A partir de sua estrutura orgânica – oito setores (Frente de Massas, Formação, Educação, Saúde, Gênero, Comunicação, Direitos Humanos e Produção, Cooperação e Meio Ambiente) e um coletivo (Relações Internacionais) – o MST, de modo geral, busca elaborar e implementar estratégias de enfrentamento ao Capital, tendo como alvo focal o Agronegócio, e sua territorialização. Nos acampamentos esta estrutura organizativa não é diferente, embora nem todos os setores e coletivos sejam formados, especialmente o Setor de Direitos Humanos e o Coletivo de Relações Internacionais.

O debate acerca da matriz tecnológica, pautado pela agroecologia e pela cooperação, é realizado pelo Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente. É neste momento que parte significativa das famílias assentadas tem o primeiro contato com o tema da agroecologia e, inicia a sua incursão pelas experiências em cooperação.

Para além do cunho ideológico que permeia a opção do MST pela agroecologia, também há, obviamente, a compreensão de que tal matriz seja capaz de promover o desenvolvimento dos assentamentos em bases sustentáveis, a partir de relações sociais e econômicas justas, bem como práticas agropecuárias conservacionistas. Nesse sentido, a aceitação por parte das famílias acampadas da proposta agroecológica como eixo condutor do processo de organização do assentamento nunca se apresentou como um elemento de conflito no Sepé Tiarajú – especialmente por se tratar de uma área de grande importância ambiental, pelos pontos de afloramento do Aquífero Guarani – confluindo, assim, para opção de formar um Projeto de Desenvolvimento Sustentável.

Pautado pelos compromissos firmados coletivamente, juntamente às famílias assentadas, MST e Ministério Público, quando da formalização do assentamento – e que foram manifestadas, mais tarde, no TAC – o INCRA, a partir de uma parceria com a EMBRAPA Meio Ambiente, iniciou em 2005 o desenvolvimento de um conjunto de ações de pesquisa e capacitações em práticas agroecológicas, que resultou, no ano seguinte, na implantação de uma Unidade de Observação Participativa (UOP) de Sistemas Agroflorestais em uma área coletiva do

assentamento, pelo qual as famílias participaram de mutirões de implantação e formação do Sistema Agroflorestal.

As atividades desenvolvidas pela EMBRAPA no Sepé Tiarajú, através da parceria com o INCRA, quando da implantação do projeto "Capacitação Socioambiental para a Construção de Projetos de Desenvolvimento Sustentável em Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo", também tiveram o apoio da CCA/SP, então conveniada do INCRA para prestar os serviços do Programa de ATER no Estado de São Paulo, do Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara, da Direção Regional do MST e das famílias assentadas.

Entre os anos de 2005 e 2008 foram realizadas capacitações, visitas de intercâmbio e diagnósticos, contribuindo não somente para a construção do conhecimento agroecológico, especialmente por parte das famílias assentadas, como também os alicerces do que viriam a ser os sistemas produtivos do assentamento. Do mesmo modo que o processo de formação sobre as práticas agroecológicas, a vida das famílias também seguiu seu curso, pois cada uma passou a preocupar-se com questões como: localização dos lotes, construção das casas, acesso aos primeiros créditos e etc., relegando, na maioria dos casos, as atividades desenvolvidas pela EMBRAPA a um plano de baixa prioridade. Assim, quando da implantação dos SAF's nos lotes, já em 2009, muitas das famílias assentadas, por essas e outras razões, deixaram de participar do projeto. Cabe lembrar que, neste período as relações entre as famílias assentadas, a Direção Regional e o INCRA já estavam muito esgarçadas, o que levou a não mais participação do MST<sup>6</sup> nas atividades desenvolvidas no assentamento.

Ainda que a adesão das famílias ao projeto, e conseqüentemente a implantação dos SAF's em seus lotes, tenha sido comprometida pelos bloqueios vivenciados quando da implantação do assentamento, os princípios agroecológicos trabalhados pela EMBRAPA ao longo dos anos seguiram orientando a implantação e manejo dos sistemas produtivos do assentamento.

Ao analisar os resultados de um levantamento realizado no Sepé Tiarajú entre os anos de 2007 e 2008 pela equipe do Núcleo de Agroecologia da EMBRAPA Meio Ambiente, que envolveu 32 famílias, ou seja, 40% do total do assentamento,

---

<sup>6</sup>Vale explicar que as famílias assentadas não negam sua história de luta e, de certo modo, pertença ao MST. No entanto, discordam das concepções e postura política da Direção Regional o que, invariavelmente, nesta região e também em outras regiões, as colocam na condição de assentadas e não mais de militantes da reforma agrária, segundo o entendimento do próprio MST.

Ramos Filho et al. (2008) destacam que a maior parte dos entrevistados (84,3%) participou das atividades relativas ao manejo de SAFs desenvolvidas no projeto coordenado pela Embrapa. Deste grupo de participantes, uma ampla maioria (81,5%) respondeu que sua participação nas atividades do projeto influenciou sua maneira de produzir.

Ainda de acordo com os autores, em termos do manejo agroecológico observado nos lotes, constatou-se que grande parte dos solos está sempre protegida por restos de cultivo ou plantas espontâneas. Os entrevistados afirmaram que esta prática evita o processo de erosão; a fertilização é realizada totalmente com insumos orgânicos, utilizando principalmente restos dos cultivos (53%) e adubos verdes (47%), prática igualmente mais utilizada para o controle das espécies espontâneas (IDEM).



**Figura 1** – Consórcio entre bananeira e mandioca.



**Figura 2** – Assentada colhendo feijão de porco.



**Figura 3** – Assentado no SAF mostrando frutífera.

**Fonte:** Núcleo de Agroecologia da Embrapa Meio Ambiente.

As pesquisas revelam que, após nove anos da implantação do assentamento, os princípios agroecológicos ainda se mantêm presentes quando da orientação da produção agrícola. Das 13 famílias entrevistadas, ou seja, 16% do total do assentamento – que juntas representam as quatro organizações sociais do assentamento, bem como os quatro Núcleos de Moradia – 100% afirmam desenvolver práticas agroecológicas em seus sistemas produtivos e destas, 31% possuem SAF's bem desenvolvidos. Embora haja famílias (69%) que dizem não ter feito a opção pelo SAF, é importante destacar que estas desenvolvem sistemas de cultivos consorciados, nos quais são intercaladas fileiras de espécies frutíferas com faixas de cultivos anuais ou perenes.

O diagnóstico realizado pelo Núcleo de Agroecologia ainda apontou que quando questionados sobre as atividades já desenvolvidas nos lotes, ou aquelas que desejariam implantar, foram mencionadas: frutíferas (90,6%), mandioca (68,8%), banana (68,8%), café (59,4%), olerícolas (31,3%), milho (31,3%), aves (28,1%), palmito (18,8%), abóbora (15,6%), suínos (12,5%), coco (12,5%), bovinos (12,5%) e caprinos (6,3%). Esses números já sinalizavam a constituição dos sistemas produtivos do Sepé Tiarajú que tem como "carros-chefes" a produção de banana (banana maçã, banana, prata e banana terra) e mandioca, bem como diversas frutíferas ainda em fase de formação. Ainda de acordo com Ramos et al. (2008), a produção de excedente para o mercado era o principal objetivo das famílias entrevistadas (93%), enquanto apenas 7% tinham no autoconsumo seu objetivo principal. Esta condição é explicada pela possibilidade de comercialização já presente para as famílias assentadas naquela época a partir da execução do PAA.

Embora as características físico-químicas dos solos do Sepé Tiarajú sejam propícias para o cultivo da banana e da mandioca, estas não foram as principais condições impulsionadoras para o cultivo destas culturas. Como visto anteriormente, quando questionadas sobre o planejamento da produção – o que se desejava implantar, ou aquilo já havia sido implantado – muitas atividades produtivas foram mencionadas. No entanto, atualmente, nem todas estão presentes no assentamento e, quando estão, não atingem fortemente o mercado.

É possível afirmar que a consolidação do cultivo da banana e da mandioca se deu pela conjunção de quatro fatores: o primeiro, e mais preponderante, a limitação da água para irrigação; o segundo, a aceitação de tais produtos no PAA; o terceiro, a reduzida demanda de recursos financeiros para sua implantação; e por último, mas não menos importante, a baixa demanda de informações técnico-científicas, limitadas tanto pela atuação das equipes de ATER, quanto pelas

vocações dos homens e mulheres assentados.

Embora tenham sido apontados fatores limitantes à implantação e consolidação das atividades produtivas, seria equivocados compreendê-los isoladamente, descontextualizados, ou como uma condição singular do PDS Sepé Tiarajú. Trata-se, na verdade, de bloqueios estruturais ao desenvolvimento das capacidades individuais (e coletivas) das famílias, comprometendo assim, o desenvolvimento geral de suas liberdades.

A Política Nacional de Reforma Agrária, distante de ser uma estratégia do Estado brasileiro com vistas à democratização social, econômica e política do país, se apresenta como uma ação reduzida de formação de assentamentos frente às pressões exercidas pelos Movimentos Sociais de luta pela terra. Neste contexto, as políticas voltadas para a implantação dos assentamentos e seu desenvolvimento sofrem distorções tanto em seus conteúdos, quanto em sua implementação, como analisa a assentada:

Os créditos que a gente pegou foi mal usado. O PRONAF foi mal usado, o custeio foi mal usado, o fomento foi mal usado. Já começou errado (...) o PRONAF veio junto com a obra das casas, aí foi aquela confusão. Aí veio a obra da casa, o PRONAF, mas não tinha água. Então, a gente fez tudo errado. Investimento não vai vir mais, o que é que a gente faz? A maioria tá devendo no banco e quem não tá devendo, não tá conseguindo pegar outro PRONAF por causa da posse da terra. Assentada, 39 anos.

Historicamente, a agricultura familiar vem sofrendo com o descaso do Estado perante a falta de políticas públicas voltadas para a objetivação da produção da sua vida material. Após o PRONAF, que mesmo com todos os limites simbolizou um avanço no campo das políticas específicas para a agricultura familiar, o PAA se consolida como a principal política de desenvolvimento desta categoria social, que para além de possibilitar a comercialização, evidencia e impulsiona o desbloqueio ao acesso a direitos elementares até então não garantidos, como aponta Nivaldo Maia, Gerente de Operações da CONAB, Superintendência de São Paulo, ao discorrer sobre a implantação do Programa em comunidades rurais do estado:

O PAA, quando a gente começou a trabalhar e abrir o direito do cidadão que tem a DAP, expôs uma série de mazelas do poder público. Nós chegamos a lugares onde a pessoa não tinha documentos, a pessoa não tinha CPF, ou

ela tinha todos os documentos em ordem, mas a posse da terra não estava regularizada. Quando a posse da terra estava regularizada, ele (agricultor) não tinha água, não tinha estrada. E quando tinha tudo isso, às vezes não tinha cooperativa, não tinha uma organização da qual ele participasse. Nivaldo Maia, Gerente de Operações da CONAB/SP.

No caso específico do Assentamento Sepé Tiarajú, a aplicação dos principais créditos – ou seja, aqueles voltados para a estruturação do assentamento (abertura de estradas, captação e distribuição de água, construção de casas e etc.) e implantação das atividades produtivas (Fomento e PRONAF A e, posteriormente A/C) – para além do descompasso temporal inerente à sua implementação, das interferências políticas que desestabilizaram as relações entre os diferentes atores envolvidos no processo de implantação e desenvolvimento do assentamento, se deu na perspectiva da formação de um projeto sustentável.

Deste modo, dentre as contradições vivenciadas pelas famílias do Sepé Tiarajú, vale ressaltar aquelas inerentes ao desenvolvimento das atividades produtivas, alicerçadas em práticas sustentáveis, e fomentadas por políticas elaboradas para a implantação de sistemas convencionais de produção. Dentre tais contradições se destaca a política creditícia que, a partir de suas normativas e compreensão de seus agentes, colocou as famílias assentadas na situação de inadimplência após 4 anos de formação do assentamento, quando da perda da produção de mandioca por uma rara doença causada pela ação de bactérias, condição que deveria ser assegurada pelo PROAGRO, e não o foi pela falta de comprovantes de aplicação do recurso proveniente do PRONAF A/C, tais como notas fiscais de insumos químicos e agrotóxicos. Do mesmo modo, aquelas famílias que não se encontram inadimplentes, cuja quitação da dívida fora possível, não conseguem novos créditos, mais facilmente acessados pelos agricultores familiares que possuem o título de propriedade da terra.

Neste sentido, outros arranjos – de ordem produtiva e econômica – foram sendo redesenhados pelas famílias assentadas como estratégias de sobrevivência, tendo em vista que aqueles sistemas inicialmente implantados, especialmente a fruticultura, foram perdidos seja pelas secas severas, seja pelo baixo nível de orientação técnica conferida pelas equipes de ATER, seja pela quase nula compreensão de como produzir, tendo em vista que as famílias eram majoritariamente urbanas, condições que impuseram certos constrangimentos como o causado quando da perda das mudas de frutíferas pelo ataque de saúvas (que não podiam ser combatidas por venenos e não havia orientação de medidas

agroecológicas eficazes).

Com isso, não se pretende desconsiderar a importância da perspectiva da sustentabilidade ambiental contida na concepção dos PDS's, mas sinalizar que do modo como as políticas voltadas para a implantação e desenvolvimento dos assentamentos estão concebidas, o desenvolvimento econômico das famílias assentadas passa a enfrentar um conjunto muito mais amplo de bloqueios estruturais do que aquelas assentadas em projetos tradicionais.

Todavia, se as experiências anteriormente vividas pelas famílias assentadas e a diversidade sociocultural puderam instrumentalizá-las na busca de alternativas para a melhoria da condição de vida no tocante às dimensões social e política, também se tornou condição verdadeira para a redefinição dos principais sistemas produtivos do assentamento (banana e mandioca), possibilitada pela abertura de mercado a partir do PAA.

O início foi muito difícil (da vida no assentamento e da participação no PAA), porque a nossa produção era muito precária. Agora não, agora melhorou muito, a gente foi aprendendo a produzir com o tempo, conforme os anos foi passando. Assentada, 39 anos.

A partir da vivência no assentamento, bem como pelos relatos dos entrevistados, é possível afirmar que o perfil urbano das famílias não trouxe prejuízo para o Projeto de Assentamento, pois 100% das famílias entrevistadas afirmam participar do PAA, com integralização de suas cotas. As mesmas afirmam participar do PNAE, mas não conseguem integralizar as cotas.

De modo geral, o PAA se apresenta como um indutor à organização da produção e ao processo gestor das organizações sociais. Quando questionados sobre tal questão, 100% das famílias assentadas apontam que o PAA cumpriu função organizadora, criando condições, inclusive, para a participação das famílias no PNAE.

De acordo com o Gerente de Operações da CONAB no estado de São Paulo, o PAA é perfeito em sua concepção, pois otimiza recursos ao enfrentar a situação de insegurança alimentar de populações urbanas socialmente vulneráveis, ao mesmo tempo que gera renda para os agricultores familiares, pagando preços justos pelos seus produtos. Contudo, sinaliza que sua operacionalização, por se tratar de uma ação interministerial, sofre interferências de ordem técnica e política em diferentes âmbitos (federal, estadual e municipal), necessitando ajustes. No âmbito local aponta duas medidas importantes:

a primeira seria a maior participação das Prefeituras Municipais, estimulando a formação de Conselhos Municipais que possam compor uma rede local de segurança alimentar, e responsabilizarem-se pelo apoio logístico e pelo controle social; e a segunda, a qualificação da gestão social do Programa, com assistência técnica voltada não apenas para o plantio, ainda que se precise fazer algumas coisas. E juntar recursos para que se capacite as organizações para a gestão de contratos. Nivaldo Maia, Gerente de Operações da CONB/SP.

Ainda que tal análise proceda no que tange a necessidade de intensificar a participação das Prefeituras nos locais cujos projetos vêm sendo desenvolvidos. Esta tende a incorrer no risco de reduzir a complexidade que é o processo de desenvolvimento das comunidades rurais, nesse caso específico, dos assentamentos.

A qualificação do processo gestor das organizações sociais e de Programas como o PAA e o PNAE deve ser dada pela articulação de diferentes políticas (ATER, ATER Mais Gestão, Terra Forte, PRONAF's e etc.), e não apenas pela reformulação do PAA, de modo que estas estimulem a verdadeira instrumentalização (política, econômica e técnica) das famílias produtoras de alimentos. As políticas de fortalecimento da agricultura familiar são existentes, mas em sua maioria são carregadas de distorções que implicam bloqueios à implementação umas das outras e, conseqüentemente, ao desenvolvimento das comunidades nas quais são implementadas.

As famílias do PDS Sepé Tiarajú, ao serem questionadas sobre os bloqueios ao desenvolvimento da comunidade, demonstram ter muita clareza sobre a realidade na qual estão inseridas quando apontam os limites para a participação (consolidada) no PNAE – mercado muito mais rígido do que o PAA. As famílias entrevistadas mencionam que os limites para a integralização das cotas anuais repousam tanto sobre a própria política de alimentação escolar, especialmente a definição dos cardápios, que nem sempre valorizam os produtos locais, quanto, e, sobretudo, as políticas de assentamento, tais como: a falta de água, a falta de investimentos, a falta de agroindústrias e a falta de acompanhamento permanente das equipes de ATER aos sistemas produtivos das famílias e às suas organizações sociais, que de acordo com o PNATER, não consiste em Assistência Técnica Integral.

Pra avançar mais precisava que o Superintendente do INCRA vesse, porque

nós já fizemos reunião em São Paulo lá com ele no INCRA e ele prometeu trazer o encanamento de água, que já tava tudo certinho, que era pra prefeitura ver o lugar pra pôr os encanamentos e até agora tá tudo na mesma coisa (...) a assistência técnica também tá muito ruim, teve melhor, mas caiu de novo. Tem um outro fator que talvez na gestão de agora, pra além do PAA, seja mais limitante na merenda, hoje em dia não podemos entregar na merenda escolar, igual em São Carlos, porque nós não temos uma estrutura, uma empacotadeira à vácuo para nós empacotar as mandiocas pra poder levar pra lá. Nós não temo um lugar adequado pra embalar, uma estufa, uma climatizadora pra nós colocar e congelar e sair e levar. Então, a estrutura tá faltando muito. Assentado, 48 anos.

Que a parte do INCRA eles também fizesse o que tem que ser feito. Como no caso da rede d'água, até hoje eu tenho que buscar água lá no reservatório pra gente tomar. Na época da seca pára tudo. Você quer fazer um canteiro, mas não adianta fazer porque não tem água. As bananas diminuem a produção, um monte de coisas que sem água fica impossível de fazer (...) se tivesse água, faz um gotejamento, porque a gente sabe como fazer, mas não tem como fazer né? O INCRA vem prometendo, prometendo e nunca sai. Assentado, maior de 60 anos.

Ainda falta a construção da agroindústria, a construção da produção coletiva, do produto processado que a gente não tem (...) pensar que as nossas famílias vão trabalhar e tirar a renda do próprio assentamento, sem precisar ir pra fora. Assentado, 40 anos.

Neste sentido, compreender as dinâmicas vivenciadas pelas famílias do PDS Sepé Tiarajú, requer considerar que os bloqueios estruturais anteriormente citados as privam de desenvolver plenamente suas capacidades e, assim, garantir suas liberdades gerais. Contudo, neste cenário, o PAA se colocou como elemento catalisador de determinadas efetivações (de ordem política e social), produtos destes mesmos bloqueios, e que isoladamente não resultavam em certas habilitações. Esse processo resultou num conjunto de liberdades instrumentais que transformaram, e ainda transformam, tanto objetiva, quanto subjetivamente, a vida das famílias assentadas, como pode se observar nas falas abaixo:

Assim que chegou o PAA, R\$30,00 ou R\$40,00 que se ganhava na época,

nossa! (Recorda-se emocionado) Você exagerava, às vezes comprava 1kg de linguiça que fazia tempo que não comia. Era um tal de comer só abóbora, comer mandioca, comer quiabo (...) a gente não tinha nenhuma renda. Assentado, 63 anos.

Quando a gente foi fazer o projeto do PAA, avançou tanto o assentamento que mostrou no meu pensar a capacidade dos produtores de produzir, sabendo que tinha pra onde vender. Então, assim, a gente se desafiou. O Projeto não é grande, o valor é pequeno, mas foi um incentivo para o produtor produzir. E a gente aprendeu. Assentada, 39 anos.

Atualmente, as famílias assentadas desenvolvem estratégias individuais e coletivas frente aos limites de seu desenvolvimento econômico. Com vistas ao atendimento do PAA, na maioria dos casos sem a possibilidade de irrigação, as famílias entrevistadas relatam que planejam a produção em função dos períodos de chuvas e de seca, a partir dos quais entregam produtos como: alface, almeirão, acerola, abóbora, abobrinha, abacate, banana maçã, banana prata, banana terra, berinjela, batata doce, couve, cheiro verde, feijão de corda, feijão guandu, jiló, laranja, limão, mandioca, mamão, maracujá, mexerica, milho verde, quiabo. O PNAE, por se tratar de um mercado mais rígido, que determina a demanda de produtos em cada período do ano letivo (produtos e quantidades), absorve especialmente verduras, banana e mandioca, insuficientes para a integralização das cotas. Há aqueles que participam de Feiras Municipais, cujos produtos têm grande aceitação, conferindo renda complementar.

As pesquisas apontam elementos para a compreensão dos significados que as famílias assentadas atribuem às suas experiências de vida, especialmente aquelas desenvolvidas no espaço temporal que proporcionou a vida no Sepé Tiarajú, sobretudo na sua fase de assentamento. Sendo possível levantar um conjunto de significados, motivações, expectativas, valores e atitudes, de modo a contextualizá-los nos processos vividos coletivamente pela comunidade. Nesse sentido, as famílias entrevistadas foram questionadas sobre a noção de liberdade e expectativas futuras frente à condição de vida que levam hoje, cujos relatos foram:

Liberdade que a gente pode dizer num sentido assim, que a gente pode comprar mais coisas, se alimentar melhor (comprar o que não produz), de tá sem dívidas, tô pagando direitinho o PRONAF. Então, vejo resultado no

meu trabalho. Assentado, mais de 60 anos.

Com a vinda do PAA nós tivemos muito mais liberdade, porque tivemos a liberdade de poder comprar, a liberdade de poder falar, porque você está participando de uma cooperativa, a liberdade de expressão, né? A nossa vida melhorou muito com o PAA, a gente tem muito mais liberdade do que na época do acampamento. A gente era completamente excluído, hoje não. Assentada, 64 anos.

A liberdade é eu poder expressar o que sinto em qualquer espaço da sociedade. A maior liberdade é se sentir dono daquilo que se faz. Assentado, 40 anos.

Liberdade é eu plantar, é eu colher, é eu vender. Essa pra mim é a liberdade. Eu posso falar que eu tenho essa liberdade. Assentado, 62 anos.

Liberdade eu acho que é a coisa fundamental para o ser humano. É eu não gaguejar enquanto falo contigo, não me sinto constrangido por ter que falar. Nós já temos saúde que é outra liberdade. Vivemos em segurança. Eu, pessoalmente, estou me reencontrando, depois que vivi muito tempo numa faixa de exclusão, isso pode ser liberdade. Assentado, 63 anos.

As diferentes falas apontam para um cenário crescente de satisfação frente às liberdades conquistadas. Liberdades estas possibilitadas, sobretudo, pela renda auferida com o advento do PAA, sendo esta considerada a renda principal por 77% dos entrevistados, e pelos outros 23% complementar à renda auferida pelo PNAE ou pelo mercado regular. Contudo, as falas dos entrevistados não apontam um sentimento de resignação frente à condição de vida atual, pelo contrário, ao tratarem das expectativas futuras discernem os bloqueios às suas liberdades gerais, ou seja, ao modo de vida que desejam ter. Nesse contexto, no que se refere à atuação do Estado, já se demonstram pouco crentes em transformações profundas, e veem no mercado a chance de seguirem lutando e dando novos contornos para a vida futura.

Assim, dentre as estratégias familiares e coletivas elaboradas pelas organizações sociais para ampliarem suas liberdades se destaca o PNAE, cujo foco central repousa sobre a agregação de valor possibilitada pelo processamento mínimo dos vegetais e pela fabricação de panificados, trabalho desenvolvido

especialmente pelas mulheres. Neste novo contexto, que para além de tornar a revelar bloqueios estruturais já mencionados, são revelados também os conflitos existentes na participação efetiva das mulheres nas atividades produtivas geradoras de renda, condição intrínseca à expansão das liberdades gerais de um grupo social, como trataremos a seguir.

## **O PAA e as mulheres assentadas**

Embora as pesquisas não tenham tido a pretensão de discutir a questão de gênero no PDS Sepé Tiarajú, foi possível notar que, assim como em outros assentamentos rurais, a condição de subalternidade das mulheres se faz presente. Certamente, neste caso específico, há aquelas que durante o processo de luta desempenharam tarefas voltadas para a promoção da educação, da saúde, e etc. das famílias acampadas, bem como participaram de instâncias como Coordenações de Núcleos e Coordenação Geral do Assentamento, como propõe o MST. Contudo, tais orientações foram e ainda são insuficientes para alterar profundamente os papéis sociais, políticos e econômicos das mulheres assentadas.

Sem a pretensão de tipificar as mulheres do Assentamento Sepé Tiarajú, é possível apontar situações e papéis desempenhados pelas mesmas cotidianamente:

- há aquelas idosas, cujos filhos já se foram, e compartilham a vida com o marido;
- há aquelas idosas e viúvas, cuja família ampliada (filhos e filhas e cônjuges, netos e outros agregados) sobrevive da renda auferida a partir dos Programas Institucionais;

- há aquelas mais jovens, com muitos ou poucos filhos, cuja dedicação está voltada para o trabalho reprodutivo e produtivo;

- há também aquelas, jovens ou de mais idade, que trabalham fora (como diaristas ou assalariadas do setor de serviços) e ainda assumem o trabalho reprodutivo;

- e aquelas cuja vida conjugal fracassou e enfrentam processos administrativos para garantirem, mais uma vez, o direito à terra e aos outros benefícios garantidos por lei.

Convictos de que o desenvolvimento econômico familiar passa, sobretudo, pelas iniciativas coletivas, homens e mulheres assentadas do Sepé Tiarajú têm como estratégia o processo de agroindustrialização de seus produtos. Contudo, outros bloqueios são identificados.

Durante as pesquisas realizadas, as mulheres apontaram que o fracasso das iniciativas coletivas de panificação e agroindustrialização (processo artesanal) se deu por não saberem separar questões pessoais, de questões profissionais, o

que gerou muitos conflitos entre as sete mulheres. Já os homens, durante as entrevistas, mencionaram que as mulheres não estavam habilitadas a assumirem uma atividade de tanta responsabilidade, faltando conhecimentos sobre boas práticas de fabricação, de gestão e até mesmo de relações humanas. Também mencionam que os conflitos podem ter surgido pelo fato de algumas mulheres nunca terem participado de processos de formação política, estando acostumadas com o regime autoritário da relação patrão-empregado e, ao reproduzirem tal relação no grupo fizeram com que o mesmo ruísse.

Por mais que não sejam conclusivas, as experiências trazidas pelos homens e mulheres envolvidos nas pesquisas realizadas no assentamento, podem sinalizar que assim como o Estado e suas políticas, e o Mercado podem se apresentar ora com indutores do desenvolvimento, ora como bloqueios estruturais a este, bem como as experiências dos sujeitos envolvidos nos processos de desenvolvimento, neste caso homens e mulheres assentadas, podem também ser uma condição estrutural de bloqueios, sobretudo quando seus papéis, para além de não serem bem definidos, são estabelecidos sob condição de sujeição. Como afirmou Sen (2010, p.263) "nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres. Esse é, de fato, um aspecto crucial do "desenvolvimento como liberdade".

### **Considerações Finais**

Este artigo buscou apresentar as contribuições do PAA, sobretudo a partir de sua gestão social, para o processo de desenvolvimento - aqui entendido como expansão das liberdades (SEN, 2000), Para tanto, foram apontadas as estratégias individuais e coletivas lançadas pelas famílias assentadas na busca pela consolidação de suas experiências de desenvolvimento (cultural, social, econômico e político) no âmbito local (comunitário) e, possivelmente territorial – envolvendo os municípios que o abrigam – bem como os bloqueios e as perspectivas deste processo.

A pesquisa realizada e análise das informações levantadas apontam que a perspectiva ambiental da modalidade de assentamento, ou seja, o fato de ser um Projeto de Desenvolvimento Sustentável, não é o que o torna um caso diferenciado frente aos outros assentamentos da região e que tem despertado interesse na comunidade acadêmica. Mas sim, as estratégias individuais e coletivas desenvolvidas pelas famílias frente a um conjunto de bloqueios estruturais, em dada medida, agudizados pela formalização da preocupação ambiental, expressa

no Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

O esforço permanente em desenvolver práticas sustentáveis de produção tem sido condição resultante muito mais da vontade das famílias, do que da ação de uma assistência técnica continuada, que juntamente com a política creditícia voltada para o público da Reforma Agrária, se apresenta como um dos principais bloqueios estruturais ao desenvolvimento dos assentamentos rurais. Contudo, aquelas condições que se apresentam como limitantes ao desenvolvimento, também podem estimular, sobretudo, a partir da necessidade de profundas mudanças no cenário político, social e econômico, a dinamização de dadas capacidades que, por sua vez, podem estimular o desenvolvimento de liberdades instrumentais. Assim se apresentou o PAA, que a partir da garantia de compra dos produtos das famílias e da participação das mesmas em sua gestão, estimulou dinâmicas que contribuíram para a minimização de interferências na transformação da renda em capacidades e no desenvolvimento de liberdades instrumentais.

Ainda que o PAA tenha se apresentado como um indutor de novos funcionamentos e refletido em saldos positivos para as estratégias (individuais e coletivas) das famílias assentadas, são necessários ajustes como: maior divulgação, ajustes de preços e aprimoramento do controle social, evitando desvios de finalidade; e qualificação da gestão, a partir do envolvimento e diálogo de um conjunto mais amplo de atores.

Há que se acrescentar que as mulheres, aparentemente sem participação ativa nos circuitos do PAA – com exceção das famílias monoparentais "chefiadas" por mulheres, perspectiva formalmente aberta, mas não necessariamente viabilizada, por outros bloqueios, dentre os quais a idade avançada – sofrem limitações não explicitamente decorrentes das desigualdades de gênero. Contudo, devemos apontar que a participação das mulheres na definição e implementação de estratégias de desenvolvimento é condição *sine qua non* à expansão das liberdades.

Ainda há que se acrescentar que as perspectivas de agroindustrialização dos produtos das famílias assentadas – tanto para o atendimento das demandas do mercado institucional como o PNAE, quanto para inserção em mercados regulares mais sofisticados, para além das feiras municipais – estão submetidas a outros bloqueios que passam por arranjos políticos, sobre os quais os homens e mulheres assentados não têm controle.

Diante de tais considerações, foi possível constatar que a conformação de novos arranjos sociais, políticos, produtivos e econômicos têm contribuído para o desenvolvimento da comunidade – ainda que existam bloqueios – possibilitado

pela ampliação das liberdades individuais e coletivas dos homens e mulheres assentados e suas organizações sociais, estabelecendo, assim, novas relações (sinérgicas) intra-comunidade e da comunidade com os atores externos.

Devemos mencionar que as condições analisadas no Assentamento Sepé Tiarajú não são exclusivas a essa comunidade, uma vez que os mesmos bloqueios vivenciados por esta, também o são em outras, sejam elas um PDS ou não. O que é preciso discernir são as respostas dadas a tais bloqueios – as possibilidades encontradas pelas famílias assentadas que ao se transformarem em atitudes, podem conferir maior ou menor liberdade.

## **Referências**

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Assentamentos na agenda de políticas públicas: a "trama de tensões" em regiões diferenciadas. In: FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A. (Orgs.) **Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA/Nead, 2008. p.272-308.

\_\_\_\_\_. Um retrato dos bloqueios e perspectivas dos assentamentos do Estado de São Paulo. XV Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais Pré-Alas Brasil. Teresina/PI, 2012. In: **Anais...**, Teresina/PI, 2012.

GRISA, C. **Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Porto Alegre, 2009. 22p.

GONÇALVES, J.C. **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável? A difícil construção de um assentamento rural agroecológico em Ribeirão Preto**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Depto. de Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

MATTEI, L. Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do Programa. **Cadernos do CEAM** (UnB), Brasília, v.7, p.33-44, 2007.

RAMOS FILHO, L.O. et. al. **Sistemas Agroflorestais e Transição**

**Agroecológica:** o caso do Assentamento Sepé Tiarajú, Região de Ribeirão Preto, Brasil, 2008.

SCOPINHO, R. A. Em busca de "elos perdidos": projetos de assentamentos e modos de identificação entre trabalhadores rurais assentados. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v.12, n.2, USP, p.257-270, 2009.

\_\_\_\_\_. O processo organizativo do Assentamento Sepé Tiarajú - SP: novos ânimos no cenário dos movimentos sociais da região de Ribeirão Preto. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. São Paulo, v34, n.01, Jan/Jun 2007.

SEN, A.K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TURPIN, M.E. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. **Revista de Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.16(2), p.20-42, 2009.

# POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE APOIO A ATIVIDADES ECONÔMICAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS: UMA ANÁLISE EM QUATRO MUNICÍPIOS PAULISTAS

*Fábio Grigoletto<sup>1</sup>*

*Helena Carvalho De Lorenzo<sup>2</sup>*

*Sérgio Azevedo Fonseca<sup>3</sup>*

**Resumo:** Este artigo relata parte de uma pesquisa de mestrado que teve por objetivo analisar os padrões institucionais de relacionamento entre agentes públicos locais e comunidades de assentamentos da reforma agrária em quatro municípios do Estado de São Paulo – Apiaí, Iaras, Promissão e Mirante do Paranapanema – sobretudo no que diz respeito aos tipos de apoios oferecidos pelos primeiros às atividades econômicas dos assentamentos. Em termos metodológicos, foi realizada uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, delineada no formato de estudo de casos múltiplos. Tendo como fontes de dados os agentes públicos locais responsáveis pelo relacionamento institucional com os assentamentos da reforma agrária, agentes técnicos de órgãos ligados à questão fundiária, como INCRA e ITESP, e assentados em posição de liderança nos assentamentos rurais, buscou-se avaliar a intensidade, os tipos e a qualidade dos (eventuais ou efetivos) apoios oferecidos pelos municípios às atividades econômicas internas aos assentamentos. Buscou-se avaliar os resultados

---

<sup>1</sup>Mestre pelo Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. UNIARA. Araraquara.SP.

<sup>2</sup>Docente e pesquisadora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. UNIARA. Araraquara.SP.

<sup>3</sup>Docente e pesquisador do Departamento de Administração Pública. FCL/UNESP. Araraquara. SP.

encontrados a partir de lente teórica constituída em torno das noções de desenvolvimento local e do significado assumido pelos assentamentos nas diferentes localidades. Os resultados apontaram um conjunto bastante heterogêneo e, não raras vezes, díspar, de circunstâncias particulares. Evidenciou-se, a partir das informações coletadas, que uma ação positiva das administrações públicas municipais no apoio às atividades econômicas dos assentamentos é fundamental para a liberação das energias sociais sediadas nos assentamentos, possibilitando a efetivação do "amalgama de possibilidades" constituído a partir da implantação de assentamentos rurais.

**Palavras-chave:** Assentamentos rurais; Políticas públicas municipais; Desenvolvimento local.

***Abstract:** This paper reports a master research that aimed to analyze the patterns of institutional relationships between local officials and communities of agrarian reform settlements in four counties of the State of São Paulo – Apiaí, Iaras, Promissão and Mirante do Paranapanema – particularly with regard to the types of support offered by the first to the economic activities in the settlements. In terms of methodology, we conducted a qualitative, exploratory and descriptive research, outlined in the format of multiple case study. Having like data sources the local officials responsible for institutional relations with the agrarian reform settlements, technicians agents of agencies linked to the land question, as INCRA and ITESP, and settled in leadership positions in rural settlements, we sought to evaluate the intensity, the types and quality of the (possible or actual) support offered by municipalities to economic activities inside the settlements. We sought to evaluate the results from theoretical lens formed around the notions of local development and the significance assumed by settlements in different locations. The results showed a fairly heterogeneous and, often, disparate in particular circumstances. It was evident, from the information collected, that a positive action of the municipal government in supporting the economic activities of the settlements is essential for the release of social energy based in settlements, enabling the realization of the "amalgam of possibilities" constructed from the implementation of rural settlements.*

**Keywords:** Rural settlements; Municipal public policies; Local development.

## **Introdução**

As instâncias do poder local, representadas pelo Estado, mercado e a sociedade, configurando as interorganizações, nas palavras de Fischer (2002), passaram por significativas reorientações no período recente da história brasileira. Relacionadas a uma série de processos históricos, internos e externos, essas mudanças depositaram novas e densas responsabilidades sobre as administrações públicas municipais. No Brasil, um dos fatores determinantes dessas transformações foi o processo de redemocratização, institucionalizado pela Constituição de 1988. A nova Carta sacramentou o princípio federalista no ordenamento jurídico brasileiro. Consequência dessa nova ordem foi a descentralização dos poderes federativos, implicando, ao que interessa no conteúdo trabalhado neste texto, a municipalização de um amplo leque de políticas e serviços públicos. Paralelamente, a revolução tecnológica e informacional surpreendia a humanidade, transformando paradigmas e alterando a relação do homem com o tempo. Diante da emergência das questões globais, das relações transnacionais e do agravamento das desigualdades sociais e da concentração de renda, o local, por oposição, emerge como espaço palpável das relações sociais, plano concreto para a promoção de um desenvolvimento endógeno, potencial lócus de uma conciliação entre prudência ambiental, equidade social e crescimento econômico.

É precisamente nesse plano do local que passam a ganhar reconhecimento crescente como agentes sociais protagonistas dessa nova lógica do desenvolvimento as comunidades reunidas em torno dos assentamentos da Reforma Agrária. São comunidades compostas majoritariamente por pequenos agricultores familiares, que trabalham sob um padrão de produção econômico orientado por princípios diversos aos do agronegócio, este apoiado em um padrão monocultor de exportação. A organização da produção em pequenas unidades diversificadas, com diferentes graus de integração vertical e horizontal, atribui, aos assentamentos, características particulares que os aproximam dos pressupostos inerentes à lógica do desenvolvimento local.

Diante do redesenho do Estado no plano local, decorrente das inovações institucionalizadas na Constituição de 1988, e da emergência dos assentamentos rurais como espaços palpáveis para a construção de processos de desenvolvimento endógeno, este trabalho busca contribuir na construção de uma reflexão sobre a inserção dos assentamentos de Reforma Agrária em distintos contextos territoriais locais, buscando avaliar o papel das administrações públicas municipais na mediação e promoção dessa integração.

Em um primeiro momento, propõe-se uma discussão acerca da recente emergência do local/regional como plano protagonista de iniciativas de desenvolvimento, especialmente no caso brasileiro, processo institucionalizado na Constituição de 1988. Nesta primeira seção, serão apresentadas algumas concepções sobre a noção de desenvolvimento local, temática recorrentemente presente nos debates acadêmicos e governamentais, especialmente no alvorecer deste século. Posteriormente, buscar-se-á abordar o significado assumido pelos assentamentos rurais nos territórios em que estão localizados. Espera-se que, combinando esses movimentos reflexivos, possibilite-se a reunião de elementos que fundamentem a análise de políticas públicas municipais de apoio às atividades econômicas em assentamentos rurais de quatro municípios paulistas: Mirante do Paranapanema, Promissão, Iaras e Apiaí.

Supõe-se que, ao final desta trajetória, estejam evidenciados os fatores condicionantes à inserção dos assentamentos rurais enquanto agentes sociais e econômicos nesses municípios, bem como a relação entre essas condicionantes e o padrão de atuação das administrações públicas municipais na promoção dessa integração.

### **Novas atribuições dos municípios brasileiros Pós-Constituição de 1988**

Durante a década de 90, uma série de alterações que ocorriam em escala mundial, engendradas no contexto dos processos de globalização, passa a ter maior efeito também no Brasil, em confluência com outras transformações decorrentes do processo de redemocratização. Diante do histórico de grandes projetos desenvolvimentistas e da baixa autonomia dos municípios para atuarem na gestão de projetos locais e regionais de desenvolvimento, surgem, no âmbito nacional, as primeiras manifestações em defesa da municipalização das políticas públicas. No plano local, experiências inovadoras buscavam descentralizar a gestão pública, procurando viabilizar a democratização das relações do Estado com a sociedade. Essas tentativas, longe de formar um movimento social amplo, ocorreram no período de distensão da ditadura militar (1976-1988), engendrando algumas iniciativas exitosas, porém localizadas (MARTINS, VAZ, CALDAS, 2010). Entretanto, ao longo do período referido, esse ideal descentralizador toma fôlego suficiente para chegar ao processo constituinte como ideia-força, justificada principalmente pela lembrança, não tão distante, dos efeitos políticos e sociais da centralização e do autoritarismo e, em última instância, representando um ingrediente fundamental para a construção de uma institucionalidade democrática.

A partir da Constituição de 1988 os municípios aumentaram sua capacidade tributária e ganharam novas fontes de financiamento, além de terem as suas atribuições redefinidas, conquistando autonomia significativa dentro do novo quadro federativo. Diante do contexto geral vivenciado no período da transição democrática, a nova carta magna reconheceu as aspirações de fortalecimento dos mecanismos de participação, criando um cenário onde atuam o poder municipal autonomizado, novos atores institucionais (terceiro setor) e as variadas organizações sociais e agrupamentos humanos.

Essas mudanças foram conquistadas com substantiva mobilização da sociedade civil, representando além de um passo adiante na história democrática do país, uma nova rodada de desafios. Uma das questões centrais colocadas à época e que, de certa maneira, permanece até hoje, era como criar uma institucionalidade que comportasse todos esses avanços, permitindo, num plano ideal, a construção coletiva de um projeto de desenvolvimento para o Brasil, com o agravante de o país ter acabado de sair de duas décadas de autoritarismo. Nesse sentido, o desafio era significativo para as administrações públicas locais, que teriam de lidar com o seu novo arcabouço de responsabilidades sem um processo de transição que as dotasse das competências necessárias. As implicações dessas mudanças foram abordadas por Neves (2006):

É de se perguntar pelas implicações do modelo federativo brasileiro na esfera municipal. Não há dúvida de que o federalismo inaugurado em 1988 provocou nos municípios brasileiros "uma transformação institucional massiva (MELO, 1996) por meio de mudanças nas políticas públicas que reforçaram o papel do Município, consolidando seu desempenho nos temas que já pertenciam às suas competências e ampliando formalmente sua atuação a novas áreas, como o desenvolvimento local e o meio ambiente. Em resumo, atualmente os municípios dispõem das prerrogativas inerentes à condição integral de ente federado, de mais recursos e mais responsabilidades" (NEVES, 2006, p.89).

Uma expressão chave contribui para a compreensão desse redimensionamento das atribuições dos municípios: interesse local. Gravitam em torno desta expressão as atribuições relativas tanto às competências legislativas quanto às materiais (prestação direta de serviços). Este é o termo utilizado na Constituição Federal para definir o conteúdo do campo de atuação das administrações públicas municipais. São considerados de interesse local os temas nos quais há

predominância do interesse municipal sobre o estadual ou federal. A definição da predominância do interesse local é variável de um município para outro ao longo de momentos distintos, segundo a trajetória de sua ocupação e desenvolvimento (NEVES, 2006).

Passados mais de vinte anos, questões como o "velho" problema das desigualdades regionais, das desigualdades sociais e da concentração de renda e riqueza persistem, com maior ou menor intensidade, em todo país. O Brasil se mantém como exportador de matérias-primas e de produtos industriais de baixo valor agregado, reforçando laços de dependência e desnudando contradições. Em tempos de preocupação mundial com conceitos como segurança e soberania alimentar, não cessa a expansão da fronteira agrícola para a produção de commodities. As monoculturas que dominam o vasto território deste país continental – cana-de açúcar e soja, entre outros – são vertidas quase que em sua totalidade para o mercado externo, desdenhando-se o potencial de produção de alimentos para o mercado interno, gerando dividendos concentrados nas mãos dos produtores latifundiários e fortalecendo práticas ambientalmente degradantes (WHITAKER, 2008). Ignacy Sachs também abordou a contradição da questão alimentar brasileira:

Estima-se em 16 milhões – um décimo da população – o número de cidadãos virtuais privados da cidadania pelo desrespeito ao seu direito de não ter que passar fome. No Canaã, em meio a tanta fartura, com tanto chão para cultivar, tantas mãos ociosas e barrigas vazias, a questão da segurança alimentar não está solucionada! (SACHS, 2001, p.76).

Tomando como prerrogativa a problemática questão agrária no Brasil, caracterizada pelo brutal desnível entre posses, renda e qualidade de vida das diversas classes e segmentos da população rural (TÉLLES BAUER, 1998) e a preocupação com o equilíbrio espacial e territorial inerente aos esforços para a construção de um desenvolvimento que dê conta dos imperativos éticos de inclusão e preservação ambiental, suscitam as seguintes questões para reflexão: qual o papel que os assentamentos rurais podem assumir nesses processos? Qual o potencial de geração de renda e diminuição do passivo social e ambiental desperdiçado e qual a sua relação com a inatividade e/ou incapacidade do poder público local atuar diante das contradições do meio rural? Quais são as possibilidades de atuação dos governos subnacionais diante da singular complexidade que envolve essas políticas?

Para que se possa responder a essas questões, dois movimentos se mostram necessários. Primeiramente, discutir sobre quais bases pode-se pensar o desenvolvimento, tão discutido e intensamente adjetivado nos últimos tempos. Posteriormente, analisar o significado que os assentamentos assumem ou podem assumir em projetos locais de desenvolvimento.

A série de mudanças políticas, econômicas e sociais pelas quais passou o país desde que se iniciou a política de implantação de assentamentos, especialmente o fortalecimento dos espaços locais como palpáveis para a construção de estratégias de desenvolvimento, motiva a abordagem aqui proposta: compreender em que medida as administrações públicas locais têm assumido o papel de planejar o desenvolvimento local e, concomitantemente, se os assentamentos rurais têm sido abarcados como atores potenciais destes processos.

Em resposta à problemática abordada neste artigo, serão apresentadas algumas concepções acerca da noção de desenvolvimento local, por trazer para as discussões sobre o desenvolvimento a dimensão territorial, em resposta, principalmente, ao processo de globalização e, atendendo às necessidades metodológicas deste trabalho, permitindo um alinhamento às novas atribuições da gestão pública local brasileira após a redemocratização.

### **Desenvolvimento local: contra-hegemonia e cidadania como protagonista**

Segundo Navarro (2001), na história recente, dois foram os momentos em que a temática do desenvolvimento assumiu um papel de especial protagonismo, orientando programas governamentais e alimentando interesses de grupos sociais nos benefícios das mudanças associadas a esta noção. O primeiro iniciou-se no pós-guerra, estendendo-se até os anos 80. Marcado pela polarização entre dois modelos de sociedade, processo representado pela Guerra Fria, este período caracterizou-se por um notável crescimento econômico, materializado em um padrão civilizatório dominante e estimulando, com a *possibilidade do desenvolvimento* (grifo do autor), a esperança de reprodução desse modelo em outras sociedades. O segundo período iniciou-se na transição 1980-1990, quando o conceito foi revisitado e profundamente alterado. Ao contrário do primeiro período, este foi marcado pela inquietude em relação ao futuro, interiorizando a discussão em novas escalas. Tratando desta motivação, Navarro pontua que (2001, p.201) "(...) pode-se ousadamente afirmar que talvez a inquietude social e política gerada pela disseminação da desesperança com relação ao futuro é que, de fato, tenha reavivado o crescente interesse pelo tema do desenvolvimento".

Diante das mudanças que atingiram o mundo a partir da década de 70, delineando não somente novos arranjos industriais e produtivos, mas alterando também as lógicas de reprodução social e a percepção da relação entre a existência humana e o meio ambiente, expressivas manifestações de urgência para a construção de novos parâmetros de desenvolvimento emergiram no plano local e regional. Essas expressões revelam a manutenção das especificidades do local, negando o possível caráter homogeneizante da globalização. É nesse contexto que a noção de desenvolvimento passa a ser apresentada acompanhada do adjetivo local, representando uma importante dimensão no campo de disputa pela demarcação social do conceito.

O desenvolvimento local surge como representação da ressignificação da importância do plano local diante do gigantismo e do caráter difuso das relações econômicas e de poder globalizadas. Contudo, mostra-se controverso, conceitualmente e metodologicamente, além de pouco estudado, tanto no Brasil quanto no debate internacional (MARTINS, CALDAS, 2009).

Diversas concepções caracterizam o debate acerca dessa ideia. Para Santos e Rodriguez-Garavito (2002), o local é espaço privilegiado para experimentações contra-hegemônicas, propício à construção de um desenvolvimento de base, "de baixo para cima", em um processo coletivo protagonizado pela sociedade civil, onde o efeito econômico deve chegar à esfera política e produzir um ciclo de crescimento que contrarie a lógica de exclusão. Pontuam, ainda, a abrangência do local, relacionando-a não a uma questão de tamanho, mas sim ao conjunto de relações que se dão em um determinado ambiente territorial, seja ele uma microrregião ou uma cidade, considerando as heterogeneidades e especificidades do lugar (SANTOS, RODRÍGUEZ-GARAVITO, 2002 apud MARTINS, CALDAS, 2009).

A noção de desenvolvimento local apresenta vários significados, comportando as diferentes dimensões em que se exerce a cidadania e que tem condições de criar um espaço de interação dos cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do que é público. Essa concepção não admite modelos paradigmáticos de desenvolvimento local (MARTINS, CALDAS, 2009, p.208).

Esta última concepção centraliza sua abordagem na importância dos atores sociais da localidade, representados em sua diversidade e potencialidades econômicas, sociais, ambientais e institucionais, condicionando as diferentes

alternativas de atuação para a transformação e construção de um desenvolvimento local (MARTINS, CALDAS, 2009, p.208). A questão é deslocada para o debate da cidadania, evidenciando o papel dos atores locais como, além de beneficiários, agentes do desenvolvimento local.

Buarque (2004, p.25) aponta para o conceito descrevendo-o como "um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos". Visando conciliar a dinamização das potencialidades locais, implicando a inserção competitiva das economias locais nas transações em esferas supra-regionais com a preservação do ambiente natural, o desenvolvimento local é mais um esforço coletivo em permanente construção do que uma receita prescrita. Por surgir como uma abordagem que privilegia o espaço específico onde se dá a existência de um ser humano, seu nascimento e suas relações (BARBIERI, 2006), possibilita que o desenvolvimento seja pensado em acordo com as especificidades locais.

Navarro (2001, p.89-90) analisa o conceito como decorrência de duas mudanças ocorridas durante as duas últimas décadas do século XX: a) a multiplicação de ONG's, que por atuarem em ambientes geográficos mais restritos (município ou região), criaram uma estratégia de ação local que, em oposição aos processos globalizantes, possibilitou o fortalecimento do conceito; b) os processos de descentralização política que perpassaram a América Latina, especialmente o Brasil, a partir do final da década de 80.

Até então, o papel das câmaras municipais era limitado, os municípios não eram entes da federação, não possuíam Leis Orgânicas, tinham pouca autonomia tributária e escassa transferência de recursos dos governos federal e estaduais. No plano nacional, predominavam grandes projetos desenvolvimentistas (MARTINS; CALDAS, 2009, p.210). Por conseguinte, excetuando-se algumas experiências inovadoras, os agentes das administrações públicas locais não estavam habituados à atribuição de planejar o desenvolvimento local, o que denota o caráter desafiador destas propostas. No entanto, não obstante a complexidade derivada dessas mudanças constitucionais, o tema do desenvolvimento local ganha importância neste contexto como uma alternativa de intervenção articulada de novos atores sociais e políticos na reorientação da ação do Estado, para atender aos objetivos da construção da cidadania e da melhoria da qualidade de vida da sociedade (BAVA, 1996 apud CAMPANHOLA, GRAZIANO DA SILVA, 2000, p.30).

Bava (2000), tratando do tema, aponta o desenvolvimento local como

definição em busca de um desenvolvimento sustentável, oposto ao modelo dominante de desenvolvimento, promotor de fusões entre empresas, concentrador de capital e renda, degradante social e ambientalmente e confundido com crescimento econômico. Associa, ainda, a promoção deste padrão dominante a políticas públicas promovidas por um Estado capturado pela lógica do modelo de globalização operado em várias escalas, incluindo o local. Define, ainda, três imperativos básicos para que um processo possa ser chamado de desenvolvimento: a) deve distribuir renda; b) beneficiar a maioria da população e ser identificado com as aspirações da mesma; c) ser sustentado por essa maioria. Para qualificar o local como espaço concreto para estas experiências, cita o geógrafo Milton Santos:

é a partir do espaço geográfico que se dá a solidariedade orgânica; tais atividades, não importa o nível, devem sua criação e alimentação às ofertas do meio geográfico local [...] na verdade, mudadas as condições políticas, é nesse espaço banal que o poder público encontraria as melhores condições para a sua intervenção. Trata-se, aqui, da produção local de uma integração solidária, obtida mediante solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural como propriamente geográfica. A sobrevivência do conjunto, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade indispensável ao trabalho, e que gera a visibilidade do interesse comum (SANTOS, 2000, p.110 apud BAVA, 1996).

Como se vê na passagem, o autor fala em poder público de maneira geral. Isso reforça a ideia de que a abordagem do desenvolvimento local não toma o local como plano exclusivo para sua construção, de maneira que não exclui o nacional e nem mesmo o global, imaginando, por exemplo, que uma focalização no espaço municipal ou regional dispensaria o papel das políticas nacionais (FRANCO, 1998).

Evidencia-se, através da literatura analisada, a associação da origem do conceito aos processos de globalização que, por oposição, teriam levado a um fortalecimento das manifestações locais por um desenvolvimento emancipador e contra-hegemônico, baseado nas potencialidades locais, visão apreendida nas contribuições de Santos e Rodríguez-Garavito (2002), Bava (2000), Buarque (2004), Barbieri (2006) e Caldas e Martins (2009). Uma outra linha de pensamento dialoga com a anterior, entretanto busca uma maior adequação ao

caso brasileiro, considerando em sua construção os processos políticos decorrentes da redemocratização, principalmente a descentralização e a participação, enfoque apresentado por Bava (1996) e Campanhola e Graziano da Silva (2000).

Uma última concepção será apresentada. Ávila (2003) apresenta dois conceitos interessantes antes de arriscar a definição de desenvolvimento local. O primeiro é o desenvolvimento *no local* (grifo nosso), definido como aquele que se refere a um empreendimento ou iniciativa que gere "desenvolvimento" por gerar emprego e expectativa de arrecadação de impostos, além de circulação de bens e dinheiro, mas que, em última instância, apenas é sediado fisicamente no local, permanecendo ali somente enquanto o lucro é compensador e, atingido por qualquer instabilidade, retira-se daquela localidade, deixando, muitas vezes, negativos rastros ambientais e sociais. Embora possa ser utilizado para sustentar um processo inicial de desenvolvimento local, tem baixa capacidade de gerar autonomia, emancipação e empoderamento.

O segundo é o desenvolvimento *para o local* (grifo nosso), apresentado como se ideia de "desenvolvimento" que, além de ser sediado fisicamente na localidade, gera efeitos benéficos às comunidades e aos ecossistemas locais, revelando, contudo, um caráter dependente das instâncias promotoras em termos de consecução mais de suas próprias finalidades institucionais (as das instâncias promotoras, evidentemente) que do real, endógeno e permanente desenvolvimento das comunidades-localidades visadas, revelando também baixa capacidade emancipatória e caráter assistencialista (ÁVILA, 2003).

Por fim, o autor define desenvolvimento local como algo diferente dessas duas concepções, tendo como principal característica a construção de um processo emancipatório das comunidades locais, como evidenciado no trecho a seguir:

(...) o 'núcleo conceitual' do desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento – a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus status quo de vida – das capacidades, competências e habilidades de uma "comunidade definida" – portanto com interesses comuns e situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica –, no sentido de ela mesma – mediante ativa colaboração de agentes externos e internos – incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução

para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios – ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade –, assim como a "metabolização" comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito (ÁVILA et al., 2000, p.68 apud ÁVILA, 2003).

Embora o arcabouço teórico-conceitual apresentado seja denso e abrangente, é imprescindível uma última ressalva para que sejam apontados alguns limites. Conforme Oliveira (2001, p.13), "o desenvolvimento local é uma noção polissêmica, e necessariamente comporta tantas quantas sejam as dimensões em que se exerce a cidadania; qualquer tentativa, pois, de transformá-la em modelos paradigmáticos, está fadada ao fracasso". A importância dessa última assertiva reside na recorrente apresentação do desenvolvimento local como uma panaceia, solução para todos os tipos de males. Quando aqui se fala em participação de atores da sociedade civil, não se está supondo que esse processo seja facilmente construído, sediado em arenas de disputa que excluam o conflito. A sociedade civil não se apresenta em uma condição apaziguadora, mas é, verdadeiramente, o lugar do conflito pela hegemonia, como observa (OLIVEIRA, 2001):

No Brasil, [...] sociedade civil passou a designar no discurso da mídia, assim como em certos discursos acadêmicos, mas, sobretudo no discurso das organizações não governamentais, um lugar do não-conflito, um lugar da concertação - que ele é, certamente - em que os interesses não aparecem. Essa visão não é apenas falsa conceitualmente, ela o é na prática social e política. Ela reduz, outra vez, a sociedade civil aos âmbitos dos atores privados (OLIVEIRA, 2001, p.22).

As experiências de desenvolvimento local, enquanto movimento contra-hegemônico, levadas a cabo com a participação e mobilização dos próprios beneficiários, são construídas a partir do seu encontro nas arenas de decisão com várias forças, muitas delas hegemônicas. Dado o caráter assimétrico de poder e barganha que envolve a tomada de decisões, especialmente quando se trata deste embate, é inconcebível descartar o conflito. Ademais, dado este cenário, o conflito assume um caráter salutar, posto que, ao final do processo,

a decisão estará legitimada.

Resta ainda um passo fundamental para consecução dos objetivos deste item. Onde se situa o rural dentro do desenvolvimento local? A professora Maria Nazareth Wanderley (2001, p.33) argumenta que "o espaço local é, por excelência, o lugar da convergência entre o rural e o urbano; um programa de desenvolvimento local não substitui o desenvolvimento rural, mas o incorpora como parte integrante". Nesse sentido, aliando-se a perspectiva de que a relação urbano-rural caracteriza um continuum onde as especificidades de cada polo são mantidas, um projeto de desenvolvimento local deve abarcar esta complexidade, dado que ambos não podem ser vistos de maneira isolada.

O espaço local é, de fato, o lugar do encontro entre estes dois "mundos". Porém, nele, as particularidades de cada um não são anuladas, ao contrário, são a fonte da integração e da cooperação, tanto quanto das tensões e dos conflitos. O que resulta desta aproximação não é a diluição de um dos polos do continuum, mas a configuração de uma rede de relações recíprocas, em múltiplos planos que, sob muitos aspectos, reitera e viabiliza as particularidades (WANDERLEY, 2001, p.34).

Portanto, pensar o desenvolvimento local como valorização das múltiplas dimensões de potencialidades – econômicas, sociais e culturais – da sociedade local, não pode supor o fim do rural. A abrangência e eficácia do desenvolvimento local estão diretamente relacionadas à sua capacidade de incorporar e valorizar o potencial de forças sociais para o desenvolvimento presentes no meio rural local, isto é, incorporar o próprio desenvolvimento rural (WANDERLEY, 2001, p 34).

A fim de possibilitar um exame da possível colocação dos assentamentos rurais no contexto de processos de desenvolvimento local, será abordada no próximo item a discussão acerca dos significados assumidos pelos assentamentos nas localidades em que são instalados.

### **Impactos dos assentamentos rurais**

José Sarney, primeiro presidente eleito democraticamente, foi empossado em 1985, mesmo ano em que sancionou o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), no bojo do qual se realizaram as primeiras ações federais de desapropriação de terras e colonização (FERRANTE et al, 2005). No Estado de São Paulo, as primeiras ações neste sentido se iniciaram anteriormente. Segundo Ferrante et al (2005, p.39), "data de 1983, primeiro ano do governo

Franco Montoro, uma iniciativa decisiva no sentido de promover experiências de Reforma Agrária no Estado". Neste governo, o primeiro eleito democraticamente após longo período de governadores indicados pelo regime militar, delineou-se a política de assentamentos que se consolida no Estado nos dias atuais. Ensejadas no contexto da abertura democrática, essas iniciativas constituíram-se como resposta à mobilização crescente de trabalhadores rurais e à histórica presença da questão agrária nos debates políticos do país, principalmente no período anterior ao início do regime militar.

Até os dias atuais, as ações dos diferentes programas de Reforma Agrária abrangeram cerca de 29,5 milhões de hectares, área que abriga 598 mil estabelecimentos rurais ocupados por beneficiários desses programas. Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, esses estabelecimentos representam 12% do total das unidades produtivas recenseadas, ocupando 9% da área total abrangida (MARQUES et al, 2012).

Tomando como referência uma tabulação especial dos dados do mesmo Censo, requisitada por pesquisadoras da UNICAMP (KAGEYAMA et al, 2011), é possível mensurar a parcela constituída pelas famílias assentadas no interior do universo representado pela categoria agricultura familiar. Para a tabulação foram considerados três tipos de estabelecimentos familiares, caracterizados a partir da origem dos trabalhadores ocupados: assentado, referente a estabelecimentos originários de projetos de assentamento rural; exclusivamente familiar, referentes a unidades que operam sem nenhum tipo de trabalho contratado; e familiar com contratado, referente a estabelecimentos que empregam mão-de-obra contratada e familiar (KAGEYAMA et al, 2011). Os dados referentes a essas categorias contam da tabela 4.

**Tabela 4** – Número e área dos estabelecimentos segundo o tipo de estabelecimento. Brasil, 2006.

	Assentados	Exclusivamente familiar	Familiar com contratado	Não-familiar	Total
Estabelecimentos	575.101	3.494.212	761.999	344.324	5.175.636
Área total (ha)	28.407.669	112.958.817	60.198.115	132.115.437	333.680.037
Estabelecimentos (%)	11,1	67,5	14,7	6,7	100
Área estabelecimentos (%)	8,5	33,9	18	39,6	100

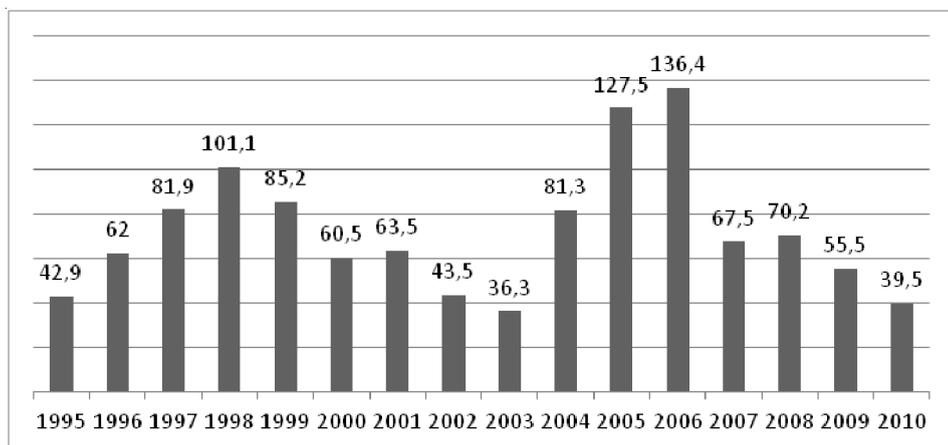
**Fonte:** Livrementemente elaborado a partir do texto "Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários, com base no Censo de 2006 (KAGEYAMA et al, 2011).

Considerando os dados da tabela, pode-se inferir que mais de 90% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros são de agricultores familiares, representando a grande maioria dos agricultores do país. As unidades produtivas de assentados representam 11,1% do total de unidades agropecuárias do país e, aproximadamente, 12% das unidades classificadas como agricultura familiar.

Esse entendimento era preconizado pelo pesquisador Sérgio Leite há 13 anos: "(...) existe uma realidade agrária "reformada" (grifo do autor) nada desprezível (...), com um potencial de inserção - econômica, política e social - a ser explorado mais exaustivamente" (Leite, 2000, pg. 39-40).

Tomando como referência os dados da tabela, chega-se a uma soma de aproximadamente 1 milhão e 155 mil famílias assentadas no período. Supondo que, em média, essas famílias sejam formadas por quatro membros, chegamos a quase 5 milhões de assentados no período. Ressalta-se que este cálculo não abrange as famílias assentadas antes de 1995, revelando que o número de famílias beneficiárias seja ainda maior.

**Tabela 5** – Evolução do número de famílias assentadas – Brasil 1995-2010 (em 1.000 famílias).



**Fonte:** Livremente reproduzido de "Estatísticas do Meio Rural 2010-2011" – DIEESE; NEAD; MDA, 2011.

No discurso governamental, diversas situações aparecem classificadas como assentamentos de reforma agrária, revelando uma grande variedade de origens: regularizações fundiárias em terras ocupadas por "posseiros"; assentamentos

em áreas de conflitos gerados pela tentativa de expulsão de "rendeiros" e "agregados", trabalhadores que, muitas vezes, viviam há muito tempo nestas áreas; áreas ocupadas por organizações de trabalhadores rurais; assentamentos em áreas que se constituíram reservas extrativistas, fruto da luta de seringueiros pela permanência em terras que exploravam há gerações; áreas de usinas que, após a falência das mesmas, foram desapropriadas para que fossem assentados os trabalhadores que lá eram assalariados, entre outros (LEITE, 2000). Carvalho (1998) define os assentamentos rurais da seguinte maneira:

(...) conjunto de famílias de trabalhadores rurais vivendo e produzindo num determinado imóvel rural, desapropriado ou adquirido pelo governo federal (no caso de aquisição, também, pelos governos estaduais) com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à reforma agrária. A expressão assentamento é utilizada para identificar não apenas uma área de terra, no âmbito dos processos de reforma agrária, destinada à produção agropecuária e ou extrativista, mas, também, um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais (CARVALHO, 1998, p.4).

Uma multiplicidade de atores desempenham funções e atribuições relativas aos processos envolvidos nas diferentes fases que permeiam a constituição dos assentamentos rurais: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); o Poder Judiciário; secretarias estaduais de agricultura e seus organismos de assistência técnica; prefeituras; organizações não-governamentais; entidades religiosas; órgãos de representação, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), além de associações e cooperativas de produtores e entidades patronais (LEITE, 2000). No caso de São Paulo, atua também o ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo.

Outro importante aspecto a se observar é que, principalmente a partir dos anos 90, a criação dessas unidades seguiu uma lógica de intervenção pontual em situações de conflito, orientadas segundo critérios de mensuração da gravidade e/ou importância e capacidade de imposição dos diferentes interesses envolvidos nas desapropriações, o que ocasionou, de maneira geral, a criação de unidades dispersas espacialmente, em locais com deficiências em infraestrutura viária, sanitária e educacional (LEITE, 2000). Em outro texto, o mesmo autor avança nesta discussão:

As condições de infraestrutura dos projetos de assentamentos são as que refletem mais diretamente a relação específica entre o Estado e os assentados. Comentamos anteriormente que, ao criar o assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo. E se, por um lado, a viabilização dos assentamentos passa pela definição de elementos cruciais aqui já tratados, como o tamanho do lote e a qualidade dos solos, por outro lado também as condições de infraestrutura são elementos centrais que, quando não atendidos, podem se constituir em gargalos importantes para a viabilização dos projetos de assentamentos e para a melhoria das condições de vida dos que neles vivem (LEITE et al., 2004, p.86).

Neste sentido, os assentamentos rurais são produtos da ação, além do Estado, da sociedade civil, representada, neste caso, pelos demandantes por terra. A ação pública, residente nos atos políticos-administrativos realizados do início ao fim dos processos originados neste contexto gera, automaticamente, uma responsabilidade estatal, devido à artificialidade que caracteriza a criação destes espaços. Graças ao pacto federativo brasileiro, essa responsabilidade é compartilhada pelos diversos níveis de governo, com atribuições específicas delimitadas por legislação correlata, e atribuições gerais relacionadas a direitos constituídos na Carta Magna de 1988. Desta feita, a trajetória de formação, criação e desenvolvimento dos assentamentos rurais é mediada pela ação de múltiplos atores em múltiplas dimensões, conforme apontado por Carvalho (1999):

A criação de um projeto de assentamento é, por um lado, o produto formal de um ato administrativo, este expresso no decreto de desapropriação de uma determinada área rural sob propriedade privada para fins de reforma agrária. Por outro lado, e na maioria das vezes na história recente da reforma agrária no país, a criação de um assentamento é produto, também e sobretudo, de lutas sociais bastante prolongadas pela redistribuição da posse da terra. Portanto, o assentamento expressa no momento da sua criação um ponto de inflexão histórico entre dois processos políticos e sociais e, portanto, uma transição histórica mais complexa do que o mero ato administrativo da sua criação formal. Nesse momento encerra-se um determinado processo político-social onde o monopólio da terra e o conflito social localizado pela posse da terra são superados e imediatamente inicia-se um outro: a constituição de uma nova organização econômica, política, social e ambiental naquela área, com a posse da terra por uma

heterogeneidade social de famílias de trabalhadores rurais sem terra (CARVALHO, 1999, p.6).

A criação de um novo espaço de vida e trabalho, ocupado por um coletivo heterogêneo de famílias, reunindo as mais diferentes origens, crenças e motivações, mediada por uma grande variedade de atores, representantes de diferentes entes federativos, revela um desafio de enorme complexidade, esta última acirrada ou amenizada de acordo com as especificidades de cada região. No entanto, estes traços não justificam a precariedade observada em alguns assentamentos. Aceitando-se que o Estado, ao criar estes espaços artificialmente, recolhe para si a responsabilidade de viabilizá-los (LEITE, 2004), no tocante ao proposto nesta pesquisa, interessa identificar e analisar de que maneira as administrações públicas municipais, representadas, principalmente, pelas prefeituras, participam (ou não) dos processos de consolidação dos assentamentos rurais, especialmente na esfera econômica. Por processos de consolidação entende-se a efetivação dos objetivos produtivos e distributivos da Reforma Agrária, possibilitando que os assentados rurais tornem-se agricultores familiares, mediante a ativação de sua capacidade de produção e comercialização. Diferentemente de Carvalho (1999), que, conforme a citação em destaque analisa a criação de um assentamento através de dois momentos, Leite (2000), propõe outra abordagem:



**Figura 1** – Fases do assentamento.

**Fonte:** Reproduzido de "Impactos regionais da Reforma Agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais", de Sérgio Leite (2000).

Segundo o autor, "um dos temas ainda pouco estudados é o que os assentamentos têm representado, no espaço econômico, social e político no qual se inserem" (LEITE, 2000, p.43). Para ele, em cada uma das fases dos

assentamentos apresentadas na figura, essas dimensões – econômicas, sociais e políticas – pesam diferenciadamente. O primeiro momento, o da origem e constituição dos projetos, seria definido, principalmente, pelo histórico da região onde se localizam e dos conflitos que lhe deram origem. O segundo momento considerado seria condicionado, majoritariamente, pela ação do Estado, através da intervenção em conflitos, regularização ou desapropriação das terras, delimitação das áreas dos lotes, fornecimento de créditos e apoios para instalação, entre outros. Essa ação pública gera, automaticamente, uma reordenação de relações no plano local, derivada do reconhecimento do conflito e da determinação de novos agentes sociais. Esses processos geram demandas, muitas delas, até então, ignoradas, abrindo a possibilidade de serem reconhecidas como direitos (LEITE, 2000).

Essa trajetória do assentamento, substanciada pelas trajetórias dos assentados, gera novas lideranças, alianças, possibilidades de coesão e de renovação e constituição de espaços de poder, bem como novas relações com as forças políticas locais, processos definidores das possibilidades de consolidação de direitos que, anteriormente, eram inacessíveis para alguns assentados. É seguindo esse raciocínio que o autor propõe uma dupla compreensão dos assentamentos: como ponto de chegada, entendimento que coloca a chegada ao assentamento como uma possibilidade de mobilidade e integração social para setores antes excluídos; e como ponto de partida, posto que tornar-se um assentado, condição daquele que conquistou o "seu" pedaço de terra, significa a possibilidade de implementar projetos produtivos, praticar uma nova sociabilidade no interior dos assentamentos e participar do jogo de disputas políticas almejando propiciar sua reprodução social. Em consonância com esse entendimento, Carvalho apresenta o assentamento como uma "encruzilhada social" (1999, s/p). Este amalgama de possibilidades fortalece outra: a de que esses processos possam gerar efeitos multiplicadores, com impactos substanciais no meio social, político e econômico em que atuam (LEITE, 2000).

Finalmente, o terceiro momento seria marcado pela instalação e reprodução social das famílias, implicando novos desafios para os assentados: acessar créditos para produção, a imposição de formas produtivas associativas, encontrar mercados para escoar os produtos, carências em relação à saúde, educação e transporte, entre outros. Esses desafios inserem os assentados em novas redes de relações sociais, gerando espaços de constituição de demandas, reiteração de antigas relações e formulações de outras (LEITE, 2000). Estas alterações foram chamadas pelo autor de "impactos dos assentamentos", tema que gerou

uma série de trabalhos dele e de sua equipe ao longo dos anos 2000. Acerca do recorte aqui proposto, resgata-se um importante trecho:

Quando falamos em "impactos dos assentamentos", a referência são as mudanças que ocorrem na relação do assentamento com seu entorno, constituindo aquilo que chamamos de "região do assentamento". Nesse caso, o município ganha relevo, impondo a necessidade de considerar mudanças no seu papel. Ora, o assentamento intensifica essa disputa, traz novas reivindicações e necessidades. Trata-se, pois, de verificar até onde eles se tornam objeto de políticas públicas locais (LEITE, 2000, p.45).

Estes impactos não se restringem ao simples aquecimento da economia local, consequência do aumento na produção agropecuária, mas a um conjunto de mudanças políticas e sociais, alterando, muitas vezes, o eixo de poder e a correlação de forças locais e regionais (SAUER, 2005). As novas demandas direcionadas aos governos locais – saúde, educação, transporte, apoio à produção – se somam a disputas com as de outras comunidades locais que, eventualmente, não recebem nenhuma atenção pública especial. Em outros casos, a presença do assentamento, muitas vezes marcado por um histórico de lutas políticas e sociais, desperta nas comunidades locais processos reivindicativos, alimentando dinâmicas mais participativas por parte das comunidades que naquele local já existiam (LEITE, 2000). Essas constatações, por si só, revelam o redimensionamento da atuação política local, muitas vezes de forma desafiadora e com efeitos multiplicadores.

Por outro lado, não são só demandas adicionais que chegam com os assentamentos. A implantação destas unidades traz também recursos antes inexistentes que, muitas vezes, chegam através das prefeituras, promovendo disputas pela execução das atividades previstas para a utilização dos recursos. Os vários créditos acessados pelos assentados – PRONAF, fomentos e apoios - segundo indicações da literatura e da imprensa, podem provocar o aquecimento e dinamização dos mercados locais, especialmente em pequenos municípios, seja na compra de produtos relacionados à agricultura ou produtos de limpeza, alimentação e vestuário (LEITE, 2000).

Esses mercados também são dinamizados pela produção dos assentamentos, seja nas feiras ou através da venda direta para supermercados e, mais recentemente, via programas de compras institucionais de alimentos, gerando novos tipos de concorrências e ofertas, bem como possíveis aumentos em

arrecadação (LEITE, 2000). As recentes políticas públicas de compras institucionais – PAA, PNAE e, mais recentemente, PPAIS (Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social) – formuladas e dotadas financeiramente no âmbito do governo federal, no caso das duas primeiras, e no âmbito do governo estadual paulista, no caso da última, abrem a possibilidade de construção de um canal direto de comunicação destes níveis com os governos municipais, responsáveis pela operacionalização destas políticas públicas no âmbito local.

Outro fator a ser considerado, relativo às dimensões ambientais e territoriais após a instalação dos assentamentos, é que os desdobramentos nesse âmbito não podem ser considerados apartados das políticas públicas que lhes originam, principalmente as referentes à seleção das áreas a serem ocupadas. Quando estas áreas não são suficientemente apropriadas para a prática da agricultura, resulta uma intensificação do desgaste do solo, limitando, conseqüentemente, as possibilidades de produção e sobrevivência. Além deste fator, deve-se assumir o cuidado de examinar as implicações ambientais relativas à instalação dos assentamentos através de uma lente de temporalidade, posto que antes da implantação dos mesmos outros tipos de atividades foram realizadas nestes espaços. Neste sentido, variadas situações apontam para o redirecionamento da produção e a possibilidade de recuperação, mesmo que parcial, de recursos naturais, como aconteceu em alguns assentamentos implantados em antigas áreas de monocultura, gerando processos de diversificação. Este entendimento não implica desconsiderar que também é comum nos assentamentos a busca pela produtividade a qualquer preço, desnudando a influência do modelo agrícola da revolução verde (LEITE, 2000).

A dimensão demográfica também sofre alterações com a chegada de um assentamento a uma localidade, podendo implicar um aumento do mercado de trabalho e de consumo, dinamizando o comércio local, aumentando arrecadação de impostos e, por outro lado, um aumento na demanda por infraestrutura e serviços sociais, colocando os assentados em relação direta com as autoridades públicas. Nesse contexto, o aumento do contingente eleitoral também resulta em efeitos sobre as dinâmicas políticas locais (LEITE, 2000).

Sublinhadas todas essas dimensões de alterações e possibilidades relacionadas à instalação de um assentamento em determinada localidade, resta enfatizar a necessidade de não conceber esses processos como resultados alcançados através de dinâmicas de concertação harmoniosa, espontânea e natural. Pelo contrário, o que se apresenta recorrentemente é a face conflituosa que caracteriza e acompanha os desdobramentos multidimensionais oriundos da instalação de um

assentamento rural nos distintos planos locais/microrregionais. Neste sentido, cabe apresentar a noção da "trama de tensões" (FERRANTE et al, 2003), apresentada pela pesquisadora Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante e pelo NUPEDOR, núcleo de estudos que coordena:

A trama, nesse caso, é a constituída pelas relações travadas entre distintos atores, sendo destacados, nesse estudo, os próprios assentados e os diferentes mediadores tanto das políticas públicas como das possíveis alternativas econômicas e políticas. O confronto desses atores nos espaços sociais de disputa e constituição das políticas públicas é gerador dessa trama de tensões, opondo interesses e racionalidades diversas - mediante distintos projetos, compromissos e estratégias. Assim, a inserção sempre problemática dos assentamentos nos distintos contextos regionais cria uma nova trama de relações sociais, revelando tensões entre as práticas e as racionalidades dos diferentes agentes (assentados, técnicos, agentes políticos, e outros mediadores) e o campo do poder, campo de forças sociais que disputam os destinos da reforma agrária, na pesquisa, dimensionado a partir da escala local/microrregional (FERRANTE, BARONE, 2008, p2).

Compreender quais os fatores que condicionam a atuação das administrações públicas locais no apoio às atividades econômicas dos assentamentos rurais passa pela constatação de que a inserção dos mesmos nas diferentes localidades é, de maneira geral, sempre problemática. É neste sentido que a noção de "trama de tensões" se apresenta como lente analítica adequada para a reflexão acerca destes fatores.

Se, por um lado, através da revisão da bibliografia recente, é possível constatar que a instalação de um assentamento em determinada localidade altera profundamente as relações sociais ali constituídas, abrindo possibilidades positivas de dinamização econômica e produtiva, também se constata que estes novos espaços, constituídos artificialmente mediante ação pública, vão disputar recursos e a atenção dos governos locais com outras comunidades, possivelmente excluídas ou marginalizadas da ação política das administrações públicas locais.

A problemática proposta nesta pesquisa se sustenta na compreensão de que a complexidade que envolve e define a constituição e consolidação dos assentamentos rurais, discutida e apresentada neste item, bem como as relações de poder estabelecidas nos distintos contextos locais/microrregionais que os recebem, têm, em alguns casos, barrado as potencialidades inerentes aos

assentamentos rurais. O "amalgama de possibilidades" relacionado a este potencial, que, segundo Leite (2000) "deveria ser explorado mais exaustivamente", pode encontrar na ação pública local o ânimo e fôlego para abandonar o reino do possível em direção ao reino do exequível?

A esta indagação, somam-se as indicações coletadas na revisão da literatura aqui proposta. Em primeiro lugar, as novas atribuições das administrações públicas locais, consagradas na Constituição de 1988, especialmente as referentes ao novo pacto federativo e a incumbência destes entes planejarem e atuarem na promoção do desenvolvimento local, aspectos abordados no item 2 desta dissertação, aproximariam a consolidação econômica dos assentamentos do espectro de ação das prefeituras e órgãos de administração pública local.

Em segundo lugar, os assentamentos apresentariam características que os aproximariam das noções de desenvolvimento local visitadas no item 3.3, especialmente as discutidas por Santos e Rodríguez-Garavito (2002), Bava (2000), Buarque (2004), Barbieri (2006) e Martins e Caldas (2009), referentes às experiências locais gestadas no âmbito da globalização e que, por oposição a esta última, constituíram-se e fortaleceram-se enquanto manifestações contra-hegemônicas, caracterizadas pela busca de um desenvolvimento emancipador. A compreensão de Bava (1996) e Campanhola e Graziano da Silva (2000) completaria o arcabouço que sustenta a aproximação entre assentamentos rurais e desenvolvimento local, por buscar uma maior adequação ao caso brasileiro, considerando em sua construção os processos políticos decorrentes da redemocratização, principalmente a descentralização e a participação. Estas últimas propiciam, ainda, o entrelaçamento entre esta indicação e a apresentada no parágrafo anterior.

A inserção dos assentamentos rurais nas dinâmicas locais/regionais em que estão instalados é, de maneira geral, problemática. Isso se daria pela conjunção de forças constituídas nestas localidades, muitas vezes insatisfeitas com a instalação dos assentamentos naqueles territórios, entre outros fatores. Essa tendência acarreta aos assentamentos, não obstante a série de dificuldades pré-existentes, uma vigilância constante, demandando que os mesmos sejam justificados constantemente.

Sendo assim, cabe perguntar o que pode ser extraído de positivo dessa face conflituosa que circunda a colocação dos assentamentos nas dinâmicas territoriais em que estão inseridos. É razoável supor que as administrações públicas locais podem assumir importante papel no enfrentamento desta questão. A questão alimentar, tópico que vem sendo discutido intensamente, pode dar pistas sobre

possibilidades de enfrentamento das cobranças que gravitam em torno dos assentamentos rurais, podendo ser respondidas através de um fortalecimento da capacidade inovativa dos assentamentos. Produzir alimentos mais saudáveis, com maior diversidade, considerando as especificidades locais e empregando mais pessoas do que nas lavouras monocultoras é uma possibilidade que resultaria em impactos consideráveis, dentro e fora dos assentamentos.

Por fim, sabe-se que o rol de questões levantadas guarda considerável complexidade, revelando um enorme desafio analítico-reflexivo. Dado os limites impostos pela natureza deste trabalho, assume-se que não serão alcançadas soluções universais, o que aproxima ainda mais a proposta das noções de desenvolvimento apresentadas. O que está se colocando é a possibilidade das prefeituras ativarem ou desbloquearem os potenciais que se encontram ociosos nos assentamentos, independentemente do que define esta situação. Esse desbloqueio ou ativação resultaria em ganhos tanto para os assentamentos quanto para o fortalecimento do desenvolvimento local das regiões que abrigam esses projetos.

Diante disso, o que se propõe é estudar a realidade de quatro municípios paulistas, previamente visitados em projeto de pesquisa anterior e, por esse motivo, escolhidos intencionalmente para compor a pesquisa. As evidências anteriormente observadas nestes municípios revelaram efervescência em relação às questões aqui abordadas - possibilidades de inserção dos assentamentos rurais enquanto espaços de desenvolvimento local, mediante ação das administrações públicas municipais, revelando um potencial analítico que poderá permitir um melhor entendimento da colocação dos assentamentos rurais nos distintos contextos locais/regionais em que estão localizados.

## **Metodologia**

O instrumental metodológico adotado na pesquisa que originou este artigo foi constituído como derivação direta das possibilidades e limites engendrados no contexto do objeto abordado. As temáticas abordadas – assentamentos rurais, desenvolvimento local e administração pública municipal – revelam substancial complexidade, principalmente pela enorme diversidade de situações envolvendo estes temas no contexto brasileiro.

Os municípios da amostra foram selecionados intencionalmente, através de experiência adquirida em pesquisa anterior. Foram selecionados dois municípios onde se evidenciou uma dinâmica positiva de atuação do poder público municipal no apoio às atividades econômicas nos assentamentos, a saber, Promissão e

Mirante do Paranapanema, e dois municípios onde essa dinâmica se mostrou negativa ou problemática, a saber, Apiaí e Iaras.

Isto feito optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa, delineada como estudo de casos múltiplos, com propósito descritivo, uma vez que, para que se possa compreender o fenômeno sob investigação, é necessário apreender as características essenciais dos agentes envolvidos.

Os instrumentos de coleta de dados foram, essencialmente, a observação direta, por parte dos integrantes da equipe de pesquisa, e roteiros semiestruturados de entrevistas, ambos aplicados nos municípios constantes da amostra. A análise foi feita por meio do cruzamento e sistematização dos dados coletados.

### **Resultados e discussão**

Os resultados encontrados no âmbito da pesquisa em da qual originou este trabalho foram categorizados e sistematizados em um esquema analítico. Como as variáveis analisadas tratam de ações das administrações públicas locais e a coleta de informações considerou períodos determinados, revelando um caráter temporal comum a todas as informações coletadas, elaborou-se um índice gradativo: muito frequente, utilizado em correspondência ao relato de ações específicas ocorrendo durante todo o período considerado ou ações permanentes; frequente, quando do relato da existência corrente de ações específicas; esporádico, utilizado quando ações pontuais foram executadas pelas administrações públicas municipais; e, por fim, inexistente, utilizado quando não foi relatada a existência de qualquer tipo de ação específica das administrações públicas municipais.

Ações das prefeituras	Municípios			
	Apiai	Iaras	Promissão	Mirante do Paranapanema
Voltadas à capacitação e formação dos assentados	Inexistente	Esporádico	Esporádico	Frequente
Apoio ao acesso a créditos por parte dos assentados	Esporádico	Inexistente	Esporádico	Inexistente
Apoio à produção nos assentamentos	Esporádico	Esporádico	Esporádico	Muito frequente
Apoio à transformação e beneficiamento dos produtos	Inexistente	Esporádico	Esporádico	Frequente
Apoio à comercialização e escoamento da produção	Inexistente	Inexistente	Esporádico	Frequente
Avaliação do potencial de criação de auto-empregos relacionados a atividades não-agrícolas nos assentamentos	Inexistente	Inexistente	Esporádico	Esporádico
Avaliação do potencial de valorização de resíduos agrícolas nos assentamentos	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Esporádico
Avaliação do potencial de criação de auto-empregos referentes à gestão do meio ambiente nos assentamentos	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Avaliação do potencial de criação de auto-empregos vinculados ao turismo rural	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente

**Quadro 2** – Variáveis analíticas categorizadas e classificadas segundo o índice proposto.

**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor, 2013.

Pode-se afirmar que, entre os municípios visitados, identificou-se em Mirante do Paranapanema o mais próximo de uma política estruturada de apoio às atividades econômicas nos assentamentos rurais, confirmando as informações pretéritas que levaram à escolha do município como um caso onde, supostamente, existia uma dinâmica positiva entre administração pública municipal e assentamentos rurais. Essa constatação se expressou, principalmente, na existência de ações de apoio: à capacitação e formação dos assentados; à produção nos

assentamentos; à transformação e beneficiamento de produtos nos assentamentos; e, por fim, à comercialização e escoamento da produção nos assentamentos.

Embora não se possa afirmar a existência de um padrão de ações estruturadas como encontrado em Mirante nos outros municípios visitados, é possível afirmar que a administração pública municipal instituída em Apiaí, durante o período considerado na pesquisa, foi a que mais se distanciou da consolidação de uma política estruturada de apoio às atividades econômicas nos assentamentos rurais, confirmando as informações pretéritas que levaram a cidade a ser objeto da pesquisa. Isto se expressa, especialmente, na constatação da inexistência de ações de apoio à capacitação e formação dos assentados e à comercialização e escoamento da produção nos assentamentos, dimensões estratégicas para o desenvolvimento econômico dos mesmos.

Em Iaras, confirmando o esperado durante a seleção dos municípios, denotou-se a inexistência de uma política pública municipal estruturada em torno do apoio às atividades econômicas no assentamento rural localizado no município. A inexistência de ações de apoio à comercialização e escoamento da produção nos assentamento e à promoção de auto-empregos relativos a atividades não-agrícola são ilustrativas desta constatação.

Em Promissão, embora tenham sido relatadas mais ações de apoio aos assentamentos rurais do que em Iaras e Apiaí, as informações coletadas nesta pesquisa contrariam as expectativas anteriores que levaram à escolha do município como um caso, supostamente, representativo de uma dinâmica positiva entre administração pública local e assentamentos rurais. Denotou-se, através da fala dos interlocutores entrevistados, o deslocamento dos assentamentos rurais da agenda política da administração pública municipal durante o período considerado na pesquisa. Esta constatação se baseou, especialmente, nas evidências oriundas das entrevistas realizadas com agente ligado à administração pública municipal no período considerado. Segundo ele, não houve uma valorização da agricultura, muito menos dos assentamentos rurais.

Pode-se afirmar que as dimensões territoriais, sociais, políticas e econômicas foram determinantes para a consolidação, em Mirante do Paranapanema, de um padrão de políticas estruturadas com a finalidade de apoiar as atividades econômicas dos assentamentos. Sociais e políticas, por conta da intensa mobilização de trabalhadores rurais sem terra na região ao longo das últimas décadas, especialmente no final dos anos 80 e durante os anos 90. Essa mobilização, aliada à característica fundamental do Pontal do Paranapanema, a saber, a existência de grandes áreas de terras devolutas, ocupadas, muitas vezes,

ilegalmente, possibilitou a conformação do contexto encontrado no município durante a pesquisa de campo: um município que, na medida em que abriga cerca de 40 assentamentos, é definido como a capital da reforma agrária, apresentando a maior concentração de assentamentos rurais do país e, por conta desta característica, a dimensão territorial foi definidora do cenário encontrado. Econômica, pelo contexto de crise em que as primeiras implantações começam a ocorrer. Com a economia do município estagnada por conta da crise na cultura algodoeira, os assentamentos, com o passar do tempo, se apresentaram como uma alternativa de desenvolvimento, graças, em um primeiro momento, ao aquecimento da economia local após o início do processo de implantação de assentamentos.

Neste sentido, é razoável apresentar uma passagem da entrevista realizada com um interlocutor ligado à secretaria de agricultura do município de Mirante: "O que condiciona, o que define essa boa relação (entre prefeitura e assentamentos), essa condição de prioridade dada aos assentamentos, é porque a administração enxerga a potencialidade envolvida nos assentamentos. Tem entraves como todos os outros setores: indústria, comércio. Mas são entraves que têm que ser superados".

Resgatando passagem anteriormente citada de Leite (2000), possibilita-se o alargamento da capacidade de compreensão do cenário encontrado em Mirante do Paranapanema. Principalmente a partir dos anos 90, a criação de assentamentos seguiu uma lógica de intervenção pontual em situações de conflito, o que ocasionou, de maneira geral, a criação de unidades dispersas espacialmente, em locais com deficiências em infraestrutura viária, sanitária e educacional. No caso específico de Mirante, embora tenham ocorrido no município situações de conflito, estes processos não ocasionaram a criação de unidades dispersas, mas sim reunidas em um único município, configurando um processo massivo de criação de assentamentos rurais.

Saindo de um enfoque local em direção a uma abordagem regional, esse diagnóstico se reafirma. O Pontal do Paranapanema, região onde se localiza o município de Mirante, é definido pela grande concentração de unidades de assentamentos rurais de reforma agrária. Por decorrência destas especificidades nesta região e, conseqüentemente, em Mirante do Paranapanema, as dinâmicas relacionais entre os assentamentos rurais e os poderes públicos locais, instituídos, principalmente, nas administrações públicas municipais, apresentam-se diversas das dinâmicas observadas em outras regiões do estado de São Paulo.

É razoável relacionar o perfil positivo de atuação da administração pública

local no apoio aos assentamentos rurais em Mirante do Paranapanema a esta especificidade. Isso não implica na deslegitimação das ocupações e acampamentos realizados pelos movimentos sociais e demandantes por terra, posto que essas ações se constituam em antecipação à letárgica ação estatal, processos engendrados em um complexo contexto que, por sua vez, não é objeto desta pesquisa. Entretanto, esta observância permite supor que a implantação de assentamentos rurais tal qual realizada em Mirante do Paranapanema, com grande concentração de unidades, pode auspiciar horizontes positivos de atuação pública, bem como favorecer a consumação das potencialidades dos assentamentos rurais.

Em Promissão constatou-se um quadro de baixo apoio da administração pública às atividades econômicas nos assentamentos rurais. A dimensão política evidenciou-se como definidora deste cenário. Conforme apresentado pelos interlocutores, durante o período considerado na pesquisa, a ausência de ações de planejamento e a tomada de ação pública motivada, exclusivamente, por atos políticos de pressão, como ocupações, configuram, razoável supor, o deslocamento dos assentamentos rurais do campo de atores concebidos pela administração pública municipal como ativos potenciais para o desenvolvimento local sustentável. Segundo um dos informantes, não houve priorização ou colocação afirmativa da agricultura na agenda política da administração pública municipal e, conseqüentemente, dos assentamentos rurais. Para os interlocutores, não houve o entendimento de que investimentos nestas áreas gerariam retornos em múltiplas dimensões. Ilustrativo desta compreensão, segundo um dos respondentes, foi o fato do município ter perdido emendas parlamentares já negociadas no legislativo estadual e federal, por conta da inércia da administração pública local.

Em Iaras evidenciou-se cenário similar ao de Promissão, embora com alguns agravantes. Algumas especificidades dos assentamentos do município, como os tocos herdados da época em que a área era um horto florestal, gerando dificuldades produtivas que só estão sendo superadas recentemente, além do indicativo de problemas sociais agudos no interior de um dos assentamentos localizados no município, tornam ainda mais negativo o diagnóstico da baixa atuação da administração pública municipal no apoio às atividades econômicas dos assentamentos rurais. Conforme apontado pelos interlocutores, este cenário contrasta com o fôlego econômico propiciado pelos assentamentos rurais ao município.

Neste sentido, a dimensão política se apresentou como a principal definidora

do contexto observado. A concepção dos assentamentos rurais, a partir da ótica do poder público municipal durante o período considerado, como uma responsabilidade exclusiva dos órgãos gestores, a saber, INCRA e ITESP, concepção justificada a partir do argumento de que os assentados não eram da cidade, não permitiram à administração pública municipal conceber as potencialidades envolvidas na implantação de assentamentos no município. Ao invés de vislumbrar o "amalgama de possibilidades" constituído a partir da implantação dos assentamentos, a administração pública municipal potencializou em seu discurso os efeitos negativos do aumento de custos em educação, saúde e transporte, serviços sociais garantidos pela Constituição Federal e, segundo a carta magna, relativos a atribuições específicas das prefeituras municipais.

Por outro lado, outra afirmação coletada durante as entrevistas substantia a evidência de que esse entendimento, por parte do prefeito em exercício durante o período considerado, era relativo e ideológico. Segundo este interlocutor, nas ocasiões em que os créditos e fomentos devidos eram liberados para os assentados, processo que passa pela coleta da assinatura do prefeito, o mesmo aumentava os preços dos produtos em seu supermercado, o maior da cidade. Neste sentido, o prefeito era um dos maiores beneficiários do aquecimento gerado na economia local pelos gastos dos assentados.

Em Apiaí observou-se um quadro ainda mais dramático. Além da inexistência de um padrão de políticas estruturadas de apoio às atividades econômicas dos assentamentos rurais, as condições de infraestrutura no assentamento rural localizado no município remetem à afirmação de Sérgio Leite (2004):

As condições de infraestrutura dos projetos de assentamentos são as que refletem mais diretamente a relação específica entre o Estado e os assentados. Comentamos anteriormente que, ao criar o assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo. E se, por um lado, a viabilização dos assentamentos passa pela definição de elementos cruciais aqui já tratados, como o tamanho do lote e a qualidade dos solos, por outro lado também as condições de infraestrutura são elementos centrais que, quando não atendidos, podem se constituir em gargalos importantes para a viabilização dos projetos de assentamentos e para a melhoria das condições de vida dos que neles vivem (LEITE et al., 2004, p.86).

Neste sentido, por conta do redesenho do Estado no plano municipal, em razão das inovações institucionais constituídas na Constituição Federal de 1988,

se intensifica o poder estatal investido nas administrações públicas municipais. No caso de Apiaí, o dramático histórico de sujeição dos assentados às condições do clima e, conseqüentemente, das estradas rurais e a inexistência de acesso à água e energia elétrica revelam o caráter da relação específica entre o Estado, no nível municipal, e os assentados. Dessa maneira, pode-se afirmar que existe nesse município uma situação de completo abandono do assentamento rural por parte da administração pública municipal. Por conta destas limitações, fica prejudicada, quando não impossibilitada, a ida das crianças às escolas na cidade, o atendimento médico no interior do assentamento e até mesmo o trabalho dos agentes técnicos do INCRA.

Ainda assim, os assentados respeitam a normatização referente aos projetos de desenvolvimento sustentável, produzindo alimentos sem agrotóxicos e desenvolvendo estratégias diversas para superar a falta de água e energia, além das dificuldades de locomoção e escoamento da produção, graças à inexistência de manutenção das estradas. A dificuldade em viabilizar o assentamento rural em Apiaí não se restringe somente à inércia da administração pública local em prestar satisfatoriamente serviços sociais relativos a atribuições específicas do município, especialmente a manutenção das estradas rurais que, por sua condição, não permitem que os assentados acessem serviços públicos de saúde e educação satisfatoriamente. Entre os elementos cruciais citados por Leite (2000), como tamanho dos lotes e a qualidade dos solos, as condições de acesso aos lotes deveriam ser avaliadas antes da instalação dos assentamentos, possibilitando o enfrentamento conjunto da problemática pelo INCRA, pela Prefeitura e demais órgãos, como a CODASP, responsável pelo programa estadual "Melhor caminho", que é, segundo o site do órgão, "(...) destinado à elaboração de convênios entre a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e prefeituras municipais para a execução de obras de recuperação de estradas rurais de terra".

A liberação plena das potencialidades e possibilidades constituídas nos assentamentos rurais passa pela implementação de feixes de políticas públicas, constituindo ações integradas que se reforcem mutuamente, sem gerar superposições. No contexto recente de redesenho do Estado no plano local, as municipalidades ganham relevância como operacionalizadoras de políticas públicas estaduais e federais, como o PAA e o PPAIS - Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social. No entanto, evidenciou-se a partir da pesquisa de campo, a enorme dificuldade que têm as administrações públicas municipais em planejar, formular e implementar políticas públicas locais.

Considerando o entendimento preconizado por Santos e Rodriguez-Garavito (2002) em relação à noção de desenvolvimento local, apresentado como um desenvolvimento de base, ou seja, "de baixo para cima", revelou-se que a constituição desta característica dificilmente se dá espontaneamente. De acordo com estes autores, o local se apresenta como espaço privilegiado para experimentações contra-hegemônicas, propício à construção de um desenvolvimento a partir de um processo coletivo protagonizado pela sociedade civil, onde o efeito econômico deve chegar à esfera política e produzir um ciclo de crescimento que contrarie a lógica da exclusão (SANTOS, RODRIGUEZ-GARAVITO, 2002).

Neste sentido, o cenário encontrado em Mirante do Paranapanema dialoga com o entendimento destes autores. Naquele município, o efeito econômico dos assentamentos rurais chegou à esfera política, permitindo que a administração pública municipal concebesse, em sua agenda política, os assentamentos rurais como agentes ativos do desenvolvimento do município. Essa concepção tem propiciado a geração de um padrão estruturado de políticas públicas de apoio aos assentamentos rurais, diferentemente dos outros municípios visitados, onde o efeito econômico dos assentamentos, embora tenha sido constatado, não alcançou a esfera política com a mesma intensidade observada em Mirante do Paranapanema.

Essas constatações não se apresentam com o intuito de penalizar as administrações públicas municipais como únicas responsáveis pelas dificuldades dos assentamentos rurais. São inúmeras as problemáticas envolvidas na constituição dos mesmos, revelando um caráter multidimensional de complexidades. No entanto, as inovações instituídas na Constituição Federal de 1988 aproximaram da ação pública municipal atribuições relativas à promoção do desenvolvimento local. Ainda que nessas inovações não exista qualquer determinação em relação aos assentamentos rurais, o esforço argumentativo sediado neste trabalho se deu no sentido de substanciar a aproximação dos assentamentos rurais das noções de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local.

O reforço no papel do município, agora na condição integral de ente federado, traz mais recursos e responsabilidades para o ente público municipal. De qualquer maneira, planejar e promover o desenvolvimento local apresentou-se, mediante os resultados da pesquisa, como um grande desafio para as administrações públicas municipais, agora lidando com um novo arcabouço de responsabilidades sem, no entanto, um processo de transição que as dotasse das competências requisitadas.

O redimensionamento do Estado no plano local, originado nas inovações constitucionais acima referidas, implica uma alteração objetiva fundada na expansão das possibilidades de ação do Estado no âmbito local através das administrações públicas municipais. Essa expansão institucional do campo de atribuições dos entes públicos locais não corresponde, automaticamente, na materialização desta ação no plano local. Desta maneira, esse processo gera lacunas no campo de ação das administrações públicas locais, que serão, ou não, "colonizadas" (NEVES, 2006) pela ação pública local.

Essas lacunas gravitam, constitucionalmente, em torno do termo "interesse local". No entanto, não há na Constituição uma definição exata das atribuições que fazem referência ao termo, o que desnuda a impossibilidade de apresentá-lo de maneira paradigmática. Neste sentido, a concepção e interpretação do termo ficam a cargo do poder público municipal instituído, sendo, desta maneira, concebido de acordo com a correlação de forças e o campo de poder instituído na localidade.

Desta maneira, é possível supor que a mesma "trama de tensões" (FERRANTE et al, 2003) que condiciona e define os rumos das políticas públicas e dos assentamentos rurais, influencia também a concepção do que é o "interesse local" em determinado período. Esta compreensão possibilita o entendimento da diversidade de situações encontradas em cada município, já que cada um deles abriga uma "trama de tensões" própria, além de especificidades sociais, ambientais, políticas e sociais que, por sua vez, também definem e condicionam os rumos da ação pública e dos assentamentos rurais.

Se temáticas como abastecimento municipal e segurança alimentar, agricultura com menor impacto ambiental e equilíbrio territorial estão presentes enquanto possibilidades nos meandros dos assentamentos rurais, embora não se esgotem e nem se restrinjam aos seus limites, pode-se, ousadamente, afirmar a impossibilidade de apartá-las do "interesse local" e, por consequência, do rol de ações das administrações públicas locais.

Neste sentido, mostra-se razoável que os assentamentos rurais, especialmente por suas especificidades políticas e sociais, sejam considerados e contemplados na consecução das políticas públicas locais, em integração com as estaduais e federais e em consonância com o pacto federativo instituído no Brasil, sendo reconhecidos, dessa maneira, como objetos da ação pública local em direção ao desenvolvimento local sustentável, e não como enclaves externos tutelados pelo governo federal.

Sendo assim, ainda que a inoperância das administrações públicas locais não

implique, automaticamente, na inviabilização dos assentamentos rurais, a ação pública local no apoio às atividades econômicas destes últimos evidenciou-se como requisito premente para a efetivação do "amalgama de possibilidades" engendrado na política de criação de assentamentos rurais, especialmente em direção à sustentabilidade, objetivo que, conforme evidenciado pelos resultados da pesquisa, não é alcançado espontaneamente.

## Referências

ALBUQUERQUE, F.J.B.; COELHO, J.A.M.; VASCONCELOS, T.C. As políticas públicas e os projetos de assentamento. **Estudos de Psicologia**. v. 9, n. 1, p. 81-88, 2000.

ALENTEJANO, P.R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p.87-112, 2000.

ÁVILA, V.F. Cultura, desenvolvimento local, solidariedade e educação. I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Local: O desenvolvimento na perspectiva do desenvolvimento humano. UCDB, 2003. In: **Anais...**, 2003. Disponível em: <<http://www.ucdb.br/coloquio>>. Acesso em: 29 out. 2008.

ÁVILA, V.F. Realimentando discussão sobre teoria de desenvolvimento local (DL). **Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v.8, n.13, set. 2006.

BARBIERI, J.C. O local e o global na implementação do desenvolvimento sustentável. In: CABRAL, A.; COELHO, L. (Orgs.) **Mundo em Transformação – Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Capítulo 1. Belo Horizonte, MG. Autêntica Editora, 2006, p.23-46.

BAVA, S.C. Desenvolvimento local: uma alternativa para a crise social? **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.10, n.3, p.53-59, 1996.

BAVA, S.C. Tecnologia social e desenvolvimento local. In: Fundação Banco do Brasil. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Banco do Brasil, 2004.

BECATTINI, G. O distrito marshalliano: uma noção socioeconômica. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Orgs.). **As regiões ganhadoras**. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Portugal: Celta, 1994.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. O novo debate regional: posições em confronto. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ (Orgs.). **As regiões ganhadoras**. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Portugal: Celta, 1994.

BERGAMASCO, S.M.P.P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**, v.11, n.31, p.37-49, 1997.

BUANAIM, A.M.; ROMEIRO, A.R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, n.10, p.312-347, 2003.

BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CAIADO, A.; COSTA, S.; SANTOS, S.M.M. Fim da dicotomia rural-urbano? Um olhar sobre os processos socioespaciais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.17, n.34, p.115-124, 2003.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.17, n.1, p.11-40, jan./abr. 2000.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G.; DEL GROSSI, M. E. São Paulo: uma volta ao campo? XXXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Recife, 2001. In: **Anais...**, Recife, 2001.

CARPIO, J. Desarrollo local para un nuevo desarrollo rural. In: **Anales de Geografia de la Universidad Complutense de Madrid**. Espanha, 20: p. 85-100, 2000.

CARPIO, J. **Desarrollo local en los espacios rurales**. Espanha: Universidad Complutense de Madrid, 2002.

CARVALHO, H.M. **Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil.** Curitiba: NEAD, 1998.

CARVALHO, H.M. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidades sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil.** Curitiba: NEAD, 1999.

CHRISTOFFOLI, P. I. A luta pela terra e o desenvolvimento local. In: DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (Orgs.) **Políticas para o desenvolvimento local.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

DAG HAMMARSKJOLD. What Now? Another Development. **Development Dialogue.** Uppsala: Dag Hammarskjold Foundation, n. especial, 1975.

DEL GROSSI, M.E.; GRAZIANO DA SILVA, J.; CAMPANHOLA, C. O fim do êxodo rural? Encontro Nacional de Economia Política, 6., 2001, São Paulo. In: **Anais...**, São Paulo, 2001.

DEL GROSSI, M.; GRAZIANO DA SILVA, J.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro? **Cadernos de Ciência e Tecnologia.** Brasília, v.19, n.1, 2002.

DIEESE. **Estatísticas do meio rural 2010-2011.** 4ª ed. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011.

FERNANDES, B.M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A.M. **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil.** Campinas: Unicamp, 2007.

FERRANTE, V.L.F.B; BARONE, L.A. Assentamentos rurais na agenda política do desenvolvimento local: a retórica e a prática. **Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local.** Campo Grande, v.6, n.9, p.43-50, Set. 2004.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Assentamentos na agenda de políticas públicas: a "trama de tensões" em regiões diferenciadas. In: FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A. (Orgs.) **Reforma Agrária e Desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA/Nead, 2008. p.272-308.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A.; ALMEIDA, L.M.M.C. Controvérsias do Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais em São Paulo: produção para os biocombustíveis e as alternativas de programas municipais. **Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande, v. 11, n. 1 p. 9-21, jan./jun. 2010.

FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JUNIOR, O. (Orgs.) **Assentamentos Rurais**: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: INCRA/Uniará, 2005.

FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A.; BARONE, L.A. **Poder Local e Assentamentos Rurais**: expressões de conflito, de acomodação e de resistência. Projeto de Pesquisa (CNPq). Araraquara/Presidente Prudente, Nupedor/GEPEP, 2003.

FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão – introdução a uma agenda. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FRANCO, A. Desenvolvimento local integrado e sustentável: dez consensos. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, FASE, n.78, set./nov. 1998.

FURTADO, C. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, v.24, n.4 (96), out./dez. 2004.

GRAZIANO DA SILVA, J. O desenvolvimento local sustentável: um novo desafio para os países retardatários. XXXVIII Congresso da SOBER e X Congresso Mundial de Sociologia Rural (IRSA). In: **Anais...**, Brasília, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas, IE-Unicamp. Coleção Pesquisa, n. 1, 1999.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S.M.P.P.; OLIVEIRA, J.T.A. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários a partir do Censo de 2006. V Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, 2011, Campinas/SP. CD e Caderno de Programação e Resumos. In: **Anais...**, Campinas, 2011.

LEITE, S. Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. In: LEITE, P.S (ed.) Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Paralelo 21, 2000.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRAO, R. Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo/ Brasília: Ed. Unesp/ Nead, 2004.

MARQUES, V. P. M. A.; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. O censo 2006 e a Reforma Agrária: aspectos metodológicos e primeiros resultados. Brasília: MDA, 2012.

MARTINS, J. S. Reforma Agrária: o impossível diálogo sobre a história possível. **Tempo Social – Revista de Sociologia**. USP, S. Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999.

MARTINS, R. D. A.; CALDAS, E. L.; VAZ, J. C. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 559-90, Mai./Jun., 2010

MARTINS, R. D.; CALDAS, E. L. Visões do Desenvolvimento Local: uma análise comparada de experiências brasileiras. **Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande, v. 10, n. 2, Dec. 2009.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 51-59, Set. 2002.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Orgs.) **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de

Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, v.16, n.44, p.83-100, 2001.

NEVES, E.M.S.C. **A Política Ambiental e os Municípios Brasileiros**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, Agricultura e Desenvolvimento). UFRRJ/CPDA, 2006.

OLIVEIRA, F. **Aproximações ao Enigma**: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo: Instituto Pólis, Programa Gestão Pública e Cidadania da FGVEAESP, 2001.

SACHS, I. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, n. 43, set./dez, 2001.

SAUER, S. O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: SPAVOREK, G; GALVÃO, C. F. (Orgs.) **Assentamentos em debate**. Brasília: NEAD; 2005. p. 57-74.

TÉLLES BAUER, G. G. Sobre as origens da questão agrária brasileira. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, 3(1):135-166, 1998.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. ¿Una nueva ruralidad en América Latina? CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2001. In: **Anais...**, Buenos Aires, 2001.

Website da Citrosuco – Projeto Pescar. Disponível em: [http://www.citrosuco.com.br/fischer/fischer/sites/fischer/porta\\_grupo/responsabilidade/projetos\\_sociais/projeto2.html](http://www.citrosuco.com.br/fischer/fischer/sites/fischer/porta_grupo/responsabilidade/projetos_sociais/projeto2.html) (visitado no dia 4 de março de 2013).



# RECUPERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DE AGROECOSSISTEMAS: QUESTÕES E DESAFIOS PARA SUA VIABILIZAÇÃO

*Delmonte Roboredo<sup>1</sup>*

*Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco<sup>2</sup>*

**Resumo:** O governo brasileiro apoiou irrestritamente a ocupação da Amazônia Legal com créditos subsidiados para substituir a floresta por atividades agropastoris. O Estado de Mato Grosso recebeu vários incentivos, com destaque para a região de Alta Floresta. No entanto, essa substituição gerou externalidades negativas aos diferentes agroecossistemas devido à visão antropocêntrica predominante à época. Esse trabalho visa defender a recuperação socioambiental da Microbacia Hidrográfica Mariana construída com os agricultores na busca de torna-la um ambiente sustentável. Como metodologia utilizou-se entrevistas semi-estruturadas e revisão bibliográfica para responder as seguintes indagações: i) Quem vai pagar pela restauração ambiental?; ii) Quem deve pagar pelos serviços ambientais da água?; iii) O Marco para la Evaluación de Sistemas de Manejo de Recursos Naturales" (MESMIS) consiste uma boa ferramenta participativa para construção de indicadores de sustentabilidade dos agroecossistemas? Pelos dados coletados e trabalhos pesquisados conclui-se que os agricultores percebem a importância da recuperação dos solos e água degradados que pode ser agilizada com a implementação do pagamento por serviços ambientais através da prestação de serviços para apoiá-los na sua restauração, como também pode-se inferir que a metodologia "MESMIS" constitui-se um método importante para construção de indicadores de sustentabilidade socioambiental de agroecossistemas.

---

<sup>1</sup>Engenheiro Agrônomo, Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso e doutorando na área de desenvolvimento Rural Sustentável pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil.

<sup>2</sup>Agrônoma, Pós-doutorado em sociologia pela Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales e Professora Titular da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil.

**Palavras-chave:** Agroecossistemas; Sustentabilidade; Pagamento por serviços ambientais; Agricultura familiar; Políticas públicas.

**Abstract:** *The Government of Brazil has provided extensive support to the process of land occupation in the Legal Amazon through subsidized credits for the conversion of forest lands to agropastoral activities. The Federal Government has offered many incentives to the State of Mato Grosso especially for the region of Alta Floresta. However, this process has generated negative environmental externalities causing negative impact on agroecosystems due to the prevalent anthropocentric vision at the time. This paper is aimed at increasing social awareness about environmental issues including the restoration of the Mariana Hydrographic Basin, which is a cooperative conservation partnership initiative to engage farmers in sustainable farming management, a project seeking to restore the ecological health of the basin. The research methods used included semi-structured interviews and literature review, attempting to answer the questions such as: (i) who will pay for the environmental restoration?; (ii) who should pay for the environmental water services?; (iii) is the "Marco para la Evaluación de Sistemas de Manejo de Recursos Naturales (MESMIS)" a good participatory tool for the construction of environmental indicators of agroecosystems? This survey has shown that farmers noted the importance of the work for the conservation and restoration of degraded areas including soil and water that can be prioritized with the implementation of the payment for environmental services through the provision of services to support them in this process of restoration, and likewise, it can also be inferred that the "MESMIS" methodology is an important technique for the construction of environmental and social indicators of agroecosystems.*

**Keywords:** *Agroecosystems; Sustainability; Payment for Environmental Services; Family Farm; Public Policy.*

## **Introdução**

O governo brasileiro, com o argumento de proteger a Amazônia Legal<sup>3</sup>,

---

<sup>3</sup>Amazônia Legal é constituída pelos Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e as regiões situadas ao norte do paralelo 13° S, ►►

incentivou a ocupação daquele bioma na década de 70, empregando o slogan "integrar para não entregar". No caso da Amazônia Mato-grossense, em meados dos anos 70, ocorreu uma gama extraordinária de incentivos governamentais como atrativos para os produtores do centro-sul do país. Entretanto, o incentivo estava ancorado no processo da revolução verde que visava o aumento de produtividade através do uso de sementes melhoradas, uso intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos, assistência técnica governamental gratuita, linhas de créditos rurais altamente subsidiados (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste, Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal, Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, entre outros), com a justificativa de que os produtores naquela região obteriam melhor ganho e poderiam ter melhor qualidade de vida.

Dentro da proposta de ocupação da região norte do Estado de Mato Grosso, foi criado o município de Alta Floresta (ALTA FLORESTA, 2012) em 1979, oriundo de um projeto de colonização dirigida, cujas famílias de agricultores receberam expressivo apoio do Governo Federal através de assistência técnica gratuita, financiamento agrícola sem burocracia para plantio de café, cacau e guaraná. Na época, os técnicos dos órgãos governamentais, com base nos pacotes tecnológicos, argumentavam com os produtores que o cultivo da terra na região deveria ser com espécies permanentes, que depois de implantadas teriam menor custo de manutenção e, conseqüentemente, as famílias poderiam obter melhor retorno econômico. Assim, o governo foi a mola propulsora para que os produtores se integrassem ao processo de modernização da agricultura e, conseqüentemente, a lógica da economia de mercado de acordo com Norgaard e Sikor (2002).

No início, os produtores obtiveram bom retorno econômico em virtude da fertilidade natural dos solos que se esgotaram rapidamente por estarem em uma região de alta pluviosidade e elevada radiação solar. Segundo Buchmann (1999), os solos quando desnudos e expostos a rigorosa radiação solar tem sua fertilidade comprometida degradando-se rapidamente. Assim, a modernização da agricultura conduziu os agricultores a substituir a vegetação natural por atividades agrícolas que inicialmente obtinham boa rentabilidade, mas gerou externalidades negativas (SEVILLA GUZMÁN, 2001; PAGIOLA *et al.*, 2004) como a queda da

---

<sup>3</sup>dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44° W, do Estado do Maranhão (BRASIL, 2012).

fertilidade dos solos, diminuição da cobertura dos solos pela vegetação, contaminação dos recursos hídricos, incremento da perda da biodiversidade, redução da camada de ozônio, degradação das paisagens, entre outras.

Dessa forma, esses agroecossistemas tiveram sua estabilidade comprometida em virtude de que os nutrientes extraídos do solo precisam ser repostos por *inputs* de insumos não sustentáveis. Conway (1985) destaca que os agroecossistemas modernos são capazes de sustentar a população em crescimento com o aumento da produtividade no curto prazo, mas no decorrer do tempo o sistema torna-se insustentável provocando a diminuição de sua produtividade.

Nesse contexto, a Microbacia hidrográfica Mariana foi o primeiro território de Alta Floresta a ser explorado pelos colonos<sup>4</sup>. No entanto, nos projetos elaborados, apesar de constar a obrigatoriedade da preservação ambiental das áreas de preservação permanente (APP's) conforme o código florestal (BRASIL, 1965) não havia preocupação de nenhum dos atores envolvidos quanto à preservação dos recursos naturais dos agroecossistemas. Assim, as matas ciliares, ao longo do tempo, foram substituídas por culturas perenes e/ou pastos devido, principalmente, a falta de orientação técnica<sup>5</sup> conforme informação de 87% dos 40 produtores entrevistados que chegaram no início da abertura da região<sup>6</sup>.

Como consequência da insustentabilidade dos sistemas de manejo implantados em Alta Floresta ocorreram externalidades negativas socioambientais em virtude de que os mesmos não apresentaram nenhum sinal de resiliência e de estabilidade. Prova dessa insustentabilidade é que bastou ocorrer a queda dos preços dos produtos agrícolas, a diminuição da produtividade e a concorrência de mão de obra<sup>7</sup> com o garimpo da região, para que os agricultores abandonasse

---

<sup>4</sup>Terminologia empregada pelo colonizador Ariosto da Riva para referir-se aos agricultores de Alta Floresta.

<sup>5</sup>Na época, não havia a conscientização da importância da preservação dos recursos naturais pela maioria dos técnicos dos órgãos oficiais de ATER (Empresa Matogrossense de Assistência Técnica e Extensão Rural e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), de fiscalização (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) e dos agricultores.

<sup>6</sup>Dados obtidos da pesquisa de doutorado (iniciada em julho de 2011), conduzido pelo primeiro autor, sob a orientação da segunda autora, intitulada "Percepção e lógicas produtivas dos agricultores no processo de recuperação da Microbacia Hidrográfica Mariana no município de Alta Floresta/MT".

<sup>7</sup>O pagamento da mão de obra no garimpo era equivalente a, no mínimo, três vezes mais do que se podia pagar nas atividades agrícolas, dessa forma os agricultores, principalmente, os mais jovens iam para o garimpo, abandonando as atividades nas propriedades rurais.

o campo e substituísse a agricultura pela pecuária de corte e leite que demanda menor mão-de-obra.

Segundo Santos e Martins (2007), os agroecossistemas são complexos e, dessa forma, qualquer intervenção em agroecossistemas necessita considerar os aspectos culturais, como as atividades não agrícolas, os meios de produção existentes (insumos, tecnologia, equipamentos) e a relação com os recursos naturais.

Assim, é primordial conhecer os agroecossistemas e o sistema social produtivo para que se possa compreendê-los e relacioná-los com a busca de alternativas para solução dos problemas existentes no meio rural, pois uma produção sustentável só ocorrerá com ações de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e que assegure a interação harmônica dos seres humanos, os agroecossistemas e o meio ambiente (ALTIERI, 1989), dentro da perspectiva co-evolucionista<sup>8</sup> (NORGAARD, 1984; SEVILLA GUZMÁN, NAVARRO, 1990; SEVILLA GUZMÁN, 2001).

Este texto tem por objetivo, contribuir com a reflexão sobre recuperação de agroecossistemas, em seus aspectos social, econômico e ambiental, tendo como base empírica a Microbacia Hidrográfica Mariana, no município de Alta Floresta-MT, na perspectiva de que os agricultores sejam sujeitos do processo na busca de alternativas sustentáveis. Baseia-se na discussão de algumas das alternativas encontradas na bibliografia sobre o tema, com destaque para o pagamento por serviços ambientais e a construção de indicadores de sustentabilidade. Nesta construção a discussão recairá sobre o "Marco para la Evaluación de Sistemas de Manejos de Recursos Naturales (MESMIS)", como uma ferramenta participativa de construção de indicadores de sustentabilidade de agroecossistemas.

### **O que é um Agroecossistema?**

De acordo com Kathounian (2001) agroecossistema é o termo utilizado para designar o ecossistema operado com fins agrícolas em oposição aos ecossistemas naturais. Dentro dessa mesma ótica, segundo Gliessman (2005, p.61), um agroecossistema pode ser "*... um local de produção agrícola como, por*

---

<sup>8</sup>Coevolução representa "*...el desarrollo paralelo de las características morfológicas o fisiológicas de dos especies de forma tal que cada una de ellas depende de la otra para continuar su reproducción*" (SEVILLA GUZMAN, 2001:13).

*exemplo, uma propriedade agrícola, compreendido como um ecossistema.*" Gliessman (2005, p.61), ainda destaca que *"um agroecossistema proporciona uma estrutura com a qual podemos analisar os sistemas de produção de alimentos como um todo, incluindo seus conjuntos de insumos e produção e as interconexões entre as partes que os compõem"*.

Os agroecossistemas têm importantes características definidas por Altieri (2002), como: a) Os agroecossistemas são formados por conjuntos de componentes abióticos e bióticos, ligados intimamente, formando uma unidade ecológica funcional; b) Os agroecossistemas podem ser estabelecidos em limites definidos, de maneira que possam auto-regular-se; c) Os agroecossistemas variam de acordo com a natureza de seus componentes, seu arranjo temporal e espacial e em relação ao nível de intervenção humana; d) Nenhum agroecossistema é uma unidade completamente independente e raramente têm limites biológicos bem definidos; e) Os agroecossistemas podem pertencer a qualquer escala biogeográfica.

Os agroecossistemas podem ainda ser considerados como subsistemas agrícolas de sistemas ecológicos cujo básico consiste na manipulação dos recursos naturais visando à otimização da captura da energia solar e transformação desta em alimentos e fibras utilizadas pelas pessoas. Além do mais, nos agroecossistemas, o homem é um componente ativo, que organiza e gestiona os recursos, podendo ainda estar envolvidos elementos e/ou fatores externos ao sistema de produção, que de uma forma ou de outra influenciam ou mesmo determinam a sua dinâmica (HART, 1980; ALTIERI, 1997; 2002). Nessa mesma corrente Ferraz (2003) destaca que os agroecossistemas incluem de maneira explícita o homem, seja produtor ou consumidor.

A Embrapa (2006) identifica agroecossistemas como sistemas ecológicos adaptados à produção de alimentos, utilizado na produção agrícola ou pecuária, seguindo diferentes tipos de manejo que minimizem os impactos sobre o equilíbrio biológico e geoquímico.

Como recuperar os recursos naturais dos agroecossistemas? Um dos caminhos apontados por diversos autores (ANA, 2012; RIBEIRO *et al.*, 2007; BARRIOS, DESCROIX, 2010; SHIKI, SHIKI, 2011) é a adoção de políticas públicas por intermédio da implementação do pagamento por serviços ambientais.

### **Pagamento por Serviços Ambientais**

O risco de escassez e de regularidade do fornecimento de água com qualidade, provocado pela crescente demanda pelo uso da água nos centros urbanos devido ao aumento populacional provocado pelo êxodo rural,

acrescido pelo uso mais intensivo da irrigação em áreas onde se tem má distribuição de chuvas, tem ampliado o nível de conscientização e valorização desse imprescindível recurso natural.

Uma das alternativas que tem se propalado, visando a conservação das águas, é o pagamento por serviços ambientais (PSA). Este tem sido um mecanismo que vem sendo implementado em várias partes do mundo, dentre elas o Brasil. A preservação dos recursos naturais tem sido uma preocupação mundial. O Banco Mundial tem apoiado vários programas de PSA através de empréstimos, assistência técnica e fortalecimento institucional em vários países como Costa Rica, Venezuela, México, entre outros (PAGIOLA *et al.*, 2004).

O PSA tem por princípio básico o reconhecimento de que os ecossistemas fornecem gratuitamente diversos serviços imprescindíveis à sociedade. Dentre eles pode-se destacar: provisão de alimentos, de energia, de madeira e de minerais; a manutenção dos recursos genéticos para o desenvolvimento de produtos industriais, farmacológicos e agrícolas; a estabilização do clima; a purificação do ar e da água; a regulação do fluxo e da qualidade dos recursos hídricos; a manutenção da fertilidade do solo e do ciclo de nutrientes; as possibilidades de lazer, entre outras (LANGLEY, 2001 apud GELUDA, 2006). Nessa perspectiva a FAO (2004) afirma que o PSA consiste numa forma pela qual os fornecedores desses serviços (produção de água) sejam reconhecidos e valorizados e, portanto, recebam alguma recompensa que os estimule a preservação das águas e dos solos, de tal forma que esses recursos naturais sejam protegidos para evitar contaminação dos recursos hídricos a jusante.

Para a Agência Nacional de Água (ANA, 2012) os serviços ambientais são todas as atividades que visem à preservação dos recursos naturais. Essa Agência defende a implementação de políticas públicas visando o pagamento pelos serviços ambientais cujo objetivo é transferir recursos monetários ou não monetários a aqueles que contribuem para a recuperação e preservação ambiental. Destaca ainda que os benefícios gerados pela prestação de serviços ambientais são usufruídos por toda a sociedade, entretanto o ônus da recuperação recai somente aos detentores do domínio do imóvel. Portanto, é justo que os produtores recebam incentivos para estimulá-los na conservação do meio ambiente.

## **Indicadores de Sustentabilidade**

A sustentabilidade adotada neste trabalho se refere à habilidade de um agroecossistema em manter a produção através do tempo, em face de distúrbios ecológicos e pressões socioeconômicas de longo prazo (ALTIERI, 1989), como

também a defendida por vários autores (KATHOUNIAN, 2001; DEPONTI *et al.*, 2002; FERRAZ, 2003; ASTIER *et al.*, 2008), que entendem a sustentabilidade como o equilíbrio dinâmico entre as dimensões econômica, social e ambiental. Outro aspecto importante é que a sustentabilidade, de acordo com Maserá *et al.*, (2000), deve levar em consideração os atributos: a) produtividade não decrescente e resiliente; b) adaptabilidade a novas condições econômicas e biofísicas; c) distribuição equitativa dos custos; d) benefícios e autoindependência.

A partir da perspectiva atual de desenvolvimento sustentável surge a necessidade de se medir o grau de sustentabilidade em dimensões mais próximas da realidade analisada, ou seja, a construção de indicadores de sustentabilidade que abarquem os aspectos sociais, culturais, ecológicos, ambientais, econômicos e políticos de determinada região ou local, de forma integrada e sistêmica. A referência neste campo é a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente (Rio-92), no seu documento final, a Agenda 21, que enfatiza em seu capítulo 40 a necessidade do desenvolvimento de indicadores por parte de cada país, de acordo com a sua realidade (CNUMAD, 1992).

O modelo de acumulação capitalista no pós-guerra pressionou a corrida pela busca de respostas ao crescente alargamento do fosso entre países ricos e pobres e a necessidade de indicadores que dessem conta de discorrer sobre esta realidade e até mesmo justificá-la. Por outro lado, se antes esses já não davam conta de todas as realidades sociais e econômicas existentes, agora com a questão ambiental estes se tornaram ainda mais insuficientes. O Produto Interno Bruto, *renda per capita* e nível de desemprego são usados de forma padronizada sem considerar a trajetória econômica, social e política de determinadas realidades, principalmente dos países subdesenvolvidos.

Os indicadores<sup>9</sup> sociais surgem na perspectiva de ampliar a discussão sobre a teoria do desenvolvimento estabelecendo-se assim parâmetros mais específicos de análise do crescimento econômico a exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano. Este foi criado em 1975 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, sendo que somente em 1990 foi elaborado o primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano.

---

<sup>9</sup>O termo Indicador origina-se do latim *indicare* que significa apontar. Em Português, segundo o dicionário Michaelis significa "que indica ou serve de indicação". Assim, indicador significa aquele referencial "que revela", "que propõe", "que sugere", "que aconselha", "que lembra".

Nessa perspectiva os indicadores têm como principal objetivo o de servir como instrumento de políticas públicas para tomada de decisão. O desenvolvimento sustentável compreendido neste trabalho pautado em valores outros que não o da lógica exclusivamente de mercado, necessita de indicadores que deem conta de dimensões que se sobrepõe ao "homem econômico", mas que compreenda acima de tudo o ser social e suas relações com a natureza.

O emprego de indicadores implica na necessidade de se ter coerência com os propósitos de avaliação dos agroecossistemas. Nesse contexto, Deponti et al. (2002) destacam que é necessário ter clareza sobre: O que avaliar? Como avaliar? Por quanto tempo avaliar? Por que avaliar? De quais elementos consta a avaliação? De que maneira serão expostos, integrados e aplicados os resultados da avaliação para o melhoramento do perfil dos sistemas analisados?"

### **Caracterização do Ambiente de Pesquisa**

A pesquisa está sendo conduzida no município de Alta Floresta, integrante do Portal da Amazônia<sup>10</sup>, localizado no extremo norte do Estado de Mato Grosso/Brasil (Figura 1), formado geograficamente por uma área de 8.947 km<sup>2</sup> e uma população de 49.233 habitantes, sendo que 42.787 (86,9%) residem na zona urbana e 6.446 pessoas (13,1%) na área rural (IBGE, 2010).

---

<sup>10</sup>O Portal da Amazônia é composto por 16 municípios (Alta Floresta, Apiacás, Carlinda, Colíder, Guarantã do Norte, Marcelândia, Matupá, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Monte verde, Novo Mundo, Paranaíta, Peixoto de Azevedo, Terra Nova do Norte e Nova Santa Helena) mato-grossenses localizados no extremo norte do Estado (BRASIL, 2013).



**Figura 1** – Localização geográfica do município de Alta Floresta-MT.

**Fonte:** ?????

A contextualização deste trabalho se baseia nos dados secundários oriundos de pesquisas bibliográficas, bem como através dos dados obtidos junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Alta Floresta que executou o Cadastro Ambiental Rural naquele território e também junto as Organizações Não Governamentais.

Os dados primários foram obtidos através de visitas de aproximação<sup>11</sup>, reuniões, coleta de solos para análise dos atributos físicos e químicos para avaliar níveis de compactação e fertilidade dos solos. Os aspectos socioeconômicos das famílias foram obtidos por intermédio de entrevistas semi-estruturadas empregando questionários com perguntas fechadas e abertas, os quais foram anteriormente aplicados na forma de pré-teste (RICHARDSON *et al.*, 1999) visando as correções necessárias, para adequação à realidade local.

---

<sup>11</sup>Termo utilizado para caracterizar as visitas individuais a todos os produtores para apresentar-lhes a proposta do projeto e verificar se os mesmos aceitariam participar da pesquisa. Tal ação foi necessária tendo em vista o descrédito dos produtores quanto às diversas ações realizadas em suas comunidades, mas sem contribuição significativa para melhoria de suas condições de vida.

A população amostrada foi de 56 famílias, oriundas de um universo de 88 famílias, de acordo com Tompkin (1967, p.55), que diz: "quando somente o número de itens na população é importante, a variância não é necessária" e ainda "uma amostra de 50 observações é geralmente mínimo". Assim, quando o universo amostral for menor do que 5.000, Tompkin (1967) recomenda uma amostragem "com 50 indivíduos acrescido de mais 2% do total da população".

As 56 famílias foram sorteadas após estratificação de fração ótima para assegurar representatividade das diversas unidades produtivas (RICHARDSON *et al.*, 1999) por tamanho de área (até 50 ha; 50 a 100 ha; 100 a 150 ha; e >150 ha) empregando a função frequência do Excel com os dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SECMA).

Com base nos dados obtidos em 2011, os 56 agricultores pesquisados são proprietários de uma área total de terras de 3.065 hectares. Ao estudar a média geral das principais atividades desenvolvidas nas respectivas unidades de produção pode-se ver na Tabela 01 que as áreas destinadas a exploração agrícola é insignificante (1,5%) se comparadas com as destinadas a bovinocultura de leite e corte (76,7%).

**Tabela 1** – Uso e ocupação das áreas pesquisadas na microbacia hidrográfica Mariana, Alta Floresta/MT.

Discriminação	Área	
	Ha	%
Mata	601	19,6
Vegetação Secundária (capoeira)	21	0,7
Espécies Agrícolas	46	1,5
Pastagens plantadas	2.351	76,7
Outros <sup>1</sup>	46	1,5
Total	3.065	100,0

<sup>1</sup>Áreas de: quintais, benfeitorias, estradas, piscicultura, etc.

<sup>2</sup>Dados referentes a novembro de 2011.

**Fonte: ?????**

Outra metodologia utilizada foi entrevista em profundidade através da História Oral realizadas com seis produtores selecionados intencionalmente a fim identificar a percepção desses atores sobre a recuperação socioambiental daquele espaço rural. O planejamento e a execução das entrevistas seguiram as recomendações preconizadas por Minayo (2007) e Meihy e Ribeiro (2011).

## Quem vai pagar pela restauração ambiental?

Muitos eventos têm ocorrido para debater alternativas aos problemas ambientais que vem ocorrendo no mundo inteiro com destaque para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, Rio 92. As tomadas de decisões na sua maioria têm sido realizadas transformando a natureza em uma mercadoria de comercialização, ou melhor, "*vendendo a natureza para salvá-la*" (CARTA BELÉM, 2011)<sup>12</sup>, como o sequestro de carbono e o pagamento pelos serviços de proteção das bacias hidrográficas (FERGUSON *et al.*, 2009).

Elionor Ostran, prêmio Nobel de economia de 2009, coloca em questão a afirmação convencional de que a gestão da propriedade comum costuma ser ineficiente, razão pela qual deveria ser gerenciada por autoridade centralizada ou ser privatizada (PUCHE, 2010). A autora defende que a água, a biodiversidade, o ar, entre outros bens comuns, que sustentam a vida, não podem ser de ninguém em particular, pertencem a todos e as gerações futuras.

Os produtores entrevistados em profundidade veem no pagamento por serviço ambiental uma forma de incentivo à recuperação dos recursos naturais antropizados, até porque a maioria não dispõe de recursos financeiros para restaurá-los. Aos produtores foi perguntado sobre duas formas de PSA: i) pagamento direto na forma monetária; ou ii) por prestação de serviços pela prefeitura municipal que atendam a infraestrutura necessária às atividades agropecuárias dos agroecossistemas. Todos entendem que a segunda opção é melhor conforme expressão dos entrevistados, mas há algumas ressalvas:

O produtor OBS entende que "*esse serviço é uma boa porque você já tem aquele crédito lá, as vês se a pessoa pegá o dinheiro ele vai deixá em outro lugar; em outra coisa. E aquele lá é pra aquilo que tá fazendo. Pra você vê um cascalhamento, uma arrumação num carreador tá contribuindo com o meio ambiente também ...*".

O agricultor JRS vê que o PSA no formato de infraestrutura como um bom caminho para recuperar as APP's e cita como exemplo o uso de bomba com caixa d'água para canalizar a água até os pastos e evitar a ida dos animais nos rios, onde ele diz "*... o negócio de encaná água no caso. Uma bomba que*

---

<sup>12</sup>Carta de Belém é o manifesto resultante do Fórum Social Mundial realizado em 2009 na cidade de Belém/PA/Brasil, no qual participaram diversas organizações sociais e movimentos sociais críticos às propostas de mercantilização dos bens comuns e da mercantilização dos recursos naturais, dentre eles a água (CARTA BELÉM, 2011).

*funciona e, tem que levar água daqui (do rio) ... para o gado não beber aqui (no rio), eu tenho que por uma caixa lá em cima, não é tão caro. Então em forma de pagamento isso aí é excelente, tô recebendo. Esse é bom."*

Apesar de todos entenderem que a segunda forma para pagamento é interessante, mas fazem algumas ressalvas como as apresentadas pelo produtor Olisses Amadeu Simão: *"Para mim a primeira pegando dinheiro diretamente parece um pouco mercenária a você que quero dinheiro mercantil...". Quanto a segunda "tenho medo porque dessa parte política que possa vim pegar Prefeitura (se refere a sucessão municipal) e não dá respaldo e meus bônus só ir acumulando e aí depois para reaver vai ter que ser na outra política...". "eu não acredito que eles respondam a altura, porque fazem muito pouco, até hoje fizeram muito pouco". "Eu tenho esse medo, mas eu preferia a segunda opção".*

O produtor VJO destaca que o PSA em forma de prestação de serviço *"Se for um negócio que a pessoa falá e eles vim seria um negócio muito bom, porque vai ter muito desses serviço pra fazê em toda as propriedade. Isso aí não existe um que não tem. Agora se for do jeito que o cara chega lá e faz uma proposta pra vim fazê e num vem nunca. Aí eu acho que tem que pagá em dinheiro mesmo."* Entretanto, o agricultor ressalta que a forma de pagamento *"... depende muito porque se for pra pagá em dinheiro, mas o agricultor tá tão pobre, tão quebrado, mas não tá pedindo esmola ainda, se eles (pessoal da prefeitura) vim com uma mixaria e com as coisas que não funciona ... então acho que ninguém tá pedindo esmola ainda."*

Os produtores tem receio de não receber os benefícios do PSA na forma de infraestrutura a serem acordado com o poder público municipal em virtude das experiências negativas acumuladas ao longo do tempo, pois muitos compromissos assumidos não foram cumpridos ou quando executados foram tardios e muitas vezes sem qualidade. Entretanto, os agricultores percebem que o PSA representa um incentivo, não demonstrando uma visão neoliberal da mercantilização dos recursos hídricos.

Essa forma de pensar dos agricultores tem respaldo no pensamento não capitalista de Camacho (2008) que defende que o pagamento por serviços ambientais não precisa expressar-se como uma operação monetária, mas sim transformado em benefícios direto para o produtor através de apoio de infraestrutura (estradas, aterro de mangueiras para coleta de leite, por exemplo.), serviços de conservação de solos (construção de curvas de níveis ou terraços), melhoria da fertilidade dos solos (fornecimento e aplicação de corretivos), serviços

(médicos, melhoria da qualidade do rebanho através de inseminação), fornecimento de mudas de qualidade, fornecimento de lascas de qualidade e arames em quantidade suficiente para cercar as APP's.

Segundo Ferguson (2009)<sup>13</sup>, os participantes das ciências naturais veem no PSA uma oportunidade para que ocorra o desenvolvimento rural local e regional. Através dele se pode investir em práticas agroecológicas como compostagem, implantação de sistemas agroflorestais, melhores práticas de cultivo, entre outras. Para tanto é imprescindível que ocorra um debate com os agricultores, como sujeito do processo, junto aos demais atores sociais, mas que não haja imposição por parte do governo.

### **Quem deve pagar pelos serviços ambientais da água?**

A responsabilidade pela proteção das águas tem sido atribuída aos detentores do domínio das unidades de produção onde há recursos hídricos que abastecem a fonte de captação de águas para cidade.

A defesa que se faz é no sentido de apoiar principalmente o agricultor familiar que não tem disponibilidade financeira para fazer a recuperação das áreas de preservação permanente. No entanto, há que se tomar cuidado para que o PSA não seja uma moeda para mercantilização dos bens comuns e da natureza, conforme os argumentos apresentados na Carta Belém (2011). O que se defende é que haja a recuperação ambiental, mas também a valorização e incentivo para que os agricultores possam cuidar de suas unidades produtivas dentro de uma visão co-evolucionista (NORGAARD, 1984; SEVILLA GUZMÁN, NAVARRO, 1990; SEVILLA GUZMÁN, 2001) para que ocorra o aumento da biodiversidade e a conservação dos recursos naturais de forma sustentável.

Cabe destacar que 91% dos 56 produtores pesquisados são favoráveis à revegetação das matas ciliares e a utilização de práticas necessárias para conservação dos solos, sendo que apenas cinco produtores (9%) responderam que não concordam com a reposição das matas ciliares. Os mesmos quando perguntado por que não revegetam as áreas de preservação permanente e não fazem conservação dos solos de suas propriedades, responderam que não precisam revegetar porque não há necessidade (11%), outros nove produtores (16%) responderam que a dificuldade está no controle dos animais silvestres

---

<sup>13</sup>Posição dos participantes (organizações campestres, conservacionistas e cientistas) tomada durante Fórum em Chiapas/México em 2008.

(principalmente capivaras e formigas) que não permitem que as espécies plantadas se desenvolvam, enquanto que a maioria (73%) disse que não fazem a reposição das matas ciliares por falta de recursos financeiros para cobrir os custos de cercar e revegetar as áreas das APPs.

Tal resposta coincide com as apresentadas por 47 produtores quanto a renda mensal líquida oriunda das atividades agropecuárias praticadas na propriedade. Entre esses produtores 28% (13 famílias) informaram que tem uma renda líquida<sup>14</sup> de até um salário mínimo<sup>15</sup>, 51% (24 famílias) até dois salários mínimos e 74% (35 famílias) recebem até três salários mínimos. Esse dado é semelhante aos do setor rural do município de Alta Floresta/MT, obtidos por Olival et al (2007), por ocasião da elaboração da Agenda 21 Local em que a renda média familiar era de 2,2 salários mínimos mensais.

Izko e Burneo (2003) defendem que os pequenos produtores devem receber um incentivo na forma de pagamentos pelos serviços ambientais que eles fazem preservando suas áreas, porém destaca que o ônus à sociedade deve ser evitado, tendo em vista, a quantidade de cargas impositivas que a mesma já absorve.

Ao analisar seis estudos de caso no Equador sobre pagamentos por serviços ambientais para conservação de bacias hidrográficas Camacho (2008) concluiu, conforme as percepções dos produtores entrevistados, que ocorreu um impacto positivo na melhoria do bem estar dos mesmos, bem como do estado de conservação dos sistemas quando foram adotados PSA nos ambientes estudados.

Na Microbacia Hidrográfica Mariana, em Alta Floresta, a pesquisa constatou que a maioria das famílias de produtores, que integram as cinco comunidades pesquisadas, não está preparada para cumprir a legislação ambiental, posto que, a maioria não tem condição financeira para fazer a reposição florestal das áreas de preservação permanente.

Entretanto, grande parte dos produtores já começou a fazer a reposição florestal das matas ciliares devido ao apoio parcial recebido da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SECMA) do Município para recuperação das matas ciliares em conformidade com o Decreto Lei Nº 4.073/2011 (ALTA FLORESTA, 2011). Com esse respaldo legal a SECMA celebrou convênio

---

<sup>14</sup>A renda líquida segundo os entrevistados é destinada para cobrir despesas de saúde, transporte, educação, etc.

<sup>15</sup>O salário mínimo vigente, por ocasião da pesquisa (dezembro/2011), era de R\$ 545,00 (BRASIL, 2011).

com a Fundação Nacional do Meio Ambiente. Com o repasse dos recursos a SECMA realizou gratuitamente para os agricultores o Cadastro Ambiental Rural, o georreferenciamento, como também efetuou a compra de arame e lascas de madeira para cercar as APP atendendo aos produtores com área de até 50 ha, sendo que esses produtores receberam 50% dos insumos supramencionados.

Essa política pública se constituiu em importante passo para o início da recuperação ambiental de áreas da Microbacia Mariana. No entanto, o reflexo dessa ação deveria conduzir os produtores a um bom nível de satisfação por receber apoio governamental. Entretanto, pelas entrevistas, apenas 11% aprovaram o trabalho da Secretaria sem nenhuma ressalva, 68% o apoiaram, mas fazem ressalvas principalmente no que concerne a má qualidade da lasca de teca (*Tectona grandis*) para cercar as APP's em virtude de que as lascas não receberam o tratamento adequado e segundo os agricultores, não aguentam mais do que 2 a 3 anos no campo. Alguns desses produtores por não concordarem com o uso da teca, devolveram o material recebido e compraram lascas de itaúba ou outra madeira de maior durabilidade para não perder no curto espaço de tempo, o serviço de construção da cerca. Esse fato foi constatado durante o mês de março de 2013 em visita aos produtores os quais ratificaram que as lascas utilizadas em 2012 realmente são de péssima qualidade para construção de cerca, pois não resistem à ação dos organismos vivo do solo. Outro motivo da insatisfação foi a entrega de mudas, em fevereiro/março de 2010 e 2011, de má qualidade. Cabe destacar o plantio de espécies perenes deve ocorrer nos meses de novembro e dezembro para aproveitar o máximo possível o período chuvoso, haja vista que na região o período da seca inicia final de maio e se estende até agosto.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por sua vez, reconhece o engano na compra das lascas para cercar as APP's sem que houvesse a autoclavagem das madeiras. Atualmente as lascas compradas já são autoclavadas<sup>16</sup>, com as quais espera-se obter maior durabilidade das lascas utilizadas para cercar as APP's. Outro passo imprescindível é a implementação de políticas públicas por parte da SECMA visando o pagamento por serviços ambientais (PSA). Nesse caminho a Prefeitura Municipal encaminhou e aprovou o Projeto de Lei nº 1.556/

---

<sup>16</sup>Autoclavagem consiste no processo no qual as madeiras são impregnadas com produtos inseticidas e fungicidas de ação comprovada visando protegê-las contra o apodrecimento, cupim e outros agentes de biológicos, visando aumentar sua preservação e vida útil.

2013 de 18/01/2013 que instituiu o Programa Guardião de Águas, cujas normas e critérios serão definidos pela SECMA (ALTA FLORESTA, 2013). Espera-se que a normatização seja debatida com os agricultores conforme compromisso assumido pelos Secretários de Meio Ambiente e de Agricultura do município em reunião realizada na comunidade Central em fevereiro de 2012 com os produtores (Foto).



**Foto:** Reunião dos produtores com a Secretária de Meio Ambiente (centro) e Secretário de Agricultura (à esquerda) na comunidade Central em 01/02/2012. Alta Floresta-MT.

Há vários modos de pagamento por serviços ambientais pelo uso da água no Brasil e na América Latina. Há alguns exemplos no Brasil que podem ser citados. Dentre eles se destaca o do município de Extrema/MG, implementado por intermédio da Lei nº 2.100 de 21/12/2005, que criou o Projeto Conservador das Águas, e autoriza o executivo a prestar apoio financeiro aos proprietários rurais e dá outras providências. Dentre os artigos destaca-se o 4º que trata da remuneração dos produtores rurais, *"O projeto será implantado por Sub-bacia hidrográfica, seguindo critérios a ser definidos pelo Departamento de Serviços Urbanos e Meio Ambiente e o valor de referência será de 100 (cem) Unidades Fiscais de Extrema por hectare (ha) por ano"* (EXTREMA,

2005, p.2). Esse artigo também foi utilizado na íntegra no Projeto de Lei 1.556/2013 no município de Alta Floresta (ALTA FLORESTA, 2013).

O município de Apucarana/PR através da Lei nº 058 de 18/03/2009 cria o Projeto Oásis e autoriza o Executivo Municipal a prestar apoio técnico e financeiro aos proprietários rurais, sendo que no Art. 4º, § 2º define que o pagamento mensal será em reais correspondente a até três unidades fiscais do município por cada nascente preservada (APUCARANA, 2009).

A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, através da Resolução SMA 123 de 24/12/2010, cria as diretrizes para a execução do projeto "Mina D'água" visando o Pagamento por Serviços Ambientais na modalidade proteção de nascentes, no Âmbito do Programa de Remanescentes Florestais. O valor a ser pago está baseado na fórmula:

$$\text{Valor do pagamento} = V \text{ Ref} \times (\text{F Prot} + \text{F Imp})$$

Onde:

**V Ref:** Valor de Referência;

**F Prot:** Fator de Proteção da Nascente com diferentes valores (1, 2 ou 4) dependendo do grau de proteção das nascentes;

**F Imp:** Fator de Importância da Nascente com valores que variam de 1,5 a 6 obtidos pela soma de três Sub-Fatores (uso, vazão e localização), os quais podem receber seguintes valores: 0,5; 1; ou 2) (SÃO PAULO, 2010:7).

Além destas localidades ainda há outras que vem adotando o PSA no Brasil: Balneário Camboriú, Governo do Estado do Espírito Santo; Prefeitura de Campo Grande; etc. (ANA, 2012).

Há várias experiências com PSA em muitos países. Cabrera P. (2010) cita 31 publicações realizadas no período de 1996 a 2009 que tratam do pagamento por serviços ambientais no Chile abordando um ponto de vista biológico, gestão e avaliação econômica. OEA (2009 apud CABRERA P., 2010), afirmam que na América Latina, Caribe e Estados Unidos mais de 62% dos projetos propostos ao PSA são destinados a proteção de bacias e microbacias hidrográficas, 30% são relativos a projetos de conservação da biodiversidade, 7% são destinados a projetos agroflorestais e 1% para Ecoturismo.

Cabe destacar que a adoção do PSA implica na necessidade de uma ampla discussão utilizando a comunicação horizontal entre os atores envolvidos, de tal modo que os produtores (provedores dos recursos naturais) participem

ativamente desse processo, em consonância com a comunicação defendida por Freire (1980). Segundo Pagiola *et al.* (2004) é necessário que a comunicação aos potenciais participantes que se deseja envolver seja acessível, de tal forma que eles possam compreender todas as etapas do processo.

### **O Marco para la Evaluación de Sistemas de Manejo de Recursos Naturales (MESMIS)**

O MESMIS consiste em um esforço teórico e técnico de uma equipe multidimensional e interdisciplinar com três centros de investigação, uma associação civil com profissionais de várias disciplinas dentro das ciências naturais e da engenharia que aprofundaram estudos em inúmeros referenciais teóricos que abarcassem aspectos da interdisciplinaridade, sistemas complexos, ciclos adaptativos, processos de auto-organização, multidimensionalidade dos conceitos de sustentabilidade, problemas metodológicos para avaliação dos agroecossistemas, coerência teórica relativa aos atributos de sistema de manejo, procedimentos inovativos e transparentes para a integração gráfica dos indicadores de sustentabilidade (ASTIER *et al.*, 2008).

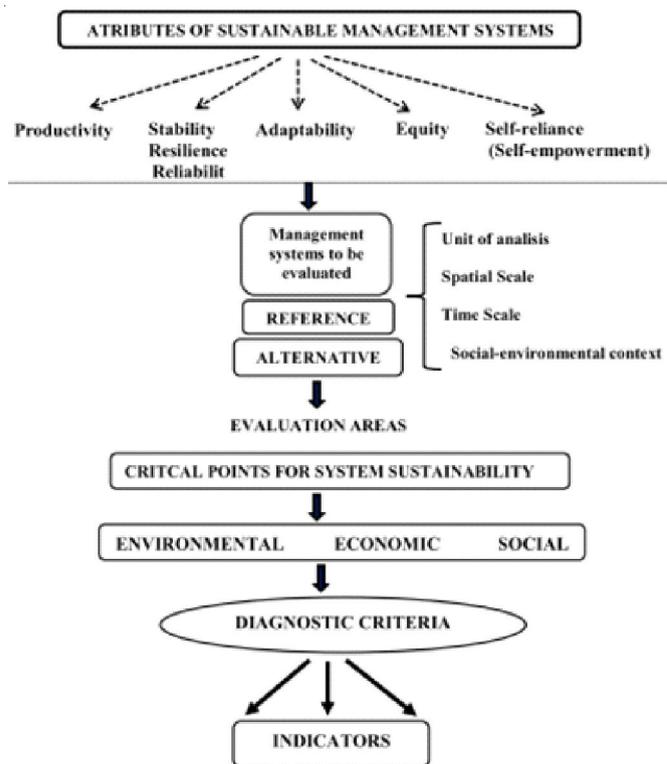
De acordo com Astier e colaboradores (2008), outros autores serviram de guia para a elaboração do MESMIS, dentre os quais se destaca: Becker & Ostrom (1995) que abordam os princípios do manejo sustentável dos recursos comuns; Altieri (1987) que destaca a agroecologia como base científica para uma agricultura alternativa; Freire (1980) na reflexão sobre a avaliação do processo formativo-avaliativo; e Cohen & Uphoff (1980) que enaltecem a importância do enfoque participativo.

O marco MESMIS consiste em uma importante ferramenta metodológica para avaliação dos sistemas de manejos dos recursos naturais incorporando indicadores de sustentabilidade que: i) ajuda a avaliar a sustentabilidade dos recursos naturais valorizando os agricultores como sujeitos do território desde a unidade produtiva até a comunidade; ii) representa um processo de análise e retroalimentação; iii) de forma sistêmica e integral busca entender os limites e possibilidades para a sustentabilidade dos sistemas de manejo; iv) permite fazer avaliação comparativa entre agroecossistemas, partindo de um sistema de referência; v) propõe um processo participativo com dinâmicas de grupo e avaliação continua dos agroecossistemas pela equipe avaliadora (MASERA *et al.*, 2000), possibilitando o empoderamento dos agricultores (DEPONTI *et al.*, 2002).

Na apresentação e integração dos resultados, compara-se a sustentabilidade dos sistemas de manejo analisados e apontam-se os principais gargalos para se

alcançar a sustentabilidade, como também os aspectos que mais o fortalecem. Nas conclusões e recomendações se faz uma análise geral e se propõe sugestões para fortalecer a sustentabilidade dos sistemas manejados, assim como para melhorar o processo de avaliação em si, para torná-los mais sustentáveis. Dessa forma, inicia-se um novo ciclo de avaliação, de acordo com Masera et al. (2000), Astier et al. (2000), Deponti et al. (2002) e Astier et al. (2008), tendo em vista que os agroecossistemas são dinâmicos.

A construção de indicadores por intermédio do Marco MESMIS visa apontar alguns atributos (características) desejáveis de sustentabilidade. A sua execução compreende a adoção de vários passos para o entendimento dos sistemas e os aspectos que se deseja melhorar, como a determinação do objeto de estudo e avaliação, suas características e o contexto socioambiental da avaliação (delimitação geográfica do sistema, determinação da escala temporal, caracterização do sistema de produção, apontar diferentes componentes do sistema, insumos, práticas agrosilvipastoris, organização e características socioeconômicas). Para a determinação das características da sustentabilidade, a literatura aponta os seguintes atributos: produtividade, estabilidade, resiliência, confiabilidade, adaptabilidade, equidade e autodependência (autogestão). Pode-se visualizar na Figura 2 que esses atributos se relacionam com os indicadores.



**Figura 2.** Esquema geral do MESMIS: relação entre atributos e indicadores.  
**Fonte:** Speelman *et al.*, 2008.

O MESMIS vem sendo bastante utilizado para definição de indicadores para análise e monitoramento dos sistemas agrícolas incorporando indicadores de sustentabilidade em vários trabalhos de pesquisa participativa talvez pela sua dimensão ampla e sistêmica. O MESMIS permite analisar diferentes sistemas de manejo dos recursos naturais no espaço rural focado nas dimensões: técnica, ambiental, social e econômica (MASERA *et al.*, 2000; DEPONTI *et al.*, 2002).

Vários trabalhos vêm empregando o MESMIS, dentre eles, a EMATER/RS, com atuação dos seus técnicos nas regiões de Passo Fundo e Erechim, para construção de indicadores para a avaliação e monitoramento de sistemas (DEPONTI *et al.*, 2002) e também como ferramenta com caráter sistêmico que levem a população rural a participar da solução dos problemas de sustentabilidade, via princípios agroecológicos (GUZMÁN CASADO & MIELGO, 2007).

Speelman *et al.* (2007) fizeram uma revisão bibliográfica identificando a eficácia do método MESMIS para alcançar sistemas mais sustentáveis. A pesquisa foi realizada a partir de relatórios internos, artigos e livros, em 28 estudos de caso em que foi aplicado o MESMIS, em trabalhos realizados no México, Argentina, Bolívia, Brasil e Peru. Os autores concluíram que o MESMIS é eficaz como ferramenta para analisar a sustentabilidade de sistemas, mas depende do envolvimento dos diferentes atores sociais interessados para poder aumentar a probabilidade de sucesso da metodologia. Este pressuposto está relacionado diretamente com a proposta metodológica que consiste na participação ativa dos agricultores e dos demais atores sociais envolvidos no processo de construção dos indicadores de sustentabilidade e avaliação de indicadores de longo prazo para melhor compreensão dos sistemas. Portanto, com base nesse arcabouço metodológico e da avaliação por vários pesquisadores, acredita-se que o MESMIS consiste em uma ferramenta participativa importante na construção de indicadores de sustentabilidade.

### **Considerações Finais**

As políticas devem considerar os territórios como um sistema integrado, um modo de produção de vida, nos quais devem ser realizadas pesquisas participativas, assistência técnica e extensão rural em consonância com os preceitos agroecológicos para contribuir na recuperação socioambiental, na busca de melhoria da qualidade da produção agropecuária a ser praticada pela agricultura familiar não como um nicho de produção e de mercado, mas como caminho de futuro para a agricultura e alimentação (CARTA BELÉM, 2011).

Entende-se que não basta criar políticas públicas para a recuperação ambiental se não houver uma preocupação que envolva as famílias dos produtores como sujeitos do processo na busca da sustentabilidade social, econômica e ambiental. A frustração de muitas políticas públicas deve-se ao fato de que praticam uma ação cartesiana, vertical, não valorizando o conhecimento acumulados dos agricultores. Portanto, faz-se necessário um trabalho contínuo de valorização dos agricultores através de troca de saberes na perspectiva de que se possa alcançar um desenvolvimento sustentável em conformidade com a visão co-evolucionista, onde as famílias consistem à base dos agroecossistemas. Deste modo, acredita-se que se houver uma política pública dentro de uma visão socioambiental, o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) construída com os agricultores pode ser uma ferramenta importante no processo de recuperação e conservação dos recursos naturais sem que haja a monetarização dos recursos,

estimulando a harmonia da relação homem e natureza. Da mesma forma, a aplicação da metodologia "MESMIS" pode-se constituir uma metodologia imprescindível para a construção de indicadores de sustentabilidade social, econômica e ambiental de agroecossistemas.

Assim, finalizando, são essas as questões implementadas na Microbacia hidrográfica Mariana, localizada no município de Alta Floresta-MT, para a recuperação do agroecossistema em que está envolvida. Espera-se que, com este instrumental teórico-metodológico, possa-se chegar a resultados positivos no curto, médio e longo prazo.

## **Referências**

ALTA FLORESTA (Município). **Decreto Lei N° 4.073**, de 11 de Julho de 2.011. Dispõe sobre a execução de projetos ambientais e pagamento por serviços ambientais – PSA no âmbito da gestão ambiental municipal da Bacia hidrográfica Mariana. 2011. 8p.

ALTA FLORESTA (Município). **Nossa história**. Disponível em: <<http://altafloresta.mt.gov.br/index.php/nossa-historia>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

ALTA FLORESTA (Município). **Projeto de Lei 1.556/2013** de 18 de Janeiro de 2013, que cria o Programa Guardião de Águas. 2013. 3p.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. 240 p.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária. 2002. 592p.

ALTIERI, M. A. **Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable**. Cuba: CLADES, 1997. 249p.

ANA. Agência Nacional de Água. **Programa produtor de água**, 2012. Disponível em: <<http://produtordeagua.ana.gov.br>>. Acesso em: 26 dez. 2012.

APUCARANA (Município). **Lei n° 058**, de 18 de março de 2009. Dispões

sobre a criação do Projeto Oásis. 2009. 2p.

ASTIER, M.; LÓPEZ RIDAURA, S.; PÉREZ AGIS, E.; MASERA, O. **El marco de evaluación mesmis y su aplicación en un sistema agrícola campesino en la región Purhépecha, MÉXICO**. Documento de Trabajo D35. Grupo Interdisciplinario de Tecnología Rural Apropiada A.C. 2000, 19p.

ASTIER, M.; MASERA, O. R.; GALVÁN-MIYOSHI, Y. (Coords.). **Evaluación de sustentabilidad: un enfoque dinámico y multidimensional**. España: Fundación Instituto de Agricultura Ecológica y sostenible, 2008, 201p.

BARRIOS, J. L. G.; DESCROIX, L. Adaptación a la degradación de los recursos naturales en la zona Semiárida Mexicana. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v.1, n.2, 2010.

BECKER, C. D., OSTROM, E. Human ecology and resource sustainability: the importance of institutional diversity. **Annual Review of Ecological Systems**. v. 26, p.113-133. 1995. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2097201?uid=2134&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21101490658783>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

BRASIL. Casa Civil. **Lei 4.771**, de 15/09/1965. Código florestal brasileiro. 1965. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm)>. Acesso em: 17 Jul. 2012.

BRASIL. Casa Civil. **Lei Nº 12.382**, de 25 de fevereiro de 2011. Dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011. 2011. 3p.

BRASIL. **Lei nº 12.651**, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Diário Oficial da União. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=28/05/2012&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=168>>. Acesso em: 08 dez. 2012.

BRASIL. **Portal da Cidadania** – Portal da Amazônia. Disponível em: <<http://>

www.territoriosdadadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/portaldaamazniamt/one-community?page\_num=0>. Acesso em: nov. 2012.

BUCHMANN, J. **Influências remotas sobre a Amazônia e dela sobre outras regiões: o homem, a flora e a fauna.** Anuário do Instituto de Geociências, Departamento de Meteorologia, UFRJ. 1999.

CABRERA P., J. (Ed.). **El estado del arte de pago por servicios ambientales en Chile.** Valdivia, Chile: Instituto Forestal. 2010, 63p.

CAMACHO, D. C. Esquemas de pagos por servicios ambientales para la conservación de cuencas hidrográficas en el Ecuador. **Investigación Agraria: Sistemas y Recursos Forestales**, v.17, n.1, p.54-66, 2008.

CARTA BELÉM. **Quem ganha e quem perde com o REDD e pagamento por serviços ambientais?** Brasília, 2011. 12p.

COHEN, J. M., UPHOFF, N. Participation's place in rural development: seeking clarity through specificity. **World Development**, v.8, p.13-235, 1980.

Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD). **Agenda 21 Global.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

CONWAY, G. R. **Agroecosystems analysis.** Agricultural Administration, v.20, p.31-55, 1985.

DEPONTI, C. M.; ECKERT, C.; AZAMBUJA, J. L. B. Estratégia para construção de indicadores para avaliação da sustentabilidade e monitoramento de sistemas. **Agroecol. e Desenvol. Rur. Sustent.** Porto Alegre, v.3, n.4, p.44-52, 2002.

EMBRAPA. **Glossário.** 2012. Disponível em: <[http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Cafe/CafeOrganico\\_2ed/glossario.htm](http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Cafe/CafeOrganico_2ed/glossario.htm)>. Acesso em: 08 jun. 2012.

EXTREMA (Município). **Lei nº 2.100** de 21 de dezembro de 2005. Cria o projeto conservador das águas. 2005. 2p.

FAO (Organización de las Naciones Unidas para Agricultura y la Alimentación). **Sistemas de pagos por servicios ambientales**. Roma. 2004, 88p.

FERGUSON, B. G.; MORALES, H.; ROJAS, A. G., et al. La soberania alimentaria: cultivando nuevas alianzas entre campo, bosque y ciudad. **Agroecología**, v.4, p.49-58, 2009.

FERRAZ, J. M. G. As dimensões da Sustentabilidade e seus indicadores. In: MARQUES, J. F.; SKORUPA, L. A.; FERRAZ, J. M. G. (Eds.) **Indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2003. p. 17-35.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980. 93 p.

GELUDA, L. Serviços ambientais: mercado, legislação e percepção. In: MAY, P. H.; SANTOS, M. R. dos; PEIXOTO, S. L. (Orgs.). **Gestão de recursos hídricos em unidades de conservação**: o caso do Parque Nacional de Tijuca. Instituto Terrazul, 2006, cap. 3, p. 63-83. Disponível em: <<http://es.scribd.com/doc/71450950/9/Leonardo-Geluda-FUNBIO>>. Acesso em: 27 ab. 2012.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: Processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 653p.

GUZMÁN CASADO, G.I.; ALONSO MIELGO, A. M. La investigación participativa en agroecología: una herramienta para el desarrollo sustentable. **Ecosistemas**, v.16, n.1, p.24-36, 2007.

HART, R. D. Conceptos básicos sobre agroecossistemas. Turrialba, Costa Rica: Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza. 1985. In: MASERA, O.; ASTIER, M., LÓPEZ-RIDAURA, S. **Sustentabilidad y manejo de recursos naturales**: El marco de evaluación MESMIS. México:

Mundi Prensa, 2000. 109p.

IBGE. **População 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 19 de jan. 2011.

IZKO, X., BURNEO, D. **Ferramentas para a voloração e manejo florestal sustentável dos bosques Sul-Americanos**. UICN-Sur, 2003.

KATHOUNIAN, C. A. A. **Reconstrução Ecológica da Agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001, 348p.

LANGLEY, S. The system of protected areas in the United States. In: Benjamin, A.H. (Coord.). **Direito Ambiental das Áreas Protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, apud GELUDA, 2006.

MASERA, O.; ASTIER, M., LÓPEZ-RIDAURA, S. **Sustentabilidad y Manejo de Recursos Naturales: el marco de evaluación MESMIS**. México: Mundi Prensa, 2000. 109p.

MEIHY, J.C.S.B; RIBEIRO, S.L.S. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011, 198p.

NORGAARD, R. B. Coevolutionary development potential. **Land Economics**, v.60, n.2, p.160-173, 1984.

NORGAARD, R.B; SIKOR, T. Metodologia e prática da agroecologia. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.

OLIVAL, A. A., *et al.*. **Relatório de Diagnóstico Participativo para a Construção da Agenda 21 de Alta Floresta**. 2007. 38p.

PAGIOLA, S.; AGOSTINI, P.; GOBBI, J., *et al.* **Pago por servicios de conservación de la biodiversidad en paisajes agropecuarios**. The World Bank Environment Department. Washington, U.S.A. 2004, 50p.

PUCHE, P. **El gobierno de los bienes comunes**. 2010. Disponível em: <<http://www.ecoport.al.net/layout/set/print/content/view/full/96749>>. Acesso em: 30 de ab. 2012.

RIBEIRO, S. C.; CHAVES, H. M. L.; JACOVINE, L. A. G., *et al.* Estimativa do abatimento de erosão aportado por um sistema agrossilvipastoril e sua contribuição econômica. **Revista Árvore**, Viçosa, v.31, n.2, p.285-293, 2007.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S.; WANDERLEY, J. C. V.; *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999. 334p.

SANTOS, L. O. L. dos.; MARTINS, S. R. Inovação tecnológica na agricultura familiar: um estudo de caso dos agricultores familiares da comunidade São João no nordeste paraense. Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção, II., 2007, Fortaleza. In: **Anais...**, Fortaleza: EMBRAPA, CNPAT, 2007.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Resolução SMA nº 123**, de 24/12/2010. Define diretrizes para execução do projeto mina d'Água de pagamentos por serviços ambientais. 9p.

SEVILLA GUZMÁN, E. **Bases sociológicas de la Agroecología**. Encontro internacional sobre agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. 2001. Botucatu: FCA/UNESP (CD ROM), 2001. 20p

SEVILLA GUZMÁN, E.; NAVARRO, M. G. de M. Ecosociología: algunos elementos teóricos para el análisis de la coevolución social y ecológica en la agricultura. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, n.52, p.7-45, 1990.

SHIKI, S., NARCISO SHIKI, S. F. Os desafios de uma política nacional de pagamentos por serviços ambientais: lições a partir do caso do Proambiente. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v.2, n.1, p.99-118, 2011.

SPEELMAN, E. N.; LÓPEZ-RIDAURA, S.; COLOMER, N. A.; *et al.* Ten years of sustainability evaluation using the MESMIS framework: lessons

learned from its application in 28 Latin American case studies. **International Journal of Sustainable Development & World Ecology**, v.14, p.345-361, 2007.

TOMPKIN, J. R. **Estatística e método de pesquisa em ciências sociais rurais**. Piracicaba: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 1967. 174p.

### **Agradecimentos**

Os autores agradecem aos agricultores da Microbacia Hidrográfica Mariana que participam da pesquisa, a Universidade do Estado de Mato Grosso por liberar o primeiro autor com dedicação exclusiva para qualificação, ao apoio financeiro e a Bolsa de Doutorado fornecidos pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela bolsa de Doutorado Sanduiche ao primeiro autor.



# CONSTRUÇÕES TRADICIONAIS RESGUARDADAS NO MEIO RURAL BRASILEIRO: UM ESTUDO EM UM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA

*Táisa Marotta Brosler<sup>1</sup>*

*Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco<sup>2</sup>*

**Resumo:** As construções existentes hoje nas unidades familiares de produção, principalmente no estado de São Paulo, são feitas com materiais "convencionalizados" pela construção civil, a chamada alvenaria. Porém, observa-se que muitos desses agricultores familiares carregam consigo um conhecimento ainda recente das técnicas construtivas presentes na história brasileira, aquelas em que se utilizam materiais do próprio meio. Assim, a pesquisa teve como objetivo identificar esses saberes locais, em um Assentamento Rural no estado de São Paulo – Assentamento 12 de Outubro (Horto Vergel), Mogi Mirim-SP, através da aplicação de questionários semi-estruturados em 90 famílias e entrevistas em profundidade com 05 famílias do assentamento. A partir dos relatos desses assentados, observou-se que existe aí uma riqueza cultural, sendo possível registrar as técnicas carregadas pela tradição no meio rural brasileiro. Além disso, sua utilização esteve presente na vida dos mesmos até que ocorresse uma ruptura em sua prática habitual.

**Palavras-chave:** Arquitetura popular brasileira; Agricultura familiar; Materiais não convencionais.

---

<sup>1</sup>Doutoranda em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável, Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, taisamb@terra.com.br

<sup>2</sup>Professora Titular da Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, sonia@feagri.unicamp.br

**Abstract:** *Today, buildings and homes constructed in the rural areas for family farming units, mainly in the State of São Paulo, are built from conventional building materials, such as bricks, known as masonry. However, this study highlights the significance of traditional knowledge of these small farmers, which was combined and enhanced with new technologies, as well as traditional building techniques that deal with the aspects of Brazilian cultural history, through the use of local, natural and sustainable materials that are in balance with the surrounding ecosystem. Hence the research is aimed at exploring such local knowledge in a rural settlement in the State of São Paulo – 12 de Outubro Settlement (Horto Vergel), located in Mogi Mirim-SP, using semi-structured questionnaires, which were completed by 90 families, and in-depth interviews with 5 families from the settlement. The results of interviews with these settlers showed the community cultural wealth allowing for documentation of the traditional techniques used in the rural areas of Brazil. Moreover, these methods were applied over long periods of time until such methods were discontinued.*

**Keywords:** *Popular architecture in Brazil; Family farming; Unconventional materials.*

## **Introdução**

As técnicas e os materiais de construção que prevaleceram no Brasil, durante os séculos XVI a XIX, apresentam características que muito se assemelham a formas populares de construção e guardam em si conhecimentos e saberes que as diferenciam do processo de modernização da construção civil com a entrada das indústrias de bens de consumo.

Naturalmente, essas técnicas construtivas podem ser verificadas em diversos pontos do território brasileiro, principalmente, nas regiões de população com reduzido poder aquisitivo, sendo o meio rural, como conseqüência, a região que mais apresenta a utilização dessas técnicas.

A agricultura familiar pode ser considerada como principal interlocutora e reprodutora do conhecimento passado entre gerações, efetuando a transmissão das tradições até os dias atuais. A convivência com essas técnicas construtivas não apresenta, para esse grupo, um empecilho à sobrevivência, mas ferramentas que representam sua identidade.

Ao considerar que a diversidade de materiais construtivos existentes em um só lugar ou região no Brasil é bastante acentuada, reforça-se que, dentro da

cultura presente no meio rural, essa questão contenta-se, no presente, a ser tratada como uma abordagem geral do tema. Observa-se, portanto, a necessidade de valorização do conhecimento proveniente da arquitetura popular, ou seja, reconhecer e fortalecer o aspecto cultural das tradições construtivas presentes no meio rural brasileiro, tendo como sujeitos os agricultores familiares.

Para isso, identifica-se a agricultura familiar como conformadora de um espaço rural, entendido enquanto espaço particular de vida e de trabalho, onde as lógicas internas estão relacionadas à unidade familiar e ao seu entorno, à luta pelo espaço produtivo, na construção do patrimônio familiar e na estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família (WANDERLEY, 1999).

Assim, as construções existentes em seu interior refletem as tradições culturais da família rural, e suas modificações remetem ao contínuo processo de adaptação às exigências externas de sobrevivência no mercado agrícola e na sociedade.

Esse estudo foi realizado tendo como objetivo principal constatar os conhecimentos existentes em um grupo de agricultores familiares constituintes de um Assentamento Rural, no estado de São Paulo, sobre as técnicas tradicionais aplicadas à construção civil. O traçado metodológico se fez através da busca por recolher essa memória e confrontá-la com o presente.

### **Passos metodológicos da pesquisa**

A reflexão presente traz como base o resguardo dos saberes locais e a importância de reconhecer e registrar os conhecimentos sobre os aspectos construtivos como fortalecimento da agricultura familiar. Esse trabalho faz parte da Dissertação de Mestrado "Materiais não convencionais na construção civil; presente, passado e futuro no processo de conhecimento dos assentamentos de Mogi Mirim-SP" (BROSLER, 2011), realizado entre 2009 e 2010.

Para alcançar a amplitude total do assentamento, utilizou-se de *questionários semi-estruturados* como meio de coleta de informação, e que serviu como ponto de partida para o uso de outros métodos qualitativos. O questionário continha 16 perguntas abertas, além de três tabelas utilizadas para detalhar as construções que existem e que existiram no lote, e suas modificações. As questões foram elaboradas com o intuito de obter informações sobre as construções presentes nas trajetórias desses agricultores, dando atenção para aquelas construídas desde a sua inserção no assentamento, fazendo alusão aos detalhes construtivos e ao conhecimento existente.

A partir dessa contextualização, determinaram-se algumas particularidades a serem aprofundadas por meio de entrevistas *não-diretivas* (RICHARDSON,

1999), buscando estimular a abordagem dos assuntos referentes à discussão crítica do processo de conhecimento, fazendo com que os sujeitos discutissem o seu significado, sua aplicabilidade, sua evolução história e sua função.

Os resultados foram trabalhados apoiando-se em bibliografias pertinentes, confrontando-as com os conhecimentos relatados, buscando obter um detalhamento desse saber popular e suas respectivas utilizações, "*em seu contínuo processo de adaptação às exigências da vida*" (PICCINI, 1996, p.80).

### **Assentamento 12 de Outubro: o passado camponês refletido no hoje**

A história da formação do Assentamento 12 de Outubro teve início em 1996, com o planejamento de ocupação da área pertencente à FEPASA (Ferrovia Paulista SA) e que se encontrava em processo de privatização. Localizada entre os municípios de Mogi Mirim e Itapira, estado de São Paulo, a área apresentava a função de Horto Florestal - o Horto Vergel.

A ocupação foi realizada, sem registros de violência, em 12 de outubro de 1997, com 250 famílias, sem registros de violência, e em setembro de 1998 o Assentamento foi posto sob a responsabilidade da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). Dos 1216 ha do Horto Vergel, 360 ha foram destinados à área de preservação ambiental, 20 ha para áreas comunitárias e o restante foi dividido em 90 lotes de aproximadamente 9 ha distribuídos para as 90 famílias que se instalaram no Assentamento (ITESP, 2006; SIQUEIRA, 2008).

O Assentamento possuía, em março de 2007, segundo Oliveira (2009), 145 famílias, uma população de 519 habitantes; no momento da pesquisa (2010), foram identificadas 157 famílias, contabilizando assentados e agregados considerados "dependentes", num total de 700 pessoas.

O interesse pela área para aquisição de terras foi resultado de um trabalho de mobilização de trabalhadores desempregados organizado por membros da Igreja Católica, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e com apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Estes trabalhadores provinham das zonas urbanas e rurais da própria cidade e também das cidades da região (SOARES, 2005). Entretanto, possuem origem em outras regiões do Brasil, sendo, em ordem de representatividade: Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, além do interior do próprio estado de São Paulo.

Com a vivência e tradição no meio rural, os assentados trazem em suas raízes a relação camponesa de produção, moradia e trabalho, na constituição de sua habitação e de seu ambiente de trabalho (patrimônio produtivo). Assim reproduzem na unidade familiar, sua identidade.

## **Passado e presente: a tradição resguardada na memória dos agricultores do Assentamento 12 de Outubro**

No caso dos agricultores familiares do Assentamento 12 de Outubro, em 74 lotes, alguém da família já vivenciou algum tipo de experiência com técnicas construtivas tradicionais, mesmo que tenha sido somente na infância. E desses, 77% possuíam conhecimento de como construir utilizando essas técnicas. Quando indagados acerca da origem de tal conhecimento, as respostas mostraram que a experiência vem da vida no meio rural, do contato com essas técnicas em épocas anteriores ao Assentamento.

Constatou-se que, na fase inicial do Assentamento, 11 famílias construíram seus barracos com as técnicas de taipa, pau-a-pique e adobe e duas famílias possuíam casa de taipa até o ano de 2010, quando foram substituídas por casas de alvenaria. Além disso, 46% das 158 casas existentes no Assentamento no momento da pesquisa eram confeccionadas de madeira oriunda do próprio Horto, representando o único recurso inicial da maioria das famílias.

As principais técnicas construtivas tradicionais presentes no conhecimento dos assentados foram: a taipa, o pau-a-pique e o adobe. Além disso, outras técnicas foram mencionadas e a diversidade presente em uma mesma técnica. Assim, apresentam-se aqui esses conhecimentos, no intuito de registrar os seus detalhes construtivos, principalmente porque esse saber já não é utilizado na construção de suas casas, mas se faz presente na memória desses agricultores.

### **Utilização de folhas e fibras**

As folhas e fibras estão presentes no conhecimento dos assentados como material construtivo do telhado, sendo mencionado: bacuri; sapé; pindoba ou palha de pindoba; "palha de cutulé" ou "cutulé"; palha de palmeira ou folha de palmeira; folha de coqueiro ou palha de coqueiro; e "capim-colonhã" ou "colonha"<sup>3</sup>.

O "bacuri" é apresentado por um assentado proveniente do Mato Grosso, fazendo menção à facilidade do material comparado à utilização do sapé, além da necessidade de menor quantidade desse material para confeccionar um mesmo telhado. "*Era uma moita de bacuri que você achava, você cobria uma casa inteira.*" (Assentado, 40 anos). Porém, relata que em sua região há abundância

---

<sup>3</sup>Estas e outras nomenclaturas denominadas pelos próprios assentados estão apresentadas "entre aspas" ao longo do texto.

de "bacuri" e na região do Assentamento se encontra somente o sapé.

No sapé é preciso trançar feixe por feixe, no "bacuri" dá para fazer um trançado trabalhado, igual às peneiras confeccionadas com folhas, com isso, a água da chuva não penetra na construção, como relata o próprio assentado. "*Faz o trançado e depois põe em cima, às vezes vê até as estrelas no céu, mas não molha dentro.*" (Assentado, 40 anos).

O "bacuri" faz menção ao fruto do bacurizeiro (*Platonia insignis Mart.*), sendo uma planta arbórea tipicamente tropical, presente em alguns estados da região Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil (SOUZA *et al.*, 2001).

O tempo de durabilidade desse telhado não dá para ser estimado, o assentado relata que a construção feita por ele na terra de sua avó, sendo as paredes de taipa, foi desmanchada depois de 31 anos.

O sapé é apresentado por Monbeig (2004, p. 115) como uma planta modesta e muito familiar, "*de importância capital na vida das populações do interior*", sendo "*intimamente ligada à casa do caboclo*". Tuzino e Ferreira (2010) apresentam as técnicas construtivas de casa de barro, de pau-a-pique e sapé como patrimônio material e imaterial presente atualmente em uma comunidade quilombola no Vale do Ribeira.

Portanto, a cultura de se confeccionar o telhado com sapé foi reproduzida ao longo da história pelas populações no meio rural, passando dos indígenas e das tribos africanas, que já utilizavam outros tipos de gramíneas (SLENES, 1999), às casas de caboclo (FREYRE, 2006), repercutindo até os assentados do Horto Vergel.

A "palha de pindoba", *Attalea oleifera*, pode ser encontrada como pindoba, palmeira-pindoba, anajá-mirim, catolé, coco-catolé, coco-de-pindoba e indaiá-mirim. Essa palmeira nativa do Nordeste do Brasil foi mencionada somente pelos assentados provenientes do estado de Minas Gerais.

Porém, Cardozo (2007) apresenta um estudo histórico sobre o Estado do Maranhão, proveniente dos livros da Câmara de São Luis do século XVII, em que são citados os cuidados que os moradores deveriam ter com as suas moradas, visto que toda a cidade e a zona rural continham, em sua totalidade, "casas de pindoba".

O "capim-cutulé" ou "cutulé" foi retratado pelos assentados como "folha de coqueiro", dada a sua aproximação com as palmeiras, sendo simplesmente o catolé, ainda presente em muitas casas no estado de Minas Gerais; "(...) *cobria com palha de cutulé, é palha de coqueiro. Ainda tem bastante lá (casa) coberta com cutulé.*" (Mãe de assentada, 57 anos).

A utilização da folha de coqueiro foi descrita com riqueza de detalhes:

Você pega o pé da folha do coqueiro, pega(a folha) e dobra, aí ela cai pra baixo e você vem com a outra (folha) e dobra, e vem trançando. Depois que trança, você vem com a outra (folha) sem trançar e com a outra, aí você vem só dobrando. Assim fecha a cobertura. Não molha dentro. (Assentado, 40 anos).

Essa atividade foi colocada pela mãe de uma assentada como "debruçar a casa".

O "capim-colonhã" ou "colonha" é também conhecido por capim colônião, *Panicum maximum*, sendo uma gramínea de regiões tropicais e subtropicais. Segundo os entrevistados, esse capim pode ser encontrado em abundância no Assentamento, pode servir para fazer vassouras e para dar de comida ao gado e houve, também, o relato de sua utilização na cobertura das casas. Porém essa utilização se faz frente a falta de outro material para a cobertura.

(...) não tinha bacuri, não podia pegar o sapé, aí fui na beira da estrada e cortei colonhã. Capim pra gado, alto, fiz ele tipo igual sapé, como ele é comprido dava certinho no meu barraquinho, lá da cumeeira até no beiral, aí fiz de um lado e do outro por cima da lona (...) (Assentado, 40 anos).

### **Construção com barro**

Utilizado para preenchimento, enchimento, reforço e reboco, o barro esteve presente nas construções de cultura africana, onde se distinguia a cobertura da parede dando preferência à confecção em taipa. As técnicas construtivas com a utilização do barro foram trazidas principalmente pela colonização portuguesa, sendo a taipa, o adobe e a produção de cerâmicas (tijolos e telhas).

A casa de taipa é conhecida por muitos no assentamento como "casa de enchimento", sendo que o "inchamento" é referenciado pelas madeiras em que as varas são trançadas, na confecção da gaiola, da armação da casa.

Essa denominação encontra-se, também, nos estudos de Abreu (2009, p.64), sobre a zona rural do nordeste do estado de Goiás, no relato de um contador de causos da região, "(...) nesse tempo a casa era feita de inchamento. Assim, inchamento é ocê fazê uma paredi, corta vara com taboca e bati o barro."

Silva (2009) verifica, em seu estudo sobre jovens no sertão do estado da Bahia, a presença de "casas de enchimento" no distrito de Espiraiado, sendo que

uma casa de enchimento localizada em uma fazenda servia de escola para moradores da região.

Essa denominação, presente fortemente nos assentados provenientes de Minas Gerais, pode estar relacionada às casas de enxaimel descritas em Weimer (2005), sendo uma técnica construtiva de "contribuição" luso-germânica encontrada, nos dias atuais, no norte de Minas Gerais e sul da Bahia.

Além disso, a taipa foi chamada de "casa de barro", "casa de barrote" e "barreado". A "casa de barro" é a denominação mais comum para esse tipo de construção, porém a "casa de barrote" pode ser observada em Ladeira (2001, p. 74), em um relato de seu estudo sobre um grupo indígena de língua terena, no Estado do Mato Grosso do Sul, *"também não cheguei e fiz casa boa, morei na casa de barrote, de sapé"*.

Também presente em Silva (2006, p.86), sobre as construções nos engenhos e fazendas em Campinas, no estado de São Paulo, entre o século XVIII e XX, *"As referências "baldrame", "barrotes", "barrear", "cipós" e "esteios" apontam para a técnica do pau-a-pique."*, porém, o pau-a-pique representa somente a estrutura de madeira, como relatam alguns assentados.

O "barreado" refere-se à casa de pau-a-pique barreado, onde Boll (2009), em seu estudo sobre os caipiras do Vale do Paraíba Paulista, relata o conhecimento de um senhor: *"Essa casa é de pau-a-pique barreado. O verdadeiro era só de pau-a-pique, que significa pau de pé, sem o barro. É que em Minas, há uns 80, 100 anos só usava pau-a-pique sem barro."* (Boll, 2009, p. 6). Portanto, o barreado se refere ao ato de barrear; uma casa de barreado será feita de pau-a-pique com barro.

A construção se diferencia nos nomes designados às suas partes constituintes, sendo que o mais comum, e dito por quase todos os assentados que construíram com taipa, era *"Fincar os paus, amarrar as varas e bate o barro, depois passa barro branco para ficar bonito."* (Assentado, 57 anos).

Sem maiores segredos ou dificuldades, a taipa é considerada, pelos assentados, sem muita técnica ou medidas, porém há relatos detalhados sobre os aspectos construtivos dessa técnica, como observado no relato abaixo.

Vou fazer ela de enchimento, pode ser madeira média (diâmetro). Aí vou varar ela, se não não segura o barro. Tem que varar ela todinha. A outra madeira que vara tanto faz (o diâmetro), mas ela tem que ser tudo igualzinha. Vou amassar o barro. Ou amarra as varas de cipó ou põe prego, mas se colocar o prego tem que ser dos dois lados. Bate o barro de um lado, 3 a 4

dias, depois vai do outro lado e bate e aí gruda. Espera secar para colocar do outro lado, tanto faz o lado. 15 a 20 dias ela secou, aí vou pegar a bosta de vaca e misturar no próprio barro, metade-metade, aí eu passo toda nela com a mão, por dentro e por fora, e depois dou um caiamento nela, com barro branco ou cinza (Assentado, 54 anos).

As denominações dos assentados para cada elemento estrutural e material utilizado na construção foram diversas, porém, têm como base a construção do pau-a-pique com a aplicação do barro. Entre essas denominações encontram-se referências populares, as quais estão detalhas nos parágrafos seguintes.

A "taboca" foi mencionada por um assentado para a confecção do trançado da armação do pau-a-pique, e também estava presente no relato de Abreu (2009), sendo o nome popular dado ao bambu *Guadua weberbaueri*, encontrado em todo território brasileiro.

O cipó utilizado para fixar o trançado está presente como uma cultura indígena (FREYRE, 2006), trazida por tradição; o "cipó amarelinho" foi encontrado somente como cipó amarelo, sendo uma erva medicinal (SANTOS *et al.*, 1995), e cipó de São João, *Pyrostegia venusta*, que pode ser encontrado facilmente no Estado de São Paulo.

O "saipo", apresentado pelos agricultores, refere-se ao saibro: solo com coloração amarelada ou acinzentada, sem a presença de material orgânico (CASALINHO, LIMA, 2010). Sua denominação, como caracterização de tipos de solo, é encontrada em bibliografias e pesquisas de origem portuguesa, além de um estudo realizado em Minas Gerais sobre argamassas feitas de saibro (OLIVEIRA, AGOPYAN, 1992).

O "barro branco", denominado de "tabatinga" pelos assentados provenientes de Minas Gerais, é referenciado pelos mesmos ao ato de "caiar a parede" ou "caiamento", sendo observado também por Moreira (2007), sobre as casas de adobe no Vale do Jequitinhonha. Essa alusão o cal tem origem na substituição desse material, ao longo da história brasileira, devido a sua escassez em algumas regiões do Brasil e ao alto custo de transporte (GUERRA, 2001). Assim, no âmbito popular, o revestimento para proteção das paredes de taipa teve como base a tabatinga.

A cinza proveniente da queima do carvão, e também adicionada ao reboco, resulta na melhoria das características do aglomerante (DIAS *et al.*, 2000), porém, além desse aspecto, os assentados utilizavam-na para mudar a aparência da taipa ou do adobe, na função de pintura das paredes.

A "imbiga de bananeira" e a "casca de cipó imbé" foram citadas como compostos de uma tinta, passada com a bucha confeccionada com o "tronco de coqueiro". Esta "imbiga de bananeira" faz menção à "imbira" ou "embira", sendo um elemento de toda planta da qual é possível retirar fibra vegetal e confeccioná-la como cipó ou corda. O cipó imbé, *Philodendron bipinnatifidum* Schott., também conhecido por imbé, guaimbé, banana-de-macaco e costela-de-Adão (VIANNA, 2002), serve para artesanato e como erva medicinal.

Portanto, a embira da bananeira, *Musa SP* (NUNES *et al.*, 2009), em conjunto com a casca do cipó imbé se constitui em uma tintura para as paredes de barro. "*Fervia tudo junto, coava e passava com pincel de tronco de coqueiro, brocha. Durava a tinta, uma vez por ano tinha que repor, mas durava de 4 a 5 anos, ficava uma cola a tinta.*" (Assentado, 57 anos).

Observa-se que, ao contrário do aspecto rudimentar perpetuado na taipa (CANTEIRO, PISANI, 2006), os assentados relatam o próprio cuidado no reboco e pintura, fazendo com que o madeiramento estivesse sempre protegido, aumentando a durabilidade da casa e diminuindo o perigo de insetos como o "barbeiro" transmissor da doença de Chagas.

Em menor quantidade do que a taipa, o adobe foi mencionado por aqueles que detêm esse conhecimento como "adobro", sendo novamente uma técnica considerada sem padrões construtivos; porém cada relato traz dados minuciosos que possibilitam a reprodução do conhecimento e de sua construção, como o relato descrito adiante.

A fôrma, (para o) tijolo, tira dois tijolos de uma vez. Medida - base 12-13 (centímetros), tipo do tijolo mesmo. A haste para pegar nela. E o pipote de água. Amassou o barro, vai pegar essa fôrma, trazer, molhar ela toda de água, pegar o barro bem amassadinho e bater dentro dessa fôrma, puxou está pronto esse tijolo. Enxugou o tijolo, está pronto, mas se chover sabe que vai desmanchar. Por 3 dias você levanta ele, vai com um facão velho, limpa ele direitinho, corta as rebarbas (Assentado, 57 anos).

Segundo os assentados entrevistados, o piso dessas construções de adobe era feito de terra batida onde se passava barro branco, esterco de vaca ou cinza, depois passou a ser feito de cimento queimado. O reboco era feito com barro branco ou cinza.

Por fim, a confecção da telha de barro foi descrita somente por um assentado, novamente o mesmo assentado oriundo de Minas Gerais.

Nessa banca (bancada) vai ter o que, o pé, o cocho vai ser junto com a banca, o galapo com um cabinho para você segurar. A fôrma, a gradinha que você vai fazer, mais larga e aqui mais estreita, que é o tipo da telha. O galapo e a gradinha onde você vai fazer a telha. Pega esse galapo e coloca em cima da banca, essa banca tem uma coisa para segurar esse galapo. (...) Primeiro ajeita o barro em cima com o facão, água e depois corta, fica firme, (...) Pega ela passa água, alisa, e leva para o fogo. Lá no terreiro não pode tirar ela, tem que levantar ela do galapo, se não ela cai. Nisso ela não está mais na fôrma. Igual cerâmica. O mais trabalhoso, o segredo dela é você queimar e amassar o barro. Se a telha for boa, é obrigado você subir em cima dela, nos dois cantos, e não quebrar (Assentado, 57 anos).

Essas telhas podiam ser encontradas desde o século XVII nas construções nordestinas e no sudeste brasileiro, bem como nas cidades mineiras remanescentes do ciclo do ouro, as quais representavam *status* no Período Colonial. No início do século XIX já havia diversas olarias na periferia de Porto Alegre dando início à industrialização de sua produção, porém, no Estado de São Paulo, se popularizou somente por volta de 1850 (GUERRA, 2001).

### **Construção com madeira**

Nas construções com madeira foi citado o pau-a-pique, a "casa beira-chão" e as casas de tábuas.

O pau-a-pique foi relatado no Assentamento vinculando-o à descrição da técnica de taipa; apenas dois assentados descreveram diferenciando-o da taipa, ambos oriundos do Estado do Mato Grosso.

(...) vai fazer uma casa maior, põe 3 esteios no meio do eitão (tesoura do telhado), 3 grandes, mais 3 no beiral. Aí faz o esqueleto tipo esse daqui (tijolo), uma pecintra, põe um pau daqui pra lá, daí vai amarrando os outros aqui, apara um com o outro, para fazer a parede. Naquela época era tudo com cipó, a gente usava o que a gente tinha né. Então a gente pegava as madeiras, colocava os eitão, cortava em furquia, fazia os eitão, fazia o beiral, tudo amarrado com cipó. Depois a gente amarrava as paredes, tudo no cipó, e os paus encostados um no outro que era pra servir como se fosse no lugar do tijolo, era tudo amarrado com cipó também. Cipó imbé, dá na árvore e vai soltando o cipó. Esse é o pau-a-pique que eu conheço, cercava de

madeira, de pau roliço, e a cobertura de coqueiro, trançava fica até bonito por dentro trançadinho (...) (Assentado, 40 anos).

Convém citar a presença da "furquia" no relato, sendo a furquilha presente nas construções das senzalas, em que se apoiava o pau de cumeeira (mukambu), relatado por Slenes (1999); apresentando a importância e o resguardo cultural, também, das tribos africanas. "Pecintra", como foi citado, representa faixa, cinta de ferro que segura peças de madeira.

A utilização do pau-a-pique pelos indígenas pode ser percebida em Freyre (2006, p. 185) quando retrata a questão de gênero na divisão funcional, onde o trabalho do homem representa o esforço de se levantar em volta da *aldeia "a cerca de pau-a-pique, que os portugueses adotariam mais tarde"*.

Sobre a casa beira-chão, citada somente por um assentado, foi descrita como:

(...) casa mais rápida, casa beira-chão, no caso você coloca só 3 eitão no meio, aí coloca a viga em cima, aí naquele tempo tinha muito coqueiro, você partia o coqueiro no meio, fazia duas tábuas, aí você usava só um eitão, encostava um eitão de um lado outro do outro aí você fazia duas paredes só de coqueiro rachado no meio, aí o pé do coqueiro ficava no chão, essa é a casa beira chão, aí a frente você barreava, uma frente e a outra, que essa aqui estava cercada. (...) serve de parede e de telhado no mesmo tempo, aí não molha dentro. (...) Esse é o meio mais rápido, a gente fazia muito isso até construir a casa de barro, de pau-a-pique (Assentado, 40 anos).

Sua denominação é referenciada nas canções "Tristeza do jeca", de Angelino Oliveira, composta em 1918, *"Eu nasci naquela serra/ Num ranchinho beira chão"*; e em "O Menino da Porteira", de Teddy Vieira e Luizinho, composta em 1955, *"Apeei do meu cavalo e no ranchinho a beira chão/ Vi uma mulher chorando, quis saber qual a razão"*.

Outra forma de utilização da madeira, mais comum nos dias atuais, é a construção da habitação com tábuas. A técnica de construção com tábuas ou costaneiras, se não foi trazida no conhecimento dos assentados, foi apreendida no decorrer dos anos no Assentamento, pois a necessidade de se construir a casa e outras benfeitorias no lote foi mais forte do que qualquer empecilho do agricultor a construir utilizando essa técnica.

Quem tinha casa de tábua (no Mato Grosso) era mais as fazendas, a sede

de tábua, as casas dos empregados de tábua, e até na cidadinha onde eu fui criado, que chama Rio Negro, eram poucas casas naquela época de tijolo, a maioria era de tábua (...) Pra ficar mais bonitinha eles estão usando na horizontal, igual a casa do P., pra não usar ripa. Então eles usam a própria madeira para tampar as frestas, mais barato, pode fazer com costaneira, ainda pinta, está virando moda esse negócio (Assentado, 40 anos).

Binzer *apud* Slenes (1999, p.160) faz menção a "habitações" dos escravos em forma de cabanas "*feitas de tábuas e recoberta por uma esteira de palha de milho*". Não sendo um saber estritamente popular, a construção com madeira esteve presente em certas regiões do país onde se encontrava material em abundância.

Observou-se que as casas de madeira construídas no Assentamento são posicionadas com as tábuas na vertical, consideradas por Weimer (2005) de menor qualidade se comparada com a casa feita de tábuas na horizontal, e não apresentam mata-juntas nas "inevitáveis frestas". Além disso, essas casas apresentam-se em condições precárias devido a seu uso ao longo de 13 anos, pela utilização de tábuas de madeira de eucalipto não tratadas. E como os telhados são de zinco ou amianto sem forro, são consideradas péssimas, quanto ao isolamento térmico e acústico.

Ao observar as opiniões dos assentados sobre a atual utilização das outras técnicas construtivas, constata-se que diversas variáveis influenciam, como: falta de material na região, aspectos da região (vento, chuvas, etc.), falta de mão de obra "especializada", trabalho pesado, tempo necessário para a construção e manutenção e presença de insetos (escorpião e "bicho barbeiro").

Porém, um aspecto de relevada importância mostra-se no conceito de "mudança de padrão", sendo que a alvenaria é uma referência na passagem de um padrão de vida para outro de maior "status"<sup>4</sup>; a tradição das técnicas construtivas é vista como primitiva, decadente, retrocesso, servindo somente para situação de emergência, sufoco ou falta de condições.

A mudança para a "cidade", mais especificamente para São Paulo, também é

---

<sup>4</sup>Essa constatação também foi observada por Silva (2000), nas entrevistas aos moradores de casas de pau-a-pique em São Gonçalo-RJ. "As construções com materiais convencionais, como tijolo de barro cozido ou de concreto eram consideradas sinônimos de "status" e representavam para eles um padrão social a ser alcançado." (SILVA, 2000, p.75).

um marco nessa transformação; a vinda para o meio urbano requer outros padrões, a modernidade, deixando esses conhecimentos no passado, modificados pelo próprio tempo (enquanto referência do antigo e do novo).

Por fim, os assentados realçam a alvenaria por apresentar, nas palavras dos mesmos, maior durabilidade, resistência, segurança e facilidade, se comparada com as técnicas de conhecimento próprio. Além disso, essas outras técnicas não poderiam suportar o peso da laje<sup>5</sup>, presente em quase todas as construções de alvenaria no Assentamento.

### **Considerações finais**

Os agricultores familiares do Assentamento 12 de Outubro trazem em sua tradição o conhecimento proveniente da arquitetura popular, com técnicas em que se utilizam materiais da própria região – 84% dos 90 lotes tiveram experiência e 63% já construíram em diferentes formas aqui levantadas. Além disso, constatou-se que, na fase inicial do Assentamento, 11 famílias construíram seus barracos com taipa, pau-a-pique e adobe, e duas construções de taipa estiveram presentes até o ano de 2010.

Os conhecimentos construtivos se resumiram em: utilização de folhas e fibras na confecção do telhado; adobe, pau-a-pique, taipa, casa de enxaimel e casa beira-chão como técnicas construtivas; confecção de telha cerâmica e rebocos diversos.

Os aspectos construtivos se mostraram diversificados e com riqueza de detalhes, possibilitando registrar os conhecimentos provenientes das técnicas populares de construção e a sua reprodução. Porém, para esses assentados, esses conhecimentos mostraram-se somente como alternativa frente à situação de extrema necessidade, tendo em vista a adoção de novos padrões construtivos refletidos nos materiais "convencionalizados" pela indústria civil.

---

<sup>5</sup>A presença da laje em concreto nas construções é um aspecto interessante para ser pesquisado em estudos arquitetônicos voltados às construções populares, pois se utiliza o mesmo material e consistência para que outro piso seja erguido, porém, nesse caso o segundo piso nunca é visionado na possível expansão da construção. Mas, mesmo assim, esta é requerida para que forneça "maior segurança" aos moradores, os quais gastam mais de mil reais somente para a sua confecção. Observado por Silva (2007, p.12-13) como a reprodução do "sistema tradicional de construção na periferia das cidades".

## **Agradecimentos**

Os autores são muito agradecidos às famílias do Assentamento 12 de Outubro, Mogi Mirim-SP, por dispenderem seu tempo de trabalho para expor todo o conhecimento apresentado nesse estudo. Este foi realizado através do Projeto "O Fortalecimento do Ensino de Extensão Rural nas Ciências Agrárias através do Redescobrimdo de Saberes e da Troca de Conhecimentos", financiado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior) qual forneceu bolsa de mestrado à primeira autora.

## **Referências**

ABREU, W. R. **Presença do léxico bandeirante no falar rural formosense**. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BOLL, A. As manifestações do caipira no Vale do Paraíba Paulista, CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE FOLK COMUNICAÇÃO, 4., 2009, Taubaté. In: **Anais eletrônicos...**, Taubaté: UNITAU, 2009.

BROSLER, T.M. **Materiais Não Convencionais na Construção Civil**; presente, passado e futuro no processo de conhecimento dos assentados de Mogi Mirim-SP. Campinas, 2011. 164 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

CANTEIRO, F.; PISANI, M.A.J. Taipa de mão: História e Contemporaneidade. **Ensaio**, v.1, n.2, p.1-21, out. 2006.

CARDOZO, A. Poderes internos: a cidade de São Luis e o discurso da Câmara no século XVII. **Ciências Humanas em Revista**, São Luís, v.5, n.2, p.125-142, dez. 2007.

CASALINHO, H.D.; LIMA, A.C.R. Uma proposta metodológica de avaliação da qualidade do solo a partir da percepção do agricultor. Congreso latinoamericano y europeo en co-innovación de sistemas sostenibles de sustento rural, 2010, Uruguay. In: **Anais eletrônicos...**, Uruguay:

EULACIAS, p. 207-210, 2010.

DIAS, C. R. R.; CUNHA, R.O.; FERRARI, A.S. A utilização de rebocos de recuperação na restauração da Capela de São Francisco. **Teoria e Prática na Engenharia Civil**, n.1, p.57-66, nov. 2000.

FREYRE, G. **Casa-grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51 ed. São Paulo: Global, 2006. 727 p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ITESP). **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento – PDA Horto Florestal de Vergel Mogi Mirim – SP**. São Paulo, 2006. 172 p.

GUERRA, J.W. (Org.) **Equipamentos, usos e costumes da Casa Brasileira**. V.2 Construção: fichário Ernani Silva Bruno. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2001. 212p.

LADEIRA, M. E. M. **Língua e história** – análise sociolingüística em um grupo Terena. 2001, 166 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Lingüística Geral) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MONBEIG, P. A paisagem, espelho de uma civilização. **GEOgraphia**, v.6, n.11, p.109-117, 2004.

MOREIRA, R. Da panela à bonequeira: vida econômica, espaço doméstico e técnica da cerâmica em transformação no Jequitinhonha. **Labor & Engenho**: planejamento, patrimônio e paisagem, Campinas, v.1, n.1, p.77-88, mar. 2007.

NUNES, I.H.O.; CARREIRA, L.R.M.; RODRIGUES, W. A arquitetura sustentável nas edificações urbanas: uma análise econômico-ambiental. **Arquiteturarevista**, v.5, n.1, p.25-37, jan./jul. 2009.

OLIVEIRA, J.T.A. (Coord.). **Juventude e Projeto de Vida**: desafios e perspectivas para a agricultura familiar no contexto dos assentamentos rurais

de São Paulo. 2009, 382 p. (Relatório de pesquisa – Projeto CNPq Edital Universal 02/2006).

OLIVEIRA, M.B.; AGOPYAN, V. **Verificação de algumas propriedades de argamassas com saibro da região de Uberlândia para assentamento de tijolos cerâmicos.** São Paulo: EPUSP, 1992. 40 p.

PICCINI, A. **A Casa de Babylônia:** estudo da habitação rural no interior paulista. São Paulo: ANNABLUME, 1996. 165 p.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.

SANTOS, M.G.; DIAS, A.G.P.; MARTINS, M.M. Conhecimento e uso da medicina alternativa entre alunos e professores de primeiro grau. **Revista Saúde Pública**, v.3, n.29, p.221-227, 1995.

SILVA, A.P. Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII – séc. XX). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.14, n.1, p.81-119, jan./jul. 2006.

SILVA, C.G.T. **Conceitos e preconceitos relativos às construções em terra crua.** 2000. 155 f. Dissertação (Mestrado em Saneamento e Saúde Ambiental) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2000.

SILVA, C.M. **Escola, saberes e cotidiano no meio rural:** um estudo sobre os (as) jovens do Sertão da Bahia. 2009. 167 f. Dissertação (Mestre em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, F.M.G. **Análise da sustentabilidade no processo de produção de moradias utilizando adobe e bloco cerâmico.** Caso: Assentamento Rural Pirituba II – Itapeva-SP. 2007. 182 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

SIQUEIRA, A.P.P. **Impactos sobre a dinâmica produtiva e as relações**

**de gênero na transição agroecológica de um grupo de mulheres assentadas.** 2008. 198 f. Dissertação (Mestrado Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SLENES, R. W. **Na senzala, uma flor:** esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 288 p.

SOARES, C. O. **Institucionalização e relações sociais na atenção à saúde em um assentamento rural: o caso do horto vergel.** 2005. 76 f. Dissertação (Mestrado Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SOUZA, V. A. B. *et al.* Variabilidade de características físicas e químicas de frutos de germoplasma de bacuri da região Meio-Norte do Brasil. **Revista Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal, v.23, n.3, p.677-683, dez. 2001.

TUZINO, Y.M.M.; FERREIRA, P. Compartilhando patrimônios materiais e imateriais. Memória de uma Comunidade Quilombola do Vale do Ribeira. **Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação**, v.1, 2010, p.1-13.

VIANNA, W.O. **Estudo farmacognóstico e farmacológico de *Philodendron bipinnatifidum* Schott (Araceae).** 2002. 164 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J.C. (Org.). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 23-56.

WEIMER, G. **Arquitetura popular brasileira.** São Paulo: Martins Fontes, 2005. 333p.

# MULHERES ASSENTADAS: DA INVISIBILIDADE AO PROTAGONISMO

*Daniele Torres Aro<sup>1</sup>*

*Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante<sup>2</sup>*

**Resumo:** As mulheres saíram para trabalhar fora assumindo a jornada dupla, ficando para ela a incumbência dos saberes da casa, os afazeres domésticos e de cuidar dos filhos sozinhas. O estudo investiga a divisão sexual do trabalho no interior das famílias, as funções atribuídas às mulheres em seu trabalho na casa, quintais, nos lotes, ressaltando-se que as estatísticas subestimam a participação das mulheres, as tornam invisíveis. O trabalho teve como objetivo acompanhar e analisar a divisão sexual do trabalho nos assentamentos rurais, dando ênfase aos lugares ocupados por mulheres no autoconsumo, nas atividades de agroindustrialização familiar, ressaltando a importância da mulher assentada na segurança alimentar. A metodologia utilizada foi o diário de campo e questionários quali-quantitativos do projeto INCRA/UNIARA. A pesquisa constatou que as mulheres cuidam da reprodução da família e participam das atividades agrícolas de pequeno porte, geralmente associadas ao abastecimento alimentar. Atividades secundárias a elas são do tipo mão-de-obra reserva para atividades que demandam mais trabalho na roça, como nas colheitas e plantios. Desse ponto de vista, as relações de gênero adquirem hierarquias de poder que refletem a estrutura social "convencional", na qual o homem está sempre em posição superior à da mulher, reproduzindo assim uma situação de violência simbólica.

**Palavras-chave:** Divisão sexual do trabalho; Agroindustrialização familiar; Protagonismo feminino.

---

<sup>1</sup>Médica Veterinária, mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA.

<sup>2</sup>Socióloga, pesquisadora 1A CNPq, coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA e do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor).

**Abstract:** *Women continue to enter the workforce working outside the home with double workloads of family care and paid-employment, as they are still primarily responsible for tasks with the home and family environment, including housework and childrearing. This paper examines the gender division of labor within households, the roles that are assigned to women including responsibilities in the home, backyards, and in the plots of land, highlighting that the statistics data underestimate female participation in agriculture, making them invisible. The work aimed to monitor and analyze the gender division of labor in rural settlements, and emphasizes the positions occupied by women in the activities of agro-industrialization, consumption, highlighting that rural women play a pivotal role in food security. Field notes and qualitative/quantitative questionnaires were used as research methods of the INCRA/UNIARA project. The results showed that women undertake the reproductive role and are involved in agricultural activities for family nutrition. Secondary activities are assigned to them such as a reserve workforce for farming practices, for instance activities of plantation and harvesting. From this perspective, these hierarchical relations of power between women and men tend to reflect the social structure and patterns that men tend to rise to higher positions than women thus depicting the concept of symbolic violence.*

**Keywords:** *Gender division of labor; Family Agro-Industrialization; Female role.*

## **Introdução**

As mulheres saíram para trabalhar fora assumindo a jornada dupla, ficando para elas igualmente a incumbência dos afazeres domésticos e do cuidado dos filhos. O estudo investiga a divisão sexual do trabalho no interior das famílias assentadas, as funções atribuídas às mulheres em seu trabalho na casa, quintais, nos lotes, ressaltando-se que as estatísticas subestimam a participação das mulheres.

Só muito recentemente, a PNAD/IBGE passou a registrar, em suas cifras, os afazeres domésticos. Há, em geral, subestimação da participação das mulheres na agricultura, bem como da sua contribuição para a produção de subsistência e das atribuições em relação ao meio ambiente, geralmente associadas a princípios agroecológicos. E também e não menos importante, analisar como estão sendo oferecidos os cursos de capacitações, qual a participação das mulheres nestes cursos e quais as melhores formas de se fornecer a informação, que muitas

vezes já chega estereotipada, ressaltada a reprodução do machismo do mundo rural e do urbano também. Igualmente, as capacitações com enfoque produtivo agrícola ou não agrícola, ou seja, os espaços de conhecimento são normalmente ocupados por homens e o presente estudo pretende discutir a participação das mulheres em espaços naturalizados pela participação quase exclusiva dos homens.

As pesquisas qualitativas desenvolvidas pelo NUPEDOR têm mostrado que o trabalho das mulheres é voltado à satisfação das necessidades familiares. Essa participação tem favorecido a diversificação agrícola e outras práticas agroecológicas na terra, como consorciamentos, adubação orgânica, integração animal/vegetal, rotação de pastagens, dentre outras, que ocupam pequenos espaços. Estes trabalhos são considerados inferiores e/ou não são valorizados. As pesquisas do NUPEDOR têm ressaltado a externalidade do papel das mulheres em questões fundamentais de reprodução social, como por exemplo, a alimentação, valorizando igualmente seu papel na produção<sup>3</sup>.

A alimentação da família envolve tanto uma cesta alimentar diversificada como a preocupação de ingerir alimentos "naturais", levando-se em conta o bem-estar da família, atingindo a esfera nutricional e a satisfação do gosto e das preferências alimentares. Com isso, a mulher traz para dentro de casa os amidos, as vitaminas, os sais minerais e mesmo proteínas animais, advindos das pequenas criações das quais toma conta. Essa relação com a terra pode ser considerada de afetividade, expressa nas cores e cuidados com os quintais domésticos.

As mulheres também são detentoras e guardiãs de valores culturais e sociais do grupo, como os conhecimentos sobre ervas medicinais, cultivo e administração de remédios caseiros e orações para proteção da família e do homem, ou seja, uma outra dimensão considerada invisível. Além disso, são elas que educam os filhos, têm maior convivência com eles principalmente nos primeiros anos de vida, retransmitindo seus conhecimentos e sendo, portanto, incumbidas da reprodução social. Seu trabalho é, portanto, responsável pela construção dos lugares, da moradia, da alimentação, dos cuidados com os animais, dos referenciais básicos dos assentamentos, o que vai ser analisado a partir do acompanhamento de algumas mulheres assentadas.

---

<sup>3</sup>Projetos do Nupedor: Relações de Gênero e iniciativas de outro modelo de desenvolvimento: análise da participação das mulheres em assentamentos rurais (CNPq, 2009-2010) e Assentamentos Rurais x Desenvolvimento: integração, diversificações, contrapontos e complementaridades (CNPq, 2010-2015).

Segundo dados de pesquisa realizado pelo MDA (BRASIL, 2006) as atividades de autoconsumo ocupam cerca de 40% do total da ocupação feminina e 8,9% da mão-de-obra masculina na agropecuária. "Em 2004 dedicaram-se à atividade de autoconsumo cerca de 3.387.184 pessoas, com uma taxa de participação de 68% de mulheres e 31,8% de homens. Portanto, são atividades vinculadas às mulheres e ao seu cotidiano" (BRASIL, 2006). Considerando-se a importância do autoconsumo no meio rural, pelo fato de que se trabalha sem remuneração e mesmo assim se tem acesso ao alimento, diferentemente da cidade, conclui-se que realmente se trata de uma questão importante envolta em invisibilidades.

Durante séculos, no que se refere à sociedade ocidental, elas simplesmente não "aparecem" na história. Acreditamos, entretanto, que esse ocultamento nada tem de "natural", mas é tecido cotidianamente na teia de representações sociais que informam e valoram os diferentes papéis atribuídos a homens e mulheres (KUHN, 2010).

Fruto de dissertação de mestrado o artigo propõe-se a acompanhar e analisar a divisão sexual do trabalho nos assentamentos rurais, tomando-se a família como unidade básica de investigação, dando ênfase aos lugares ocupados por mulheres no autoconsumo, nas atividades de agroindustrialização familiar, ressaltando a importância da mulher assentada na segurança alimentar.

### **Caminhos da pesquisa: metodologia**

A pesquisa teve como sujeitos de investigação mulheres assentadas com diferentes estruturas familiares e diversidades na situação de produção/reprodução rural. A partir disso procurou-se desvendar a diversidade dos trabalhos realizados pelas mulheres, que por motivos de constituição e reprodução da sociedade patriarcal são ocultados.

A técnica de pesquisa adotada que tem possibilitado, neste ciclo de pesquisa, a obtenção de dados etnográficos e significativamente relevantes é comumente chamada de diário de campo. Na verdade, é um pequeno caderno de bolso, que nos acompanha no trabalho de campo e no qual são registradas passagens das visitas às famílias assentadas rurais. Nesse diário, são colocadas rapidamente as passagens de uma visita a uma família, de forma que tais registros possibilitem, em momentos posteriores ao trabalho de campo, o lembrar as situações, quando passamos a descrevê-las com mais detalhes e a ligá-las a outros fatos. Esse trabalho de montagem convencionou-se chamar de Cadernos de Campo, como um produto final de um dia de trabalho de campo no qual todo grupo

participa e discute do planejamento à coleta das informações. Conforme expresso em Whitaker (2002) e em Ferrante (2004), além de outros artigos publicados na revista Retratos de Assentamentos, na trajetória de pesquisa do NUPEDOR essa técnica sempre foi priorizada para a coleta de informações.

O trabalho também foi enriquecido com informações coletadas nos questionários do projeto entre o INCRA e UNIARA<sup>4</sup>. Os questionários foram estruturados em 5 eixos compatibilizando questões quanti-qualitativas organizadas, que são: cidadania, produção, renda, políticas públicas e ambiental.

Todas estas dimensões foram levantadas para contemplar vários aspectos que subsidiam a análise de como os assentamentos estão inseridos no desenvolvimento regional e como as políticas públicas, especialmente do INCRA/SP, podem alterar com ganhos qualitativos, o processo de desenvolvimento dos assentamentos. Com o objetivo principal de analisar temporalmente as políticas públicas e a relação com o desenvolvimento local e regional.

Os resultados dos questionários foram utilizados para complementar os dados da dissertação, principalmente nas referentes à divisão sexual do trabalho agrícola e não-agrícola e à participação das mulheres no autoconsumo.

### **O espaço investigado: lugares das mulheres**

O estudo publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2006) constatou que a questão do trabalho feminino em atividades agropecuárias, é repleto de invisibilidades. A invisibilidade do trabalho feminino se expressa inicialmente no fato das mulheres trabalharem sem remuneração. Cerca de 40% das mulheres que trabalhavam em atividades agropecuárias não usufruíram do *status* de trabalhadoras, porque têm jornada de trabalho inferior a 15 horas semanais e/ou são ocupadas nas atividades de autoconsumo, porque não declaram as horas dedicadas, por exemplo, aos cuidados com a criação, com a fruticultura/horticultura (essas duas categorias não contavam como trabalho propriamente dito pelo PNAD/IBGE). Suas atividades agropecuárias e não agropecuárias

---

<sup>4</sup>O NUPEDOR/ Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente/ Uniara depois de um processo licitatório com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), passou a desenvolver em 2011 um projeto de pesquisa: "Diagnóstico regional com o objetivo de identificar as vocações e as potencialidades das regiões e dos sistemas produtivos nas quais os projetos de assentamentos e quilombolas estão inseridos". Esse projeto tem a abrangência o Estado de São Paulo e contou com uma equipe multidisciplinar para a pesquisa, capacitação e informação.

são ligadas à reprodução familiar e não geram rendimentos quantificáveis monetariamente, ou seja, são como uma extensão de seu papel como mãe/esposa/dona de casa, que é considerado como sendo verdadeiramente o trabalho da mulher e esse entendimento também acontece no meio rural. Mesmo que exerça tais atividades, há uma tendência de que sua jornada de trabalho em atividades agropecuárias seja reduzida ou secundária. Depois de suas obrigações domésticas ela ajuda ao homem. Nesse ponto, a invisibilidade pode se dar pela interiorização da diferença pela mulher rural. Ela tem dificuldade em distinguir seus trabalhos agropecuários na horta e no quintal do seu cotidiano como dona de casa e mãe. Assim, ela mesma subestima sua jornada de trabalho em atividades agropecuárias.

Mas, é fundamental reconhecer a identidade feminina, o direito e o prazer de gestar e amamentar e suas condições biológicas específicas, não como fatores de discriminação e exclusão, mas como condições essenciais, que devem ser respeitadas pelo mundo do trabalho (BRITO, D'ACRI, 2010). Pois vale ressaltar a importância da mulher, desde suas características fisiológicas, sua importância na composição familiar e no gerenciamento da alimentação familiar.

### **Caracterizando a região**

A região de Araraquara tem forte presença de complexos agroindustriais. Predominam os plantios de commodities agrícolas, principalmente cana-de-açúcar e laranja, em monoculturas e com grande aporte tecnológico. Como consequência, estes são os cultivos da maioria dos proprietários de médias e pequenas propriedades da região têm como principal alternativa produtiva, na condição de fornecedores de matéria-prima. A divisão em regiões utilizada pela pesquisa INCRA/UNIARA não obedeceu a critérios político-administrativos de regionalização, mas foi feita a partir da densidade da presença de escritórios regionais do INCRA nos territórios, dos sujeitos e mediações.

A região central do Estado caracteriza-se pelo alto desenvolvimento e dinamismo do agronegócio com empresas sucroalcooleiras e madeireiras. Por cobrir uma vasta extensão territorial, é possível subdividi-la em microrregiões, de forma a melhor compreender a área rural, perfil econômico e potencialidades. Desta forma dizemos que tal região contempla assentamentos sob a gestão do INCRA nas áreas de Araraquara, São Carlos e Descalvado; Ribeirão Preto; Iaras e Piratininga; Colômbia. Sendo que as microrregiões de Ribeirão Preto e Araraquara são tratadas como a Califórnia Brasileira.

No caso do município de Araraquara, podemos construir a paisagem agrícola como tomada pelas grandes extensões de terras ocupadas por culturas de

exportação, fundamentalmente pela cana-de-açúcar e a laranja. A área total ocupada pela cana-de-açúcar, segundo dados do LUPA (Levantamento de Unidades Produtivas Agrícolas) de 2008, chega a cerca de 49 mil ha e 6 mil ha para a laranja, dentro de uma área agrícola de cerca de 90 mil ha. A significativa presença de culturas típicas ligadas ao agronegócio caracteriza a estrutura fundiária da região da alta Mogiana como sendo bastante concentrado, o que se confronta com o universo das pequenas propriedades no município de Araraquara.

Estão dentro deste recorte das pequenas propriedades, produtores localizados nos bairros rurais e nos assentamentos, destacando-se o segundo grupo que tem um papel importantíssimo nas estratégias de fornecimento de produtos naturais e diversificados para o município e programas de segurança alimentar. A produção agrícola familiar que abastece maior parte de Araraquara provém, portanto, principalmente, dos agricultores familiares assentados, em sua maioria, altamente descapitalizados e carentes de apoio institucional.

As terras da fazenda Monte Alegre, município de Araraquara/SP, que foram desapropriadas para fins de reforma agrária, vinham sendo usadas para plantio intensivo de eucalipto, primeiramente pela FEPASA e, depois, pela CAIC (Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora), esta última destinando a produção para o setor de papel e celulose, que teve suas terras ocupadas em junho de 1985. A referida fazenda foi reivindicada pelo movimento social de luta pela terra, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais à frente dos trabalhadores volantes que vinham sofrendo com a precarização das condições de vida e de trabalho em colheitas na região (FERRANTE, BARONE, 2008) e lograram, a muito custo, seu objetivo, rompendo uma trajetória de destituição.

O assentamento foi, por fim, criado sob a responsabilidade da Fundação ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo). A área foi dividida em centenas de lotes que passaram a ser ocupados pelas famílias e conta com seis núcleos de assentamentos, um horto (Silvânia) e, ainda, com um assentamento muito próximo a ele, no distrito de Bueno de Andrada. São 416 famílias que vivem nestes núcleos, mas cada qual foi criado em diferentes datas. Cada família possui um lote agrícola de aproximadamente 14 hectares e outro lote de moradia, localizado nas agrovilas, com menos de 1 ha<sup>5</sup>.

Os primeiros núcleos de assentamentos (Monte Alegre I, II, III e IV) foram instalados pelo ITESP nos anos de 1985 e 1986, ainda na gestão do governador

---

<sup>5</sup>Com exceção do núcleo 6 (o maior deles), onde não há agrovila.

Franco Montoro (1983-1986), tendo sua instalação se completado quase dez anos depois. Hoje o assentamento Monte Alegre conta com 6 núcleos, perfazendo um total de 416 lotes agrícolas. São 418 famílias que ali residem, segundo dados da Fundação ITESP.

No assentamento Monte Alegre, as mulheres são, em 17,5% dos casos, titulares dos lotes, tendo, neste caso, em média, 58 anos de idade. O número de mulheres que acessaram o Pronaf é mínimo (FERRANTE, DUVAL, 2009). Informação esta que ressalta o quanto as ações das mulheres deste assentamento ainda se mostram na invisibilidade.

Nas questões de infraestruturas, o assentamento possui escola desde a creche, ensino fundamental e médio. Possui um posto de atendimento médico, sendo que o atendimento acontece uma vez por semana com agendamento prévio e para as reuniões dos assentados possuem um salão.

### **Papéis das mulheres assentadas: expressões diferenciadas**

#### **No trabalho e nos conhecimentos herdados, o despertar de um protagonismo**

Na pesquisa observa-se que as próprias mulheres, muitas vezes, subestimam sua jornada de trabalho. Mas, o rompimento da invisibilidade do trabalho agrícola vem sendo destacado por iniciativas individuais e coletivas. As perspectivas de diversificação agrícola e agroindustrial vêm se apresentando sob a forma de embriões de um rumo diversificado de desenvolvimento, nos quais as relações de gênero têm peso decisivo.

Um resultado encontrado foi o desenvolvimento de associação de mulheres para a produção de pães. Na verdade, no interior deste trabalho destaca-se o protagonismo da AMA (Associação de Mulheres Assentadas) no aspecto da produção e reprodução social e no papel de circulação das idéias e perspectivas de protagonismo. Até o ano de 2001, as mulheres do núcleo VI do assentamento Monte Alegre utilizavam a cozinha comunitária da escola do assentamento para produzir e comercializar pães, com equipamentos próprios e, em geral, matérias-primas compradas de fora. Com participações em fóruns do Orçamento Participativo e principalmente discussões de prioridades e soluções de geração de trabalho e renda para os assentamentos, constatou-se que, no ano de 2002, a prioridade sugerida pelo grupo de mulheres do núcleo VI do assentamento Monte Alegre foi atendida: aquisição de equipamentos para a construção de uma padaria industrial neste núcleo.

A Associação de Mulheres Assentadas do Monte Alegre VI (AMA) é constituída por 11 associadas, todas pagam uma mensalidade de R\$ 10,00 e parecem caminhar, regulando cada passo, em um processo lento, mas em contínua mudança.



**Figura 1** – Padaria no Monte Alegre.

**Fonte:** NUPEDOR, 2010.



**Figura 2** – Cozinha da padaria.

**Fonte:** NUPEDOR, 2010.

Esta experiência destaca-se pelas grandes conquistas, levando ao rompimento da invisibilidade feminina. Como pode-se analisar com as trajetórias de vida de algumas dessas mulheres assentadas. A Dona Maria foi uma das primeiras a se juntar para formar a associação, ao contar sua história refere-se ao falecido marido com um sentimento de superação, revela:

Fomos (mulheres assentadas da associação) muito criticadas aqui no assentamento porque queríamos um espaço para nós e era tanto homem quanto mulher, ninguém acreditava. Quando a gente ia fazer reunião, falavam: o que essa mulheres vão fazer ai, estão largando tudo (referindo-se aos trabalhos domésticos) pra ficar indo atrás disso? Ninguém acreditava, falavam que essas mulheres são todas bestas.

O momento ao qual a assentada sentiu-se realizada:

O dia que eu recebi o meu primeiro pagamento (renda mensal da padaria) ele (falecido marido) estava sentado, nossa, minha filha (expressão à pesquisadora), eu estava tão contente que ele chegou até levantar e sair de perto de mim, porque ele mesmo não acreditava. Inclusive ele morreu em

agosto, e a padaria foi inaugurada em dezembro, eu queria que ele estivesse vivo para ver com os próprios olhos dele a padaria, porque ele mesmo não acreditava, ele me maltratava muito. Ele (o falecido marido) dizia que eu não era capacitada, que eu não tinha capacidade para isso, falava que a gente não tinha pique. Ele fazia isso porque não queria que trabalhasse, porque é coisa do homem, todo homem é assim, eles querem que a gente viva de baixo dos pés deles, pra que você não de um salto.

Muitas mulheres buscam iniciativas de complementação da renda, mas pode-se notar o sucesso maior com a junção de forças, o associativismo e o cooperativismo. A Dona Maria ainda conta das suas dificuldades iniciais:

Eu fui atrás de formar a associação porque eu precisava de uma renda a mais, naquele tempo era meu marido que ficava com as coisas, com dinheiro do lote e também ele era aposentado, mas ele não dava dinheiro pra gente. Mas eu tinha uma minha rendinha da feira, porque eu tinha a minha horta de verdura e outras coisas que eu plantava no lote que eu vendia, mas era muito pouco e eu tinha que colocar mais coisa em casa, e pagar uma energia.

As ações, embora direcionadas mais às mulheres já organizadas em associações (como uma padaria no assentamento Monte Alegre), envolvem outras que também querem se juntar em pequenos grupos voltados à agroindustrialização. Na padaria foram feitas análises dos produtos e montadas tabelas nutricionais, balanceamento e melhoramento de receitas e procedimentos para se obter um rótulo para facilitar a comercialização desses produtos. Essa atividade foi desenvolvida em conjunto com a coordenação dos cursos de Nutrição e de Propaganda e Marketing da UNIARA.

O NUPEDOR promoveu cursos de capacitação de produção de açúcar mascavo, rapadura e melado, em conjunto com a UFSCar, Campus de Araras, no decorrer do qual vieram à tona conhecimentos e expressões do *habitus* dos assentados. Também a mediação na promoção do curso, Aspectos microbiológicos no manuseio de alimentos, junto ao curso de Nutrição da UNIARA. As assentadas que participaram dos cursos solicitaram outro, sobre técnicas de compotas e conservas, que também foi realizado na cozinha experimental da UNIARA, no mês de junho de 2010.

Em 07/08/2010 foi realizado o curso sobre formação de preços e contabilidade, direcionado especificamente para os grupos de mulheres já

constituído no assentamento Monte Alegre e outros dois grupos em formação no assentamento Bela Vista do Chibarro.

Os últimos cursos articulados com as mulheres foram na Secretaria Municipal de Agricultura, do município de São Carlos. O primeiro deles, Técnicas de Desidratação de Frutas, Hortaliças, Ervas, foi realizado em 21/08/2010 e o curso Produção de Biscoitos e Barras de Cereais, que foi no dia 28/08/2010. Pretende-se analisar as conseqüências destes investimentos em capacitação no processo de (re) educação, profissionalização das mulheres.



**Figura 3** – Curso de compotas e conservas.

**Fonte:** NUPEDOR, 2010.



**Figura 4** – Curso de desidratação de alimentos.

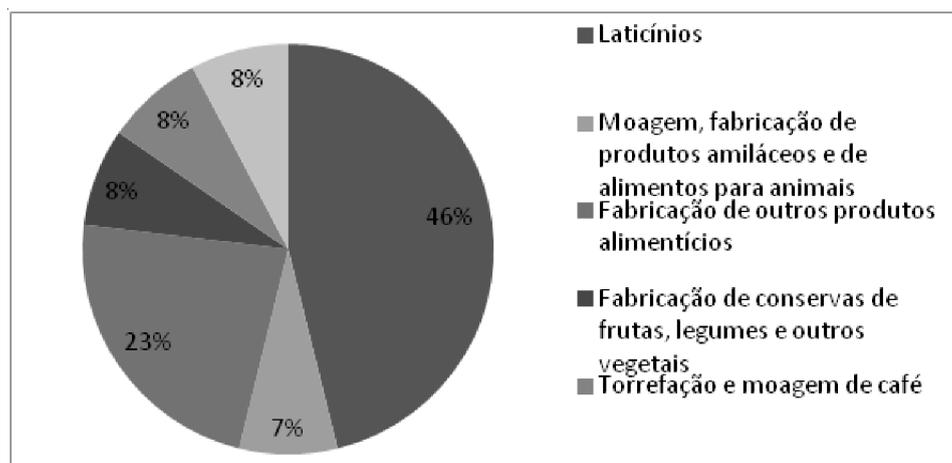
**Fonte:** NUPEDOR, 2010.

Os cursos vêm para somar as produções já realizadas pelas mulheres, ou seja, são práticas antigas das famílias, que vêm sendo reproduzidas há muitas gerações em seu interior, o conhecimento tradicional. Portanto, conta a experiência acumulada em produzir determinados alimentos que são consumidos em esfera alimentar e, dependendo de sua especialização, podem também passar a fazer parte do rol de produtos que são comercializados. O interessante desta produção diversificada é que sua comercialização, muitas vezes, se dá nos próprios limites do assentamento, para vizinhos, parentes e grupos de afinidade. A partir do que se planta para autoconsumo no interior do lote familiar pode-se vislumbrar alternativas de geração de renda.

Também produtos típicos de um certo nível de "agroindústria de beneficiamento familiar" entram nesse circuito, como nos casos das mulheres que produzem pães, bolos e doces, experiência que tem sido irradiada pelo Estado. A prática

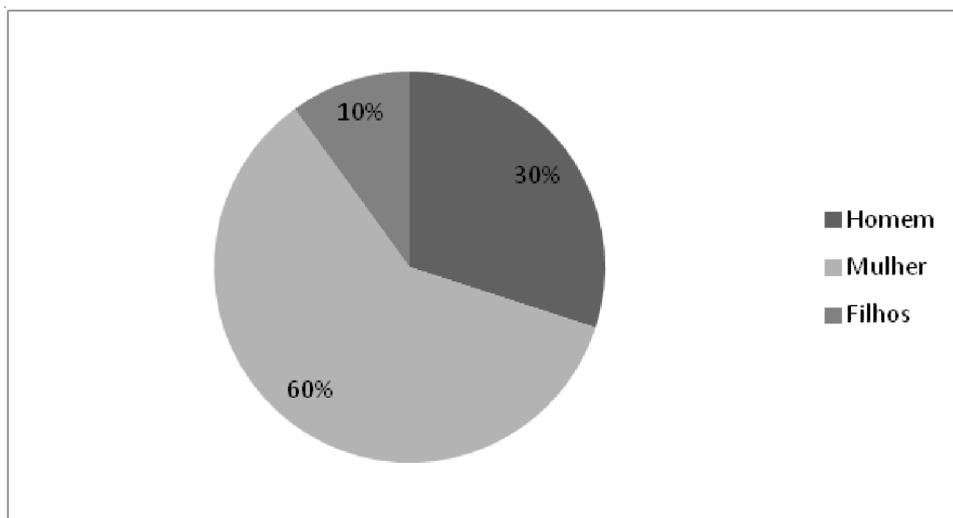
de produzir pães caseiros, bolos e doces em compota, assim como outros produtos beneficiados é algo típico de famílias rurais em todo o Brasil, tendo, muitas vezes, as mulheres como principais protagonistas dessa produção - razão pela qual se faz necessária pesquisar com acuidade essa participação feminina na produção beneficiada.

A pesquisa do INCRA/UNIARA, ressaltou que a presença de agroindústrias é pouco frequente na região de Araraquara, apenas 15 assentados disseram que têm. Nos casos existentes, predominam os laticínios (refere-se ao beneficiamento do leite), com boa margem de vantagem sobre a fabricação de outros produtos alimentícios. Entretanto, vale salientar que as mulheres têm sido, em maioria, as protagonistas das agroindústrias (em 60% dos casos), especialmente da produção de alimentos, o que reforça seu papel nas perspectivas de garantir segurança alimentar de sua família e do entorno.

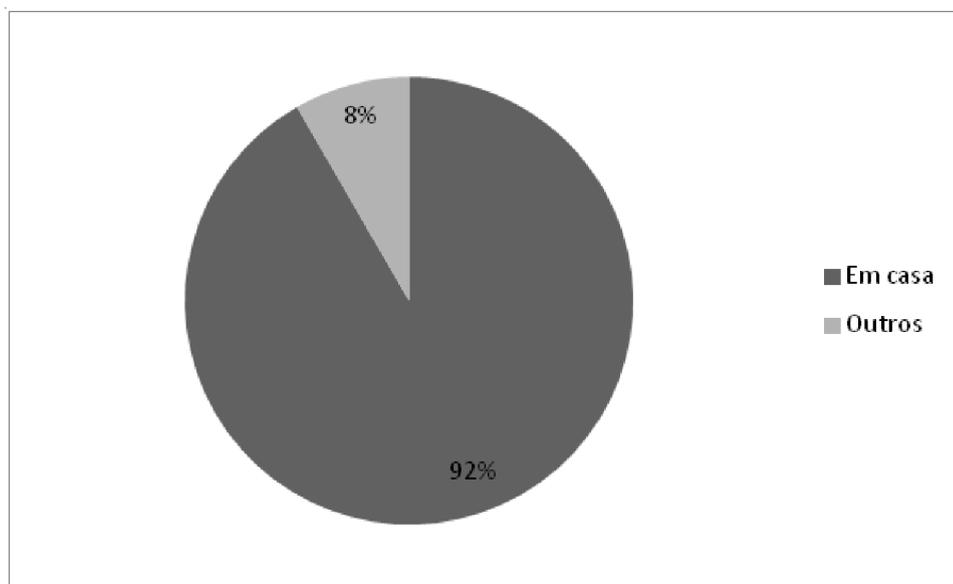


**Gráfico 1** – Produtos agroindústria, região central (Araraquara).

**Fonte:** Pesquisa INCRA/UNIARA, 2011.



**Gráfico 2** – Quem faz – Agroindústria, região central (Araraquara).  
**Fonte:** Pesquisa INCRA/UNIARA, 2011.



**Gráfico 3** – Onde produz – Agroindústria, região central (Araraquara).  
**Fonte:** Pesquisa INCRA/UNIARA, 2011.

A produção é basicamente artesanal e se dá no espaço da casa (gráfico 3), o que é explicável pela própria dificuldade de se ter outros espaços mais sofisticados para a agroindustrialização e pela perspectiva das mulheres associarem esta produção a outras tarefas domésticas pelas quais se responsabilizam.

### **No autoconsumo e na diversificação agrícola: o que dizem os dados**

Apesar dos elementos do protagonismo destacam-se a permanência de estereótipos que caracterizam o lugar (inferior) da mulher na sociedade, inclusive no meio rural; as mulheres rurais continuam trabalhando em atividades agropecuárias, na forma de trabalho sem remuneração ou plantando, colhendo e cuidando de pequenos animais para o autoconsumo familiar, além de outras atividades desenvolvidas fora do lote. Portanto a segurança alimentar está inteiramente ligada com as mulheres, pois são elas as responsáveis por todo o ciclo da alimentação, da preparação inicial ao colorido dos pratos.

Em pesquisa<sup>6</sup> realizada podem-se analisar a segurança alimentar atrelada com a questão de gênero, ressaltando assim os papéis envolvidos e a sua importância. Pois a fome e desnutrição são as manifestações mais cruéis da situação de insegurança alimentar, e a incapacidade de acesso aos alimentos é a sua principal causa, outros aspectos devem também ser considerados, de maneira a identificar as condições necessárias para que prevaleçam melhores condições alimentares.

Segurança alimentar é a realização do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, os valores e quantidades nutricionais em quantidade suficiente e que respeitem a diversidade de produção material, bem como cultural.

A quantidade é importante, mas não se pode esquecer o enfoque necessário à qualidade dos alimentos e sua sanidade. Ou seja, todos devem ter acesso a alimentos de boa qualidade nutricional e que sejam isentos de componentes químicos que possam prejudicar a saúde humana. Portanto controlar o desbalanceamento nutricional das dietas alimentares, bem como o envenenamento dos alimentos, em nome de uma maior produtividade agrícola é o que se tem mostrado nos quintais dos assentamentos.

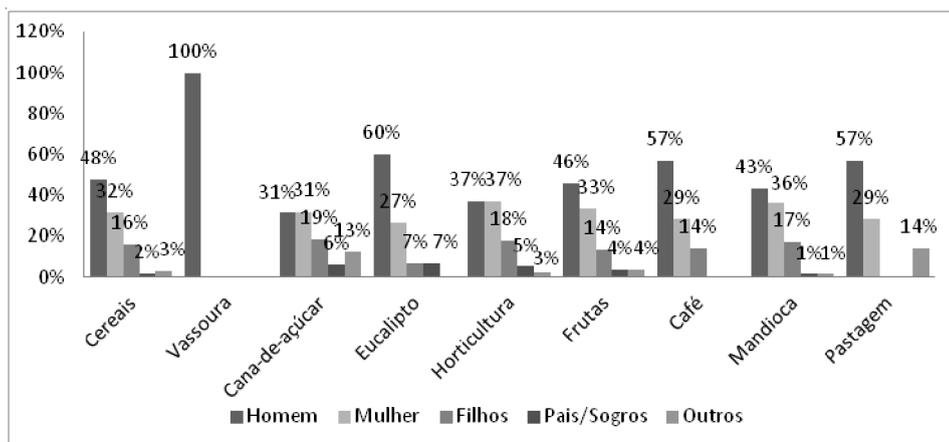
---

<sup>6</sup>Pesquisa "Perfil socioeconômico e sócio-demográfico das famílias beneficiárias das políticas públicas: Plano Nacional de Crédito Fundiário e Programa de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária" da Universidade Federal de Goiás - Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos Programa De Mestrado em Agronegócios, coordenado pelo Prof Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida.

As mulheres são as responsáveis pelos afazeres domésticos e dos quintais, bem como por manter a diversidade do lote e o "colorido" dos pratos nas refeições. E os homens ficam responsáveis pelas grandes culturas.

Na pesquisa observa-se que a presença da mulher está mais ligada com as atividades de autoconsumo e com a venda do excedente, ficando na incumbência do homem as fases da grande produção. A diversificação está intimamente ligada com a segurança alimentar, assim podemos associá-la com as atividades femininas. As mulheres assentadas ficam com a responsabilidade em manter o maior número de alimentos na mesa, e não menos importantes fazem com que o excedente seja vendido, gerando, assim, mais renda para a família.

O gráfico abaixo relata a presença igualitária das mulheres na horticultura, mas há que se levar em consideração que as entrevistas realizadas pelo INCRA/UNIARA foram em 65% dos casos feitos com homens, resultado que pode ter interferido nos resultados, pois muitas vezes, é menosprezado o trabalho feminino face ao homem.



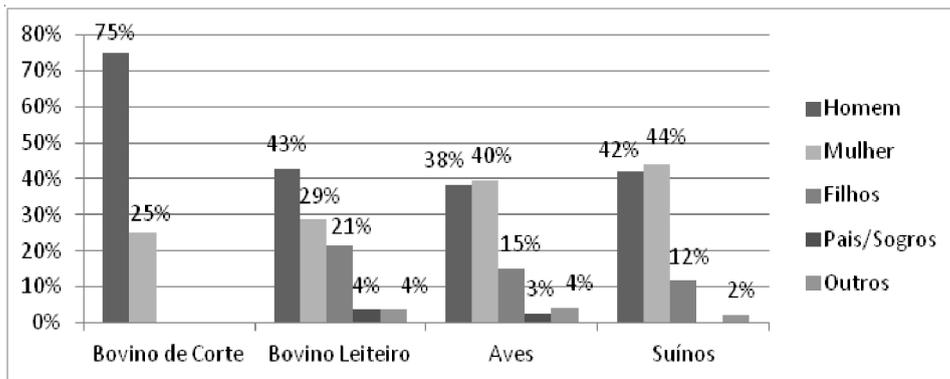
**Gráfico 4** – Responsável pela cultura – Região Central (Araraquara).

**Fonte:** Pesquisa INCRA/NUPEDOR - 2011.

Os homens por reproduzirem valores baseados na sociedade patriarcal, omitem ou simplesmente não levam em consideração o trabalho da mulher nas cadeias produtivas. Geralmente, a consideração pela principal atividade que gera lucro nos assentamentos é designada ao homem. Juntando os fatores de quem respondeu o questionário e o fato da principal atividade ser de 'responsabilidade'

do homem, é possível confirmar que parte do trabalho da mulher na cadeia produtiva, por exemplo, na lida com gado leiteiro esteja omitida, ou não totalmente desvendada.

As mulheres assentadas são muito importantes para a constituição familiar, bem como na participação no trabalho no lote. Em análise a alguns dados da pesquisa INCRA/UNIARA pode-se notar a participação ativa das mulheres nas atividades agropecuárias, mas principalmente e tomando como referencia as pequenas criações de animais.



**Gráfico 5** – Quem cuida da criação, região central (Araraquara).

**Fonte:** Pesquisa INCRA/UNIARA, 2011.

As pequenas criações que ficam próximas à casa são criadas de forma extensiva, ou seja, solta, ofertando assim aos animais o bem estar. Neste manejo há o reaproveitamento dos alimentos, pois a sobra da alimentação da família se transforma em lavagem para os porcos e alimentos para as galinhas, além de se transformar em adubo para as plantas. Além de aproveitar o resto de alimento, cria-se um circuito de reaproveitamento, a sobra da comida vai para as galinhas, que gerará carne, ovo e esterco para a horta, tudo se aproveita e nada se perde.

### **Reações contrárias às parcerias: o que revelam as representações das mulheres**

Relacionado à produção e à qualidade e quantidade dos alimentos, constatou-se que os contratos ilegais entre os assentados e usinas de açúcar têm sido motivo de preocupação das mulheres. Em análise a alguns depoimentos, pode-se observar a negação das mulheres em se produzir cana-de-açúcar com o

caráter de arrendamento, o que vem afirmar a preocupação delas em produções de culturas e manejos de monoculturas e do alto consumo de agrotóxico. Mas a mulher ainda não tem, em sua grande maioria, poder de decidir o que será cultivado em seu lote.

No meu lote hoje tem cana, mas não foi eu que plantei não, foi meu finado marido, eu sou doida pra acabar tudo aquilo no meu lote. Porque quando eu estava trabalhando na cozinha (local que antecede a padaria) e ele fez o contrato com a usina sem eu saber e ainda no nome dele.

Eu sou contra a cana, ela não foi feita para assentado, o assentado tem direto ao lote pra viver de outra agricultura, da agricultura familiar não cana, eu falei pra ele (falecido marido), mas ele achava que era bom (Assentada do Monte Alegre – Dona Maria de Lurdes).

Ele (marido) participou da reunião para o plantio da cana, eu disse como que vamos colocar cana se temos que colocar o gado, mas ele assinou a papelada... mesmo porque quando viemos era para o assentamento era para trabalharmos com gado de leite... Ai eu fui e procurei o sindicato, pois eles sempre foram contra o plantio da cana, ai eles disseram que não tinha problema cancelar, que era só não plantar... a cana (agroindustrial) não faz parte da agricultura familiar"(Assentada do Monte Alegre – Jiseli).

Portanto, em análise em campo, completando o depoimento pode-se observar que são as mulheres detentoras e disseminadoras dos conhecimentos tradicionais, bem como procuram realizar uma agricultura mais "limpa", ou seja, com menos utilização de insumos químicos e principalmente agrotóxico. Além disso, as mulheres trabalham com a utilização de recursos do seu próprio lote.

Um pé de capim pra mim vale ouro, o que pra muitos aí é praga, pra mim é ouro. Se eu não tiver ração pra dar para os porcos e eu tiver capim, eu joga lá pra eles (porcos), e eles comem que nem gado. Esses tempos atrás estavam todo mundo correndo atrás de procurar capim, e ninguém tinha capim, os pastos tudo morto. O que eu fazia, eu ia ali em baixo (aponta para o pasto), pode ver que esta quase sem capim, eu ia arrancava umas moitas de braquiária e braquiarão que eu tinha ali, tinha também aquela grama humidícula... eu arrancava aquelas moitas e jogava para os porcos, e eles comiam e ficavam satisfeitos. Depois tinha ali em cima um mato ali todo amarelo, mas estava grandão, eu peguei de uma roçada nele por cima e

começou a vir a brotação nova aí eu arrancava aquela soqueira de brotação nova, e jogava para os porcos também. Também dava certo. (Assentada do Monte Alegre – D. Anézia).

## **Perfil das protagonistas: alguns retratos e fragmentos de vida**

### **Dona Maria de Lourdes – uma das pioneiras da resistência**

Titular do lote, viúva por duas vezes, hoje está dividindo o lote com um novo marido, também assentado. O seu lote está com os filhos, mas D. Maria está pensando em se separar do marido para voltar ao seu lote, pois o ITESP a tem pressionado devido a sua saída por caracterizar abandono da propriedade e teme em passar o lote para um dos filhos, pois sabe que correrá risco que eles venham colocar os demais para fora.

Dona Maria morava no Paraná com o marido e os 8 filhos. O seu marido a privava de tudo. Como ela mesma relata "eu não tinha direito de ir ao mercado, eu não tinha direito de ir pra canto nenhum, eu não saía de casa, era só cuidar de filho e grávida. Era um filho seguido do outro, ele só queria me ver barriguda. A minha saída era da casa para o hospital e do hospital pra casa, nem na igreja ele quase não deixava a gente ir (refere-se a ela e os filhos)".

A sua trajetória para o assentamento começou quando o seu finado marido quis ir pra São Carlos, Dona Maria mesmo contrariada acabou tendo que ir. Mas assim que chegou foi atrás de creche, para colocar as crianças menores e os mais velhos na escola integral. Logo buscou sua independência trabalhando de empregada doméstica, mas seu marido resolveu lutar por um pedaço de terra no Assentamento Monte Alegre, assim totalizando 19 anos de assentada. A assentada trabalha pesado no lote, pois tem as vacas leiteiras as quais geram renda e ainda ajuda os filhos. Seus filhos trabalham no lote, mas suas filhas trabalham de domésticas na cidade, mas todos não abrem mão do lote, todos querem permanecer no assentamento.

Dona Maria não tem escolaridade, é semianalfabeta, pois sabe apenas assinar seu nome, mas nunca fez disto um limitante em sua vida. Hoje ela trabalha na AMA (associação de mulheres assentadas) do assentamento Monte Alegre desde sua primeira formação. A assentada acompanhou várias transformações na AMA, passou por muitas dificuldades mas transformou-as em vitórias. É a mais antiga da associação.



**Figura 5** – Dona Maria apresentando seu lote.  
**Fonte:** Arquivo da pesquisadora, 2011.

### **Jiseli – A nova geração de empreendedora**

Casada, e não titular do lote. Veio da Bahia faz 23 anos, tem três filhos, mas atualmente todos casados e não moram com ela. Os irmãos de Jiseli residiam em Motuca-SP, justificando a vinda para o Estado de São Paulo, assim eles arrumaram uma fazenda para ela e o marido trabalharem. O marido foi trabalhar com vacas de leite, e ela foi trabalhar na casa da fazenda. Mas com a falência do fazendeiro realizaram a mudança para outra na qual permaneceram por 10 anos até quando Jiseli adoeceu-se de exaustão.

Um amigo assentado da família disse a eles "eu moro no assentamento faz muitos anos, e se vocês quiserem comprar uma terra lá, vocês entrem em contato no ITESP". Após o contato com a entidade foi assentada em 2005.

Quando chegou ao assentamento relatou estar muito cansada, pedindo ao marido um ano de descanso. Diz a assentada "*não fiz nada, não ajudava ele (marido) em nada, eu precisava deste tempo para descansar, mas foi aí que veio a realidade*". Nos primeiros anos passaram por muitas dificuldades, pois não tinham conhecimento algum sobre administração. Assim o descanso não durou muito Jiseli começou a fazer pão pra vender.

No assentamento Monte Alegre já existia um grupo de mulheres iniciando-se com a padaria, Nice (presidente da associação na época) convidou-a para participar, mas a assentada recusou, ressalta Jiseli *"quando eu vim para cá (assentamento) eu vim decidida a não trabalhar para mais ninguém, eu queria ficar com o meu marido trabalhando"*.

A padaria da associação de mulheres foi inaugurada dia 13 de dezembro de 2008. Em abril as mulheres foram à procura da Jiseli, pois elas estavam sobrecarregadas e necessitavam de ajuda, assim Jiseli aceita e passa a fazer parte da associação *"eu poderia dizer não, mas como aqui em casa as coisas também não estava muito fácil eu fui"* diz a assentada.

A associação ganhou uma empreendedora, pois por sua trajetória de vida ela sempre teve uma visão de aproveitar as oportunidades sem medo. A padaria nunca tinha tido nenhum tipo de contabilidade, mas hoje ela tem feito curso para realizar da melhor forma possível. E ainda, a AMA realizava compras de mercadorias nos supermercados da região, mas ela inquieta, fez com que conseguissem comprar diretamente do fornecedor, barateando o custo.

Em sua casa faz todos os afazeres domésticos e também faz o processamento do leite em queijo e requeijão. Ela não para.



**Figura 6** – Jiseli mostrando seu lote com mais de 27 variedades de árvores frutíferas.

**Fonte:** Arquivo pesquisadora, 2011.

## **Dona Anésia – O desafio de ser uma produtora familiar**

Titular do lote, viúva. Mulher guerreira e batalhadora. Em síntese esta frase dita por ela representa o seu vigor e luta.

"Eu estou fazendo uma coisa que eu gosto (o cuidar da criação), não estou fazendo pra visar lucro, se eu falar que estou eu estarei mentindo, porque se eu pegar as notas de ração e pegar o preço do porco na cidade você vai ver que não tenho lucro. Eu faço porque já estou com 60 e tantos anos nas costas, 66, e é uma idade que se você deixar a mente dormir, aparece mil e uma doença. Então eu quero me precaver". Dona Anésia.

Sua trajetória começa no Paraná no ano de 1976, onde lecionava na área rural para as crianças. A propriedade em que se encontrava a escola começou a ser desapropriado para a reforma agrária, assim aproveitou para se inscrever no INCRA, mas não foi chamada, resolveu então ir para o interior de São Paulo.

Quando chegou à Taquaritinga, foi trabalhar em fábrica e depois em serviços agrícolas como: colher laranja, cortar cana-de-açúcar "*eu nunca passei necessidade porque eu nunca tive preguiça*", diz a assentada.

Na usina onde trabalhava a contratação não era direta e sim por um atravessador conhecido como "gato". O gato anunciou para todos, incredivelmente, que o ITESP estava fazendo inscrição para a reforma agrária relata D. Anésia. Assim, logo ela e seu marido entraram no lote e ele por ser aposentado fez com que a titularidade automaticamente fosse para Dona Anésia. Mas logo seu marido veio a falecer.

A assentada não tem preguiça para nada, é uma disposição invejável. É ela quem cuida das galinhas, dos porcos (que não são poucos), do pomar e de todo o planejamento do lote. Suas filhas e o genro auxiliam na produção, mas tudo sobre o comando de D. Anésia. Construiu uma casa grande na qual tem muito orgulho.

Os seus conhecimentos não são poucos, sabe desde sistemas produtivos até remédios caseiros, logo passou a me receitar chás para gripe. A D. Anésia é uma senhora muito simples, com pouca vaidade e de traços masculinizados, por ocupar, muitas vezes lugar de um homem.



**Figura 7** – D. Anésia alimentando sua criação de galinhas caipiras.  
**Fonte:** Arquivo da pesquisadora, 2011.

### **Dona Maria – Uma liderança política**

Casada, mas viúva do primeiro marido com o qual teve duas filhas. Não é a titular do lote. Sua trajetória de vida é marcada por muitas lutas, trabalhou em serviços rurais como na colheita da cana, da laranja "*não foi fácil não, foi uma vida muito sofrida*", passou por muitas dificuldades.

"Muitas vezes eu ia trabalhar e não tinha nem alimento para colocar na minha marmita, para as colegas de serviço não perceber que eu estava sem alimento dentro da marmita, eu colocava pedra dentro dela, e quando era corte de cana eu chupava cana queimada, chegava em casa e aquilo fazia mal para o intestino. Na colheita da laranja, eu chupava laranja para que todo o alimento que eu tinha em casa ficar para as minhas filhas" Dona Maria.

Ela quem fez a cadastro no ITESP e com a venda de uma casa na cidade, comprou as benfeitorias de um lote, já são 9 anos de assentada. Diz com muito orgulho "*eu te garanto que hoje eu tenho uma vida melhor, aqui no assentamento, pois durmo melhor, me alimento melhor, tenho boas amizades não tenho inimizades com ninguém*".

D. Maria é uma mulher muito bem articulada, que se faz ser ouvida. Nas

reuniões do assentamento ela não passa vontade, fala tudo o que pensa e o que acredita. Casada pela segunda vez com marido muito compreensivo, pois esta mulher gosta de tudo muito de seu jeito, mas como elas mesma disse "eu o deixo achar que manda as vezes, só para não se achar menos homem... mas quem manda aqui sou eu".



**Figura 8** – A assentada mostrando a horta.

**Fonte:** Arquivo da pesquisadora, 2011.

### **Considerações finais**

A pesquisa constatou que as mulheres cuidam da reprodução da família e participam das atividades agrícolas de pequeno porte, geralmente associadas ao abastecimento alimentar. Atividades secundárias a elas são do tipo mão-de-obra reserva para atividades que demandam mais trabalho na roça, como nas colheitas e plantios. Desse ponto de vista, as relações de gênero adquirem hierarquias de poder que refletem a estrutura social "convencional", na qual o homem está sempre em posição superior à da mulher, reproduzindo assim uma situação de violência simbólica<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup>Para Bourdieu (1989), a violência simbólica é violência econômica. O trabalho rural familiar ►►

Esta atribuição de papéis, exigências e expectativas são sociais e não biológicas, por isso podem variar no tempo e no espaço. Então, ainda conforme Brumer (2005), os assentamentos de reforma agrária são locais privilegiados para o estudo de gênero, porque a construção desse espaço social tem por base a mudança de condições sociais. Com as novas exigências da modernidade, cresce a necessidade da mulher rural ter outras ocupações para obter renda, então passam a cortar cana nos locais onde antes faziam agricultura de subsistência e extrativismo, passam a fazer faxina e ter outras ocupações nas cidades, ao invés de cuidar de suas próprias casas, de igual modo, elas passam a beneficiar produtos no interior da propriedade para vendê-los. Se a mulher não trabalha para obter dinheiro, sua reputação é cada vez pior (WOORTMANM, 1993). E a rede do consumo exacerbado também permeia o meio rural, pois onde antes se comprava o pano para fazer a roupa da família hoje se compra em grandes magazines.

Essa situação explica, talvez, o número significativo e crescente de mulheres que trabalham como assalariadas fora do assentamento. O fato de desenvolverem atividades destinadas a complementar a renda agrícola parece compatível com a concepção de que sua função produtiva vai subsidiar, ajudar. Em algumas situações, se assalariam como forma de aumentar a renda e o investimento no lote, em outras, aparece claramente à vontade de se livrar das formas, mais ou menos dissimuladas, da violência de gênero.

Reiterando, temos a questão da invisibilidade do trabalho feminino expressa no trabalho desempenhado pela mulher no interior do lote. Tanto na esfera do domicílio, o cuidado da casa, dos filhos, da horta e a "ajuda" prestada ao marido. O atributo negativo imposto ao trabalho feminino é interpretado por alguns autores (MEDEIROS, 2008) pelo fato de ser este um trabalho reprodutivo. É um trabalho repetitivo, feito à mesma maneira todos os dias sem nunca chegar ao produto final da tarefa. Ao contrário do trabalho produtivo realizado pelo homem, cuja etapa final produzirá algum rendimento que garantirá a prosperidade da família.

As decisões sobre produção coletiva, sobre o que plantar, não passaram, como já afirmado em outros trabalhos (FERRANTE, 1992), pelos assentados, muito menos, pelas mulheres. Entretanto, nas decisões de reinvenção do processo

---

▶▶exercido pelas mulheres não é tão reconhecido porque é reprodutivo, enquanto do homem é produtivo, ou seja, o papel produtivo do homem se sobressai ao reprodutivo da mulher, porque ele gera renda.

de organização do grupo, na divisão das terras e na rejeição ao primado do coletivo, há expressões da rejeição dos modelos propostos para os assentamentos e da afirmação de sua não passividade. Na divisão por grupos, a tentativa de preservar laços de amizade, vivência anterior e proximidade da região de origem – critérios significativamente influenciados pelas experiências das mulheres – pode ser encarada como uma forma de resistência ou expressão do protagonismo, aliada à rejeição do modelo associativismo proposto ou imposto pelo Estado. Excluídas em sua grande maioria da elaboração do projeto produtivo, encontram espaço na manutenção das redes de sociabilidade.

Podemos dizer que as famílias estão se transformando, as mulheres assumem a gestão de suas famílias e passam a incorporar ao papel tradicional que desempenham outras atribuições, como o trabalho fora de casa. A literatura feminista entende esta mudança no papel da mulher como um viés para a autonomia feminina, que desencadeará uma sociedade igualitária entre homens e mulheres.

É importante pensarmos a transformação das relações de dominação no cotidiano. É um trabalho lento e que necessita de mediações. E aqui os mediadores (FERAESP, a Unicampo, as universidades) são importantes nesta transição de apresentar para homens e mulheres formas de vivência que não estejam arraigadas na dominação do homem sobre sua família.

Mudanças vêm ocorrendo e as mulheres parecem mais participativas nas tomadas de decisões. A expressão dessas mudanças é o fato das mulheres estarem participando da gestão do lote. E este interesse pelo lote, deve-se ao fato da titulação do mesmo sair no nome do casal. No entanto, apesar do discurso de que a mulher também toma as decisões, quem toma a iniciativa e acaba por decidir tudo é o homem, e fica a ela apenas a responsabilidade pela assinatura. Pois para qualquer tomada de decisão de caráter financeiro, como Pronaf, por possuírem uma titularidade conjunta, ambos assinam.

Em pesquisa realizada em assentamentos localizados no Pontal do Paranapanema por Mello, Cappellin e Castro (2008) fala-se da preocupação em individualizar a contribuição das mulheres para o desenvolvimento econômico dos lotes, sendo necessário traçar um novo perfil da agricultura familiar. A contribuição da análise de gênero está no sentido de olhar para a família rural não mais como um conjunto homogêneo, mas sim de tornar a participação da mulher notória em todas as esferas, seja nas atividades domésticas, seja nas atividades públicas e produtivas.

No caso desta pesquisa, as expressões de protagonismo foram ressaltadas

no fato das mulheres assumirem o comando das atividades diversificadas, que geram diversificação. Neste sentido, têm de certa forma, se contraposto aos modelos tracionais que insistem em naturalizar a divisão do trabalho e da vida cotidiana entre homem e mulher. Através do depoimento de D. Maria de Lourdes, Anésia, Jiseli e Maria, desvendam-se estratégias diferenciadas de protagonismo, algumas mais destacadas no aspecto produtivo, outras na capacidade de comando, no assumir a voz política do grupo. Por trás destes estereótipos, aparecem demonstrações da vontade de recomeçar, a busca de compartilhar a vida nas suas lidas, a decisão de firmar associações, de ocupar espaços masculinos como o fórum do orçamento participativo.

Na pesquisa mais recente realizada no âmbito do contrato INCRA/UNIARA, constatamos que ainda que os homens, geralmente os titulares dos lotes, foram os que atenderam e responderam às questões da pesquisa, em maioria, muitos enfatizaram a importância da mulher no lote. Como salientamos, são vários os casos de mulheres que exercem jornadas duplas ou triplas (ou mais) de trabalho, em casa, no lote e fora do lote, como os assentados que possuem hortas em que as mulheres trabalham, saem para comercializar a produção e cuidam da casa e dos filhos. Outras possuem atuação ativa em associações e nas negociações junto às prefeituras e atravessadores.

Expressões de protagonismo não podem ser analisadas, em si mesmas como demonstrações de mudanças nas formas de denominação nos papéis atribuídos às mulheres. Cabe destacar que em alguns casos as mulheres participaram da entrevista para por iniciativa própria, outras vezes os maridos as chamam para responder ou ajudar a responder certas questões, principalmente aquelas que exigiam se lembrar de datas. Outras ainda, quando a conversa com o chefe de família foi na sala de casa, a mulher ficava boa parte da entrevista na cozinha, ouvindo parte da conversa, às vezes completava alguma resposta à distância, enquanto continuava com suas atividades produtivas e reprodutivas. Quer dizer, enquanto o homem parava para atender e responder ao questionário, geralmente a mulher continuava a exercer o trabalho (na casa ou no lote).

Destaca-se ainda que na maioria das ocasiões, na aplicação de questionário foi servido um café, pães e/ ou o que acabara de preparar, pelas mulheres e nunca pelos homens. Eles, além de não servirem o café (pois subentendem que esta função não é sua), solicitam, no meio das conversas, que as esposas parem o que estavam fazendo para preparar o café. A invisibilidade se faz presente até mesmo nos detalhes. Algumas mulheres quando tentam sair desde ciclo, utilizam como estratégia (involuntária muitas vezes) de protagonismo a masculinização

para serem aceitas na roda dos homens, expressa na forma de se vestir, na postura e na voz de comando.

O papel da mulher nos dias atuais tem superado, em parte, os que se consolidaram historicamente (qual seja, o de procriar e cuidar da família), acrescentando outros espaços que vêm conquistando, ou seja, podemos, finalmente afirmar que as mulheres, cujo trabalho aparece, via de regra, envoltos em uma rede de invisibilidades, têm na casa, na formação de grupos diversificados de produção, na busca do resgate de história/memória de suas lutas, mostrado que a constituição e a trajetória dos assentamentos têm que levar em conta, necessariamente o protagonismo das assentadas rurais.

## Referências

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Mercosul**. Brasília: MDA, 2006 (série NEAD Debate, n.9).

BRUMER, A. Gênero e geração em assentamentos de reforma agrária. In: FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JR, O. (Orgs.) **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. São Paulo: INCRA, 2005, p.351-371.

BRITO, J.C. de; D'ACRI, V. **Referencial de análise para a estudo da relação trabalho, mulher e saúde**, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-11X1991000200006&script=sci\\_arttext&tlng=ptpt](http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-11X1991000200006&script=sci_arttext&tlng=ptpt)>. Acessado em novembro de 2011.

FERRANTE, V.L.S.B. A proletarização não tem cartas marcadas (A terra no horizonte dos bóias-frias). **Natureza, História e Cultura – Repensando o Social**, Porto Alegre-RS: Editora da Universidade, 1992.

FERRANTE, V.L.S.B. (Org.) **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.9, NUPEDOR/UNIARA, 2004.

FERRANTE, V.L.S.B; BARONE, L.A. **Homens e mulheres nos**

**assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida.** 1998. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2063>>. Acessado em 2012.

FERRANTE, V.L.S.B.; DUVAL, H.C. Vozes e ações das mulheres na trajetória dos assentamentos rurais. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.14, n.1, Nupedor/Uniara, 2009.

KUHN, E de O. Apareceu a margarida? História e representações sociais de mulheres camponesas no MS: um estudo sobre gênero e trabalho (1986 a 1994). Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010. In: **Anais...**, 2010. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278256088\\_ARQUIVO\\_formularioFazGenero.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278256088_ARQUIVO_formularioFazGenero.pdf)>. Acessado em novembro/2011.

MEDEIROS, L.S. de. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: LOPES, A.L.; BUTTO, A. (Orgs) **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: NEAD/MDA, 2008.

MELO, H.P.de; DI SABBATO, A. Gênero e trabalho rural 1993/2006. In: DI SABBATO, A.; MELO, H.P.de; LOMBARDI, F. (Orgs.) **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres**. NEAD: Brasília, 2009.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002.

WOORTMANN, E.F. Da dependência à complementaridade. **Anuário Antropológico**, Brasília, n.79, UnB, 1993.

# REORGANIZAÇÃO DO CAPITAL: AGRONEGÓCIO E EXPROPRIAÇÃO CAMPONESA<sup>1</sup>

*Adelma Ferreira Souza<sup>2</sup>*

*Ana Carolina Aguerri Borges da Silva<sup>3</sup>*

*Sonia Maria Pereira Pessoa Bergamasco<sup>4</sup>*

**Resumo:** Este texto tem por objetivo debater os recorrentes processos de acumulação do capital e a questão da expropriação de terras como estratégias de expansão reprodutiva do sistema capitalista, baseado na condição de que este sistema utiliza-se de velhas e novas formas de cercamentos para continuar sua reprodução. Tem como base a pesquisa exploratória e pretende discutir numa abordagem materialista dialética, os atuais processos de acumulação de capital como contínuo inerente à acumulação capitalista a partir da análise de Marx, Harvey, De Angellis e do grupo de pesquisadores do Midnight Notes Collective da Revista *The Commoner*. Fizemos uso da análise documental e entrevistas para analisar a relação desta discussão teórica com um caso empírico de grilagem de terras de camponeses no Estado do Tocantins, Brasil. Como resultados preliminares, podemos afirmar que nos municípios de Goiatins, Barra do Ouro e Campos Lindos os camponeses sofrem dois tipos de cercamentos:

---

<sup>1</sup>Texto apresentado no III Congresso Internacional de Problemas Latino-americanos, Universidad Nacional de Cuyo-UNCUYO, Mendoza, Argentina 30/11/2012.

<sup>2</sup>Graduada em Ciências Sociais (FFBS), Especialista em Gestão de Assentamentos Rurais e Reforma Agrária (UFLA), com Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia (UFAM) e Doutorado em andamento em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

<sup>3</sup>Graduada em Ciências Sociais (UNESP), com Mestrado em Sociologia (UNICAMP), Pós-Graduação em Direitos Humanos (Universidade de Coimbra - Portugal) e Doutorado em andamento em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

<sup>4</sup>Coordenadora e Professora do Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professora Titular da FEAGRI/UNICAMP. Bolsista CNPq.

a forma clássica e a parlamentar. No primeiro caso, pelos sojicultores que, através de documentos forjados, ameaças e violências, expulsaram em 1995 em torno de 80 famílias de suas posses. No segundo caso, pelo Governo Estadual que com Decreto 436/97, desapropriou 105.000 ha para a produção de soja, desalojando mais de 100 famílias. Há mais de 15 anos esses camponeses com apoio de movimentos sociais, lutam para que a justiça brasileira resolva este conflito pela posse da terra e concedam-lhes os seus títulos de proprietários.

**Palavras-chave:** Acumulação primitiva; Agronegócio; Expropriação camponesa.

**Abstract:** *The purpose of this study is to discuss the recurring process of capital accumulation and the question of land expropriation as a strategy for expanding reproduction of the capitalist system, based on the condition that this system deals with two types of enclosure, both old and new, in order to continue the process of reproduction. This study is grounded on an exploratory research project and using the method of dialectical materialism with reference to the works of Marx, Harvey, Angellis, and the members of the Midnight Notes Collective of The Commoner Journal intends to argue that the current processes of capital accumulation is a continuous and inherent process of capitalist production. Document analysis and interviews were used in this study to examine the relationship between this theoretical discussion and an empirical case of land grabbing in the State of Tocantins, Brazil. Preliminary research findings indicate that in the towns of Goiatins, Barra do Ouro, and Campos Lindos the peasants suffer from two types of enclosure: the parliamentary enclosure and the enclosure of common lands. In the first case by soybean farmers, who have forged documents, around 80 families have been displaced from their homes and lost their possessions in 1995, when they suffered from violent deeds and physical menace. In the second case, by the State Government, that with the Decree 436/97 expropriated 105,000 ha for the production of soybeans, displacing more than 100 families. These peasants encouraged by the social movements have been fighting for their rights for more than 15 years, in an attempt that the Brazilian Justice System should take steps to resolve conflicting land claims through legislation and to guarantee their rights to property.*

**Keywords:** *Primitive accumulation; Agribusiness; Peasant expropriation.*

## 1. Recorrentes processos de acumulação do capital

Este ensaio tem como objetivo discutir os processos de espoliação dos bens comuns dos camponeses dos municípios de Barra do Ouro, Goiatins e Campos Lindos pertencentes à região denominada *Anel da Soja* no Estado do Tocantins no Norte do Brasil. Para tanto, algumas questões foram levantadas: Como se deram tais processos de expropriação das terras dos camponeses? A que tipos de violência foram submetidos? Quais as formas de resistências das famílias? E quais as consequências destes processos de expropriação para estas famílias?

Para nossa análise, tomamos como base o conceito de acumulação primitiva do capital desenvolvida por Karl Marx e as releituras feitas por David Harvey, Maximo De Angelis e por pesquisadores da Revista Científica "*Midnight Notes Collective*". Para a compreensão do caso estudado, foi realizada pesquisa exploratória junto à Comissão Pastoral da Terra – CPT na cidade de Araguaína no Tocantins e entrevistas com os camponeses envolvidos nos conflitos com os sojicultores. Neste ensaio, discutiremos a questão da acumulação de capital e a expropriação camponesa numa abordagem materialista dialética, buscando entender as contradições e conflitos gestados pela ampliação da fronteira da soja no Estado do Tocantins.

A luta dos camponeses pela posse da terra é intrínseca à própria história do capitalismo que desde seus primórdios teve como base para acumulação primitiva do capital a usurpação das terras dos camponeses, processo que separa o trabalhador dos seus meios de produção, a exemplo de sua forma clássica na Inglaterra, onde ocorreram os cercamentos de campos, expulsão das populações agrárias e a especulação da propriedade da terra.

Segundo Marx (2009, p.875), desde a pré-história do capital a grande massa da população foi separada dos seus meios de produção e transformada em proletariado livres para vender sua força de trabalho, submetidos todos aos constrangimentos do mercado. Esta é a estratégia adotada pelo sistema capitalista que há séculos se utiliza de diferentes formas de expansão do capital, reproduzindo-se em escala sempre crescente com novas facetas e novos artifícios para apropriação e usurpação dos meios de produção, dos recursos naturais e dos bens comuns.

Para Marx (1996, p.256), a chamada acumulação primitiva – "ao invés do resultado histórico é o fundamento histórico da produção especificamente capitalista" – está na origem do sistema de produção capitalista e, ao mesmo tempo, presente nas fases ulteriores da acumulação do capital. Todos os métodos utilizados para aumentar a força produtiva social do trabalho são métodos de

e elevar a produção da mais-valia e constituem-se como elementos da acumulação. São métodos para produzir a acumulação acelerada do capital, sobretudo nas fases seguintes à revolução industrial.

Desta forma, o debate que envolve os processos da acumulação primitiva não deve ser visto somente do ponto de vista do processo histórico que deu base à acumulação de capital na Europa, mas deve ser analisada a partir das diferentes estratégias para a expansão e acumulação do capital no mundo, como um processo contínuo, que configura a própria essência do capitalismo.

A partir deste ponto de vista, observa-se que historicamente a acumulação primitiva faz parte da gênese do modo de produção capitalista e reconfigura-se de forma diversa nas suas diferentes fases históricas. Por isso, não podemos falar em história da acumulação primitiva do capital como sendo parte apenas da sua fase pré-capitalista, mas, devemos percebê-la também nos distintos processos de acumulação ampliada do capital.

David Harvey (2004) contesta a análise de que a acumulação "primitiva" ou "original" utilizou-se de métodos predatórios, fraudulentos e violentos apenas na fase pré-histórica do capital: para o autor, tais processos não só continuam como também foram aprimorados na fase atual do capital, como podemos observar:

Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. A escravidão não desapareceu. (HARVEY, 2004, p. 121).

A crítica de Harvey (2004) sobre as novas formas imperialistas do sistema capitalista é de que, o capitalismo sobrevive às constantes crises de excedentes de capitais devido às estratégias de reorganização espacial do capital transferindo investimentos econômicos para as economias regionais subnacionais, que permitem a continuidade das atividades de rapina da acumulação primitiva e da expansão de sua forma mais recente de acumulação, a acumulação por

espoliação. A acumulação via a espoliação dos bens comuns utiliza mecanismos de privatização de terras e empresas estatais, da destruição estruturada de ativos de capital por meio da inflação, do desbaratamento de ativos mediante as fusões, aquisições e aumento dos encargos de dívida tornando populações inteiras presas à dívida, da delapidação dos fundos de pensões e desvalorização da força de trabalho existente. (HARVEY, 2004, p.123).

Para Harvey (2004), o que une a acumulação por espoliação e a reprodução expandida é o capital financeiro e as instituições de créditos, que têm o Estado como agente ativo neste processo, apoiando as necessárias mudanças legais, institucionais e estruturais para que ocorra uma ruptura "bem-sucedida" em direção ao desenvolvimento capitalista. Percebe-se, então, que o sistema capitalista remodela sua face diante das suas múltiplas crises e se reorganiza para garantir a continuidade do processo de acumulação e concentração de capital em uma escala sempre crescente, gerando tensões, desestruturando modos de vida tradicionais e destruindo o bem estar social das populações.

Maximo De Angelis também analisa a acumulação primitiva sob a perspectiva histórica e contínua das formas de ação do modo de produção capitalista, abordando uma análise mais verticalizada da acumulação. Rediscute o problema da separação dos produtores dos seus meios de produção como consequência do processo de acumulação do capital na sua fase original, mas também como processo inerente aos novos procedimentos de acúmulo de capital. Conforme De Angelis (2001, p.7-8), o conceito de separação é categoria central na crítica que Marx faz à economia política, que é o afastamento dos produtores dos meios de produção, transformando-os em objeto e em trabalhadores assalariados alienados.

Portanto, o conceito de separação proposto por Marx e reafirmado por De Angelis é a impossibilidade dos trabalhadores exercerem a sua condição objetiva de trabalho para garantia de seu sustento de forma independente, perdendo assim, a sua capacidade de auto expansão e autonomia.

Na interpretação de De Angelis sobre a diferença entre *acumulação e acumulação primitiva* não há uma distinção substantiva. No entanto, o autor foca sua análise nas condições e circunstâncias em que ocorre a separação do homem e de seus meios de produção.

Na visão de De Angellis o que as diferencia de fato, são as diversas estratégias que o capital encontra para garantir a sua existência e estas condições não estão relacionadas ao seu surgimento, mas à necessidade de permanecer enquanto sistema econômico.

Estas estratégias se apresentam, em outras formas para além dos "velhos" cercamentos, como em escravidão, processos de expropriação de terras, privatização dos bens públicos, dívida pública, sistema de crédito internacional, impostos, que De Angelis (2001, p.11) define como "contínua inerente" acumulação primitiva. Entendemos que a relevância desta reinterpretação de De Angelis sobre a questão da acumulação primitiva está na retomada do pensamento de Marx sobre a capacidade dos sujeitos históricos estabelecerem obstáculos ao processo recorrente de separá-los dos seus meios de produção.

Conforme De Angelis (2001, p.20), seja em que nação for, pessoas estão enfrentando substancialmente estratégias semelhantes de separação dos seus meios de produção e o movimento anticapitalista deve pensar alternativas que representem a luta dos povos pelo direito de acesso aos meios de produção que inclua a ideia de um bem comum. Em outras palavras, a importância desta discussão está nos limites que as lutas sociais colocam sobre a acumulação capitalista, como o caso empírico analisado neste trabalho.

Este debate acerca das "velhas" e "novas" formas de cercamento está também presente no artigo do grupo de pesquisadores do *"Midnight Notes Collective"*, cujo título é *"The New Enclosures"*. Tal artigo faz uma análise comparativa entre os "velhos" e os "novos" cercamentos como processos recorrentes da acumulação do capital em que ambas estratégias se apropriaram dos recursos naturais, terras e novo potencial de trabalho e transformaram os possuidores dos meios de produção em assalariados.

Assim como nas análises anteriores, o debate sobre os cercamentos é feito do ponto de vista marxista, analisado como o ponto inicial da sociedade capitalista, dando base à acumulação original e à transformação dos trabalhadores em assalariados. Por conseguinte, os "novos" tipos de cercamentos são um retorno ao caminho do acúmulo de capital e um componente estrutural da luta de classes, pois todas as formas de organização e poder do proletário necessitam de estratégias capitalistas para conter a força dos sujeitos históricos, sob a ameaça da sua extinção.

De tal modo, "o cercamento é um processo que unifica proletários através da história do capital, porque, apesar de nossas diferenças, todos nós temos entrado no capitalismo através da mesma porta: a perda da nossa terra e dos direitos a ela ligados" (*Midnight Notes Collective*, nº 2, 2001, p.2), e esta perda tem acontecido tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento.

Observa-se nos "novos" cercamentos a reprodução do processo de ampliação do capital na América Latina, Ásia, África, na Europa e nos Estados

Unidos. Sob o discurso de "Crise da Dívida", "Ajustes Estruturais", os tentáculos do capital vão espalhando suas garras em todo o mundo, destruindo sistemas comunais seculares, apropriando-se de terras, provocando desempregos massivos, desvalorizando e reduzindo salários, transformando o trabalho em trabalho móvel e migrante, modificando geneticamente os alimentos para a nossa reprodução. Tais processos são denominados, pelo *Midnight Notes Collective* (2001: 4-6), de "*O Pentágono do Cercamento*".

Deste modo, o *Midnight Notes Collective* (2001) denuncia a ação combinada no mundo da perda dos direitos já conquistados pelas populações e a fragilização da classe trabalhadora, tanto em países capitalistas, quanto em países ditos socialistas, através dos diferentes disfarces dos novos cercamentos, provocando a contração dos "direitos comunais" nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos ou de "direitos socialistas" na União Soviética e China e a subtração de "direitos sociais" nos Estados Unidos; tudo isto, com objetivo de minar as resistências dos trabalhadores e garantir a continuidade do capital.

Podemos observar que uma análise comum entre os autores discutidos neste ensaio é o entendimento dos cercamentos como processos iniciais e contínuos de acumulação do capital e que tais processos também estão presentes nas estratégias do agronegócio para expansão do seu mercado de *commodities*, que sob o discurso da crise alimentar, vem se apresentado como a solução para resolver os problemas de abastecimento de gêneros alimentícios, gerando fortes pressões sob as terras tradicionalmente ocupadas.

Segundo Almeida (2012, p.102), as agroestratégias "compreendem um conjunto heterogêneo de discursos, de mecanismos jurídico-formais e de ações ditas empreendedoras". Estas abarcam um conjunto de iniciativas para remover os obstáculos legais e formais que impedem a expansão do cultivo de grãos, inclusões de novas terras para mercados de *commodities* e formulação de políticas governamentais para o setor agrícola.

Na análise Almeida (2012, p.118-124), as estratégias do agronegócio brasileiro estão focadas em cinco frentes:

1) *Redefinição geográfica da região da Amazônia legal*, excluindo desta geografia os Estados de Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão para ampliar as terras para a pecuária e cultivo de soja, cana-de-açúcar e eucalipto;

2) *Redução da reserva legal dos imóveis rurais*, este eixo busca aprovar, no Congresso Nacional e Senado a Reforma do Código Florestal, que propõe entre outras coisas a redução de 80% para 50% à área de reserva legal dos imóveis na Amazônia Legal, que já estão em andamento;

3) *Liberação de crédito para quem pratica crime ambiental*: nesta frente os ruralistas querem derrubar a portaria nº 96/2008 pelo Ministério do Meio Ambiente que limita crédito para quem pratica crime ambiental. Este grupo já conseguiu passar o problema para os Estados onde é mais forte o poder de pressão. Os ruralistas ainda desejam emperrar a efetivação do Decreto Federal nº 6.321/2007 que visa controlar o desmatamento, atualizar as informações do Cadastro de Imóveis Rurais e punir os infratores.

Estes agroestrategista já conseguiram a aprovação da medida provisória 422/2008 que aumenta de 500 para 1.500 hectares o tamanho de áreas públicas invadidas na Amazônia que podem ser privatizadas sem licitação. Neste mesmo ano aprovaram também na Câmara de Deputados a medida que legaliza a situação de quem ocupou terras ilegalmente no passado e no presente. Com a aplicação desta medida provisória, corre-se o risco de legalizar terras griladas e dar direito de posse ilegítimo, o que resultaria novas invasões e desmatamentos.

4) *Redução da faixa de fronteira internacional*, neste ponto os agroestrategistas já avançaram, conseguindo a aprovação em 2007, da redução da faixa de fronteira dos 150 quilômetros atuais para os 50 quilômetros previsto na PEC, entre os estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul para expansão das empresas transnacionais de celulose; esta PEC que permite ainda a compra de terras na Amazônia por estrangeiros;

5) *Ação empresarial em terras indígenas*: há uma pressão institucionalizada no legislativo e judiciário pelas empresas relacionadas a *commodities* agrícolas e de minerais na retração dos direitos territoriais dos povos indígenas no uso das terras para extração de minérios (estanho, ouro, ametista, cobre, nióbio, diamante e outros minerais). E já tramita na Câmara um projeto que regulamenta a exploração mineral em terras indígenas.

Tais povos temem que a liberação desta autorização possa comprometer os recursos hídricos e as áreas usualmente destinadas às culturas alimentares, além é claro, das revogações legais dos direitos já conquistados sobre seus territórios. Para as comunidades quilombolas os efeitos destas ações seriam ainda mais desastrosos, visto que, estas atividades parlamentares têm como alvo a revogação do Decreto nº 4.887/2003 que garante a propriedade definitiva aos remanescentes de quilombos que já ocupam tais terras há séculos.

Estes agroestrategistas agrupam uma complexa coalizão de interesses, articulando a mídia para defender o mercado de *commodities* e relativizar os efeitos das mudanças climáticas; e os intelectuais, como especialistas para legitimar seus objetivos através da criação de ideias, inovações tecnológicas,

políticas e planos para o setor agrícola e agrário.

Álvarez Benavides (2005), na análise da globalização de acordo com a visão de Bourdieu discute que, o poder da globalização está na força do capital simbólico, que impõe um modelo neoliberal ao conjunto de países e cidadãos, produzindo formas autoritárias de dominação e relações de dependência, tendo como consequência direta o declínio do Estado Social, o empobrecimento dos países economicamente subdesenvolvidos e a estagnação dos direitos sociais conquistados.

Portanto, as agroestratégias representam relações antagônicas na luta de classes. De um lado estão empresários nacionais e transnacionais do agronegócio, setor energético e minerador que apoiados pelo governo brasileiro implementam uma política nacional de desenvolvimento baseado no discurso ufanista do "desenvolvimento" e "progresso". Do outro lado, estão os cidadãos, populações tradicionais ocupantes dos territórios brasileiros que lutam para defender os direitos minimamente já conquistados.

Estes territórios estão se transformando em regiões de interesses do capital, tal fenômeno é considerado recente e está sendo vivenciado em toda América Latina, onde o capital para expandir suas fronteiras, precisa extirpar "as inconveniências", "as externalidades", ou seja, os povos que secularmente habitam estes territórios.

## **2. Agronegócio e expropriação camponesa: o caso dos municípios de Barra do Ouro, Goiatins e Campos Lindos**

Os municípios de Barra do Ouro, Goiatins e Campos Lindos estão localizados na região noroeste do Estado do Tocantins, no Brasil. Esta região é conhecida como *Anel da Soja*, visto que, faz parte de conjunto de municípios produtores de soja. (ver figura 1.)



Nestes municípios centenas de famílias camponesas estão sendo alvo das estratégias de expansão de terras para o agronegócio da soja e sofrendo com dois tipos de expropriações originais: primária e parlamentar, como denomina Virgínia Fontes (2010: 44-54).

No primeiro caso, já apontado anteriormente, é a forma clássica em que o capital separa os trabalhadores de seus recursos sociais de produção, impedindo-os da reprodução de suas condições objetivas. No segundo caso é a expropriação por decreto, através da promulgação de leis que extinguem ou dão poder a terceiros sobre terras tradicionalmente ocupadas.

Os camponeses dos municípios de Barra do Ouro e Goiatins estão vivenciando o caso clássico de acumulação primitiva do capital, que se dá por meio da forma direta e violenta de cercamentos de terras. Este processo se iniciou em meados dos anos 90, quando chegou à região um grupo de catarinenses com interesse na compra de terras para a produção de soja. Este fato desencadeou a especulação imobiliária provocando um aumento do preço de terras, motivando alguns posseiros a venderem suas terras para latifundiários e demais proprietários de terra do grupo de catarinenses.

Nesta mesma época, migrou para região uma família de Santa Catarina, liderada por Emílio Binotto que afirmava ser dono de uma área de 37.516.766 ha (terras da união)<sup>5</sup>, localizada na Gleba Tauá. A partir de então começou uma perseguição a essas famílias camponesas. Vale lembrar que conforme o documento elaborado pela Divisão de Regularização Fundiária na Amazônia (2012) a área total da Gleba Tauá possui apenas 17.735.000 ha.

Os fazendeiros, intermediários de Emílio Binotto, para intimidar e expulsar os posseiros que não quiseram vender suas terras passaram a utilizar-se de métodos fraudulentos para "convencê-los", apresentando títulos de terra irregulares emitidos pelo Instituto de Terras do Tocantins – ITERTINS argumentando que as terras lhes pertenciam, caracterizando grilagem de terras.

A Comissão Pastoral da Terra – CPT ainda não sabe exatamente o número de famílias que viviam na Gleba Tauá. A CPT realizará um levantamento social em torno desta terra, para identificar o número real de famílias, mas acredita que mais de 80 (oitenta) famílias viviam há mais de 60 anos nessa terra.

Destas, a maioria, (em torno de sessenta) com medo, saíram de suas terras, mas

---

<sup>5</sup>Dados retirados da Peça Informativa elaborada pela Divisão de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – SRFA-09 Palmas-O Fevereiro de 2012.

19 (dezenove) famílias resistiram e não aceitaram a expulsão. Assim, estes fazendeiros passaram a agir de forma ainda mais violenta, com apoio do aparelho estatal através da intervenção da Polícia Militar (PM) de Filadélfia, um município vizinho.

Os fazendeiros com o apoio da PM exigiam que estas famílias abandonassem suas terras e como estes se recusaram, queimaram então suas casas, mataram seus animais de trabalho (basicamente equinos) e o gado, passaram com trator em cima de suas roças, colocaram cruzeiros e velas nas entradas das suas posses (ameaça simbólica). E como tudo isso não fosse o bastante, contrataram pistoleiros que estão ameaçando de morte os (as) camponeses (as) que estraram na justiça com Ação de Manutenção de Posse em 05 de novembro de 2010 contra Emilio Binotto para defender o direito de continuar vivendo em suas terras<sup>6</sup>.

As famílias ficaram estão cercadas pelo plantio de soja (ver figura II), sofrem pelo envenenamento dos rios, a morte dos animais de caça (complemento da alimentação familiar), a baixa produtividade das roças de subsistência, o que está dificultando a criação dos pequenos animais, que faz parte da balança nutricional das famílias.



**Figura 2** – Imagem de Satélite que mostra a propriedade de Raimunda Pereira dos Santos, na Gleba Tauá, completamente cercada pela lavoura da soja.

**Fonte:** Relatório de Vistoria elaborado pelo Engenheiro Agrônomo do INCRA/ SRFA-09. Dezembro 2011.

Desde 1995, estes camponeses lutam na justiça para defender seu território com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR e da CPT. Este apoio foi intensificado em 2012, pois os camponeses conseguiram mobilizar órgãos e entidades responsáveis para discutirem o problema de violência e grilagem de terras que estão sofrendo.

No dia 26 de junho de 2012, ocorreu uma Audiência Pública na Gleba Tauá, em que estavam presentes representantes do Ministério Público Federal, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto de Colonização e Reforma Agrária, Ouvidoria Agrária Regional, Terra Legal, Defensoria Pública Agrária, Polícia Federal, Delegacia Agrária e Polícia Militar.

Os representantes destes órgãos se comprometeram em punir o mais rápido possível, os pistoleiros já identificados, que queimaram as casas dos posseiros e que estão ameaçando-os de morte e se comprometem ainda averiguar os abusos cometidos por parte de policiais, como também o cadastramento dos posseiros que ocupam a Gleba Tauá.

Assim, atualmente, encontra-se em fase de regularização o processo de titulação das terras para as famílias que ficaram em suas posses. Está ocorrendo também um levante de um grupo de aproximadamente 80 (oitenta) famílias que ocuparam a Fazenda Santa Rosa (conhecida também por Fazenda Binotto), dentro da Gleba Tauá e se organizando para conseguir a retomada da terra.

Os municípios de Goiatins e Barra do Ouro são municípios de baixa densidade populacional. Segundo o IBGE/2010 em Goiatins residem 12.064: destes 7.115 habitantes residem no campo e 4.949 na cidade. E em Barra do Ouro, a população é 4.123 habitantes: 1.937 vivem no campo e 2.186 na cidade.

Nestes municípios não há expectativas de emprego urbano, a maior parte de seus habitantes vivem do trabalho no campo e a chegada da soja provocou a expulsão dos trabalhadores de suas terras e o êxodo rural, agravando ainda mais a pobreza na região, além é claro, do desmatamento em grande escala e problemas de saúde por causa do uso abusivo dos agrotóxicos.

Já os camponeses de Campos Lindos sofreram a Expropriação Parlamentar. Em 1997 o governador do Estado do Tocantins José Wilson Siqueira Campos assinou o Decreto 436 desapropriando uma área de 105.000 ha, na Serra do Centro, para fins de utilidade pública na implantação do Projeto Agrícola de Campos Lindos.

Segundo o Relatório: *"Do sertão à Periferia – a expropriação Camponesa*

*pela Expansão da soja*<sup>7</sup>, com o processo de desapropriação em Campos Lindos, as famílias de posseiros, que há décadas moravam na área objeto de desapropriação foram totalmente ignoradas pelo Estado no início da implantação do projeto.

Estas famílias nunca foram contatadas ou informadas sobre tal projeto pelos órgãos estaduais, apenas em março de 1998 o STR de Campos Lindos tomou conhecimento que o Governo do Estado havia emitido documento de posse da área de 105.000ha. A partir de então, os posseiros foram descobrindo que suas terras estavam sendo invadidas por empresários vindos de diferentes partes do país ou, então, destinadas à reserva legal do projeto, sem nenhuma negociação a respeito.

Segundo reportagem da Revista *Época* (2001, p.70), que traz no título *Negócios entre amigos*, estas terras foram doadas compulsoriamente pelo então governador Siqueira Campos com lotes de mais de 1.000 ha a pessoas aliadas ao governo e residentes em outros Estados (São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Maranhão e Goiás) de outro país (Portugal) e do próprio Tocantins.

Dentre eles o ex-presidente da Infraero Adyr da Silva (1.541ha), o ex-senador Casildo Maldaner (1.550ha), Tiago Bergonsi Turra (1.188ha), o ex-ministro da agricultura Dejandir Dalpasquale e seu filho Luiz Otávio (3.400ha), a então presidente da Federação da Agricultura no Estado do Tocantins (FAET), atual senadora Kátia Abreu (1.263ha), o presidente da Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), Emiliano Botelho (1.731ha).

Este método de expropriação das terras camponesas no Tocantins se assemelha ao caso analisado por Marx, ocorrido na Inglaterra no século XVIII, onde a lei tornou-se um veículo de roubo das terras pertencentes ao povo. Conforme Marx, (2009, p.838), o processo de doação de terras a proprietários privados é uma forma de roubo que assume o contorno parlamentar, que por meio de decretos, tornam os bens comuns propriedades particulares através do cercamento de terras comuns onde os senhores de terras se presenteiam com os bens do povo. O caso aqui analisado difere em apenas um aspecto: foi o próprio Estado quem presenteou os senhores de terras com os bens do povo.

Estes produtores selecionados estão ligados a grandes cooperativas agrícolas,

---

<sup>7</sup>Este estudo foi elaborado pela Comissão Pastoral da Terra-CPT, Universidade Federal do Tocantins-UFT, Alternativas para Pequena Agricultura do Tocantins - APA-TO e FASE em Maio de 2006. Está disponível em [www.fase.org.br/](http://www.fase.org.br/)

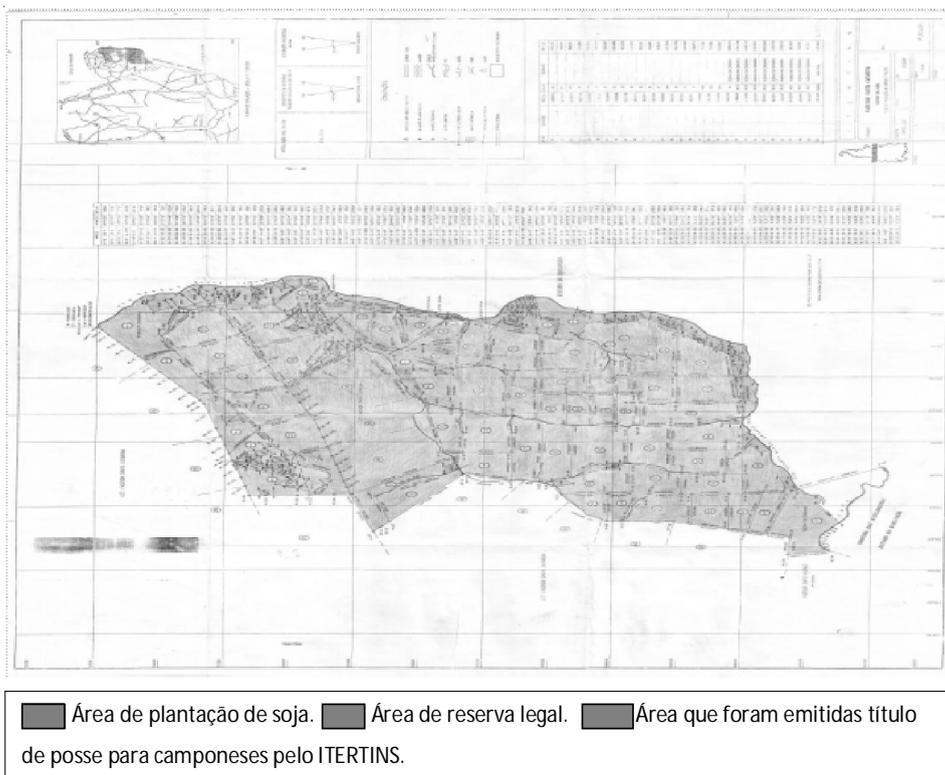
geralmente do Sul do Brasil, os quais assumem um sistema de produção e de comercialização que exerce um papel de influência e de demonstração de sucesso para os demais produtores de suas regiões.

Na época da desapropriação das terras, apareceram 27 (vinte e sete) fazendeiros reivindicando o direito de indenização, alegando serem ocupantes dos lotes com mais de 2.000 ha cada da fazenda Santa Catarina (desapropriada pelo decreto estadual). No entanto, muitos destes fazendeiros nunca foram vistos na região e receberam a indenização do governo estadual. (Processo Administrativo 08127.000074/97-82).

O Presidente do ITERTINS na época alegou o fato de que os 27 (vinte e sete) fazendeiros não tinham direito algum sobre a indenização milionária (R\$ 1.013.672,30, sendo R\$ 10,31 o valor de hectare) que receberam dos cofres públicos em 2001. No entanto, o Estado nada fez para reverter os pagamentos indevidos dessas indenizações.

Em relação à expulsão e cercamentos de terra por decreto parlamentar em Campos Lindos, desde 1995, estes camponeses, com apoio STR, brigam na justiça contra esta expropriação e após diversas mobilizações e intensas denúncias 82 famílias que viviam há mais de 40 (quarenta) anos na região foram contempladas com os títulos de posse emitidos pelo ITERTINS. Segundo relatório da CPT Araguaia/Tocantins, as áreas tituladas para os posseiros se sobrepõem às áreas destinadas à reserva legal do projeto (reserva em sistema de condomínio).

Como o projeto de produção da soja está consolidado neste município, estes camponeses que moram nas áreas de reserva legal, estão novamente sendo expulsos de suas terras, sofrendo a pressão por estarem reassentados na área de reserva ambiental, cercados pela produção de soja e acabam abandonando ou vendendo suas terras e migrando para a periferia da pequena cidade, sem renda, sem emprego e sem casa. (ver Figura 3).



**Figura 3** – Mapa da área Produzido pela CPT Araguaia-Tocantins.

**Fonte:** Comissão Pastoral da terra Araguaia/Tocantins, 2012.

Conforme ainda informações da CPT, antes da implantação do Projeto Agrícola de Campos Lindos, existiam na região da Serra do Centro muito mais do que as 82 famílias que foram contempladas com a titulação de suas posses.

Atualmente, o conflito entre camponeses e sojicultores se agrava, pois, está ocorrendo um movimento de resistência à expropriação de terras pelas famílias que foram excluídas do processo de regularização de posse, juntamente com outras que recentemente ocuparam parte das terras que outrora foram tituladas. Este movimento se fortalece a medida que, as famílias que foram reassentadas na reserva ambiental das áreas de plantio de soja estão se organizando contra as ameaçadas de expulsão da Associação PLANALTO (Associação dos plantadores de soja) que está movendo uma ação judicial de reitegração de posse contra estas famílias, alegando que as mesmas são invasoras da reserva

legal do projeto.

Segundo ainda o Relatório elaborado pela CPT, APA-TO, FASE e UFT, o agronegócio da soja trouxe ao município de Campos Lindos e para os camponeses inúmeros problemas sociais e ambientais. As terras dos camponeses estão sofrendo pela agressão do uso dos agrotóxicos sendo que as águas estão contaminadas, alterando o sistema produtivo das populações camponesas.

Outro prejuízo trazido pelo agronegócio da soja foi a diminuição significativa do extrativismo do buriti, pequi, buritirana que fazia a complementação alimentar. O gado antes criado solto agora está cercado para garantir a expansão da soja; houve diminuição das terras de plantio, aumento das pragas como: pulgão no feijão, cigarrinha, vaquinha no milho, amarelão, cascudinho, gafanhoto.

No Parecer Técnico Conjunto NATURATINS/IBAMA Nº 003/2004, estes órgãos de fiscalização ambiental apresentaram um conjunto de 34 (trinta e quatro) exigências socioambientais a serem cumpridas pela Associação de Plantadores do Alto Planalto (plantadores de soja da região) para a concessão da Licença Prévia (24) e de Instalação (10) do projeto agrícola.

Após três anos, o Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, depois da vistoria no local, publicou o Parecer Técnico Nº 33/2007, pelo qual se constatou que dos 24 (vinte e quatro) condicionantes para a liberação da Licença Prévia, apenas 4 (quatro) foram apresentados parcialmente e das 10 (dez) condicionantes para a licença de Instalação nenhum projeto foi apresentado. Isto significa dizer que, o Projeto Agrícola Campos Lindos desde o início está atuando de forma irregular e irresponsável, sem nenhum compromisso com as exigências legais que minimizariam os impactos ambientais e os conflitos sociais desta produção no município.

Campos Lindos é município com IDH muito baixo. Em 2000 o IDH de Campos Lindos foi de 0,580, ocupando a 131ª posição no Estado e 4.968ª no Brasil. Segundo dados do IBGE de 2000, 84% da população de Campos Lindos vive na pobreza e 62,4% na extrema indigência, ou seja, não ingerem o mínimo de calorias diárias para sobreviver. Em contrapartida, o município é recordista de exportação de soja representando em 2011, 42,06% do total da soja exportada pelo Estado de Tocantins.

Portanto, a produção da soja não apresentou nenhuma melhora para a maioria da população do município, pelo contrário agravou ainda mais a situação de pobreza e exclusão que havia no município. Já para a minoria de agroestrategistas, a aliança entre Estado e empresas apoiada pelo poder judiciário foram cruciais para a consolidação do agronegócio da soja nesta região.

Empresas multinacionais, como a Cargill, a Bunge, a Multigreen e a Agrenco, se instalaram no município, fornecendo aos produtores de soja créditos fáceis e mercado garantido. Da safra colhida, 90% é escoada para o porto de Itaqui/MA, de onde sai em direção aos mercados norte-americanos e europeus. Os 10% restantes, parte mínima, vai para as granjas do nordeste e para esmagadora da Bunge.

Desta forma, os processos de expropriações de terras nos Municípios de Goiatins, Barra do Ouro e Campos Lindos transformaram os camponeses em "estranhos em sua própria terra" (Thompson, 1998). Mas em ambos os casos de cercamentos das terras (original e parlamentar) nestes municípios, os camponeses resistiram à violência e expropriação de seus territórios.

Entendemos o território, na perspectiva defendida por Almeida (2004), como espaços construídos histórica e socialmente por pessoas que o ocupam e estabelecem suas identidades coletivas exercendo o controle e a gestão dos recursos naturais e devem ter direito de ter e manter o território já ocupado.

### **Considerações finais**

Procurou-se neste trabalho a partir do conceito de acumulação primitiva, compreender os atuais processos de acumulação de capital como uma condição de continuidade para a acumulação capitalista.

Observa-se que está ocorrendo uma ação articulada do capital mundial reordenando as formas de produção e conseqüentemente de métodos para a contínua acumulação de capital, provocando a fragilização dos trabalhadores e precarização dos direitos já conquistados. Especialmente na América latina, tem ocorrido o reordenamento da estrutura fundiária com a ampliação de terras para o agronegócio, desterritorizando camponeses, indígenas e quilombolas.

Estes contínuos processos de acumulação do capital está transformando trabalhadores em "cavaleiros errantes", sempre migrando em busca de terra e trabalho. Mas também nota-se que os atingidos por esta onda planetária de desenraizamento estão criando formas de resistência velada e armada em defesa de seus direitos e suas formas de reprodução de vida.

Nesta perspectiva, podemos concluir que a ação dos camponeses de luta em defesa dos seus territórios contra o agronegócio, faz parte de uma luta histórica do capital contra os trabalhadores, considerando que o capital está sempre se renovando e desenvolvendo novas estratégias de acumulação como tendência histórica do processo de expropriação do trabalho humano.

Mas, entendemos também que a resistência desses camponeses se apresenta,

mesmo que localmente, como a capacidade destes de impor limites à própria reprodução do capital, colocando-se como sujeitos históricos, que, mesmo não estando diretamente vendendo sua força de trabalho para o capitalismo como operário fabril, estão sendo separados dos meios de produção perdendo seus bens comuns para os agroestrategistas, recusando-se a condição de sujeição a esta corrida "normal" da acumulação primitiva.

## Referências

ALMEIDA, A.W.B. Agroestratégias e Desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: RODRIGUEZ, J.E.B; RUFINO, M.R.C.F; RUFINO, D.M; SANTOS, D.T dos. (Orgs.). **Fronteiras, Diálogos e Intervenção Social no Contexto Pan-Amazônico**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012, p.267-307.

\_\_\_\_\_. Terras tradicionalmente ocupadas: processo de territorialização e movimentos sociais. **Estudos Urbanos e Regionais**. Revista da Associação Nacional de Estudos Urbanos e Regionais - Anpur. v.6, n.1, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <[www.anpur.org.br](http://www.anpur.org.br)>. Acesso em: 20/04/2012.

ALVAREZ BENAVIDES, A.N. La globalización según Bourdieu. **Cuadernos de Trabajo Social**, n.18, ano 2, p.121-135, 2005. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/CUTS/article/view/CUTS0505110121A>>. Acesso em: 10/06/2012.

DE ANGELIS, M. Marx and primitive accumulation: The continuous character of capital's "enclosures". **Revista The Commoner**, n. 2, September, 2001. Disponível em: <[www.thecommoner.org](http://www.thecommoner.org)>. Acesso em: 20/04/2012.

CASTILHO, M.W.V.; CASTRO, J.G.D.C. **Do Sertão à Periferia: a expropriação camponesa pela expansão da soja**. Araguaína – TO: FASE/CPT/APA-TO, 2006. Disponível em: <[www.fase.org.br](http://www.fase.org.br)>. Acesso em: 23/06/2012.

FONTES, V. **O Brasil e o Capital-Imperialismo** – teoria e história. 1. ed. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 2010.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005. 201p.

MARX, K. **O Capital**: Crítica à Economia Política. Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: Crítica à Economia Política. vol. 2. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2009.

MIDNIGHT Notes Colletive. **The New Enclosures**. Reprinted from Midnight Notes 10, 1990, The Commoner, n.2, September, 2001. Disponível em: <[www.thecommoner.org](http://www.thecommoner.org)>. Acesso em: 12/05/2012.

REVISTA ÉPOCA. Negócios entre amigos. **Revista Época**, ed. 147, 12 mar, p.70, 2001.

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum**. Companhia das Letras, São Paulo, 1998.

# ASSENTAMENTO HORTO BUENO DE ANDRADA: SUBORDINAÇÃO DA TERRA AO CAPITAL AGROINDUSTRIAL E CONTRADIÇÕES COM O MODO DE VIDA CAMPONÊS

*Dorival Borelli Filho<sup>1</sup>  
José Gilberto de Souza<sup>2</sup>*

**Resumo:** O presente estudo visa analisar o processo de espacialização e territorialização do agronegócio sucroalcooleiro na espacialidade dos projetos de assentamentos rurais de reforma agrária através da lógica de subordinação da terra pelos processos de arrendamento e subsunção formal do trabalho por intermédio das estratégias de assalariamento, promovendo o absentismo rural, processo esse, juridicamente, alicerçado na Portaria 77/2004 do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), tendo como seu objeto empírico de pesquisa, o projeto de assentamento estadual Horto Bueno de Andrada, localizado na Região de Araraquara, estado de São Paulo. A pesquisa de campo neste projeto de assentamento rural foi realizada no mês de julho de 2012, sendo que, para tanto, foram selecionados aleatoriamente três grupos familiares arrendatários/fornecedores de cana-de-açúcar para a agroindústria canavieira, residentes nos lotes 2, 5 e 28, cujas entrevistas semiestruturadas foram gravadas e seus trechos mais significativos encontram-se transcritos no decorrer deste trabalho. Através da realização desta pesquisa de campo e munidos de uma cópia do "contrato de parceria" estabelecido entre os grupos familiares assentados com a agroindústria canavieira (Usina Maringá), tornou-se possível constatar

---

<sup>1</sup>Doutorando em Geografia – Unesp/Rio Claro.dorivalborelli@ig.com.br

<sup>2</sup>Docente do Departamento de Geografia – Unesp/Rio Claro. jgilbert@rc.unesp.br

Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

que esse processo de inserção e apropriação territorial engendrado pelo capital agroindustrial fez com que se introduzissem lógicas e práticas sócio-territoriais nesta espacialidade da reforma agrária que podem ser consideradas como indiferentes e antagônicas à economia e/ou ao modo de vida camponês (o sujeito histórico da reforma agrária), a destacar-se: a concentração fundiária; a monocultura agrícola (produção de cana-de-açúcar); o uso de mão de obra assalariada, com a conseqüente exploração do trabalho humano, não somente do capital agroindustrial, mas também de um beneficiário assentado da reforma sobre outro assentado, além de prováveis prejuízos ocasionados ao meio ambiente mediante, especialmente, o uso de agrotóxicos (herbicidas e inseticidas), o descarte da vinhaça e a prática da queima da palha para a "limpeza" da cana-de-açúcar, elementos esses que vêm promovendo uma destruição de saberes, valores e práticas sócio-espaciais camponesas que remontam ao período colonial brasileiro.

**Palavras-chave:** Assentamento Horto Bueno de Andrada; Arrendamento; Subordinação da terra; Desregulação fundiária; Capital agroindustrial.

***Abstract:** This study aims to examine the territorial and spatial restructuring process of sugarcane agribusiness including the ethanol processing activities in the spatial dynamics of rural agrarian reform settlements through the logic of land subordination by leasing processes and the subordination of labor through wages strategies that can help reduce absenteeism in rural areas, under the Decree 77/2004 of the Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), whereas the Horto Bueno de Andrada in Araraquara, São Paulo State (Brazil), which is a State project, was the purpose of this empirical research. The field research was conducted in this rural settlement project in July 2012, and, for this purpose, three family groups living in plots 2, 5, and 28, who were leaseholders and sugarcane growers that supply the sugarcane agroindustry were randomly selected to participate in the study; the data were collected and recorded through semi-structured interviews and the most significant excerpts have been transcribed in this work. Through this field research and provided with a copy of the partnership agreement established between the settled family groups and the sugarcane agroindustry (Maringá Mill) it was possible to observe that this insertion and territorial ownership of industrial capital allowed for the implementation of social and territorial logic practices into this spatial structures of agrarian*

*reform, which can be deemed to be indifferent or antagonistic in matters of economics or to the peasant way of life (the historic individual of agrarian reform), highlighting the elements such as: land concentration; monoculture agriculture (sugar cane production); the establishment of salaried employment, with the consequent exploitation of human labor; where they are not only subordinated to industrial capital but exploration can also occur between groups, i.e., some of the land reform beneficiaries are benefited over the others; and in addition, the likely damage caused to environment in particular due to the use of pesticides (herbicides and insecticides) and the practice of pre-harvest burning of sugarcane straw. All of these factors have been implicated as causes of the destruction of traditional knowledge and values, and socio-spatial practices of peasants dating back to the colonial era.*

**Keywords:** *Horto Bueno de Andrada settlement; Leasing; Subordination of the land; Leasing; Agro-industrial capital.*

## **Introdução**

O presente artigo objetiva analisar o processo de espacialização e territorialização engendrado pelo agronegócio sucroalcooleiro na espacialidade dos projetos de assentamentos rurais de reforma agrária através da lógica de subordinação da terra pelos processos de arrendamento e subsunção formal do trabalho por intermédio das estratégias de assalariamento<sup>3</sup>, promovendo o absentismo rural, processo esse, juridicamente, alicerçado na Portaria 77/2004 do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), que "Disciplina o plantio de culturas para fins de processamento industrial em projetos de assentamentos estaduais", tendo como seu objeto empírico de pesquisa, o projeto de assentamento estadual Horto Bueno de Andrada, localizado na Região de Araraquara, estado de São Paulo.

---

<sup>3</sup>A subsunção formal é a primeira forma de subordinação do trabalho ao capital objetivando a sua valorização e possui como pressuposto teórico a supressão do produtor direto de seus meios de produção e subsistência e a sua transformação em trabalhador assalariado, condição esta que impõe a subordinação deste ao capitalista, que se apropria desses meios, monopolizando e transformando-os em capital, em forças de coerção contra os trabalhadores (MARX, 1978).

A pesquisa de campo foi realizada no mês de julho de 2012, para tanto, foram selecionados aleatoriamente três grupos familiares arrendatários/fornecedores de cana-de-açúcar para a agroindústria canavieira, residentes nos lotes 2, 5 e 28, cujas entrevistas semiestruturadas foram gravadas e seus trechos mais significativos são transcritos no decorrer deste trabalho. Pretendeu-se também analisar em que medida uma reduzida escolarização formal e a ausência de formação política promovida por um movimento social camponês poderiam vir a facilitar, dentre outras causas e condicionantes, assim como o seu inverso, a inserção do capital agroindustrial neste projeto de assentamento de reforma agrária, não pretendendo, contudo, significar qualquer forma de preconceito, mas somente situar o leitor nas falas dos assentados a presença de elementos de resistência às investidas do setor sucroalcooleiro sobre a espacialidade da reforma agrária<sup>4</sup>.

Os procedimentos metodológicos próprios a essa análise teórica consistem em partir do empírico abarcar as suas relações com outros conjuntos empíricos, investigar a sua gênese histórica e o seu desenvolvimento interno e reconstruir, no plano do pensamento, todo esse processo. O circuito investigativo recorre compulsoriamente à abstração, retornando comumente ao seu ponto de partida e, a cada retorno, compreendendo-o de modo cada vez mais inclusivo e abrangente. Os acontecimentos, a cada nova abordagem, se apresentam como produtos de relações históricas crescentemente complexas e mediatizadas, podendo ser contextualizados de modo concreto e inseridos no movimento maior que os engendra. A pesquisa, portanto, procede por aproximações sucessivas ao real, abarcando a história dos processos simultaneamente às suas particularidades internas (NETTO, 2004).

Compreende-se neste trabalho que a dimensão territorial se estabelece a partir de práticas sócio-espaciais apropriativas e que engendram dimensões e relações claras de poder. O território seria o primeiro modo de dar significado às relações de poder e as mudanças na organização das relações sociais

---

<sup>4</sup>Apesar do verificado processo de valorização do espaço rural brasileiro, especialmente, a partir dos anos 90, resquícios de preconceitos contra o rural e, em especial, sobre os projetos de assentamentos rurais ainda persistem e encontram-se prontos para serem utilizados pela ideologia capitalista, preconceitos esses que, contudo, não emergem do nada, estes "brotam da dominação e compõem cirandas perversas no gigantesco caleidoscópio das ideologias, com suas descontinuidades, ilusionismos e inversões" (WHITAKER, 2009, p. 35).

correspondem às mudanças nas representações de poder e, portanto, na sua própria constituição (SOUZA, 2009). Diante deste aspecto objetivou-se, ainda, compreender as dimensões das práticas sócio-espaciais dos sujeitos e em que medida elas consolidam o território, no âmbito das relações sociais de produção.

Desta forma, na realização desta pesquisa de campo, solicitou-se também aos assentados entrevistados que realizassem a produção de uma espécie de croqui do seu lote familiar com as áreas de produção agrícola anteriores ao processo de arrendamento para a agroindústria canavieira, a fim de melhor compreendermos as transformações ocorridas na paisagem rural com a inserção do capital agroindustrial neste projeto de assentamento, ou seja, de que maneira ocorreu a substituição das culturas agrícolas familiares pela monocultura da cana-de-açúcar e, neste processo, a mudança de práticas sócio-espaciais e a perda de identidade deste espaço como território da reforma agrária.

### **Caracterização sócio-espacial do objeto empírico da pesquisa**

A Microrregião de Araraquara, localidade do estado de São Paulo, além do projeto de assentamento Horto Bueno de Andrada, possui outros dois projetos de assentamentos rurais que resultaram de distintas políticas públicas gestadas nos últimos vinte anos: o Monte Alegre, também sob a responsabilidade do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e o Bela Vista do Chibarro administrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). As primeiras áreas do projeto Monte Alegre (Monte Alegre I, II, III e IV) começaram a ser instaladas entre os anos de 1985 e 1986, ainda durante a gestão do governador Franco Montoro (1983-1986), sendo que a sua completa ocupação ocorreu quase uma década depois. Atualmente, o assentamento conta com 6 áreas e 358 lotes familiares (FERRANTE, 2002).

A área de implantação do projeto de assentamento Horto Bueno de Andrada, a antiga Fazenda Monte Alegre, foi adquirida pelo governo do estado de São Paulo ainda no decorrer da década de 1940, mediante arrecadação de impostos, com o objetivo de produzir madeira através da plantação de eucalipto para a construção da Estrada de Ferro Araraquarense, mas, durante a década de 1970, com a criação da Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA) a propriedade tornou-se ociosa e, sob a coordenação da CAIC (Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora), diversas empresas organizadas conseguiram obter financiamento do governo federal para exploração da madeira. Em 1984, diversos trabalhadores começaram a reivindicar a área, a qual havia sido abandonada pela CAIC, para fins de reforma agrária, o que veio a se concretizar no ano de 1985 (PMA *et al*, 2009).

As primeiras 32 famílias de trabalhadores rurais sem-terra que adentraram a área, em agosto de 1985, eram "ex-boias-frias" (homens e mulheres)<sup>5</sup>, que estavam fugindo do desemprego, ocasionado, sobretudo, pela elevação da mecanização do corte da cana-de-açúcar. Dessa maneira, a ocupação da terra surge como uma alternativa ao desemprego que assolava a região em meados da década de 1980 (FERRANTE, 2000), assim como nos demonstra o depoimento a seguir:

A terra pra mim significa grande coisa, porque, na época, a gente não tinha aonde trabalhar e hoje eu amanheço o dia, anoiteço mexendo com meus animais, com as minhas coisas, então, pra mim é muito bom isso aí (Assentado Rural, 2012).

Posteriormente, somaram-se a essas famílias 16 grupos familiares oriundos dos municípios de Cravinhos, Urupês e Pontal. Em outubro de 1985, foi criado o núcleo II, sendo assentadas 38 famílias, a maioria da cidade de Sertãozinho, que estavam no município de Pradópolis em uma área da Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA). No ano de 1986, são formados os núcleos III, cujas famílias eram compostas de assalariados migrantes do estado de Minas Gerais, e IV, cuja maioria das famílias eram provenientes do município de Guariba (PMA *et al*, 2009). Em 1987, a área V do Monte Alegre é ocupada por 35 famílias, em boa parte oriundas do município de Sertãozinho, assentadas somente em 1991. Em 1997, a área que viria a ser o núcleo VI do assentamento é ocupada por 250 famílias, das quais 88 são assentadas, e finalmente, em 1998, a antiga sede do horto florestal é ocupada, sendo regularizada sob a denominação PA Horto de Silvânia com 19 famílias assentadas, no que é considerado uma extensão do PA Monte Alegre (KURANAGA, 2006).

O projeto de assentamento Horto Bueno de Andrada foi criado pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo, em 1997, durante a primeira gestão do Governo Mário Covas (1995-1998), simultaneamente, a criação do núcleo VI do projeto de assentamento Monte Alegre, em uma área total de 472,41 hectares,

---

<sup>5</sup>O processo de proletarização vivenciado pelos boias-frias não significou, necessariamente, uma ruptura dos possíveis vínculos com a terra, no sentido de "desenraizamento", fato que, por sua vez, remete à exigência de remodelagens das interpretações usualmente dadas ao processo de modernização/expropriação e proletarização rural (FERRANTE, 1992).

anteriormente, pertencente à Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP) e, atualmente, comporta 31 famílias de trabalhadores rurais assentadas. As dimensões desse projeto de assentamento, além da origem comum do processo de mobilização das famílias assentadas no local e os núcleos familiares que foram assentados no núcleo VI do assentamento Monte Alegre, fazem com que o horto possa ser considerado uma espécie de apêndice do grande projeto de assentamento Monte Alegre (FERRANTE, WHITAKER, 2010).

O PA Horto Bueno de Andrada localizado na fronteira estrutural entre o espaço rural e o urbano, pode ser considerado como um projeto de assentamento rural periurbano<sup>6</sup>, dada sua proximidade com o distrito de mesmo nome localizado entre os municípios de Matão e Araraquara, a noroeste do município sede dessa região (Araraquara). O distrito de Bueno de Andrade é constituído por cerca de 360, distribuídos em uma dezena de quarteirões, possuindo uma capela, uma estação de ferroviária, onde funciona a subprefeitura e uma praça central, que vem se transformando em um centro gastronômico.

### **O contrato de "parceria" com a agroindústria canavieira**

O compromisso particular ou contrato de "parceria" de plantio, cultivo e fornecimento de cana-de-açúcar nas safras ou no ciclo canavieiro 2008 a 2012, firmado, em 2007, entre os grupos familiares assentados no PA Horto Bueno de Andrada com a agroindústria canavieira (Usina Maringá), juridicamente, fundamentado na Portaria ITESP nº 77/2004, estabelece como obrigações dos arrendatários/fornecedores assentados a destinação de metade do lote familiar, equivalente a 6,4 hectares ao plantio de cana-de-açúcar por 18 meses, comprometendo-se ainda as famílias a entregarem toda a produção advinda dessa área (moagem ou mudas) para a unidade industrial, sob pena de responderem judicialmente por perdas, danos e multas, incluindo-se ainda com sua responsabilidade o dever de planejar, efetuando todos os serviços, desde o

---

<sup>6</sup>O espaço periurbano tem se constituído em uma significativa temática de discussão em razão das recentes transformações ocorridas nas áreas de transição rural-urbana, verificando-se no espaço rural, a expansão de conteúdos e formas urbanas, assim como o estabelecimento de novas relações com o espaço urbano. O espaço periurbano é dotado de uma complexidade espacial, revelando que as áreas de transição rural-urbana são espaços complexos de diferenciação social em que coexistem tensões, conflitos e idiossincrasias (NORONHA; HESPANHOL, 2011).

preparo do solo até a colheita e transporte da cana, de acordo com as técnicas exigidas para a cultura.

Contudo, a Portaria ITESP 77/2004, em seu Artigo 9º, inciso I, não estabelece de forma compulsória, assim como o faz o "contrato de parceria", a entrega de toda a produção por parte dos assentados para o setor sucroalcooleiro, mas a obrigação de aquisição da totalidade da produção de cana-de-açúcar por parte da agroindústria canavieira, o que representa uma inversão na relação entre as partes:

Artigo 9º – Os compromissos e os contratos de compra e venda, celebrados entre os assentados e as agroindústrias, instruirão o procedimento de elaboração do projeto e, obrigatoriamente, deverão conter cláusulas que disponham sobre:

I – compromisso de compra da totalidade da produção na época da safra, especificando-se a área e a espécie plantadas (ITESP, 2004).

O "contrato de parceria" quanto às relações trabalhistas e ao emprego de mão de obra nas atividades de plantio e colheita da cana-de-açúcar estabelece que essas operações agrícolas serão realizadas, exclusivamente, por pessoas que constituem a força de trabalho residente no projeto de assentamento, e o que é mais aterrador, exime-se o setor sucroalcooleiro de quaisquer obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais, responsabilizando os assentados empregadores a observarem todas as leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias, sindicais, e, especialmente, as relativas às normas de segurança e de saúde do trabalho, respondendo por todas estas obrigações, inclusive autuações e indenizações por acidentes de trabalho de seus assentados empregados.

Cláusula 4ª – Os PROMITENTE (S) VENDEDORE (S), em conformidade com os incisos III e IV do artigo 186 da Constituição Federal, compromete (m)-se a observar rigorosamente as leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias, sindicais, e especialmente relativas às normas de segurança e de saúde do trabalho, referentes aos serviços por eles executados, e responderão por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais, inclusive autuações e ainda indenizações por acidentes de trabalho, de seus empregados, prepostos ou auxiliares.

Este processo consolida não apenas uma dinâmica de exploração e subsunção

do trabalho, que efetivamente se estrutura sob a coordenação da Usina, mas que aparece juridicamente sob a responsabilidade do assentado, como também instaura uma lógica de exploração do trabalho, alterando relações e sociabilidades de trabalho cooperativo, trabalho comum, em trabalho individual e assalariado dentro dos assentamentos.

Ainda quanto à produção, o compromisso particular prevê que caso os assentados empregadores não disponham, de imediato, de todos os subsídios técnicos, mecânicos e financeiros necessários para a implementação da cultura da cana-de-açúcar, o setor sucroalcooleiro poderá realizá-lo, mediante o fornecimento de mudas, adubos, herbicidas, equipamentos de proteção individual e todas as operações de plantio da cultura. Contudo, o valor total apurado das mudas, insumos e serviços fornecidos ou prestados pela usina serão cobrados e descontados dos seus créditos por ocasião do recebimento da produção.

Cláusula 6ª – O valor total apurado das mudas, insumos, e serviços eventualmente fornecidos ou prestados pela COMISSÀRIA COMPRADORA nos termos das cláusulas 4.1 e 5ª, serão cobrado(s) do(s) PROMITENTE(S) VENDEDORE(S) e descontados dos seus créditos junto à COMISSÀRIA COMPRADORA, por ocasião do recebimento pelas canas entregues, aos preços usuais e praticados junto aos demais fornecedores, de acordo com a tabela constante no Anexo I, e que após assinada pelas partes passará a fazer parte integrante deste compromisso. Os valores expressos em toneladas e cana por hectare deverão ser convertidos em reais pelo preço da tonelada de cana vigente à época da entrega das canas.

Este instrumento jurídico aponta não apenas a transferência de custos de produção ao assentado, sob os quais ele não tem controle de preços, o que pode representar uma estratégia de apropriação da renda, mas também subliminarmente abre espaço para os processos de gestão e coordenação do trabalho realizado nos lotes, ainda que juridicamente expresso sob a responsabilidade dos assentados<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup>A análise desta relação de "parceria" estabelecida entre os grupos sociais assentados com o setor sucroalcooleiro remete ao estudo realizado por José de Souza Martins, em "O Cativo da Terra", sobre o sistema de colona-to, que vigorou na Fazenda Ibicaba, no ►►

Apesar da iniciativa, incentivo e anuência da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), o "contrato de parceria" estabelecido entre as famílias assentadas e o setor sucroalcooleiro exime a instituição e o Estado de São Paulo de quaisquer responsabilidades contratuais, fiscais, trabalhistas, securitárias, tributárias, sendo as compromissárias suas únicas responsáveis<sup>8</sup>. Dessa maneira, o papel desempenhado pela instituição restringe-se a aprovar e acompanhar a execução do projeto de fornecimento de cana-de-açúcar, fornecendo orientações técnicas, podendo ainda solicitar adequações contratuais, assim como elaborar relatórios sobre o resultado das safras, da produção e dos valores recebidos pelos assentados.

Cláusula 12<sup>a</sup> – As partes estão cientes de que a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP, fundação pública criada pela Lei estadual nº 10.207/99, instituída pelo Decreto nº 44.944/00, ANUI ao presente contrato na qualidade de Administradora do projeto de Assentamento onde se localiza o lote agrícola aqui envolvido. Essa anuência não envolve quaisquer responsabilidades pelos compromissos ou obrigações das partes, inclusive incidências contratuais, fiscais, trabalhistas, securitárias, tributárias ou outras, de qualquer natureza, sendo as compromissárias suas únicas responsáveis. A anuência visa aprovar e acompanhar a execução do presente projeto, inclusive fornecendo orientações agrônômicas, podendo, dentre outros direitos inerentes às suas atribuições institucionais e em consonância com as disposições da Portaria nº 77/2004, requerer adequações contratuais, bem como relatórios específicos

---

►►decorrer da segunda metade do século XIX, expresso da seguinte maneira em seu contrato: "vendido o café por Vergueiro & Cia pertencerá a estes a metade do seu produto líquido, e a outra metade ao (...) colono. Entretanto, o parceiro era onerado em várias despesas, a principal das quais era o pagamento do transporte e gastos de viagem dele e de toda a sua família, além da sua manutenção até os primeiros resultados do seu trabalho. Diversos procedimentos agravavam os débitos, como a manipulação das taxas cambiais, juros sobre adiantamentos, preços excessivos cobrados no armazém (em comparação com os preços das cidades próximas), além de vários abusos e restrições que, no caso da Ibicaba, logo levaram a uma rebelião. Esses recursos protelavam a remissão dos débitos dos colonos, protelando a servidão virtual em que se encontravam" (MARTINS, 1979).

<sup>8</sup>Em seu Artigo 9º, inciso V, a Portaria ITESP 77/04 também exime a instituição de quaisquer responsabilidades contratuais, fiscais, trabalhistas, securitárias, tributárias "(...) ficando a Fundação ITESP isenta de qualquer obrigação proveniente desse contrato" (ITESP, 2004).

do resultado de cada safra, da produção da gleba e dos preços pagos.

12.1. – Toda e quaisquer responsabilidades decorrentes deste contrato, serão tratadas entre as partes contratantes, ficando o Estado de São Paulo bem como a Fundação ITESP isentos de quaisquer obrigações e ou responsabilidades deles oriundas.

Quanto ao término desse compromisso, o contrato estabelece que ao final, caso os assentados resolvam continuar explorando o lote familiar com o cultivo da cana-de-açúcar, em igualdade de condições com terceiros, terá preferência à usina contratante. Contudo, se os termos contratuais não bastassem o compromisso responsabiliza ainda os assentados arrendatários/fornecedores pela fiscalização sobre eventuais incêndios que venham a ocorrer com o canavial por culpa, dolo, caso fortuito ou força maior, e que, em decorrência, possam ocasionar prejuízos ambientais ou a terceiros, respondendo pelos danos que eventualmente vierem a ocorrer nos termos da legislação, responsabilizando-os junto aos órgãos fiscalizadores por eventuais ações e multas que possam ser aplicadas ao imóvel rural e respectiva área cultivada com cana-de-açúcar, devendo ainda, no desenvolvimento da cultura, observar a legislação ambiental e demais técnicas quanto à preservação do solo, nascentes, rios, fauna e flora.

Cláusula 16ª – O(s) PROMITENTES VENDEDOR(ES) se compromete(m) em demarcar, fazer e manter limpos os aceiros nas divisas existentes nos imóveis em todas as áreas cultivadas com cana-de-açúcar, principalmente nas divisas com caminhos e carregadores, reservas florestais e matas ciliares, etc. nos termos da legislação própria. É ainda de responsabilidade do(s) mesmo(s), a fiscalização sobre eventuais incêndios que possam ocorrer com o canavial, quer sejam por culpa, dolo ou ainda de caso fortuito ou força maior e que em decorrência possam causar prejuízos junto ao meio ambiente ou terceiros, respondendo pelos danos que eventualmente vier a ocorrer nos termos da legislação e se responsabilizando junto aos órgãos fiscalizadores, por eventuais ações multas que possam advir relativamente ao imóvel e respectiva área cultivada com cana-de-açúcar. Deverão ainda, na condução da referida cultura, observar sempre a legislação ambiental e demais técnicas quanto à preservação do solo, nascentes, rios, fauna, flora, etc.

A análise desta cláusula que se remete as questões ambientais representam uma transferência de responsabilidade que em verdade respondem pelo maior

número de infrações e descumprimento a legislação ambiental realizadas pelo setor sucroalcooleiro, como apresenta SOUZA (2008):

Relativamente a esta questão, a produção de etanol tem cada vez mais violações ambientais em comparação com outros setores produtivos do estado. O setor produtor de etanol e açúcar lidera uma lista de multas por poluição ou desrespeito a legislação ambiental em todos os setores da indústria. Os dados, de acordo com a CETESB (Cia. de Tecnologia de Saneamento Ambiental), foram 102 procedimentos aplicados às áreas de produção de cana-de-açúcar de janeiro de 2007 a abril de 2008, que agregam CAN \$ 4,8 milhões (dólares canadenses). Segundo a CETESB o setor acumula até esta data 14.124 multas e advertências <sup>9</sup>.

Finalizado a análise do "contrato de parceria", verifica-se que a sua Cláusula 21<sup>a</sup> estabelece que se os assentados arrendatários/fornecedores vierem a violar quaisquer de suas cláusulas e/ou condições, a esses será aplicada uma multa contratual equivalente a 60 toneladas de cana-de-açúcar por hectare, ao preço apurado pelo sistema CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo), para cada ano a vencer, até o término do compromisso firmado. Tal multa, em caso de ação judicial, será ainda acrescida de 20% para cobertura de honorários advocatícios do setor sucroalcooleiro, bem como as despesas processuais que incidirem, além das perdas e danos a serem apuradas em razão de eventuais despesas que a usina tiver efetuado. Cláusula que representa a imposição e controle sob os assentados que muitas vezes apresentam dificuldades de entendimento de seu teor de obrigação e responsabilização econômica.

---

<sup>9</sup>Concernant cette question, la production d'éthanol présente de plus en plus d'infractions environnementales comparativement à tout autre secteur productif d'Etat. Le secteur producteur d'éthanol et de sucre conduit une liste d'amendes appliquées pour pollution ou irrespect à la législation environnementale entre tous les secteurs de l'industrie. Les données, selon la Cetesb (Cia. Technologique d'Assainissement Environnemental), ont été élevées à 102 procédures appliquées à des usines, (depuis janvier 2007 jusqu'à avril 2008), qui rajoutent CAN\$ 4,8 millions. Selon la Cetesb, il a y eu 14 124 amendes et avertissements, notifications au secteur (SOUZA, 2008).

## Os resultados da "parceria" com o setor sucroalcooleiro

Através da pesquisa de campo tornou-se possível ainda constatar que o início do processo de espacialização e territorialização do capital agroindustrial, especificamente, do agronegócio sucroalcooleiro neste projeto de assentamento, originário da política estadual de reforma agrária ocorreu, em termos contratuais, a partir do ano de 2007, ou seja, três anos após a publicação da Portaria ITESP 77, de 27 de julho de 2004, que em verdade veio à tona no sentido de "normatizar" práticas que já se estabeleciam informalmente nos assentamentos da região.

Nós temos o que (...) tiramos dois anos, nós não tiramos o ano passado, nem esse ano, mas os outros dois anos para trás nós tiramos (...). Não, nós não tivemos arrendamento. Aqui nós plantamos a cana como se fosse nossa. Então a gente negociou com a usina (...) aquele trabalho familiar, não tem nada arrendado aqui com a usina. Tanto que a gente trabalhou dois anos e as canas não saiu bem e já me integraram a terra (Assentado Rural, 2012).

Além do arrendamento de parte do lote familiar (50%)<sup>10</sup> para o setor sucroalcooleiro, a partir da realização da pesquisa, tornou-se também possível constatar, nas falas dos assentados, que neste assentamento estão também ocorrendo subarrendamentos interfamiliares (genitores aos descendentes), assim como nos descreve um assentado rural:

A minha aqui é diferente, a minha aqui eu até pago para o meu pai, essa terra aqui que a gente está usando, tanto aqui, como lá embaixo, eu pago um pouquinho, vamos supor R\$ 250, 00 reais por mês que eu pago para ele, é tipo um arrendamento, para ajudar ele, a minha parte é essa (Assentado Rural, 2012).

Além da anuência da instituição estatal responsável pela administração deste projeto de assentamento, a Fundação ITESP, que deveria zelar pelo bom

---

<sup>10</sup>A Portaria ITESP 77/2004, em seu Artigo 2º, estabelece que: "As culturas para fins de processamento industrial poderão, a requerimento do interessado, ser implantadas nos lotes com área de até 15 (quinze) hectares, ocupando até 50% (cinquenta por cento) da área total, e, nos lotes com área superior a 15 (quinze) hectares, ocupando até 30% (trinta por cento) da área total" (ITESP, 2004).

cumprimento da função social ou dos objetivos econômicos, sociais e ambientais da política de reforma agrária no estado de São Paulo, mas que, no caso em estudo, promoveu uma desregulação das terras, prestando-se ainda ao papel de intermediar as negociações contratuais entre as famílias assentadas e a agroindústria canavieira, também contribuiu para a territorialização do capital agroindustrial na espacialidade da reforma agrária.

Destaca-se que a ausência de formação e organização social e política dos grupos sociais assentados, ou melhor, a ausência de um sindicato rural ou movimento social que desse continuidade à liderança social e política exercida pela Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), desde o trabalho de mobilização, ocupação e acampamento (pois, ao que tudo indica, as famílias foram lançadas a própria sorte após o assentamento definitivo) pode representar um marco de substituição do protagonismo social das lideranças para a dominação do discurso técnico-científico, produtivista e economicista dos agentes de "assistência rural" do ITESP. Percepção muito clara nas falas dos assentados, quase como uma reprodução do discurso de convencimento à adoção dos contratos de parceria, que se coadunam às cláusulas da portaria daquele instituto.

Não, sim, foi tudo acompanhado, realmente (técnicos da Fundação ITESP), o que eu estou falando para você, aqui, é tudo controlado dentro da portaria do ITESP, não tem nada ilegal, é tudo coisa dentro da lei mesmo (Assentado Rural, 2012).

Não, não foi tudo bem acompanhado pelo ITESP, veio os engenheiros, tudo, marcaram certinho, foi tudo medido com GPS, então, não passou nada a mais, nada a menos do que tá no contrato mesmo, foi tudo certinho mesmo (Assentado Rural, 2012).

(...) a única coisa que disseram na reunião (técnicos do ITESP) era que tinha custeio, essas coisas aí, tipo assim, tem isso aí para a cana, se vocês quiserem pegar, tem investimento para pedirem para a cana (Assentado Rural, 2012).

Ainda em termos materiais, outro condicionante que facilitou a inserção do capital agroindustrial neste projeto, transformando-o em um território do agronegócio sucroalcooleiro a partir de um processo de "desterritorialização sócio-produtiva" do campesinato foi o descaso político com que vem sendo, historicamente, tratada a reforma agrária em todo o país e, em especial, no

estado de São Paulo, ao resumir-se a uma mera distribuição quantitativa de terras, sem as complementares e indispensáveis políticas públicas em continuidade à desconcentração fundiária: assistência técnica no momento necessário; política de apoio à comercialização/escoamento da produção, mas, especialmente, no caso em estudo, a política de crédito/financiamento na época apropriada. Na ausência dessas condições estruturais, o campesinato realizou uma precária territorialização nesta espacialidade, sendo, facilmente, desterritorializado (em suas diversas dimensões materiais e imateriais) pelo agronegócio sucroalcooleiro.

No projeto de assentamento rural em estudo, as famílias assentadas não se encontravam em condições materiais de realizarem investimentos e o custeio da produção. Notadamente, não dispunham de recursos financeiros para realizarem a "limpeza" e o preparo do terreno para o plantio de gêneros alimentícios, ou seja, a destoca (retirada) das antigas ramas (tocos) de eucalipto da antiga Fazenda Monte Alegre. Frente a essas condições materiais, a simples publicação de uma portaria que permitiu o estabelecimento de "parcerias negociais" com o setor sucroalcooleiro surgiu como uma possibilidade no horizonte de solução a essa problemática, que, via de regra, deveria ser solucionada pela instituição estatal responsável pela administração do assentamento.

A gente fez essa parceria por causa de preparar o terreno que tinha muito toco, era eucalipto e a gente não tinha condição de arrancar, não tinha trator, não tinha um nada e teve essa brecha do governo do Estado, que deixou pra gente plantar meio lote de cana e aí a gente aproveitou e fizemos a parceria com a Usina Maringá, veio o ITESP, a parceria com o ITESP que ajudou a Maringá e os assentados se reuniram e decidimos plantar (Assentado Rural, 2012).

Nós ficamos cinco anos arrendado. Na época, meu pai, eu estudava, não tinha de entrar com recurso aqui, porque a gente não tinha de onde tirar, por exemplo, para trabalhar em 6 hectares, na verdade, você tem que ter dinheiro para começar, então a gente não tinha condições, arrendamos, a usina fez, destocou, arou, passou calcário, trabalhou em cima da terra, preparou o solo, senão a gente não tinha condições de pagar uma máquina para destocar, passar calcário, depois vem o plantio, que é muito caro, agente não tinha condições (Assentado Rural, 2012).

Além desses condicionantes de ordem material, devemos também considerar, em uma perspectiva mais simbólica, para a compreensão desse processo de

sujeição do território camponês ao capital agroindustrial, que entre as famílias assentadas, a terra além de possuir o seu valor de uso, passa a ser concebida como propriedade privada, assume-se um valor de troca, envolvendo dimensões subjetivas camponesas, cuja materialidade se estabelece na lógica de expansão do setor sucroalcooleiro pelo campo, evidenciando a construção de uma representação de desenvolvimento e de valor aos assentados superior ao valor de uso da terra, afirmando-se, dessa maneira, como uma mercadoria passível de ser negociada.

A terra como propriedade privada cinge um valor monetário (troca) e cinde dimensões subjetivas camponesas. Exemplo concreto se estabelece na lógica de expansão do setor sucroalcooleiro em áreas de assentamentos rurais, e evidencia a construção de uma "noção de desenvolvimento" e de valor aos camponeses superior ao "valor" de uso, consolidando-o como mercadoria. Essa nova representação da terra (que não é ideal, é concreta) favorece práticas de arrendamento e tendencialmente a concentração fundiária (SOUZA, 2009, p. 121).

Como consequência dessa perspectiva, essa percepção da terra como valor de troca também favoreceu a prática do arrendamento neste projeto de assentamento, destacando-se também uma percepção rentista/produtivista da terra como elemento facilitador.

Vamos dizer assim, a cana tem uma utilidade boa para nós, aliás, para todo o setor, porque é um dinheiro que entra a mais, porque hoje se você vai plantar cultura, o milho hoje é baixo, então a cana trás um dinheiro melhor. A gente plantou 3 hectares, 50% do sítio, isso aí foi entrado pela portaria do ITESP, nós não fizemos nada ilegal, foi tudo dentro da lei, então, funciona assim (Assentado Rural, 2012).

Essa parceria com a usina foi muito bom pra gente, fiz uma granja, eu planto ainda um alqueire e meio de milho, esse ano só nesse alqueire deu 164 saca de milho, às vezes, eu emprego alguém, para me ajudar a limpar a granja, ajudar eu adubar a cana, jogar um esterco, aí eu tenho que arrumar gente, porque sozinho é difícil (Assentado Rural, 2012).

Nesse "sistema de parceria" estabelecido entre as famílias assentadas e a agroindústria canavieira, em razão desses grupos familiares não disporem à época

da assinatura do contrato de recursos financeiros (capital originário), estas entraram nesse sistema somente com a cessão (arrendamento) do terreno, transformando a terra em uma mercadoria negociada com o capital agroindustrial. O preparo solo para o plantio, o fornecimento de insumos químicos e mecânicos e equipamentos de proteção individual aos trabalhadores rurais foram todos cedidos pelo setor sucroalcooleiro, que também empregou a mão de obra residente neste projeto de assentamento rural, denotam tendencialmente um processo de proletarização da classe camponesa.

A parceria com a usina a gente se reuniu um grupo aqui de dentro e procuramos a usina pra que a gente pudesse estar negociando com ela. Ela fazendo toda a manutenção, o que é a manutenção? - Ela surcava a terra, plantava, aliás, nós fomos registrados pela usina, plantando também a cana, registrado, fazendo o serviço nosso, porque tendo esse serviço aí do projeto, a usina não poderia trabalhar com gente de fora, então nós trabalhamos plantando pra nós mesmo, é tanto que foi em norma legal (Assentado Rural, 2012).

A usina entrou com as máquinas, destocou, fez o preparo do solo, fez curva de nível, jogou calcário, preparou o solo, sulcou, vendeu a muda pra gente, pra plantar, aí os assentados se reuniram, a usina emprestou o registro dela, porque não pode trabalhar sem ter o registro, sem luva, sem bota, tem que trabalhar tudo bem equipado, sem óculos, não pode trabalhar sem esse equipamento e a gente não tinha, e aí a usina emprestou, emprestou um ônibus também, aí o pessoal de reuniu, fez acho duas turmas aí conseguimos plantar (Assentado Rural, 2012).

No entanto, ainda sobre esse processo de subsunção do trabalho camponês mediante as estratégias de assalariamento faz-se necessário esclarecer que os assentados que não dispunham de tempo para realizarem o preparo do solo e o plantio da cana-de-açúcar em seu lote familiar, pois se encontravam trabalhando fora deste em serviços temporários no espaço urbano, acabaram por assalariar outros assentados, relação trabalhista essa que nem um pouco condiz com o modo de reprodução social da classe camponesa, pautado, sobretudo, no uso de mão de obra familiar e em relações não capitalistas de produção.

Ao estabelecerem essas relações trabalhistas de produção, os assentados do PA Horto Bueno de Andrada estariam reproduzindo nesta espacialidade da reforma agrária a velha fórmula da acumulação capitalista de produção em que o pouco capital inicial (dinheiro) empregado na contratação de mão de obra

(assentados), mediado pela terra possibilitou a geração de mercadorias (cana-de-açúcar), que entregues agroindústria canavieira, possibilitam a reprodução ampliada do capital (dinheiro) em quantidade superior ao valor inicial. Neste "sistema de parceria", estabelecido neste projeto de assentamento rural a fórmula que expressa o cálculo da acumulação capitalista pode ser resumida da seguinte:  $D - M - D'$ .

Ao término desse processo de apropriação territorial pelo capital agroindustrial o que se verifica na espacialidade deste projeto de assentamento, quanto ao uso e ocupação do solo pela agroindústria canavieira, é que as áreas de pastagem e as antigas áreas de estocas de eucalipto da Fazenda Monte Alegre, que poderiam ter sido substituídas por uma policultura orgânica em perfeita consonância com a economia camponesa, foram suplantadas pela monocultura predatória da cana-de-açúcar.

Contudo, contrastando com a monocultura da cana-de-açúcar ainda é possível se observar na constituição da paisagem agrícola dos lotes familiares a presença de pomares (laranja, limão, caju, etc.), hortaliças, criação de bovinos e suínos e animais de corte em granjas: (...) *o meu é horta, nada de cana, que não tem significado nenhum para mim. Agora, pra mim aqui é tudo, pra mim é tudo, já levanto dedicado pra isso, é o que sustenta eu, tanto não só eu, como minha família* (Assentado Rural, 2012). A Portaria ITESP 77/04, em seu artigo 5º, estabelece que: "O projeto técnico deverá incluir, ainda o plantio de gêneros alimentícios, ocupando, no mínimo, a terça parte da área remanescente, considerando a vocação do solo e ouvindo o beneficiário sobre a espécie agrícola a ser cultivada" (ITESP, 2004).

Diante dessas condições materiais, as famílias beneficiárias assentadas no PA Horto Bueno de Andrada encontrar-se-iam em uma situação considerada por Ramos (2009) como intermediária para a reforma agrária frente a situações mais desejáveis e indesejáveis, ao destinarem parte do lote familiar (50%) para a produção de subsistência/autoconsumo com o plantio de pomares, hortaliças e criação de gado, suínos, caprinos, comercializando o excedente, a fim de adquirir produtos não produzidos no lote familiar. Neste sentido, o arrendamento de parte do lote para produção comercial (cana-de-açúcar), com trabalho temporário/permanente (pessoal e/ou familiar) fora do lote familiar, desconfiguraria, no seu entendimento, ainda que em parte, a política de reforma agrária.

A coleta dos dados da pesquisa de campo revelou além da tendencial proletarização da classe camponesa, situações de acomodação, uma perda de autonomia, liberdade e controle do assentado sobre o espaço, o tempo, o

território e o processo produtivo, às quais também se soma uma perda de rentabilidade, pois assim como estabelece o "contrato de parceria", todos os recursos empreendidos pelo setor sucroalcooleiro (a fim de viabilizar a produção de cana-de-açúcar) são descontados dos créditos das famílias arrendatárias/fornecedoras na entrega da produção, descontos esses que podem atingir a terceira safra em um contrato de cinco anos.

(...) foi descontado os gastos. Agora, por exemplo, chegou, colhemos dois anos, no segundo ano, era para a usina assim, é ajudar, porque, na época aqui era terra de eucalipto, não chegou aquela conclusão que nós queríamos, mas eles deixaram quieto, a gente têm um pouco de criação e mantém a criação na terra, então para nós não foi prejuízo (Assentado Rural, 2012).

Dentro do contrato mesmo, a gente só têm um ano, mas mesmo assim pra mim ela abriu mão, para que eu pudesse fazer o que eu quisesse da terra, a gente não procurou ir atrás de contrato, porque para mim era bom, porque eu tenho o gado, agora, se fosse assim apelar, o que poderia acontecer? - Nós estávamos em forma ilegal com ela, porque nós estávamos com gado na terra, mas ela estava ilegal com nós, porque nós não estávamos tendo lucro da terra, então ficou em maneira igual (Assentado Rural, 2012).

A gente não tinha recursos, por isso que arrendamos. Hoje, a gente, graças a Deus, temos condições de entrar com recurso direto, não por causa da cana, porque a cana não dá nada, isso aí só empata, tanto é que do meu pai, se fosse minha, não tinha nenhum pé de cana aí, isso aí é só para não deixar a terra sem nada, porque não vira nada, tanto é que a gente tem a horta aqui, o que a gente tira num mês aqui, a cana vai num ano (Assentado Rural, 2012). A usina veio e preparou o solo, passou o calcário, subsolou, gradeou, plantou. Primeiro ano o que a usina colhe, o meu pai não tem nada, tudo o que a usina gastou já é descontado na primeira safra aí, por exemplo, na segunda safra, sobrou alguma coisa ainda para descontar, ainda é descontado na segunda safra, talvez vai até para a terceira safra, são cinco safra só, às vezes, sobra duas para o meu pai, às vezes, não sobra, ainda vai da produção da cana (Assentado Rural, 2012).

O problema aqui, eu já falo, não dá, cana o rendimento é pouco, rendimento é pouco, não compensa aplicar em cana hoje, quem tem, eu, a minha opinião, quem tem terra, tipo assim, como nós, eu não sei falar para você quem tem cinco, cinquenta alqueire de terra tudo bem, quem tem aqui do assentamento não se aplica em cana, não compensa (Assentado Rural, 2012).

À perda de rentabilidade das famílias arrendatárias/fornecedoras e prováveis prejuízos à segurança alimentar soma-se também o fato de que os assentados que não conseguiram atingir os índices de produtividade estabelecidos pelo agronegócio sucroalcooleiro e que, hipoteticamente, estariam ocasionando prejuízos à agroindústria canavieira, a Usina Maringá, simplesmente rompeu o contrato de parceria, sem nenhum ônus a empresa contratante, estabelecendo esse compromisso particular com outras famílias assentadas, assim como nos relata um assentado:

(...) as pessoas ficaram devendo para a usina, aí a usina hoje, a empresa pra não perder nada, aí ela investiu para tirar aquele que estava perdendo e passou a lucrar. Agora, nós, como nós não tivemos nem assim dívida com ela, nem nada, ela não se manifestou, porque nós estávamos empatado, eu não te devo, nem você me deve, então, você não está tendo lucro eu também não, então ficou nessa aí. (...) o que foi aumentado o contrato, foi só essas duas famílias (...) rasgaram o contrato e fizeram outro, as duas famílias só (Assentado Rural, 2012).

Frente a essas condições contratuais notadamente desiguais, as famílias assentadas que ainda permanecem nesta "relação de parceria" estão, paulatinamente, readquirindo ao término do contrato de arrendamento as suas terras, ou seja, estão deixando a condição de meros arrendatários para se tornarem fornecedores da agroindústria canavieira, objetivando ainda maiores lucros com a renda da terra. Outro indicativo que demonstrou prováveis prejuízos às famílias assentadas, sinalizando que, provavelmente, esse sistema de parceria não se consolidará futuramente é o número de contratos firmados com o setor sucroalcooleiro que com o passar dos anos e safras vem paulatinamente diminuindo.

Vem diminuindo (número de contratos), porque é pra gente cuidar da cana e trabalhar no lote, então, o pessoal, às vezes, não deu conta de pagar uma hora de trator ou de carpir, precisa de cuidado também, precisa adubar, carpi, uma hora precisa passar o herbicida, então, aí foi diminuindo, tem gente que deu dois anos, três anos de corte, o meu está no quinto ano e está muito bom, venho cuidando bem, comprei um trator bom, eu mesmo estou cuidando, eu mesmo adubo, eu mesmo passo herbicida, carpo, formiga, tudo eu que faço (Assentado Rural, 2012).

Quando começou, no outro contrato que teve, quase todo mundo, hoje, se ficou,

se for quatro a cinco arrendatário, pessoas que trabalham, não é arrendatário, são como nós também, fornecedores, mas é pouco também, 30% acho que tem, nesse assentamento aqui de Bueno (Assentado Rural, 2012).

Montamos aqui a horta, depois arrendamos um pouco para a cana, ano retrasado era arrendado para a cana, mas a partir desse ano não é mais arrendado, a gente trabalha em cima por quilo, faz tudo e o arrendamento da terra não tem mais nada. Agora, nós estamos como fornecedor, não somos mais arrendatários, nada, nada, nada é arrendado aqui (Assentado Rural, 2012).

Apesar desse processo de sujeição da renda da terra ao capital agroindustrial que inseriu lógicas e práticas neste projeto de assentamento antagônicas aos objetivos econômicos, sociais e ambientais da reforma agrária, verificando-se nesta espacialidade a concentração fundiária, a monocultura agrícola, a proletarianização da classe camponesa e o uso de agroquímicos representam a perda de identidade deste território como reforma agrária, pois a política pública passaria a ser compreendida como mera desconcentração e regularização fundiária, a emissão de títulos de concessão de uso da terra e/ou um terreno adequado ao plantio "de gêneros alimentícios".

Continua sim, porque a reforma agrária ela é uma coisa que nunca uma reforma agrária ela passou a ter um documento definitivo, assim, uma escritura definitiva, então, a propriedade do Estado, que seja federal que não tem um documento definitivo continua sendo uma reforma agrária, porque o ideal poderia ter um documento definitivo, porque têm muitos trabalhadores que moram na cidade e ele passa a morar aqui, ele investe seu recurso aqui, às vezes acontece que falece algum, morre algum, aquele investimento dele lá da cidade está aqui dentro, entendeu, o ideal era que o governo federal passa-se a dar um documento definitivo, porque, vamos dizer, vai morrendo titular, vai passando pra filho, então, os recursos estão na propriedade (Assentado com Ensino Fundamental Incompleto, 2012).

(...) se acontecer o que eu estou te falando, o governo dê-se um documento definitivo, uma escritura aí a gente poderia até trabalhar melhor, porque a gente ia ao banco, a gente fazia negócio, hoje, quando a gente vai fazer um negócio, hoje, é tudo apoiado pelo Itesp, entendeu, então, se eles não apoiarem você está fora, funciona as coisas assim (...). O título de posse hoje é uma segurança, né, futuramente pra a família, agora, o que acontece hoje aqui,

por exemplo, eu morro, fica pra mulher, se a mulher morre, às vezes, fica para algum que está morando na terra, que está trabalhando na terra, se não tem ninguém fica para o Estado, então o investimento fica perdido, você entendeu, não poderia ser assim (Assentado com Ensino Fundamental Incompleto, 2012).

Ainda continua sendo, só que melhorou bastante, porque agora o terreno está limpo, se alguém quiser continuar na cana continua, senão pode plantar um milho, uma soja, o que ele quiser, está bem preparado, tem bastante curva de nível, está bem feitinho, ficou muito bom (Assentado com Ensino Fundamental Completo, 2012).

No entanto, os trabalhadores rurais assentados que dispõem de outra consciência acerca de seu papel social e da importância histórica de luta, demonstrando um senso crítico sobre sua realidade levantam questionamentos sobre a lógica e prática produtiva inserida nesta espacialidade da reforma agrária, asseverando que a produção de uma *commoditie* agrícola (cana-de-açúcar) neste projeto de assentamento, instituído com recursos públicos, reproduziria a lógica de produção do capital agroindustrial, distorcendo o que pode ser considerado como o principal objetivo econômico ou função social da reforma agrária, qual seja produção de alimentos de qualidade a fim de atender uma demanda do mercado interno, a ocupação familiar, a preservação ambiental e não a prática de produção de uma monocultura a fim de atender uma demanda do mercado internacional de *commoditie* agrícola.

O depoimento apresentado a seguir apresenta elementos de resistência ao processo de subordinação da terra ao capital agroindustrial (arrendamento), podendo ser caracterizando como um discurso típico da contra ideologia, revelando ainda uma tomada de consciência de alguns grupos familiares assentados, demonstrando à práxis atuando sobre a percepção do oprimido frente ao fenômeno da exploração.

Em minha opinião, eu acho que não deveria não, plantar (cana), porque já não entrar, não encaixa num assentamento, eu assim, em minha opinião, eu acho que deveria plantar assim consumo tipo hortaliça, milho essas coisas tudo bem, mas menos cana (...). O assentamento como essas terras aqui não são nossas, é do governo, é nossa assim entre aspas, a gente tinha que produzir alimento, o povo está precisando mais de que, mais comida, dessa parte, porque o assentamento, a reforma agrária, o governo já instituiu isso

para plantio de alimento, agora, a cana eu acho que não vem a ser alimento (Assentado com Ensino Superior Completo, 2012).

(...) Eu tenho a minha opinião, eu sou o filho, eu não sou o dono da terra, claro, posso ser futuramente. Meu pai é outra opinião, para ele tanto faz, porque ele é aposentado, tanto faz ele plantar como não plantar, dá na mesma, essa parte aqui, que eu tenho aqui, que é minha, eu faço o que eu quero, agora, aquilo lá, que é dele, ele faz o que ele quer. Em minha opinião, eu não plantaria (cana), por exemplo, ele falar para mim: aquilo lá é tudo seu agora, se vira, arrancaria toda a cana e plantava hortaliça (...) não tem nem comparação, e outra é, uma coisa a gente estar ali, pratica, trabalha em cima, é gostoso até de trabalhar, agora a cana você vai fazer o que com a cana, por ano, o meu pai tira R\$ 5 mil (reais), agora você divide por mês para ver quanto dá, não sei, não dá nada (Assentado com Ensino Superior Completo, 2012).

Vai de cada pessoa, mas o futuro é difícil assim falar para você, mas eu acredito que pelos menos aqui, no assentamento de Bueno, cana não vai existir mais, dessa forma, do jeito que é não, não compensa, mesmo se compensasse, não deveria permitir, porque, em minha opinião, aqui no assentamento o governo já liberou isso para plantio tipo assim de alimento, não de cana, a não ser um hectare, menos, meio para plantar para um gado, para alimentar um gado, mas não para arrendamento para a usina, em minha opinião, não serviria, eu acho, mas vai de cada um (Assentado com Ensino Superior Completo, 2012).

Por último se considera que a percepção rentista/produtivista emerge também entre os assentados quando questionados sobre o futuro do projeto de assentamento Horto Bueno de Andrada e do "sistema de parceria" estabelecido com o setor sucroalcooleiro, afirmando que essa relação está condicionada ao preço pago pela tonelada de cana-de-açúcar por hectare colhido, ou seja, este relacionamento dependerá do excelente momento vivenciado por esse setor da economia brasileira desde 2003, em razão dos atrativos preços do açúcar no mercado internacional, esta lógica de mercado (oferta e demanda) desconsidera processos mais profundos do sistema de produção capitalista, dentre elas as estratégias monopolistas que o setor tem realizado.

### **Considerações finais**

Ao término deste estudo convém ainda considerar que o projeto de assentamento em estudo oriundo da política de reforma agrária e gerido pelo

77/2004 (que institui as chamadas "parcerias negociais", promovendo um verdadeiro processo de desregulação fundiária, indispensável à expansão do capital agroindustrial), vem caracterizando-se como um modelo convencional de assentamento rural de reforma agrária, focado exclusivamente na lógica da renda da terra, do rentismo/produtivismo e do seu entrelaçamento com o grande capital agroindustrial, tornando-se, dessa maneira vulnerável às investidas da agroindústria, flagrantemente, marcada, no interior do estado de São Paulo, pelo setor sucroalcooleiro, revelando-se ainda como um modelo de agricultura tradicional ambientalmente insustentável no âmbito da própria política de reforma agrária, não respondendo ainda pelos objetivos e/ou valores sociais e econômicos desta política fundiária.

O promovido processo de espacialização, territorialização, expropriação e acumulação territorial engendrado pelo capital agroindustrial através da lógica de subordinação da terra pelos processos de arrendamento e subsunção do trabalho humano mediante as estratégias de assalariamento, juridicamente, alicerçado na publicação da Portaria ITESP 77/2004, promovendo, dessa maneira, um processo de absentismo rural, fez com que se introduzissem lógicas e práticas sócio-territoriais nesta espacialidade da reforma agrária que podem ser consideradas como indiferentes e antagônicas à economia ou ao modo de vida camponês, a desta-car-se, a concentração fundiária, a monocultura agrícola (produção de cana-de-açúcar), a mão de obra assalariada, com a conseqüente exploração do trabalho humano, não somente pelo capital agroindustrial, mas também de um beneficiário assentado da reforma sobre outro assentado, além de prováveis prejuízos ocasionados ao meio ambiente mediante, especialmente, quanto ao uso de agroquímicos (herbicidas e inseticidas), o descarte da vinhaça e a prática da queima da palha para a "limpeza" da cana-de-açúcar, elementos esses que vêm promovendo uma verdadeira destruição de saberes, valores e práticas sócio-espaciais camponesas que re-montam ao período colonial.

Além de promover contradições ou mesmo uma verdadeira destruição do modo de vida camponês, processo especialmente verificado através da proletarianização da classe camponesa neste projeto de assentamento rural, no qual também podem ser observado situações de acomodação, uma perda de autonomia, liberdade e controle do camponês sobre o espaço, o tempo, o território e o processo produtivo, além de uma perda de rentabilidade, frente às ex-postas relações contratuais, que se mostraram desiguais, a Fundação ITESP tem promovido uma precária territorialização da classe camponesa nestas espacialidades, sendo, facilmente, desterritorializada pelo agronegócio

sucroalcooleiro mediante os processos de subordinação da renda da terra ao capital agroindustrial. Neste sentido, o campesinato se reproduz neste projeto de assentamento mediante as contradições engendradas pelo capital. A sujeição do território ou da produção camponesa ao capital agroindustrial e a necessidade da economia capitalista em extrair o seu excedente de produção expressam essa relação contraditória.

Ainda a respeito desse processo, convém considerar que o campesinato vem se re-produzindo nestes territórios da reforma agrária mediante relações capitalistas de produção, especialmente através da renda advinda do arrendamento da terra, não mais se configurando como um produtor de alimentos para a sociedade, mas como um proprietário de um lote familiar de produção de uma *commoditie* agrícola, a fim de atender uma demanda do mercado externo, em verdadeiro processo de negação do trabalho e da subjetividade camponesa, sendo ainda o seu território não determinado *por si e para si*, mas pelas lógicas e práticas produtivas engendradas pelo capital agroindustrial, que, em um movimento subversivo, desloca a centralidade do território do trabalho para a propriedade privada, sendo ainda que, o conjunto de efeitos sobre o trabalho, a terra e a produção agrícola consubstanciam uma determinação territorial do capital, à medida que estabelece nítidas relações de poder, uma perda do território e uma reconfiguração territorial do agronegócio.

## Referências

FERRANTE, V.L.S.B. A proletarização não tem cartas marcadas: a terra no horizonte dos bóias-frias. **Revista Reforma Agrária**. Campinas, vol. 22, nº. 3, pp. 16-23, 1992.

\_\_\_\_\_. Assentamentos rurais X dinâmica regional: impactos e tensões.

**Retratos de Assentamentos**, Araraquara: NUPEDOR/Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FCL, ano VI, nº. 8, 2000.

\_\_\_\_\_. Assentamentos rurais e poder local: os rumos da descentralização da reforma agrária. VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural. Porto Alegre, 25 a 29 de novembro de 2002. In: **Anais...**, CD-Room, 2002.

\_\_\_\_\_; WHITAKER, D.C.A. A reforma agrária diante das estratégias do

agronegócio: o caso dos assentamentos de Araraquara - SP, Brasil. VIII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural, Porto de Galinhas, 2010. In: **Anais...**, 2010.

ITESP. Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Portaria Itesp 77**. São Paulo, 2004.

KURANAGA, A.A. **Feiras do produtor**: alternativa para sustentabilidade de famílias assentadas rurais da região de Araraquara. 134 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Centro Universitário de Araraquara (UNIARA), Araraquara/SP, 2006.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Ciências Humanas Ltda., 1978.

MARTINS, J. de S. **O Cativoiro da Terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

NETTO, J.P. **Marxismo Impenitente** – Contribuição à História das Ideias Marxistas. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

NORONHA, E.O.; HESPANHOL, R.A.M. O Espaço Periurbano no Município de Jundiá-SP: características e tendências atuais. **Revista Formação**, n.15, v.1, p.85-96, 2011.

PMA – Prefeitura Municipal de Araraquara. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável 2010-2013**. 2009.

RAMOS, P. Políticas Públicas e Perspectivas de Viabilização dos Assentamentos Rurais. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.12, Uniara/Nupedor/INCRA, p.69-86, 2009.

SOUZA, J.G. **La production d'agro-carburants au Brésil: Bio-essence ou Nécro-essence?** jul. 2008. Disponível em: <<http://portailenvironnement.ca/agriculture/la-production>>. Acesso em: 16/05/2013.

\_\_\_\_\_. Limites do Território. **Agrária**, São Paulo, n.10/11, p.99- 30, 2009

WHITAKER, D.C.A. Reforma agrária e meio ambiente: superando

preconceitos contra o rural. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n. 12, Uniara/Nupedor/INCRA, p.33-46, 2009.

### **Agradecimento**

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento desta pesquisa.



# ASSIMETRIA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E RENDA ENTRE OS ASSENTADOS DA REGIÃO DE ARARAQUARA E AS AGROINDÚSTRIAS DO SETOR AVÍCOLA

*César Giordano Gênero<sup>1</sup>  
Oriowaldo Queda<sup>2</sup>*

**Resumo:** O presente artigo tem o intuito de analisar as relações de trabalho e renda que se estabelecem entre os assentados de reforma agrária do PA Horto de Bueno de Andrada – Araraquara/SP e as agroindústrias do setor avícola. Esta relação se dá através dos contratos de produção, que regulam o sistema de integração entre as partes. E é vista como uma trama de tensões, uma vez que a "parceira do frango" pode se caracterizar em arrendamento e subordinação à agroindústria, portanto contra os preceitos da reforma agrária. As agroindústrias utilizam-se das instalações dos assentados e sua mão de obra para produzir matéria-prima (as aves) para o processamento e comercialização. Diante disto, a relação se apresenta de forma assimétrica, uma vez que as agroindústrias possuem os recursos de poder necessários para subordinar o trabalho dos assentados em benefício próprio, descaracterizando a noção de parceria no sentido de benefício mútuo e igualdade entre as partes.

**Palavras-chave:** Agroindústrias; Assentamentos rurais; Avicultura; Integração.

---

<sup>1</sup>Zootecnista, Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, UNIARA.

<sup>2</sup>Professor titular aposentado da ESALQ/USP e docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, UNIARA.

**Abstract:** *This article aims to analyze the relations of work and income that are established between the settled of the agrarian reform PA Horto de Bueno de Andrada – Araraquara/SP and the agro industry of the poultry sector. This relation is through production contracts, which regulate the system integration between parties. It is seen as a web of tensions, since the "partner of the chicken" can be characterized as lease and subordinate to agro industry, therefore against the precepts of the agrarian reform. Agro industry uses the facilities of the settlers and their labor to produce raw materials (birds) for processing and commercialization. Given this, the relation appears asymmetric, since agro industry have the power resources necessary to subordinate the work of settlers for their own benefit, changing the notion of partnership in the sense of mutual benefit and equality between parties.*

**Keywords:** *Agricultural Industries; Rural Settlement; Poultry; Integration.*

## **Introdução**

As mudanças ocorridas no sistema produtivo da avicultura de corte, a partir da modernização da agricultura de avicultura industrial, modificaram totalmente as relações de produção e trabalho na atividade. No início da década de 1960, foram introduzidas no Brasil linhagens de aves melhoradas geneticamente, fábricas de rações especializadas, manejos, instalações e equipamentos voltados para produção intensiva, baseada no confinamento total das aves e na busca pelo máximo controle do sistema produtivo, dentre inúmeras outras modificações.

Este modelo, de certa forma, acompanhou o conceito de desenvolvimento proposto pela modernização da agricultura, buscando aproximar a produção agropecuária ao processamento/beneficiamento industrial. De acordo com Espíndola (2009), a expansão e a consolidação agroindustrial ocorreram pelo predomínio de empresas transnacionais, sobretudo de origem norte-americana, e pela subordinação da estrutura produtiva do setor agropecuário à lógica de transformação industrial. Diante deste processo, originaram-se monoculturas voltadas para o mercado externo e a criação de um padrão de consumo assentado no binômio carne-grãos.

O próprio governo brasileiro propôs uma série de políticas de incentivo para consolidar o moderno complexo agroindustrial avícola. Estas políticas se traduziram em créditos subsidiados à instalação de frigoríficos, difusão do modelo de padronização da produção e do consumo norte-americano e subsídios para

que os produtores adotassem o modelo de integração. Ou seja, o governo teve papel fundamental para alavancar não só a instalação de aviários fornecedores de matérias-primas para os frigoríficos como a modernização da agricultura como um todo (RIZZI, 1993).

Em contrapartida, esforços para se por em prática políticas de reforma agrária no país aconteceram de maneira tímida e sempre atreladas à desapropriações para conter as intensas manifestações dos movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores rurais, dentre outros. Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, foram criados diversos projetos de assentamentos no país, os quais iniciaram sua trajetória realizando uma contraposição ao modelo de desenvolvimento preconizado pela modernização da agricultura. Tal segmento se depara com outra realidade tecnológica

Segundo Ferrante, Almeida (2009) os assentamentos rurais se apresentam como experiências inovadoras na gestão econômica do território, expressam tensões que são reveladoras das contradições e possibilidades da chamada agricultura familiar frente ao poder do capital agropecuário e agroindustrial. Mesmo com toda pressão sofrida pelas agroindústrias presentes em seu entorno, os assentamentos se mostram como alternativas de diversificação produtiva.

A adoção de sistemas produtivos diversificados é característica marcante dos assentamentos rurais da região de Araraquara/SP. Em paralelo com as produções voltadas para o autoconsumo, existe a busca pela inserção da produção nos circuitos agroindustriais regionais, visto por muitas famílias assentadas como uma opção viável de geração de renda. Este caminho se apresentou como opção atrativa para as famílias assentadas, na medida em que analisamos a trajetória de inserção e consolidação do assentamento pesquisado na dinâmica regional, destacando uma série de dificuldades enfrentadas, como: a deficiência de políticas públicas específicas para o desenvolvimento dos assentamentos, a ausência de um planejamento específico do assentamento pelo órgão gestor, assim como problemas de descontinuidade da assistência técnica, assédio das agroindústrias, dentre outros fatores. Ou seja, uma série de questões auxiliaram para que muitos assentados investissem na construção das granjas e buscassem como alternativa de consolidação econômica a integração com os frigoríficos da região.

Porém, de acordo com Ferrante, Santos (2003), o que poderia ser a solução dos bloqueios para o desenvolvimento econômico dos assentamentos tem se revelado cheio de impasses, nos quais uma insegura melhora na renda monetária oculta a possibilidade de perda de autonomia na gestão do lote. A possível integração do assentado enquanto produtor nos circuitos econômicos que

dinamizam o mercado local/regional apresenta-se problemática. Com isso, tais relações entre assentados e agroindústrias do setor avícola são permeadas pela noção de trama de tensões (FERRANTE, 2007). Pois são diversos fatores que influenciam nos caminhos do desenvolvimento dos assentados, havendo vários que os colocam enquanto produtores de matéria-prima para as agroindústrias da região.

A integração entre os assentados do PA Horto de Bueno de Andrada e as agroindústrias do setor avícola seguem o modelo amplamente difundido no Brasil para as criações de aves e suínos. Segundo dados do relatório anual de 2012 da União Brasileira de Avicultura (UBABEF), mais de 95% da produção de frango de corte do país é realizada pelo sistema de integração.

Este sistema se configura da seguinte forma: fica a cargo dos assentados (integrados) a construção dos aviários dentro das normas pré-estabelecidas (sentido do barracão, diâmetro da tela de proteção, cortinas internas e externas, etc.) a aquisição e instalação dos respectivos equipamentos (bebedouros, comedouros, ventiladores, aspersores, etc.). Também é responsabilidade do integrado, arcar com os custos que envolvem todo processo produtivo como energia elétrica, mão de obra, aquisição da cama de frango, sistema de aquecimento (lenha e/ou gás) e água. Já as agroindústrias, possuem o incubatório, a fábrica de ração, o abatedouro, a marca comercial, os pontos de venda (tanto mercado interno como externo) e se comprometem a fornecer para o integrado, a ave de um dia, a ração de todo ciclo produtivo, os medicamentos e a assistência técnica necessária. O transporte também fica a cargo da indústria integradora, sendo ela a responsável por toda logística de entrega dos pintinhos, fornecimento de ração e transporte das aves terminadas da granja até o frigorífico.

Na integração, a agroindústria tem a possibilidade de obter matéria-prima a um custo menor do que a produção própria, onde há investimentos em terras, instalações, máquinas, além dos custos de administração e de mão de obra. Sendo assim, as agroindústrias utilizam-se das instalações, equipamentos e mão de obra dos assentados, visando obter a matéria-prima (as aves) em quantidade, qualidade e tempo adequado ao ritmo do processo produtivo do frigorífico, subjugando os assentados a este ritmo de produção.

Adotamos a perspectiva de análise desta relação a partir de uma rede de poder (PAULILLO, 2000). Esta é uma construção social definida a partir de conexões complexas entre organizações distintas e dependentes de recursos de poder – constitucionais, políticos, financeiros, tecnológicos, organizacionais e jurídicos. Tais recursos estão cada vez mais distribuídos desigualmente entre os

membros de uma rede e, quando empregados com elevado grau de habilidade estratégica por algum ator, produzem ou reproduzem relações hierarquicamente estruturadas de autonomia e dependência (PAULILLO, 2000, p.07).

Vale ressaltar que a integração entre os assentados e as agroindústrias do setor retrata uma das vertentes do complexo agroindustrial avícola, sendo que, o complexo como um todo possui relações entre diversos atores e corporações que também são permeadas pela noção de trama de tensões, na medida que cada corporação utiliza-se dos recursos de poder que possuem para buscar a relação fundamentada no conceito de autonomia e dependência. Quando analisamos o setor avícola brasileiro, que desde 2004 é o maior exportador deste tipo de carne do mundo, há uma série de interesses (públicos e privados) pelo controle de determinados segmentos do mercado. Isto porque, no caso específico das agroindústrias da região pesquisada<sup>3</sup>, estas, estão sujeitas a sofrer com as relações de poder das diferentes corporações do setor, tais como: as empresas de material genético, as empresas fornecedoras de matéria-prima para fabricação de ração, de equipamentos, empresas de exportações, de armazenagem de grãos, transporte, de serviços portuários, assistência técnica, etc. Ou seja, os contratos de produção responsáveis por formalizar a integração entre os assentados e a agroindústria, retratam estas relações mais amplas do complexo como um todo. As cláusulas presentes no contrato refletem toda dinâmica do complexo agroindustrial avícola, sendo que, tais relações, as quais as agroindústrias estão constantemente submetidas, são consequência dos recursos de poder que as corporações multinacionais possuem e, conseqüentemente, são repassadas aos contratos de produção com os assentados.

### **Caracterização do universo empírico**

O projeto de assentamento Horto de Bueno de Andrada possui uma extensão total de 535,75 hectares, os quais estão divididos entre os lotes e as áreas de reserva legal e preservação permanente (ITESP, 2012). São 31 lotes com média de 12,9 hectares cada, destes, 11 lotes possuem granjas para

---

<sup>3</sup>As agroindústrias responsáveis pelos contratos de produção com os assentados do PA Horto de Bueno de Andrada possuem suas especificidades e características particulares, que nos permite realizar uma análise mais aprofundada sem extrapolar tais considerações para todos os complexos agroindustriais avícolas do país.

integração com as agroindústrias avícolas (como pode ser visto na imagem abaixo). Como há famílias que construíram dois barracões, o total de granjas construídas chega a 14 em todo assentamento. A maioria das instalações tem capacidade para alojar entre 16.000 a 18.000 mil frangos, mas existem granjas com capacidade para alojar 25.000 mil aves. As granjas se distinguem não só pelo tamanho do barracão, mas também pelo grau de tecnificação dos equipamentos utilizados e pelo uso de mão de obra familiar. A pesquisa foi realizada através da aplicação de oito (8) entrevistas com os assentados integrados, com o representante do órgão gestor – ITESP e com o presidente da Associação dos Avicultores de Araraquara e Região, bem como a análise documental do contrato e do plano de recuperação judicial das agroindústrias estudadas.



**Figura 1** – Vista aérea do PA Horto de Bueno de Andrada.

**Fonte:** Google, 2012.

A região Central do estado de São Paulo possui um longo histórico relacionado ao sistema de integração avícola. Isto porque as primeiras agroindústrias a surgir neste modelo, assim como as primeiras importações de linhagens específicas para corte, datam da década de 1960 e tiveram o município de Descalvado/SP como pioneiro na atividade. Esta característica fez com que a região se tornasse

referência na avicultura de corte industrial<sup>4</sup> na época. Em uma reconstrução histórica da integração na região pesquisada, através de levantamento bibliográfico e de entrevistas, pôde-se constatar que muitas agroindústrias passaram pela região, muitas com destaque mundial, como exemplo, a Sadia, que no final da década de 80 e início de 90, possuía um frigorífico na cidade de Américo Brasiliense/SP e nesta época, liderou a integração na região.

Porém, a referência na produção, abate e processamento de frangos de corte na região começou a despontar na década de 70, a beira da rodovia Washington Luiz, na cidade de São Carlos. A antiga fazenda "Águas da Prata", de propriedade de Ivan Ito se destacava na produção de aves, comercializando os animais vivos para a capital São Paulo e regiões Norte e Nordeste do País. Após a expansão da produção, foi construído um abatedouro na fazenda (PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – REI FRANGO, 2009).

Posteriormente, a fazenda foi adquirida pela família Malavazzi, que expandiu as instalações, investiu em tecnologia e aumentou sua participação no mercado. Até que, no final da década de 90 dois sócios compraram o então frigorífico Malavazzi, e constituíram o REI FRANGO ABATEDOURO LTDA. Esta foi a agroindústria pioneira em integrar as famílias assentadas da região de Araraquara, em especial os assentados do PA Horto de Bueno de Andrada. Todos os entrevistados iniciaram-se na atividade através dos contratos de produção com a agroindústria em questão.

A Rei Frango permaneceu por 12 anos sendo a principal agroindústria integradora nos assentamentos de Araraquara. Os relatos apontam que os 10 primeiros anos da empresa foram também os melhores para avicultura de corte na região. Porém, diante de uma série de fatores, vinculados principalmente ao surgimento da gripe aviária no rebanho avícola brasileiro e suas consequências, a agroindústria Rei Frango entrou em Recuperação Judicial<sup>5</sup>, fechou o frigorífico e a fábrica de ração da matriz em São Carlos/SP e rompeu a integração com os

---

<sup>4</sup>Até os dias de hoje, o entorno da região concentra uma série de corporações do complexo agroindustrial avícola, empresas de material genético, de ingredientes para ração, equipamentos, etc. O que confere importância à avicultura de corte na região.

<sup>5</sup>"A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo á atividade econômica." (LEI 11.101/05).

produtores da região – trazendo inúmeras consequências negativas aos assentados.

Com a chegada da crise que causou o pedido de recuperação judicial da agroindústria Rei Frango, ocorreu o que muitos denominaram de "férias forçadas" aos produtores integrados. Grande parte dos avicultores de Araraquara e região ficaram na inatividade por causa da crise no setor. As empresas da região foram aos poucos abandonando as granjas que se encontravam em localidades muito distantes dos abatedouros e fábricas de ração, ou que estavam apresentando resultados ruins de produtividade. A grande maioria dos integrados da Rei Frango ficaram sem previsão alguma de alojamento e muito menos de receber o pagamento dos lotes de aves que haviam sido entregues anteriormente. Os avicultores com melhores aviários e com melhores condições financeiras (ou nem tanto) realizaram algumas adequações e se integraram com a empresa A'doro<sup>6</sup>. Mas esta não tem capacidade de absorver todos os aviários que ficaram parados. Naquele momento, todas as outras empresas da região não se mostraram dispostas a contratar novos aviários. Porém, a maior preocupação, segundo os assentados, girava em torno dos lotes atrasados da Rei Frango, pois todos ficaram meses sem a menor previsão de quando e como seriam acertados os valores com os avicultores.

Logo após o pedido de recuperação judicial da Rei Frango, surge a agroindústria "RIGOR ALIMENTOS LTDA". A empresa resgata todos os assentados que possuíam os contratos de produção anteriormente e toma as rédeas da integração no PA Horto de Bueno de Andrada. As famílias assentadas, com as granjas montadas e em muitos casos, com equipamentos novos financiados, ficam sem alternativa e se integram com a empresa Rigor. De acordo com informações da própria empresa, com um início promissor para a agroindústria, no que diz respeito à integração dos produtores da região de Araraquara, a Rigor começa um processo de expansão dos negócios. No ano de 2010, a empresa realiza importantes transações, como: o arrendamento de uma só vez, de um frigorífico, incubatório e uma fábrica de ração, todos na cidade de Descalvado. Assim como, no mesmo ano, a Rigor arrenda a fábrica de ração e o frigorífico da Rei Frango na cidade de São Carlos (PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – RIGOR ALIMENTOS, 2012).

Porém, o planejamento traçado acabou sendo prejudicado por mais uma

---

<sup>6</sup>Agroindústria do setor avícola que também possui uma filial na cidade de São Carlos.

crise, desta vez não só do setor avícola, mas uma crise de credibilidade mundial, com vários países entrando em recessão e um temor exacerbado quanto ao risco de "calotes". Aliado a isto, no ano de 2012 entra mais uma crise no setor da avicultura de corte brasileira. O meio-oeste dos Estados Unidos (principal região produtora de grãos) sofreu com uma das maiores estiagens já registrada na história do país, levando a perda da produção de grãos (principalmente milho e soja), o que fez com que a produção brasileira fosse destinada a exportação e consequentemente o mercado interno ficou desabastecido. Diante destes fatores, no ano de 2012 a agroindústria Rigor Alimentos também decreta recuperação judicial, mas percorre um caminho diferente da Rei Frango: ao invés de cessar as atividades e arrendar seus bens, permaneceu na atividade e hoje, mesmo com atrasos nos pagamentos, mantém a hegemonia dos contratos de produção nos assentamentos da região de Araraquara.

### **Os contratos de produção: a peça jurídica que regula as relações sociais**

Fruto das maiores discussões e controversas, o contrato de produção é a base que regula as relações que se estabelecem entre assentados e agroindústrias. No decorrer da integração com a agroindústria Rei Frango, desde o surgimento das primeiras granjas no assentamento (1998) até 2009, quando a empresa decretou recuperação judicial e cessou suas atividades, os contratos eram mantidos informalmente. Ou seja, nenhum documento era assinado entre ambas as partes, os acordos de produção e remuneração eram oralmente firmados.

Quando a Rigor Alimentos assumiu os integrados da região, em 2009, trouxe consigo o "instrumento particular de contrato de integração". Um documento contendo diversas cláusulas com o intuito de formalizar a relação com os assentados. A agroindústria Globoaves, que em outros momentos integrou praticamente todos assentados investigados, também já havia formalizado a relação através de contratos de produção.

As informações contidas no contrato, ora explicitam a imposição da agroindústria, ora camuflam o real foco das cláusulas. Por este motivo, em algumas questões, a análise e a leitura passam a ser difíceis de serem elucidadas. Por traz da maioria das cláusulas do contrato, as agroindústrias utilizam-se dos recursos de poder para repassar aos integrados a responsabilidade das dinâmicas que acometem o setor como um todo.

Logo no início do contrato, é possível perceber itens/cláusulas tendenciosas da agroindústria, como por exemplo: "As obrigações ora acordadas estão em perfeito equilíbrio econômico, tendo sido assumidas de acordo com os valores

vigentes à época de sua contratação, foram fruto de negociações amplas e representam benefícios para ambas as partes, não gerando qualquer tipo de lesão às mesmas". O que se revelou uma inverdade na prática, uma vez que os assentados são subordinados aos interesses impostos pelo contrato, e não possuem elementos jurídicos para reivindicar seus direitos. Agroindústria e assentados não operam em condições de igualdade, pois toda atividade realizada por estes é subjugada aos interesses daquela. Os assentados, assim como os avicultores de maneira geral, não participam de nenhuma forma da elaboração destes contratos. Pois, já estão prontos e devem ser seguidos sem que haja nenhuma manifestação contrária. Em praticamente todos os casos pesquisados, as negociações entre assentados e agroindústria não se dão de maneira ampla, como colocado no contrato. Os assentados manifestam interesse em construir o barracão e se integrar, muitas vezes por telefone, sem a presença do técnico no lote, e a agroindústria se manifesta informalmente a favor da integração. Não é feita nenhuma negociação prévia e os assentados correm o risco de construir toda a estrutura sem garantia real de contrapartida da agroindústria. Neste caso, o contrato omite que o assentado, não possuindo as instalações necessárias, equipamentos e instrumentos de criação e engorda das aves, busca construí-los a partir do aceite informal da agroindústria em integrá-lo.

Costa (1993, p.80) analisando o contrato de integração da Sadia S.A, unidade de Concórdia-SC, questiona a igualdade jurídica entre as partes a partir da notória diferença de força econômica e político-organizativa do integrado se comparada à força da agroindústria. De maneira geral, apenas pelo volume de obrigações das agroindústrias e dos assentados já é possível identificar as relações assimétricas que perfazem o contrato. Para a agroindústria, são 12 cláusulas de obrigações, divididas entre itens e subitens, já para os assentados foram identificadas 35 cláusulas de obrigações também divididas entre itens e subitens. Sendo que, as obrigações da agroindústria são em sua grande maioria, replicações do modelo de integração, como a obrigação de fornecer aos assentados as aves de 1 dia para criação e terminação, os insumos, como a ração, medicamentos e desinfetantes, fornecer assistência técnica e o transporte das aves. Consideradas obrigações da agroindústria, são na verdade, condições básicas para que ocorra o modelo de produção via integração.

O controle da produção também pôde ser observado, como se dá na prática e fica explícito no contrato, à medida que a agroindústria (re)afirma que é proprietária das aves, das rações, das vacinas e medicamentos e realiza todas operações de transporte e as recomendações técnicas através da visita semanal

do técnico. Neste sentido, os assentados se encontram em posição subalterna na relação, uma vez que perdem a autonomia de escolha sobre todo processo produtivo. O material genético utilizado na criação só é conhecido pelo integrado no momento em que as aves de um dia chegam à granja, pois eles são obrigados a assinar a nota fiscal de recebimento, contendo o número de animais entregues e o valor do referido lote de aves. A escolha de qual linhagem será utilizada é exclusiva da agroindústria e imposta aos assentados. A ração utilizada na criação e engorda dos animais são levadas fechadas, ou seja, os ingredientes que compõem a ração e suas porcentagens são desconhecidas pelos assentados. Assim como os medicamentos, que são incorporados na ração, são fruto de negociações da agroindústria com as corporações multinacionais que detém seu controle. O assentado é obrigado a fornecer os antibióticos sem se quer conhecer sua procedência e os riscos que estes podem ocasionar para saúde.

Um dos itens do contrato reforça a perda de autonomia do integrado, pois os assentados são obrigados a "não utilizar/aplicar às aves, ração, medicamento, vacina ou qualquer tipo de substância que não tenham sido prescritas pela agroindústria". Deste modo, a agroindústria obriga judicialmente os assentados, a não interferir, de nenhuma forma, nos insumos fornecidos às aves, podendo utilizar apenas o que a própria agroindústria fornece, mesmo sabendo que possivelmente existe uma produção diversificada no lote e uma relativa "sobra" dos alimentos preparados para as refeições, assim como as "sobras" do sistema produtivo. Estes alimentos não podem ser utilizados para alimentação das aves.

Da mesma maneira que a ração fornecida pela agroindústria deve ser exclusivamente utilizada no sistema de produção integrada, não podendo o assentado utilizá-la para alimentar outras criações animais que eventualmente possua. A questão dos medicamentos, vacinas e desinfetantes fornecidos pelas agroindústrias também reflete a falta de autonomia nas escolhas dos assentados<sup>7</sup>. Enfim, eles devem utilizar todo pacote tecnológico imposto pela agroindústria, sem questionar o porquê, de se trabalhar com aquele fabricante, ou aquele fornecedor.

Ainda referente ao controle da produção, os assentados são obrigados a anotar, todos os dias, os diversos acontecimentos do sistema produtivo, como:

---

<sup>7</sup>O item 3.16 (re)afirma tal proibição: "a não dar para a ração, medicamentos, vacinas fornecidos pela agroindústria qualquer outra destinação, que não seja alimentação e cuidados com as aves objeto do presente."

o número de aves mortas por dia, as aves retiradas para autoconsumo, a quantidade de ração fornecida, etc. A prática de se realizar o controle da produção através de fichas e planilhas é uma importante ferramenta para que o assentado acompanhe a atividade. Porém, estes dados são anotados por eles, mas não são utilizados para auxiliar em suas tomadas de decisão. São recolhidos semanalmente pelo técnico responsável, que através de tais anotações estipulam a remuneração do assentado e uma série de outros fatores, como a construção de um ranking estimulando a competitividade produtiva entre seus integrados, fornecendo uma espécie de bonificação aos melhores colocados (os mais produtivos).

Das informações registradas nas fichas, algumas precisam ser passadas semanalmente para o técnico, outras são entregues ao final do ciclo produtivo e os assentados não ficam sequer com cópia de suas próprias anotações. Deste modo, os integrados só conhecem seus índices econômicos e produtivos através do demonstrativo de fechamento<sup>8</sup>, fornecido pela agroindústria ao final do ciclo produtivo.

É importante observar o item g do contrato, que afirma que após ambas as partes realizarem a presente negociação, assumem possíveis riscos em razão de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis que possam modificar as atuais vantagens e desvantagens contratuais. Diante disto, seria possível afirmar que nesta cláusula a relação se mostrou simétrica, onde a agroindústria também assume riscos que venham acometer o sistema produtivo. Porém, no item seguinte (item h) a agroindústria reforça que não serão aceitos como imprevisíveis: "I) crise de energia em geral; II) desvalorização da moeda; III) redução de investimentos estrangeiros no país; e IV) criação ou majoração de tributos".

O que configura uma relação extremamente assimétrica e abusiva, tendo em vista que os possíveis riscos externos a integração não são considerados como imprevisíveis pela agroindústria e se tornam de responsabilidade exclusiva do assentado. O que torna explícito a utilização dos recursos de poder pela agroindústria, principalmente o jurídico, subordinando os assentados não só pela

---

<sup>8</sup>Documento entregue pela agroindústria ao final do ciclo produtivo de um lote de aves, apresentando os resultados produtivos obtidos pelo assentado, como: consumo de ração na fase pré-inicial, inicial, crescimento e abate, estorno (ração que volta para agroindústria, pois não foi utilizada pelo assentado), total da ração consumida, número de aves alojadas, peso final do lote, valor por animal, valor total pago ao assentado, porcentagem de participação do assentado, índices técnicos como: conversão alimentar, mortalidade, ganho peso diário, dentre outros dados.

integração em si, mas por fatores externos que mesmo fugindo de seu controle passa a ser de sua responsabilidade. Com relação à crise de energia, foi observada em alguns casos da região: sem possuir geradores para ligar os ventiladores, as aves começaram a morrer de calor. Por se tratar da área rural, a empresa que administra a gestão energética na região (CPFL) demorou a restabelecê-la. Muitas aves morreram, e neste caso, como visto no item acima, a agroindústria não se responsabiliza e o integrado é obrigado, pelo contrato, arcar com os prejuízos, mesmo não podendo fazer nada para reverter este quadro.

De maneira geral, é unânime entre os assentados entrevistados a consciência de que o contrato beneficia apenas a agroindústria. Todos sabem que ficam em posição subalterna e de dependência perante a integração. Uma das questões abarcadas no roteiro de entrevistas remete diretamente a esta questão: "se o contrato não esta sendo efetivamente cumprido, alguma medida está sendo tomada pelos assentados para mudar isto?". A iniciativa comum entre os entrevistados é ligar para a agroindústria para obter informações e/ou realizar suas reivindicações. Na maioria das vezes, o diálogo se estabelece de maneira individual, as reclamações são pontuais e causam pouquíssimos ou nenhum efeito para reverter os problemas.

Algumas medidas foram tomadas e devem ser consideradas neste sentido, como a criação da Associação dos Avicultores de Araraquara e Região. Formada no início dos anos 2000, quando a integração era feita com a agroindústria Rei Frango, buscava unir os produtores para dialogar com a agroindústria, pois os contratos eram informais e o diálogo através da associação possuía maior força e visualização pela empresa. Porém, diante da crise que se iniciou em 2006 e levou a empresa a entrar em recuperação judicial, os integrados passaram um tempo parados e a associação perdeu força. Com a retomada da integração através da empresa Rigor, a dinâmica da região mudou, os contratos formais promoveram outra configuração na relação, entrando o aspecto jurídico, sendo o diálogo pouco efetivo na busca por uma relação mais igualitária. Atualmente, a associação possui 38 associados<sup>9</sup>, mas muitos deles estão parados por conta de

---

<sup>9</sup>O presidente da associação é referência na integração avícola da região de Araraquara, já se integrou a diversas empresas do setor, ao longo de 30 anos de trabalho. Atualmente possui três granjas em seu sítio, que não fica no assentamento. A representatividade dos associados assentados é grande, o vice-presidente é assentado no PA Horto de Bueno de Andrada, assim como mais 3 membros são do mesmo assentamento. No PA Monte Alegre muitos assentados integrados são associados.

uma nova crise estabelecida no setor a partir de 2012. São realizadas reuniões bimestrais entre os associados, buscando encontrar alternativas para o atual momento da avicultura de corte paulista. São realizadas articulações por melhores condições na integração, principalmente com o Sindicato Rural de Araraquara, mas diante do presente cenário, o diálogo com a agroindústria se revelou permeado por uma trama de tensões, e as relações assimétricas difíceis de serem contornadas.

O presidente da associação afirma que nada é feito pelos caminhos legais, para se buscar relações mais harmoniosas entre agroindústria e os produtores da região. Este fato apareceu em praticamente todas as entrevistas. Os assentados não reivindicam seus direitos por conta da hegemonia da agroindústria na região. E principalmente pelo fato de existirem mais granjas passíveis de serem contratadas do que a agroindústria com capacidade de integrar. No momento da pesquisa, segundo semestre de 2012 e começo de 2013 (marcada por forte crise do setor) qualquer desentendimento entre os assentados e a Rigor se mostrou passível de exclusão da integração. Este é um fator determinante que marca a relação assimétrica e a subordinação do assentado perante a agroindústria. Diante disto, o medo de reivindicarem e serem excluídos do sistema produtivo dificulta qualquer ação.

Aliado a isto, para que a integração seja viável à agroindústria, ela adota uma série de regras visando selecionar os produtores integrados. A questão referente à logística é um dos principais critérios adotados para a seleção. Com o fracionamento da ração em quatro fases (pré-inicial, inicial, crescimento e terminação) a distância entre a granja do assentado e a fábrica de ração da agroindústria se torna o ponto chave da viabilidade da integração. Neste sentido, mesmo que exista algum frigorífico mais próximo, este, não possui tanta importância, pois o transporte é feito apenas uma vez (apenas no momento do abate). Já a ração, deve necessariamente ser transportada quatro vezes durante o processo produtivo, ou seja, toda semana. Além do critério de distância, existe também a questão do pedágio, que não deve existir no trajeto entre a fábrica de ração e a granja do assentado.

Este fator é determinante para analisarmos a integração, pois a Rigor Alimentos mantém atualmente a hegemonia e é responsável por todos os contratos de produção com os assentados da região de Araraquara. Uma vez que sua única concorrente, a Globoaves fechou as instalações da cidade de Bariri/SP cessando a integração no assentamento. Vale ressaltar, que a agroindústria A'DORO, com sede em São Carlos, também possui as condições necessárias para integrar os

assentados da região. Porém, é unânime a fala dos entrevistados que ressaltam o grande preconceito desta agroindústria, que prefere integrar produtores de fora do assentamento, muitas vezes mais distantes, do que realizar o contrato com os assentados.

A falta de agroindústrias concorrentes na região agrava a relação assimétrica entre a Rigor e os assentados, que não possuem alternativa, a não ser arcar com as imposições da empresa, sob pena de exclusão do processo produtivo. Diante disto, ou o assentado se mantém integrado com a Rigor Alimentos, ou acaba ficando com as instalações paradas.

Tomamos como exemplo a resposta de um dos casos pesquisados:

A única opção nossa é ir à justiça, mas 99% não aciona a justiça com medo de não ter com quem trabalhar. Nossa região é dominada por uma, no máximo duas empresas por conta da proximidade de seus frigoríficos e fábrica de ração. Se vamos à justiça eles até podem pagar, mais com certeza não vão mais querer trabalhar com a gente integrado, e aí vamos ficar com uma granja desse tamanho que ainda esta sendo paga, parada? (Assentado Integrado, 2012).

A causa principal sempre recai na questão financeira, tendo em vista que a integração tem um foco exclusivamente econômico. O receio dos assentados é serem excluídos da integração e mais que isso, não conseguirem se integrar com mais nenhuma empresa. Segundo relatos, as agroindústrias possuem certo pacto entre elas, caso algum integrado insista em reivindicar por melhores condições ou fazer denúncias, além de excluído, as empresas se comunicam, o que faz com que o integrado perca qualquer chance de se integrar novamente. O problema maior são os altos investimentos realizados para construção do barracão, aquisição dos equipamentos e manutenção da atividade, que na maioria das vezes se dá através de financiamentos bancários. E a exclusão da integração, normalmente ocasiona o endividamento do assentado.

Com isso, através do contrato de produção a agroindústria explora praticamente todas as cláusulas em benefício próprio, configurando uma assimetria na relação com o assentado, que por sua vez não possui nenhum recurso de poder para equilibrar tal situação. Na maioria das vezes eles não lêem os contratos, e se lêem não compreendem as difíceis informações transmitidas pelo documento, muito por conta da escolaridade deficiente dos assentados e da falta de conhecimento dos termos jurídicos.

Ao final do contrato, têm-se ainda um item de disposições gerais, onde fica nítida a preocupação da agroindústria em selar todas as imposições propostas ao longo do documento. Se (re)afirma que ambas as partes estão de acordo com todas as cláusulas estabelecidas. Que os assentados tomaram conhecimento com antecedência bem como discutiram e decidiram sobre todas as cláusulas, especialmente sobre a fórmula de calcular a renda. O que se torna uma inverdade, uma vez que o contrato foi entregue e eles tiveram poucos minutos para ler e devolver assinado aos técnicos. Como relatado, não é realizado nenhum diálogo específico referente ao cálculo da renda, foi informado apenas, que este, seria realizado através da eficiência do integrado, calculado pelo consumo de ração x ganho de peso do animal (conversão alimentar).

Com relação à rescisão contratual, na prática, não se tem o mesmo caminho previsto no contrato. A agroindústria utiliza-se dos recursos de poder judiciais para cessar a integração por diversos fatores, que podem ser utilizados como desculpa a qualquer momento, sem que acarrete ônus a empresa, como descrito em diversas cláusulas do contrato. Em nenhum momento se registra, no decorrer de todo o texto do referido contrato, que o produtor não será onerado por circunstância alguma, qualquer que seja. As eventualidades, os imprevistos de caráter comercial ou crises financeiras, todo e qualquer desajuste na produção ou que cause prejuízo financeiro à empresa são transferidos ao assentado, que são obrigados pelo contrato arcar com eventuais problemas externos ao seu controle de ação.

### **As relações de trabalho e a questão da mão de obra familiar**

Para entendermos como se estabelece as relações entre agroindústria e assentado é importante ressaltar o objetivo dos contratos da produção avícola. Basicamente, a agroindústria é uma empresa dedicada à industrialização e comercialização de carne de aves e pretende utilizar-se das aves criadas pelo integrado como matéria-prima em sua indústria. Esta relação traz uma série de consequências à dinâmica do assentamento e divide opiniões quanto às relações de trabalho que se estabelecem na produção de aves integrada. O assentado integrado é responsável por criar, engordar e terminar as aves para a agroindústria, que por sua vez fornece os insumos necessários.

Neste sentido, a relação configura-se na terceirização da engorda das aves com os assentados integrados. Apesar de todos os entrevistados utilizarem apenas a mão de obra familiar na atividade, os integrados despendem sua força de trabalho para produzir matéria-prima para a agroindústria. Os próprios assentados

se julgam "engordadores" de frangos, pois o que eles fazem é fornecer os cuidados necessários para que a matéria-prima (as aves) adquira as características (tamanho, peso e qualidade) definidas pelas agroindústrias.

A terceirização da produção pode ser melhor fundamentada ao analisarmos o item 1.1 do contrato, que dispõe do objeto da relação: "criação e engorda até a terminação, pelo assentado, de aves de um dia, que serão fornecidas pela agroindústria, na quantidade adequada para obtenção de eficiência no processo produtivo, considerando a área e equipamentos disponibilizados pelo assentado para a criação e terminação". Ou seja, a agroindústria fornece os insumos e terceiriza a granja do assentado para produção. Neste item, o contrato omite que além das instalações e equipamentos, a agroindústria necessita da utilização da mão de obra das famílias assentadas, que trabalham arduamente para criar e terminar as aves nos padrões pré-definidos.

Com isso, os assentados integrados são, ao mesmo tempo, uma espécie de trabalhadores assalariados precários da agroindústria<sup>10</sup>, relação que a agroindústria se recusa a assumir, com os pequenos produtores. Trabalhadores sim, porque realizam serviço terceirizado para a agroindústria, mas ser pequeno produtor é condição imposta por ela para que possam se integrar. Este fato cria contradições quando analisamos as propostas de formação dos projetos de assentamentos, que visam o desenvolvimento das famílias assentadas através de sua autonomia produtiva e condena o arrendamento de qualquer área do lote.

Aos olhos do órgão gestor, os contratos de produção avícola se mostravam uma forma viável de inserção do assentado ao circuito econômico regional. De acordo com o representante do ITESP, a integração com as agroindústrias avícolas foi fomentada, pois se configurava de forma diferente da relação com as usinas, pois estas são responsáveis pelo preparo do solo, plantio, e abatem estes custos nas remunerações posteriores aos assentados (primeira e segunda safra). Já na integração avícola, a mão de obra é estritamente fornecida pelo integrado, sem que haja participação da agroindústria. Porém, após anos de integração e com o surgimento de problemas nesta relação, como por exemplo, a falta de pagamento da indústria ao assentado, o discurso do órgão gestor começou a mudar, reconhecendo

---

<sup>10</sup>O que fica claro em algumas falas dos assentados, como por exemplo: "Somos na verdade, funcionários da agroindústria". Porém assumem riscos muito maiores para obter remuneração.

que esta relação em nada se distinguiu dos contratos com as usinas de açúcar e álcool. Embora não reconheçam como uma espécie de arrendamento, para o órgão gestor, a utilização da mão de obra familiar é um ponto fundamental na configuração desta relação.

Mas, um dos itens do contrato demonstra o controle da agroindústria sobre o processo produtivo e sobre o trabalho do assentado, configurando uma forma de arrendamento da produção, na qual é sua obrigação "zelar e cuidar das aves de um dia que lhe forem entregues para engorda, até que as mesmas atinjam o peso programado para devolução, estando impedidos de vendê-las, desviá-las ou cedê-las a terceiros, responsabilizando-se pelos lotes entregues, até a efetiva devolução, na condição de fiel depositário". Isto demonstra que as aves são de propriedade da agroindústria e os assentados são meros "engordadores" da matéria-prima.

Antes mesmo de se iniciar a produção propriamente dita, é necessário o investimento na construção das instalações. Em muitos casos, os assentados recorreram a financiamentos bancários para se inserir na atividade<sup>11</sup>, ou mesmo venderam bens (como casas na cidade, carros, etc.) e investiram todo o dinheiro e mão de obra para construção do barracão e aquisição de equipamentos. A contratação de mão de obra externa para construção foi a principal alternativa na qual os assentados recorreram. Este grande volume de capital despendido para se integrar com a agroindústria avícola é o principal motivo que faz com que os assentados aceitem a relação que se estabelece entre eles e a Rígor, por exemplo.

De maneira geral, os assentados adotaram diferentes estratégias para construção das granjas. Em apenas dois casos, dos oito entrevistados, os assentados não recorreram a financiamentos bancários. Assim, em um caso a maior parte do dinheiro investido foi proveniente da produção de leite do próprio lote, construindo a granja aos poucos, aumentando a área construída ao longo dos anos, até chegar a alojar 17.000 aves no barracão. No outro caso, o processo de construção também foi gradativo, mas o dinheiro investido, em sua maioria, foi proveniente do trabalho de fora do

---

<sup>11</sup>Através da pesquisa de campo, foi possível constatar que a construção do barracão e a aquisição dos equipamentos foram na ordem de R\$120.000,00 a R\$250.000,00, dependendo do grau de modernização adotado na granja. Sem contar os gastos para adequação, como a construção de forro, troca da tela lateral, etc. dentre outras medidas adotadas recentemente.

assentamento, de um dos membros que moram no lote. Com relação à busca por financiamento (comum entre a maioria) este, se deu através de diversas formas, sendo a situação mais citada a seguinte: existência de uma linha de crédito denominada Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), que também é conhecido como banco do agronegócio familiar. É um fundo do governo do Estado de São Paulo, que através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, presta apoio financeiro aos agricultores familiares. Esta linha de crédito não financia a construção das granjas, apenas a aquisição dos equipamentos. Como descrito abaixo:

Itens Financiáveis: – Construção ou reforma do galpão de produção, bem como aquisição de equipamentos destinados à modernização das operações e adequação do estabelecimento avícola comercial, para obtenção do registro da Coordenadoria de Defesa Agropecuária - CDA/SAA, conforme normas vigentes; – Segue relação de equipamentos: aquecedores, forro, cortinas, aspersores, ventiladores, silos, exaustores, comedouros, bebedouros, reservatórios de água, dispositivos para desinfecção de veículos, bombas motorizadas e outros itens necessários a serem definidos em projeto técnico; Teto de Financiamento: até R\$100.000,00 por produtor; Prazo de Pagamento: até 5 anos, inclusa a carência de até 18 meses; Abrangência: todo o Estado de São Paulo (Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 2012).

Porém, os assentados adotaram a seguinte estratégia: para aquisição dos materiais de construção das granjas, eles parcelaram o pagamento com as lojas de material de construção. Para aquisição dos equipamentos, eles buscaram financiamento da própria empresa, que permite este tipo de ação. Com isso, a maioria dos assentados utilizou o dinheiro proveniente do FEAP para pagar o parcelamento dos materiais de construção, e foram pagando os equipamentos com o dinheiro do financiamento da própria empresa. Após geralmente um ano de carência, os assentados iniciaram o pagamento do financiamento do FEAP com o dinheiro proveniente da própria integração. Ou seja, além do frigorífico se apropriar do seu trabalho, também o capital bancário abocanha parte dos seus rendimentos, já que os assentados em sua quase totalidade financiam os equipamentos. E mesmo quando os valores que recebem na atividade avícola não os permitem saldar suas dívidas, de alguma forma o assentado acaba pagando o que deve, prorrogando as dívidas ou vendendo outros bens que possua.

Apareceram casos que o financiamento foi feito apenas com a própria empresa fornecedora dos equipamentos, no caso a CASP, empresa dedicada a fabricação e comercialização de equipamentos para avicultura industrial. As linhas de crédito do PRONAF, principalmente o Mais Alimento, também foram utilizadas para investimento na integração. A maioria dos entrevistados não entrou em maiores detalhes com relação à busca de financiamentos, relatando apenas recorrer ao Banco do Brasil para financiar os equipamentos, ficando subentendido nestes casos, a busca pelas linhas de crédito do PRONAF.

Apesar dos assentados identificarem que a manutenção das estruturas produtivas lhes onera significativamente, em geral, eles não realizam o controle destes custos. Ou seja, não sabem exatamente quanto gastam para manter os aviários funcionando. Em nenhum caso investigado o assentado realizava o controle mensal dos custos através de anotações e contas de viabilidade da atividade. As anotações realizadas por eles são destinadas semanalmente à agroindústria (através das fichas de controle), que esta sim, faz o controle econômico de cada produtor.

Como se não bastasse a assimetria no processo inicial da integração (ainda na instalação da granja) têm-se a questão da mão de obra utilizada para produzir a matéria-prima (o frango) para agroindústria. Neste sentido, podemos afirmar que através dos contratos de produção, as agroindústrias ditam o ritmo de trabalho dos assentados. Uma vez que impõem uma série de recomendações para se chegar ao "ideal", e estabelecem os critérios de manejo através da visita semanal do técnico. Se os assentados não seguirem a risca as imposições da agroindústria, correm o risco de serem excluídos da integração. A fala comum do técnico recai sobre a produtividade da mão de obra familiar, à medida que, se eles acatarem todas as imposições de manejo propostas pela agroindústria, eles se manterão competitivos no sistema de integração.

A heterogeneidade de situações com relação ao trabalho dos diferentes membros da família foi marcante na presente pesquisa. De maneira geral, pôde-se constatar a presença de dois membros como os principais responsáveis pelos manejos com a granja, em sua maioria representada pela figura do homem (marido) e da mulher (esposa). Apareceram casos em que os filhos ajudam nos momentos em que a produção demanda mais mão de obra (tanto filhos homens como mulheres), principalmente nos 10 primeiros dias, como também a figura da mulher como principal responsável pelo trabalho na integração. Como exemplo, uma assentada entrevistada, que mora apenas com o marido no lote e, neste caso, o marido trabalha fora, ela é a principal responsável pelo trabalho no

lote<sup>12</sup>. Assim como há casos em que as mulheres não participam do trabalho na granja, apenas o marido, com ajuda do filho.

De qualquer forma, este trabalho é constante e exige muita dedicação dos assentados. A rotina de trabalho começa ainda de madrugada, sempre com 4 - 5 horas de antecedência do possível horário de chegada do caminhão (avisado por telefone pela agroindústria). Os manejos podem ser divididos em pré-alojamento e pós-alojamento das aves. Antes mesmo da chegada dos pintinhos, os assentados precisam preparar as instalações de acordo com as recomendações técnicas da agroindústria, como: queimar as penas do lote anterior, pois nas penas podem-se abrigar muitos vírus e bactérias transmissoras de sérias doenças para as aves. A queima das penas deve ser realizada mais vezes conforme a quantidade que reaparece e inclusive após o alojamento, a cada abertura de espaço; retirar os cascões e bater a cama<sup>13</sup>, cobrir com lona preta e deixar fermentar por pelo menos cinco dias; retirar a lona, bater a cama novamente e se necessário queimar as penas restantes; aplicar o Cal Hidratado na cama 5 a 7 dias antes do alojamento, que tem a finalidade de acidificar e descontaminar a cama, reduzir a umidade, diminuir a produção de gás amônia e facilitar o manejo inicial após o alojamento, com redução na produção de calo nos pés dos pintinhos; durante o período de fermentação da cama o assentado é obrigado pelo contrato a realizar os trabalhos de limpeza dos equipamentos, caixas d'água, e cortinados; o primeiro equipamento que deve ser limpo é o silo, varrendo-o com vassoura específica. Na limpeza do silo, deve-se fazer uma inspeção e consertar qualquer perfuração ou entrada de água que possa comprometer a qualidade da ração. Na ocasião de troca da cama e limpeza da granja, o silo poderá ser lavado

---

<sup>12</sup>Neste caso em específico, devido ao grande volume de trabalho no lote, a mulher realiza a contratação pontual de mão de obra do próprio assentamento para ajudar em alguns afazeres. Como foi possível observar através da pesquisa de campo, onde ela realizou o pagamento de R\$50,00 reais ao filho de um assentado vizinho para auxiliar na vacinação contra febre aftosa de seis bezerras do lote.

<sup>13</sup>A cama é a "cobertura do piso do aviário, tem que ser feita com material absorvente de água e macio para acomodação das aves. [...] O material mais utilizado no assentamento pesquisado é a maravalha de madeira. Absorve bem a umidade, resiste à compactação, evitando assim a formação de crostas, permitindo a criação de vários lotes sobre a mesma cama. Também é de fácil remoção, pois se decompõe em partículas na hora em que é retirado. Além disso, apresenta baixa condutibilidade térmica, o que permite um bom isolamento do piso" (SHEID, 2001, p.28).

também. Em seguida, é necessário varrer as telas, cortinados (cortina externa, cortina interna, forro, defletor) e o barracão como um todo, retirar restos de ração dos comedouros, lavar pratos de comedouro automático, comedouro infantil e nipple. As moegas do comedouro automático devem ser raspadas e lavadas para retirar as crostas e aderência de gordura da ração. É necessário também, lavar os exaustores que possuem os motores blindados e principalmente as persianas dos exaustores. Com relação ao nebulizador, a caixa deve ser cuidadosamente limpa e os bicos revisados. O filtro deve ser limpo semanalmente. Por último, limpar as lâmpadas nos dias que antecedem o alojamento, para melhorar a luminosidade do aviário.

Com os equipamentos limpos e instalados, o manejo primário é alimentar os comedouros com ração e os bebedouros com água, assim como montar o círculo que irá alojar os pintinhos na primeira semana de vida e preparar o aquecimento da granja.

Todos os assentados relataram o trabalho árduo demandado pela granja, principalmente nos 10 primeiros dias após a chegada dos pintinhos, onde é necessário realizar os manejos descritos acima, além da abertura gradativa do círculo de proteção<sup>14</sup>. Neste caso, alguns relatos chamaram a atenção, principalmente no início da atividade, onde os assentados não possuíam o conhecimento sobre a atividade e a maioria dos equipamentos eram manuais, necessitando maior comprometimento dos assentados com relação ao trabalho na granja. Por exemplo, há relato no sentido do casal levar o cochão e dormir dentro do barracão para acompanhar de perto a criação. Outro se referindo a distribuição de ração:

Passava a manhã inteira distribuindo a ração pelos comedouros manuais, pois tinham capacidade para 10 quilos por vez, chegava distribuir 3000 kg de ração todo dia. O trabalho pesado na granja foi um dos motivos que levaram a romper com a integração, pois as dores no braço e nas costas não compensavam a remuneração paga pela agroindústria.

Com relação à ração, o caminhão da agroindústria passa na noite anterior ao

---

<sup>14</sup>Quando os pintinhos chegam à granja não são soltos aleatoriamente por toda sua extensão, é obrigatório realizar o cerco de uma área menor dentro do galpão para alojá-los, até atingirem tamanho e peso ideal, para assim, ir aumentando aos poucos a área de alojamento, até retirar o cercado e as aves ocuparem toda granja.

alojamento dos pintinhos e distribui as sacarias aos assentados. Estes são obrigados a passar a madrugada completando os comedouros manuais, para que na entrada das aves (pela manhã) a ração já esteja toda distribuída. Dependendo da época do ano e da temperatura dentro do barracão, é necessário realizar o manejo de aquecimento. Os assentados utilizam-se geralmente do aquecimento a gás, a lenha ou ambas. A gás onera os custos, já que normalmente são utilizados 20 botijões por lote de frangos criados, dependendo do tamanho da granja, do número de animais alojados, etc.

A utilização de lenha é mais vantajosa do ponto de vista econômico, mas exige muita mão de obra. A lenha deve ser cortada, carregada e colocada nas caldeiras. O problema maior segundo os assentados é a necessidade de realizar este manejo no período da madrugada. O que traz um adoecimento constante, causado principalmente pelas mudanças bruscas de temperatura a qual se submetem.

A relação da mão de obra familiar na produção integrada de frango é um ponto fundamental da pesquisa. Questionados sobre esta questão, todos os entrevistados não contabilizam seu trabalho, pois reconhecem que se contabilizassem os custos de mão de obra, levando em consideração as horas trabalhadas, a atividade não geraria lucro. Ou seja, se fossem realmente contabilizar, os assentados estariam pagando para produzir matéria-prima para agroindústria (ainda mais no momento da pesquisa, em que todos os entrevistados estão com lotes de frangos atrasados para receber). Sem contar a penosidade do trabalho e os inúmeros manejos impostos aos assentados. Muitos itens do contrato colocam como obrigação dos assentados os diferentes manejos da atividade.

O item 3.1 refere-se a primeira cláusula de obrigações dos integrados, onde os assentados são orientados a dispensar todos os cuidados necessários e indispensáveis para a criação e terminação das aves. Em seguida, são colocados uma série de subitens neste sentido. Com relação às vacinas, estas são fornecidas pela agroindústria, porém, os assentados são obrigados a vacinar um por um. Este manejo já foi realizado no momento em que as aves saiam do incubatório, pela própria empresa, mas passou a ser obrigação dos assentados, que "possuem inteira responsabilidade sobre ônus com tais procedimentos" (subitem 3.2). Este é um manejo complexo, uma vez que em alguns casos são mais de 30.000 pintinhos para vacinar. Um trabalho que exige concentração da mão de obra, devido principalmente ao grande volume de animais, e o reduzido tamanho das aves no momento da aplicação da vacina. Geralmente, para este manejo, a presença da mão de obra de outros membros da família foi perceptível. Os filhos buscam auxiliar na vacinação, assim como genros, cunhados, sogros, dentre outros diferentes graus

de parentesco, apenas em um dos casos estudados é feita a contratação de mão de obra de fora da família, mas esta se faz dentro do próprio assentamento.

Além dos manejos pontuais, há de se considerar os manejos diários, e alguns com alto grau de insalubridade, como o manejo de retirada das aves mortas da granja. Se considerarmos uma granja com capacidade de alojamento de 20.000 aves e uma mortalidade de 3% ao longo do ciclo produtivo, têm-se a morte de 600 aves em média, ao longo de 42 dias. Sendo assim, o assentado é obrigado a recolher cerca de 14 aves mortas por dia. Além da retirada das aves mortas, ele é obrigado a percorrer toda granja, identificar e retirar animais com atraso de desenvolvimento ou deformações matá-los e dar o destino apropriado, descrito abaixo.

Antes da instrução normativa imposta pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que regulamenta o destino dos animais mortos, os assentados adotavam diferentes estratégias de destinação, o mais comum era enterrá-los, mas apareceram casos na pesquisa em que os assentados colocavam-nos em valas e queimavam. Porém com as novas recomendações do MAPA, se faz necessário a construção e alocação dos animais mortos em uma composteira<sup>15</sup>. A vantagem deste procedimento é que passado o período preconizado para fermentação (cerca de 20 dias) o material composto pode ser utilizado para adubar as culturas que o assentado possui.

Outros manejos são essenciais para manutenção da atividade, como a refrigeração da granja após os 10 primeiros dias, através dos ventiladores e aspersores (sendo necessário ficar atento a temperatura interna do barracão, ligando e desligando os equipamentos quando necessário), a imposição de lavagem diária dos comedouros e bebedouros e por fim, deixar o aviário preparado para apanha das aves<sup>16</sup>, antes da chegada do caminhão, tudo de acordo com as instruções da agroindústria. Neste sentido, são impostas uma série de

---

<sup>15</sup>Da seguinte forma: o piso deve ser de alvenaria, é colocada uma camada de 30 cm do material que reveste a cama do aviário. Em seguida Adiciona-se uma camada de carcaças, deixando um espaço de 15 cm entre as aves e as paredes, sem amontoar as aves, e coloca-se água na proporção de um terço do peso das aves, repetindo o procedimento até alcançar no máximo 1,5 metros de altura.

<sup>16</sup>O apanhe diz respeito à atividade de efetivamente apanhar, ou seja, recolher as aves, que são colocadas em caixas de plástico com aberturas grandes o suficiente para circulação de ar, que são empilhadas e ajustadas sobre o caminhão que faz o transporte. Esta tarefa é realizada pelos representantes da agroindústria, mas em todos os casos é necessária a utilização de mão de obra familiar para auxiliar no manejo.

recomendações de manejo pela agroindústria, o que torna o trabalho na integração avícola extremamente pesado exigindo dedicação integral dos assentados, que por sua vez, despendem intensa mão de obra familiar para criar e terminar as aves que serão utilizadas como matéria-prima para agroindústria.

### **O cálculo da remuneração pelos índices de produtividade: a utopia dos assentados**

A questão referente a remuneração do integrado pode ser considerada a vertente mais importante dos contratos de produção. Isto porque, quando indagados qual o principal motivo de sua inserção nos contratos de produção avícola, todos assentados responderam ser a questão econômica. Ou seja, todos entrevistados têm como foco principal na integração obter um retorno financeiro satisfatório. Esta característica (re)afirma a visão linear da integração. Sendo que o interesse de todo o complexo agroindustrial recai sobre a geração de lucro, enquanto as outras relações que se estabelecem (sociais, ambientais, culturais, etc.) ficam a mercê das relações capitalistas. Por este motivo, os aspectos relacionados à remuneração causam os maiores conflitos na relação da integração e indignações do ponto de vista dos assentados.

O método adotado pela agroindústria para remunerar seus integrados gera inúmeras controversas, o que permeia a relação com os assentados por uma trama de tensões. De maneira geral, a literatura aponta para seguinte fórmula:

**[IEP= (Gmpxviabilidade) /Cax100], onde:**

IEP = índice de eficiência produtiva;

GMP = ganho médio de peso dos animais - corresponde ao resultado da divisão do peso vivo total das aves entregues, em kg, pelo número total de aves entregues no frigorífico;

Viabilidade = também pode ser usado o termo "taxa de sobrevivência" - refere-se a porcentagem de mortalidade do lote das aves - ou seja, se morreram 5% das aves ao longo do ciclo produtivo, a taxa de viabilidade que será calculada é de 95%;

CA = conversão alimentar – O índice de conversão alimentar mostra a eficácia da transformação de ração em peso vivo de frango, de maneira que esse indicador pode ser calculado pela seguinte razão:

**CA = média de consumo (kg) por ave/média de peso vivo (kg) por ave**

Segundo Carneiro et al. (2004), esse indicador permite classificar a eficiência do integrado conforme apresentado na tabela a seguir:

**Tabela 1** – Classificação dos integrados conforme a eficiência.

IEP < 200	200 <IEP < 220	220 <IEP < 230	230 <IEP < 240	240 <IEP < 250	IEP > 250
Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	Excelente

**Fonte:** Carneiro et al, (2004).

Porém, esta fórmula, preconizada de maneira teórica na literatura, não condiz com a realidade na prática, nas relações que se estabelecem entre a agroindústria e os assentados de reforma agrária do PA Horto de Bueno de Andrada. As agroindústrias adotam diferentes estratégias de remuneração, visando sempre atuar em benefício próprio. Ao mesmo tempo em que buscam demonstrar para os integrados que a baixa remuneração é consequência de sua "falta de competência produtiva" na criação e terminação da matéria-prima (as aves).

Ao analisarmos o contrato de produção notamos as diferentes estratégias de remuneração adotadas pelas agroindústrias. Enquanto a Rigor Alimentos coloca apenas uma cláusula sobre o assunto, a qual não promove nenhum tipo de especificação: "o integrado terá direito a uma remuneração, correspondente a uma porcentagem calculada sobre cada lote criado e devolvido, conforme resultado zootécnico apurado e avaliado pela agroindústria". A agroindústria Globoaves despense uma série de fórmulas e ajustes para que a remuneração seja efetuada, ela traz em anexo no contrato diversas fórmulas supostamente utilizadas como critérios de remuneração, que, neste caso, demonstra uma estratégia oposta a agroindústria Rigor, fornecendo um grande volume de informação através de fórmulas complexas, o que dificulta o entendimento por parte dos assentados integrados.

Como os contratos vigentes no momento da pesquisa eram com a Rigor Alimentos, foi possível constatar a falta de conhecimento dos assentados sobre os critérios utilizados pela agroindústria para remuneração. Segundo os assentados, o que é passado pelo técnico é que a remuneração é feita através da conversão alimentar do referido lote de aves. Neste sentido, eles desconhecem qualquer fórmula, ou critério de pagamento adotado pela agroindústria. Para

eles, o índice de conversão alimentar rege sua remuneração. Mesmo porque, segundo relatado, a agroindústria entrega para os integrados uma tabela com apenas duas colunas, na primeira apontando o índice de conversão alimentar, na segunda associando este índice ao valor pago por ave. Este fato traz a tona uma série de contrapontos essenciais para analisarmos as relações assimétricas.

Como demonstrado na descrição da fórmula do índice de eficiência produtiva (IEP), a conversão alimentar refere-se ao consumo de ração da ave em um período de tempo, dividido pelo ganho de peso alcançado neste período. Se pegarmos um exemplo prático, encontrado na pesquisa de campo, onde este período pode ser compreendido por 42 dias (da chegada do pintinho na granja até a idade de abate) temos a seguinte situação: para calcular o ganho de peso médio do lote, subtraímos o peso das aves aos 42 dias (peso médio de abate) pelo peso dos pintinhos no dia do alojamento (aproximadamente 40g). No caso específico apresentado como exemplo, o lote apresentou média de 2.400g por ave ao abate, neste sentido temos um ganho de peso médio de 2.360g (ou 2400g na idade de abate – 40g do peso do pintinho no dia do alojamento), isto, no período de 1 a 42 dias de idade. Através do demonstrativo de fechamento entregue ao assentado pela agroindústria, este lote de aves consumiu em média 4.250g de ração por ave. Para se chegar ao índice de conversão alimentar dividimos a média de consumo por ave, que foi de 4.250g/ave pela média de peso vivo por ave, que foi de 2.360g/ave, obtendo como resultado o valor de 1,80. Isto equivale a dizer que, para cada quilo de ganho de peso da ave foram necessários 1,80 Kg de ração.

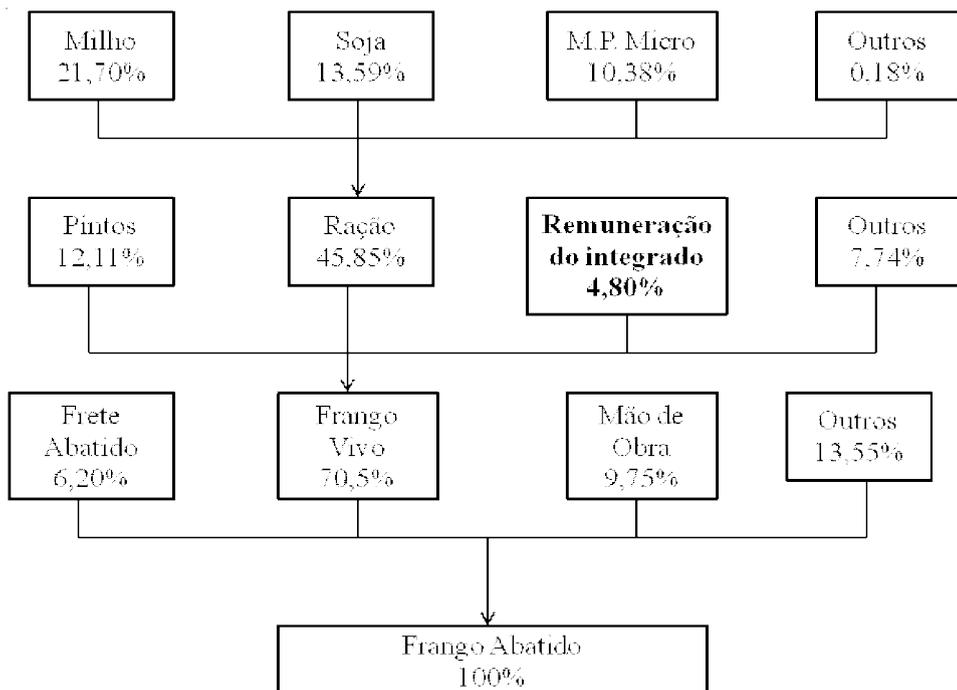
O discurso adotado pelo técnico da agroindústria aponta que este índice depende exclusivamente da dedicação dos integrados, a agroindústria impõe todas as recomendações em cima de sua eficiência. Ou seja, os assentados são obrigados a investir em equipamentos mais modernos e tecnificados para melhorar o índice de conversão alimentar e assim melhorar sua remuneração. O trabalho exaustivo e diário (todos os manejos) são impostos para que eles alcancem melhor eficiência na conversão e conseqüentemente consigam uma melhor remuneração. Mesmo a questão sanitária, possui como pano de fundo o índice de conversão alimentar, uma vez que as aves doentes, ou com algum tipo de estresse (seja pelo calor, pelo estresse hídrico, etc.) sofrem alterações metabólicas que interferem na conversão.

Com isso, a crítica maior recai sobre o recurso de poder informacional que a agroindústria detém. Elas vendem uma ideia que ofusca a realidade. Isto porque, o índice de conversão alimentar depende também do material genético que esta

sendo trabalhado, e da composição da ração fornecida aos animais. Diante disto, as questões de manejo, adequação das instalações e equipamentos possuem sim influência na conversão alimentar, mas não são as únicas variáveis que devem ser consideradas. Para tanto, a agroindústria omite dos assentados que suas próprias ações na escolha da genética e da composição da ração influem na remuneração. (Re)afirmando constantemente que o valor recebido pelo lote de aves depende tão somente do seu trabalho e de sua capacidade de investimento na granja, o que não condiz com a realidade.

Uma questão fundamental neste contexto é com relação ao mercado consumidor que a agroindústria deseja atingir. O qual possui influência direta no peso de abate e conseqüentemente na remuneração do assentado. Em seu plano de recuperação judicial a Rigor Alimentos coloca que 6% de sua produção é destinada a exportação, mas não especifica os países nos quais comercializa. Cada canal de comercialização seja mercado interno, ou externo possui suas especificidades de compra. Por exemplo, as exportações para Índia seguem determinado padrão, eles preferem animais inteiros, porém menores, isto se deve a cultura de consumo de seus habitantes, que diferentemente do Brasil, consomem o frango inteiro na refeição, mas um frango relativamente pequeno. Assim como o continente asiático é o maior importador de pés das aves, pela cultura de se consumir sopas, e utilizar os pés como ingrediente. Neste contexto, as agroindústrias que exploram tal nicho de mercado promovem a remuneração dos integrados levando em consideração também, dentre outros fatores, a qualidade dos pés das aves. Porém, diante deste recurso de poder informacional, a agroindústria promove a remuneração aos assentados de acordo com seu interesse.

Estes dados revelam as relações assimétricas nas quais os assentados estão sujeitos. O que pode ser confirmado pelo diagrama proposto no documento de recuperação judicial da própria agroindústria. Através de um esquema para ilustrar a porcentagem que cada componente é responsável pelo custo total do frango abatido (100%), é possível constatar a baixa remuneração do assentado com relação às outras vertentes do custo final:



**Figura 2** – Percentuais de contribuição dos itens que compõe o custo do frango abatido.

**Fonte:** Plano de Recuperação Judicial – RIGOR ALIMENTOS, 2012.

De acordo com a figura, a remuneração do integrado representa 4,80% do custo final do frango. Sendo este um dos menores custos para a agroindústria, até o frete para transportar o frango da granja do integrado até o frigorífico representa uma maior porcentagem (6,20%) com relação à remuneração do integrado. Estes dados confirmam a utilização dos recursos de poder para subordinar o trabalho dos assentados, os quais são responsáveis por produzir matéria-prima para agroindústria, sem que isto represente uma remuneração justa.

Por fim, a tabela abaixo sintetiza as relações assimétricas apresentadas no decorrer do texto.

**Tabela 2** – Recursos de poder e as relações assimétricas presentes na relação entre os assentados do PA Horto de Bueno de Andrada e a agroindústria do setor avícola.

Indicadores	Principais Recursos de Poder	Relações Assimétricas
Contrato de Produção	Jurídico	O contrato beneficia apenas a agroindústria integradora, uma vez que possui 12 obrigações que são na verdade replicações do modelo de produção, contra 37 obrigações dos assentados, estes sim, subordinados ao interesse da agroindústria.
Relação de Trabalho	Constitucional	A agroindústria promove a terceirização da engorda das aves dos assentados integrados, configurando uma espécie de arrendamento de parte do lote do assentado.
Mão de Obra	Organizacional	Os assentados não possuem poder de barganha sobre suas ações, sua mão de obra é subordinada aos interesses da agroindústria.
Hegemonia Regional	Constitucional, Político, Organizacional	Os assentados não possuem poder de escolha, pois são no máximo duas agroindústrias que mantêm os contratos de produção na região.
Controle da Produção	Constitucional, Jurídico	Em todas as vertentes investigadas a agroindústria se utiliza dos recursos de poder para controlar o sistema produtivo em benefício próprio.
Rescisão do Contrato	Jurídico	Apesar do contrato trazer que ambas as partes podem solicitar a rescisão com um mês de antecedência, a agroindústria rescinde o contrato hora que desejar, pois diversas cláusulas do contrato a permitem.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

## **Considerações finais**

O presente artigo buscou analisar como se dá a relação entre os assentados do PA Horto de Bueno de Andrada e as agroindústrias do setor avícola da região sob a perspectiva de trabalho e renda. Foi possível constatar que esta relação se apresenta de forma assimétrica, onde as agroindústrias se utilizam dos recursos de poder que lhe cabem para subordinar os assentados a seus interesses. A partir do momento que o assentado toma a iniciativa de se integrar a agroindústria e se torna produtor de matéria-prima para posterior abate e processamento dos frigoríficos, faz-se necessário uma série de investimentos em instalações e equipamentos, onde, na maioria dos casos investigados os assentados recorreram a financiamentos bancários e/ou com as próprias corporações fabricantes dos equipamentos.

Devido principalmente a falta de pagamento das agroindústrias, que acompanha a trajetória da integração no assentamento pesquisado há mais de cinco anos, os assentados acabam atrasando as parcelas, tornando-se inadimplentes, o que impossibilita recorrer a outras categorias de financiamento para realizarem outros tipos de investimentos no lote, como a compra de tratores, ou investimentos em outros sistemas produtivos, como para compra de sementes, vacas de leite, dentre outros.

A integração dos assentados com as agroindústrias do setor avícola não anula a diversidade produtiva encontrada no assentamento. Pelo contrário, quando a falta de pagamento atravessa grandes períodos de tempo (foram observados atrasos de seis meses) os recursos provenientes de outros sistemas produtivos são responsáveis por cobrir os custos variáveis da criação das aves (como energia elétrica, por exemplo). Isso demonstra a extrema importância dos assentados adotarem diferentes estratégias produtivas no lote e não se especializarem em apenas um sistema, como os próprios técnicos das agroindústrias preconizam. A produção para autoconsumo esteve presente em praticamente todos os lotes pesquisados, principalmente legumes e verduras, com vistas para ampliação e inserção da produção nos mercados institucionais. Neste sentido, e pelo momento vivido pela avicultura de corte na região, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) desponta aos olhos dos assentados como uma possibilidade de produção e comercialização sem que haja a necessidade de se integrar com grandes agroindústrias.

O leite é o principal produto responsável por cobrir os prejuízos com a integração avícola. Recursos advindos de atividades não-agrícolas também auxiliam na manutenção da família no lote. Neste caso, merece destaque a

importância do trabalho externo na composição da renda das famílias entrevistadas, expresso aqui quando algum membro da família trabalha fora e ajuda nas despesas da casa, principalmente nos momentos de crise das principais atividades produtivas dos lotes. A utilização de benefícios da previdência, principalmente aposentadoria, também complementam a renda no final do mês e são usadas para cobrir os custos da atividade avícola.

Um ponto primordial que faz com que os assentados visualizem na integração uma alternativa viável de geração de renda está na falta de contabilidade de sua mão de obra para manter o sistema e produzir matéria-prima para as agroindústrias, como também a falta de controle dos custos da atividade (reposição de peças de equipamentos, depreciação dos mesmos, dentre outros). No caso específico da integração avícola fica nítido que caso os assentados contabilizassem as horas trabalhadas por todos os membros familiares no sistema produtivo, a atividade passaria a dar prejuízos.

A integração em análise, obriga os assentados, através do contrato de produção, realizar todas as anotações possíveis para o controle da atividade. Porém, estas informações não são utilizadas pelos assentados para traçar estratégias de investimento e/ou contenção de gastos dentro do sistema, isto porque, a integração aqui é entendida sob a perspectiva de terceirização da produção de aves. Os assentados não controlam os insumos da produção, nem os dias para se chegar ao abate, ou a quantidade de ração fornecida. Ou seja, todas as etapas do processo produtivo são ditadas pelas agroindústrias, sendo que, na maioria dos casos os assentados desconhecem da procedência dos ingredientes da ração, ou dos medicamentos utilizados, assim como das características genótípicas e fenotípicas das aves criadas por eles. Neste contexto, todo sistema produtivo é controlado pelos técnicos da agroindústria, que repassam as informações a seus superiores, que adotam as medidas em prol dos interesses da agroindústria.

Diante disto, alguns questionamentos são levantados: os contratos de produção entre assentados e agroindústrias do setor avícola realmente são uma opção viável de remuneração as famílias assentadas? Este modelo de integração proposto pela modernização da agricultura é a melhor alternativa de desenvolvimento dos assentamentos da região? Dentre outras questões que merecem continuadas investigações.

## **Referências**

CARNEIRO, S.L. et al. **Redes de referências para agricultura familiar**

**do estado do Paraná.** Emater. Paraná: Londrina, 2004. Disponível em: <[http://www.emater.pr.gov.br/Redesrefer/RM\\_AviculturaCorte\\_N.pdf](http://www.emater.pr.gov.br/Redesrefer/RM_AviculturaCorte_N.pdf)>. Acesso em: 18 de novembro de 2011.

**COSTA, J.D.A. O Grupo Sadia e a Produção Integrada: o lugar do agricultor no complexo agroindustrial.** 1993. 254f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1993.

**ESPÍNDOLA, C.J.** A cadeia produtiva de frango de corte na América do Sul: considerações preliminares. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 12, 2009, Montevideu – Uruguai. In: **Anais...**, 2009. Disponível em: <<http://egal2009.easyplanners.info>> Acesso em: 13/05/2012.

**FERRANTE, V.L.S.B.; ALMEIDA, L.M.C.** Impactos e tensões da parceria dos assentamentos de Araraquara-SP com as agroindústrias canavieiras. **Revista Ceres**, Viçosa, v.56, n.5, p.562-571, set/out, 2009.

\_\_\_\_\_. Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 1, p.61-80, jul./dez. 2007.

\_\_\_\_\_; **SANTOS, M. P. dos.** A cana nos assentamentos: novas roupagens, velhas questões. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 41, 2003, Juiz de Fora. In: **Anais...**, SOBER, jul. 2003.

**PAULILLO, L.F. Redes de poder e territórios produtivos:** indústria, citricultura e políticas públicas no Brasil do Século XX. 1. ed. São Carlos: RIMA/EDUFSCAR, 2000. 196 p.

**REI FRANGO ABATEDOURO. Plano de Recuperação Judicial.** Disponível em: <<http://www.carmonaefaria.com.br/processos.html>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2011.

**RIGOR ALIMENTOS. Plano de Recuperação Judicial.** Disponível em: <<http://www.rigor.com.br/site/index.php/recuperacao-judicial/>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2011.

RIZZI, A. **Mudanças tecnológicas e reestruturação da indústria agroalimentar**: o caso da indústria de frangos no Brasil. 1993. 194f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. **Fundo de expansão do agronegócio paulista**: o banco do agronegócio familiar, São Paulo. 2009. 9 p. Disponível em: <<http://www.agricultura.sp.gov.br/attachments/article/183/Linhas%20de%20Cr%C3%A9dito%20-%20FEAP-BANAGRO.doc.>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2012.

SCHEID, E. **Competências Distintivas dos Produtores Integrados de Aves do Vale do Taquari**. 2001. 90f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Departamento de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

UBABEF – União Brasileira de Avicultura. **Relatório Anual 2012**. Disponível em: <[http://www.abef.com.br/ubabefnovo/publicacoes\\_relatoriosanuais.php](http://www.abef.com.br/ubabefnovo/publicacoes_relatoriosanuais.php)>. Acesso em 12/01/2013.

## NORMAS DE PUBLICAÇÃO

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS é uma publicação semestral do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural – Nupedor, com apoio da UNIARA e do CNPq.

Os trabalhos enviados deverão atender aos seguintes critérios:

- a) Ter até 35 páginas – preferencialmente –, incluindo figuras, tabelas, quadros, esquemas, etc.;
- b) Os textos deverão ser digitados em espaço 1,5 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado;
- b) Título do artigo deve estar centralizado, em negrito e em caixa-alta. Pular uma linha e inserir o nome completo por extenso dos autores (um em cada linha), alinhado à direita e com nota de rodapé indicando filiação institucional, endereço eletrônico e demais informações que considerar relevantes;
- c) Os resumos deverão ser redigidos em português e em inglês, em um único parágrafo (máximo de 15 linhas), acompanhados de até 5 palavras-chave, também redigidas em português e em inglês;
- d) Figuras (incluindo gráficos, esquemas, etc.) deverão utilizar o mesmo padrão de letra do texto, ser numeradas sequencialmente, em algarismos arábicos, com a respectiva legenda. Ilustrações (fotografias, gráficos, desenhos, mapas, etc.) deverão ser enviadas e em preto-e-branco, em arquivos formato jpg e/ou tif, com boa definição.
- e) As referências deverão ser elaboradas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conforme formatos descritos a seguir:

### 1) LIVRO

SOBRENOME, Nome. **Título em destaque:** subtítulo. Edição. Cidade: Editora, ano. Número de volumes ou páginas. (Série).

Edição do livro:

- se for em português colocar: 2. ed.
- se for em inglês colocar: 2nd ed.

### 2) CAPÍTULO DE LIVRO

**Autor do capítulo diferente do responsável pelo livro todo:**

AUTOR DO CAPÍTULO. Título do capítulo. In: AUTOR DO LIVRO. **Título**

**do livro em destaque.** Edição. Cidade: Editora, ano. volume, capítulo, página inicial-final da parte.

#### **Único autor para o livro todo**

AUTOR DO CAPÍTULO. Título do capítulo. In: \_\_\_\_\_. **Título do livro em destaque.** Edição. Cidade: Editora, ano. volume, capítulo, página inicial-final da parte.

### **3) ARTIGO DE PERIÓDICO**

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Título do periódico em destaque,** v., n., p. inicial-final, mês abreviado no idioma de origem. ano de publicação.

### **4) ARTIGO DE JORNAL**

AUTOR do artigo. Título do artigo. **Título do jornal em destaque,** cidade de publicação, dia, mês abreviado. Ano. Número ou Título do Caderno, Seção ou Suplemento, p. seguido dos números da página inicial e final, separados entre si por hífen.

### **5) DISSERTAÇÃO, TESE E MONOGRAFIA**

SOBRENOME, Nome do autor. **Título em destaque:** subtítulo. Ano de publicação. Número de volumes ou folhas. Categoria (Curso) - Instituição, Cidade da defesa, ano da defesa.

### **6) EVENTO CIENTÍFICO – CONSIDERADO NO TODO**

TÍTULO DO EVENTO, número., ano, cidade de realização. **Título da publicação em destaque.** Cidade de publicação: Editora, data. Páginas ou volumes.

### **7) EVENTO CIENTÍFICO – CONSIDERADO EM PARTE**

(Trabalhos apresentados e publicados)

AUTOR DO TRABALHO. Título do trabalho: subtítulo. In: NOME DO EVENTO, em número, ano, cidade de realização. Título da publicação em destaque. Cidade de publicação. Título do documento (**Anais, proceedings, etc. em destaque**), local: Editora, ano. Página inicial-final do trabalho.

### **8) NORMA TÉCNICA**

NOME DA ENTIDADE RESPONSÁVEL. **Título da norma em destaque:** subtítulo. Cidade de publicação, ano. Número de páginas.

## **9) DOCUMENTO ELETRÔNICO**

Após a indicação dos dados de cada documento, acrescentar as informações sobre a descrição física do meio eletrônico respectivo.

- SE FOR CD-ROM acrescentar o: Número de CD-ROM

- SE FOR ON-LINE acrescentar: Disponível em: <endereço eletrônico>.

Acesso em: dia mês abreviado. Ano.

A correção ortográfica e gramatical é de responsabilidade dos autores. Os artigos que não estiverem de acordo com as Normas de Publicação serão devolvidos aos autores para adequação. Os textos deverão ser enviados para o e-mail [retratosdeassentamentos@uniara.com.br](mailto:retratosdeassentamentos@uniara.com.br). Informações pelo telefone: (16) 3301-7126. [www.uniara.com.br/nupedor](http://www.uniara.com.br/nupedor)

